

REVISTA CIENTÍFICA

# UNIVERSO ACADÊMICO

REVISTA UNIVERSO ACADÊMICO. ISSN 1676-3408. V. 32.N 01 JAN/DEZ. -2021 - ANUAL

FACULDADE

**MULTIVIX**

---

NOVA VENÉCIA

V. 02 - N. 01 - JANEIRO A DEZEMBRO - 2021 - ISSN 2317-355X



# MULTIVIX

MULTIPLICANDO CONHECIMENTO

# UNIVERSO ACADÊMICO

**Faculdade Capixaba de Nova Venécia – Multivix**  
**v. 32 n. 01 Jan./Dez. – 2021 – Anual**

**Diretor Executivo**

Prof<sup>o</sup>. Tadeu Antônio de Oliveira Penina

**Diretora Acadêmica**

Prof<sup>a</sup>. Eliene Maria Gava Ferrão

**Diretor Geral**

Prof<sup>a</sup>. Luciano Delabela

**Coordenadora Acadêmica**

Prof<sup>a</sup>. Francielle Milanez França

**Bibliotecária**

Prof<sup>o</sup>. Alexandra Barbosa Oliveira

**Comissão Editorial**

Prof<sup>a</sup>. Eliene Maria Gava Ferrão

Prof<sup>a</sup>. Francielle Milanez França

**COORDENADORES**

Amanda Pimenta de Alvarenga Ferrão

Ana Paula Machado Sarmiento

Angela Soto Cunha

Bruna Medeiros Panciere

Daniely de Oliveira Lorenzon Pereira

Eduardo Siqueira Sussai

Fernanda Dettoni Mendonça Cabral

Fernando Tavares Renes

Maria Irlane Alves Schnabl

Rahyza Valbusa Cheibub

**Endereço para correspondência**

Biblioteca Pe. Carlos Furbetta - Rua Jacobina, 165 –  
Bairro São Francisco – 29830-000 – Nova Venécia – ES  
E-mail: [alexandra.oliveira@multivix.edu.br](mailto:alexandra.oliveira@multivix.edu.br)

*Universo Acadêmico / Faculdade Capixaba de  
Nova Venécia / – Nova Venécia: (Jan./Dez. 2021).*

*Anual*

*ISSN 1676-3408*

1. Produção científica – Faculdade Capixaba de  
Nova Venécia. II. Título

## EDITORIAL

É com muita alegria e satisfação que publicamos mais um número da Revista “Universo Acadêmico”, contemplando a 32ª publicação.

Continuamos a acreditar que a construção de qualquer profissão deve ser alicerçada por um investimento científico. Assim, mantemos a nossa proposta de publicação anual de um espaço que permita aos docentes, discentes e sociedade civil externa de compartilhar os conhecimentos adquiridos/construídos ao longo do percurso traçado dentro na sua construção científica profissional – fazendo assim uma revista de caráter interdisciplinar.

Agradecemos a todos os autores por colaborar com a construção de nossa revista, pois temos a certeza que vocês apostam nesse veículo como um espaço rico de divulgação de conhecimentos.

Estamos abertos a contribuições, críticas, sugestões, para que possamos construir um periódico de excelência.

Realizem uma excelente leitura!

Atenciosamente,

### **Comissão Editorial**

Prof<sup>a</sup>. Eliene Maria Gava Ferrão

Prof<sup>a</sup>. Francielle Milanez França

## SUMÁRIO

MST: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DOS SUJEITOS .....	7
RELACIONAMENTOS ABUSIVOS E MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	25
SISTEMA EDUCACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE EMOCIONAL DO ESTUDANTE .....	50
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA SUB-BACIA DO CÓRREGO ELA AURORA UTILIZADAS PARA IRRIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VILA PAVÃO-ES.....	68
AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DE CACOS DO BENEFICIAMENTO DE GRANITO EM MARMORARIAS EM BARRA DE SÃO FRANCISCO.....	88
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PARTO HUMANIZADO.....	103
MANEJO CLÍNICO DO TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO – ADMINISTRAÇÃO DE DROGAS VASOATIVAS.....	119
O ENFERMEIRO NO ESTABELECIMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A CRIANÇA NEUROATÍPICA .....	135
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NAS HEMORRAGIAS OBSTÉTRICAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA .....	151
ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO, TRATAMENTO, CUIDADOS PALIATIVOS DO CÂNCER DE MAMA.....	167
TRÁFICO DE PESSOAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA JURÍDICA BRASILEIRA.....	182
EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E AS ALTERAÇÕES ORIUNDAS DA LEI 13.546/2017.....	197
APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS EXTRAÍDAS DA LEI Nº 11.340/2006: LEI MARIA DA PENHA.....	216
O INSTITUTO DA ADOÇÃO FRENTE ÀS NOVAS ORIENTAÇÕES DA LEI 13.509/2017.....	236
A INVIABILIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	256

## MST: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DOS SUJEITOS

Daiane Kull de Melo<sup>1</sup>  
Maraiz Siqueira Nascimento<sup>1</sup>  
Thayná Ferreira Gonçalves<sup>1</sup>  
Naiara Ferreira Vieira Castello<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas do Curso de Psicologia.

<sup>2</sup>Mestre em Psicologia Institucional, professora do curso de Psicologia na Faculdade Capixaba de Nova Venécia (Multivix) e orientadora

### RESUMO

Este trabalho visa descrever a formação da identidade coletiva dos sujeitos Sem Terra, bem como a importância da estrutura organizativa (que vai desde a organização dos núcleos de bases nos acampamentos à sua instância maior que é o congresso) e elucidar a influência dos símbolos já consagrados no estabelecimento de sentimento de pertença pelo movimento. Para isso, será necessário destrinchar o processo de construção da identidade coletiva dos membros do MST, discutir a importância do estudo sobre coletividade neste grupo e explicar como necessidades de reparações sociais afetam a formação de grupos. Portanto, estudar a organização e a mística como manifestação cultural desse movimento, a partir da Psicologia Social, se faz relevante do ponto de vista acadêmico, pois fornecerá dados consistentes sobre como acontece a evolução que tem como ponto de partida da identidade individual para a coletiva. O método utilizado foi uma pesquisa exploratória, sendo realizada por meio de um questionário virtual, no qual obtivemos 17 respostas, em que os participantes relataram suas atividades e experiências dentro do movimento, o que ajudou a elucidar mais o tema proposto.

**Palavras-chave:** Movimento Sem Terra; identidade; mística.

### ABSTRACT

This work aims to describe the formation of the collective identity of Landless subjects, as well as the importance of the organizational structure (which ranges from the organization of the base nuclei in the encampments to its highest instance, which is the congress) and to elucidate the influence of the already established symbols. In establishing a sense of belonging by the movement. For this, it will be necessary to unravel the process of construction of the collective identity of the members of the MST, discuss the importance of studying the collectivity in this group and explain how the needs of social reparations affect the formation of groups. Therefore, studying organization and mystique as a cultural manifestation of this movement, from the point of view of Social Psychology, is relevant from an academic point of view, as it will provide consistent data on how the evolution takes place, which has as its starting point the individual to the collective identity. . The method used was an exploratory research, being carried out through a virtual questionnaire, in which we obtained 17 responses, in which the participants reported their activities and experiences within the movement, which helped to further elucidate the proposed theme.

**Keywords:** Landless Movement; identity; mystique.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo se encarrega de apresentar e elucidar o desenvolvimento e construção da identidade coletiva de participantes do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A temática abarca aspectos psicológicos e sociais que, por sua vez, são fundamentais para noções de pertencimento e coletividade. Belo e Pedlowski (2014) informam que, após o regime militar, formou-se um dos principais movimentos de luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que, buscando por uma nova sociedade, solicita uma nova composição da estrutura social vigente para que se tenha menos exclusão e mais justiça.

Isso mostra quão peculiar foi e é a visão de mundo e sociedade narrada e pregada pelo MST. Um movimento que pensa alterações sociais precisa de união e identificação, nesse sentido, para Zacchi (2007), o MST tem por objetivo lutar por reforma agrária, reivindicando melhores condições de vida e trabalho para pessoas residentes em zonas rurais.

Para alcançar esses objetivos, o MST tem-se aliado a grupos sociais diversificados, que podem agir tanto local quanto globalmente. São grupos que não têm necessariamente as mesmas causas que o movimento, como reforma agrária ou financiamento agrícola, mas que têm em comum com o MST a condição de serem grupos minoritários de resistência aos interesses dos grupos dominantes e hegemônicos. Na pauta do movimento, portanto, entram também questões como diferenças de classe, gênero e etnia, ou ainda aquelas relacionadas ao ambientalismo. Todos esses aspectos pressupõem alguma forma de negociação e articulação, gerando conflitos e contradições que são extremamente importantes para a construção da identidade do movimento (p. 26).

A causa defendida por este movimento implica de diversas maneiras na formação da subjetividade e, por conseguinte, da identidade. Wautier (2012) explica que estes fatores são influenciados não só pelo coletivo, mas também pelo trabalho e tudo que afeta a classe trabalhadora ou grupos que a compõem. Assim, a noção identidade, pertencimento, funções e papéis se faz e refaz.

Sabendo que as bandeiras de luta e o trabalho contribuem para o sustento da coletividade em discussão neste estudo, ressalta-se a pertinência do tema, sobretudo, porque são causas não apenas políticas e sociais, mas também que requerem discussões psicológicas devido a suas análises biopsicossociais, considerando o ser humano como ser multifacetado, multideterminado e com fenômenos diversos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. HISTÓRIA DO MOVIMENTO SEM TERRA (MST)

O marco da consolidação do MST enquanto movimento social se deu durante um encontro em janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Ao longo da sua história, o movimento foi ganhando espaço em nível nacional, tendo atualmente representação em 24 estados brasileiros, contabilizando cerca de 350.000 famílias que conquistaram o direito a terra (ASSIS; LANZA; NEVES, 2019).

Para entender melhor os discursos do MST em relação à reforma agrária, Bosetti (2018) elenca quatro momentos diferentes para serem analisados:

O contexto pré-formativo oficial do MST (1981-1984); o período da transição democrática (1985-1989) em que se discutiu a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA); a expansão e radicalização do movimento durante a década de 1990; o período da guinada discursiva a partir da década de 2000 (BOSETTI, 2018, p.86).

Mesmo que essa divisão não seja estática, está organizada na visão de mudanças com “ênfase no discurso em razão das disposições objetivas e subjetivas das disputas sociopolíticas enunciadas nos documentos e nas manifestações discursivas produzidas pelo MST” durante os congressos (BOSETTI, 2018, p.86).

#### 2.1.1. Os congressos

A partir do primeiro encontro foram organizados seis congressos nacionais, que aconteceram em diferentes regiões do Brasil, tendo como objetivos a definição dos princípios do MST e deliberação das ações de intervenções coletivas no intervalo de 5 anos. O lema do 1º Congresso, que aconteceu em Curitiba, Paraná, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, foi “Terra para quem nela trabalha”. Já o 2º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra aconteceu em Brasília no ano de 1990, e contou com

o lema “Ocupar, Resistir, Produzir”. Sendo assim as ocupações de terra novamente foram reafirmadas como símbolo de luta (BOSETTI, 2018).

O movimento adquiriu novas visões a partir do último congresso, com o aumento da população nas cidades houve conscientização de que o movimento pela Reforma Agrária não era uma luta apenas para beneficiar agricultores, e sim uma forma de dar qualidade de vida as pessoas que estavam aglomeradas nas cidades, podendo assim levá-los de volta para o campo. Esta ideia foi exposta através das palavras de ordem do 3º Congresso: “Reforma Agrária, uma luta de todos” (SILVA; PRADA, 2019).

Em sequência foram realizados o 4º, 5º e 6º Congressos Nacionais do MST em Brasília, com as seguintes palavras de ordem “Por um Brasil sem latifúndio”, “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular” e “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” (MST)

### **2.1.2. Organização do MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem elaborado transformações ao longo de sua trajetória, a cada congresso sua estrutura de tomada de decisão e de mobilização foi se adequando aos problemas e desafios enfrentados pelo Brasil e agregando mais adeptos, sendo hoje um dos maiores e mais importante movimento social do Brasil (MIRANDA; CUNHA, 2013). Sua política é baseada em ideais revolucionárias, e a prática é proposta em termos de resultados, conquistas, desempenho e eficiência. Os acampados desempenham ações coletivas para que todos possam adquirir benefício comum, no caso a terra.

Neste sentido, Miranda e Cunha (2013), destacam que

O modelo organizacional implementado pelo MST a partir de 2003 é o resultado do aperfeiçoamento e da incorporação de formas de organização que já vinham sendo utilizadas anteriormente, juntamente com uma modificação significativa na estrutura formal anterior. Este modelo de organização é resultado de anos de debates e observações realizadas pelas lideranças e assessores do movimento (p. 364).

Assim, durante todos esses anos de luta, o MST procurou construir uma organização que tivesse propostas que fossem suficientemente capazes de

atender às necessidades dos camponeses e dos indivíduos às margens das grandes cidades.

## 2.2. IDENTIDADE SEM TERRA

Na perspectiva da psicologia social a identidade é uma construção constante que envolve vários processos. Ciampa (1989) argumenta que a mesma consiste em um constructo social que resulta da relação entre o indivíduo e a sociedade em que está inserido, considerado pelo autor um fator fundamental para a emancipação humana.

O MST, ao buscar valorizar o trabalho e as tradições do povo camponês, traz uma nova visão em relação à sociedade e à realidade, formando ao longo de sua história uma identidade coletiva. Para Alvaides e Scopinho (2013), o processo de transformação identitária de trabalhadores rurais Sem Terra, se dá na sua relação com a estrutura social e o lugar de pertencimento. Deste modo, a constituição do sujeito Sem Terra ocorre através da realidade compartilhada, dos objetivos e princípios em comum.

O MST, ao defender princípios organizativos que resgatem, valorizam e ressignificam as heranças culturais trazidas pelos trabalhadores rurais em seus quadros de memória, procura criar condições para que eles vivenciem o sentimento de unidade, continuidade e coerência. Assim, o Movimento entende que o sujeito, por estar inserido em um movimento social que luta politicamente pela terra, pode passar da condição individual de estar semterra para a de ser Sem-Terra (ALVAIDES; SCOPINHO, 2013, p. 290).

A trajetória remete a um processo de fazer-se humano na história que se produz atrelado à luta social, constituindo, inclusive, parte de uma causa sociocultural ampla e dinâmica. Ainda que estas pessoas não tenham plena consciência disso, o movimento excede seus interesses corporativos e tenciona novas adjacências para a sociedade. Fazemse sujeitos de um movimento que acaba discutindo a forma de ser da sociedade atual e a cultura espelhada e concretizada por ela. Isto ocorre porque contestam a ordem social. Nos acampamentos e assentamentos, como também na educação das crianças, incluindo também jovens e adultos. Devido à sua coletividade, projetam valores

que não se assemelham aos cultivados pela sociedade atual. Isso se dá, principalmente, pelo processo de humanização que concebem, e pelos novos capítulos que anseiam na cena do país (CALDART, 2001).

Além destes aspectos históricos, deve-se também ter atenção com a cultura e a arte, pois é através dos conjuntos de práticas e costumes que se pode observar de outros modos os significados diversos que um grupo ou movimento carrega. A cultura é política, figurando-se como expressão das representações de pensamentos, de visões de mundo que os indivíduos têm condições de elaborar em relação a seus elementos simbólicos ao longo de sua existência. Assim como nos movimentos sociais, esses sujeitos produzem novos símbolos e códigos que julgam contribuir para corrigir aspectos da realidade e manter outros. No caso do MST, a questão menciona o acesso à terra (JUNIOR; LAMBIASI, 2005).

Movimentos sociais se põem a questionar espaços culturais causando conflitos na esfera política, afinal necessitam assegurar sua identidade como movimento e as pautas estabelecidas. Por isso, o MST preserva manifestações artísticas e tenta manter distância da estratégia das elites de comercialização, pois visam ao lucro. Este fato faz com que o movimento se posicione como um grupo de resistência, lutando contra a dominação da elite. O MST, portanto, coloca-se numa luta de valorização das manifestações artísticas e fomentam festivais e concursos (JUNIOR; LAMBIASI, 2005).

Os mesmos autores ainda explicam que a Psicologia deve considerar todos estes fatores supracitados e evitar o tradicionalismo limitante. Além disso, complementam:

Pensar a identidade coletiva de um grupo social é caminhar na perspectiva de que o sujeito está sempre construindo e desconstruindo seu pertencimento a um grupo e que os vários elementos que compõem a realidade são elaborados pela subjetividade de cada membro do movimento social (p. 78).

Concomitantemente, ressalta-se que, além da luta agrária e da arte, o trabalho também compõe o contexto e, nessa perspectiva, Wautier (2012) informa que funções, papéis e trabalho afetam os grupos, influenciando em sua visão de mundo que, por conseguinte, está associada à noção lugar e pertencimento. Sendo o último produzido a partir das vivências nos acampamentos,

assentamentos, marchas e outros tipos de reunião e debate. Muitas vezes a escassa condição de vida e bem estar, a solidariedade, as expectativas de mudança, a luta contra o que é injusto e indigno (como o capitalismo e a sociedade burguesa) e a cultura também favorecem o sentimento de pertença (CASTRO, 2005).

A partir do momento em que o jovem se sente parte do Movimento Sem Terra, começa a se perceber no processo de resistência e focado na luta pela terra, dando sentido às vivências em âmbito individual e coletivo. No mais, quer-se dizer que é mais que puramente individual e subjetivo, é também coletivo e identitário grupal, envolvendo causas pela terra, moradia, trabalho, educação e profissionalização (CASTRO, 2005).

Em virtude disso, Belo e Pedlowski (2014) afirmam que a subjetivação construída no MST foi gerada através de uma reeducação do indivíduo por meio da postura coletiva, facilitando a substituição da postura individualista que antecedeu a pauta pela reforma agrária.

### 2.3. A IMPORTÂNCIA DA MÍSTICA NO PROCESSO DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

Pode-se notar que a literatura ressalta a importância de muitos aspectos no que diz respeito à formação e constituição do movimento. Autores e autoras pontuaram que a noção de coletividade e de sociedade influencia na subjetividade das pessoas que compõem o grupo, assim como a arte é indicada como forma de expressão e manutenção do movimento. Caldart (2001) salientou que integrantes do MST fazem-se seres enquanto praticantes e defensores de suas causas, incluindo o processo educacional dos mesmos. Por sua vez, Junior e Lambiasi (2005) atribuem à arte e à cultura como veículos de expressão, comunicação e peças fundamentais para o bem-estar coletivo e homogeneização. Contudo, todo este universo é multifacetado.

Para Coelho (2011), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é alvo de pesquisa nos mais distintos campos do saber e isso se dá pela

riqueza, amplitude e dinâmica que vem se movimentando através da sociedade como, por exemplo, sua estrutura organizacional, normas e valores próprios.

Explorando ainda mais tal perspectiva, o autor aborda o termo “mística”, explicando que o mesmo é muito comum dentro do movimento, designando a “alma” do grupo, ou seja, suas características mais fundamentais e peculiares. Assim, o autor aborda:

A prática da mística acompanhou o MST desde suas primeiras mobilizações, e o seu fazer ganhou destaque entre as tantas atividades e ações desenvolvidas por sua organização. Quando se participa de alguma atividade desenvolvida pelo MST ou se lê os seus materiais, é muito difícil não ouvir pelo menos uma vez a palavra mística. As expressões fazer a mística, precisamos de uma dose de mística, não podemos deixar a mística morrer, são comuns entre os sujeitos que integram o Movimento. Na organização do MST há um constante investimento no fazer dessa prática. A mística se tornou fundamental ao longo da trajetória histórica do Movimento, sendo esta considerada a sua alma (p. 327).

Coelho (2011) observa que a “mística” também apresenta cunho religioso, metafísico e abstrato, aspecto importante para se conhecer adequadamente a coletividade em questão e como estão a ver a si mesmos (as) e o mundo.

Ressalta-se que a *mística* enfatizada é uma prática no MST e, sendo uma prática, possui algumas formas particulares de se manifestar, ou ser concretizada. A mística teve como principais incentivadores os *agentes religiosos* que apoiavam e prestavam assessoria ao MST em seus primeiros anos de existência. Assim como outras práticas, foi sendo sistematizada e ganhou destaque em meio as lutas e nas mais diversas atividades que o Movimento empreende. A mística é uma espécie de ritual e celebração, que acontece de diversas maneiras e com significados e sentidos variados. Essa prática é realizada nos mais variados espaços como nos acampamentos, assentamentos, em Encontros, Congressos e nas diversas manifestações que o MST organiza. Em geral é praticada em forma de teatro, contendo músicas, poesias e diversos elementos simbólicos em seu interior (p. 327).

Para a organização do MST, aponta Coelho (2011), a mística se tornou um elemento estratégico no que tange o fato de que nos diversos espaços em que é realizada, ela possui suas intencionalidades, o que torna seu estudo desafiador na medida em que se analisa de forma distinta, observando cuidadosamente o seu fazer e significados. Pode-se entendê-la também como uma prática cultural e política. Trata-se de instâncias fundamentais para o entendimento da sua produção de sentidos entre integrantes e, deste modo,

como uma prática cultural e política. Além disso, por meio da mística, são edificadas suas visões de mundo, valores e crenças, estabelecendo seus antagonistas e aliados. O autor salienta que a prática da mística se tornou tão valorizada para esta coletividade devido ao fato do fomento da comunicação de maneira eficaz e comum. Em um sentido histórico, é um poder eficaz, consolidando significados e sentidos para a vida dos homens e mulheres. O autor conclui:

Um aspecto fundamental que perpassa o fazer da mística no MST, se refere a sua relevância para a construção de uma identidade coletiva, ou melhor: uma identidade coletiva Sem Terra. Sendo construtora de representações, no Movimento, a mística também se torna uma prática identitária. O Movimento através da mística busca edificar sua identidade coletiva, em que os sujeitos são estimulados a interiorizar seus valores, visões de mundo, e modos de ser particulares ao grupo (p. 328).

Em sua dissertação de mestrado, Castro (2005) informa que os jovens merecem lugar de destaque quanto ao entendimento e prática da mística e, dentre outros motivos, são estes quem irão difundir a mística nos anos seguintes. Nesse sentido, a autora supracitada comenta que jovens constituem-se a partir de um conjunto de situações, espaços, condições, relações, conflitos, negações e afirmações. No MST não seria diferente. O reconhecimento de si no mundo através do MST, não mais como criança ou adulto, mas como jovem participante de ações coletivas.

Embora a mística favoreça a união e consolidação do grupo, é importante notar que a identidade coletiva possui muitos aspectos e não se esgota facilmente, além de estar em constante mudança. Júnior (2017) aponta que o processo de formação grupal evidencia a constituição de uma identidade coletiva, contudo, não tange uma identidade fixa, pois está continuamente em movimento e modificação.

### **3. METODOLOGIA**

De acordo com Gil (2010) o viés exploratório consiste em desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

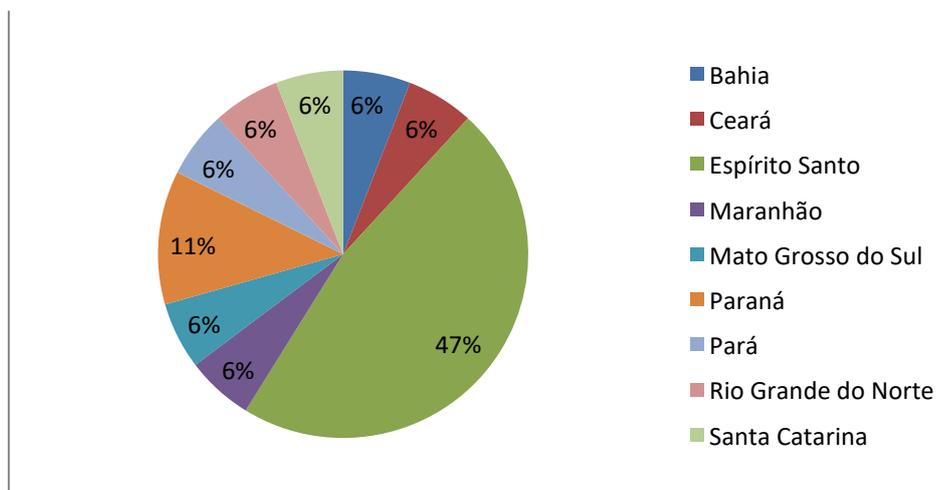
Sua principal vantagem é conceder ao pesquisador acesso às informações a respeito de diversos fenômenos, bem como ser de grande ajuda em estudos históricos.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário virtual, disponibilizado em um link (por meio de um formulário web, elaborado a partir do Google Forms, aplicativo do Google que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulário na web), encaminhado aos membros e colaboradores do MST e respondido durante o período de 25 de setembro à 09 de outubro de 2020. A amostra da pesquisa compreendeu 17 respostas obtidas pelos participantes, que serão identificados como P1- P17. Este questionário foi a ferramenta metodológica que norteou a pesquisa, sendo que sua elaboração visava discutir questões relativas à importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para os estudos sobre coletividade, subjetividade e identidade em grupos, assim, entender como se dá esse processo de desenvolvimento e construção de tais fatores psicológicos. As buscas bibliográficas que embasaram a pesquisa foram realizadas utilizando artigos científicos disponíveis no Scielo, Google acadêmico e revistas científicas. Para aprofundar no tema deste estudo, foram apresentadas 06 questões com a finalidade de obter um parecer acerca dos objetivos da pesquisa.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na pesquisa houve representação de 09 dos 24 estados brasileiros em que o MST está organizado, sendo eles: Bahia, Ceará, Espírito Santo (destacando-se com maior número de participantes), Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pará, Rio Grande Do Norte e Santa Catarina, conforme exposto no Gráfico 1. Das 17 pessoas que participaram, 13 (76,5%) são assentadas e 04 (23,5%) são colaboradores.

Gráfico 1: Representação dos estados na pesquisa.



Fonte: Questionário 2020

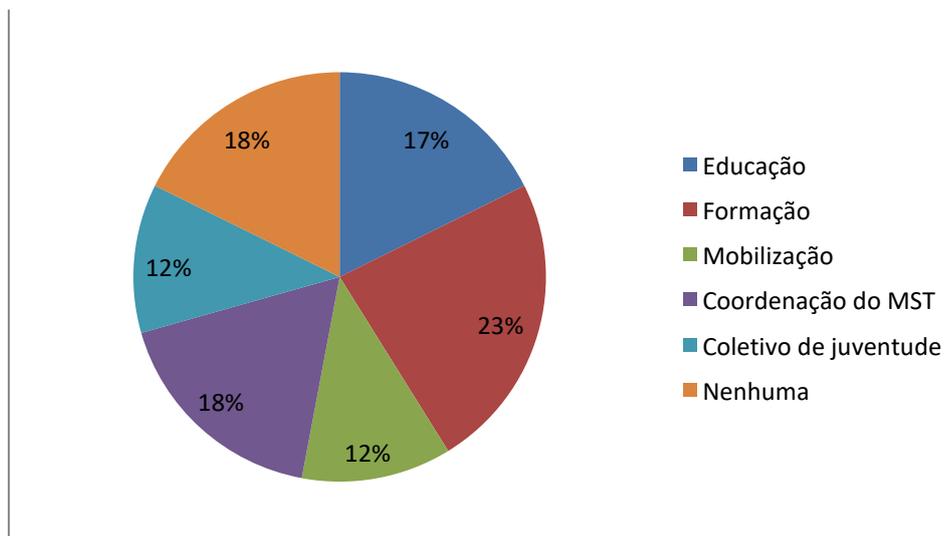
Dentro da estrutura organizacional do MST, estão os setores de trabalho, que perpassam desde os acampamentos até a Direção Nacional, que é a sua instância maior. De acordo com Oliveira (2014), tais setores visam contribuir para o melhor planejamento das necessidades comuns, que são: Educação, Saúde, Gênero, Produção, Cultura, Juventude, Formação, Frente de Massas, Finanças, Comunicação e Direitos Humanos. A presente pesquisa contou com pessoas ligadas aos seguintes setores: Educação, Formação, Mobilização, Coordenação do MST e Coletivo de juventude, conforme apresentado no Gráfico 2.

O setor de formação possui papel fundamental pra a continuação da luta do movimento, através do preparo de sua militância, sendo assim, Oliveira (2014) destaca:

A concepção de formação do MST sempre esteve vinculada à sua estratégia geral, ou seja, fazer mudanças na sociedade, mobilizando forças e recursos a partir da luta pela terra e pela Reforma Agrária, objetivando a transformação do atual modelo de sociedade. A sua concepção de formação é de contribuir com/para que sua base, seus militantes e seus dirigentes adquiram os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da luta, possibilitando mudanças objetivas nas relações de vida e de trabalho nos assentamentos, sempre na perspectiva de que eles possam exercer ao máximo a definição de caminhar rumo à sua estratégia geral, qual seja, a

construção de uma sociedade justa, igual, calcada na valorização do ser humano (p. 90).

Gráfico 2: Referente as atividades do MST que os participantes contribuem.

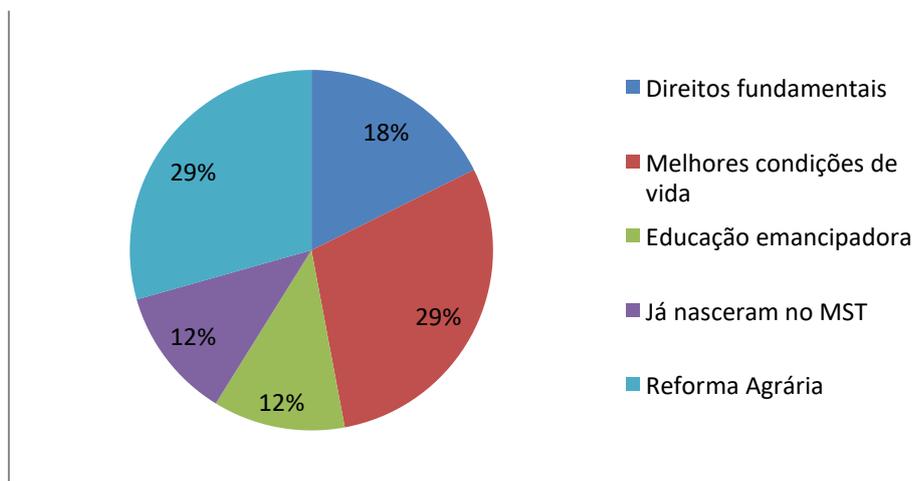


Fonte: Questionário 2020

Conforme Oliveira (2014), além de Setores, existem os Núcleos de Bases dentro dos assentamentos e acampamentos, que são espaços de discussões, debates, estudos e encaminhamentos. Nestes são postas as questões para a discussão, e estas são permeadas tanto por questões que ocupam as outras instâncias (mais gerais), como também as do dia-a-dia local e suas especificidades.

Ao ser investigada a motivação dos participantes a entrarem no MST (Gráfico 3), estes ressaltaram que foi a necessidade de uma organização que lute pelos direitos fundamentais, por uma vida digna para todos, e que, além disso, proporcione meios para trabalhar na terra, promovendo uma educação emancipadora e justiça social, buscando uma sociedade humanamente transformada. Para o P1 a motivação foi *"a conquista de uma terra para a garantia de melhores condições de vida."* O P10 alega: *"o que me levou a aderência do movimento é saber que este além de ser o maior responsável pela reforma agrária, também é o maior movimento social da América Latina."* Alguns participantes trouxeram em suas contribuições que o movimento representa esperança e liberdade.

Gráfico 3: Referente ao que motivou os participantes a entrarem no MST.



Fonte: Questionário 2020

Dentre os fatores motivadores da luta no MST, destaca-se a capacidade de organicidade do movimento, a qual não é possível acontecer sem a ação coletiva do grupo.

Neste sentido, Belo e Pedlowski (2014) afirmam que

A inserção na luta pela terra, e a formação dos acampamentos permite a incorporação de novas práticas coletivas antes ausentes do horizonte cultural destes indivíduos, como por exemplo, a participação em manifestações, assembleias, coordenação de comissão de trabalho, que instrumentalizaram os acampados com maior capacidade de organização na luta pelos direitos fundamentais, que garantem a sobrevivência e a cidadania. Isto permite compreender que a vivência do acampamento e as experiências acumuladas foram fundamentais para a consolidação de uma identidade coletiva. Isto se deve ao fato, de que as redes de solidariedade foram forjadas durante as experiências no acampamento, que permitiu ampliar o valor dado à ação coletiva (p. 82).

Posto isto, os autores em questão complementam ao explicar que a subjetivação construída no MST foi gerada através de uma reeducação do indivíduo por meio da postura coletiva, facilitando a substituição da postura individualista que antecedeu a pauta pela reforma agrária.

Em relação ao papel dos jovens na construção e afirmação da identidade Sem Terra, percebeu-se múltiplos pontos de vistas, que foram desde a continuidade do MST, à uma nova frente que busca constantemente renovar, inovar e recriar estratégias que conduzirá a organização e seus princípios.

Contribuindo desde a ocupação de terra, com a força necessária para erguer barracos, à vontade de mudança que leva o acampamento a ser mais que um espaço de moradia e produção. Mas, um espaço de vivência, possibilitando a formação com místicas, músicas e símbolos do MST, sempre resgatando a arte, a cultura, e a essência da história.

É de consenso entre os participantes da pesquisa, que a juventude tem uma função crucial em todo o processo de construção e afirmação da identidade. Em virtude disso, o MST está sempre visando o preparo dessas novas gerações, com o objetivo de fortalecer as bases através da inserção dos jovens em toda a sua estrutura organizativa. Conforme exposto por Santos (2007),

Essa “atenção” aos jovens, como parcela específica só começa a partir de 1999. O MST, nas suas reuniões nacionais, começa a discutir formas de envolver ainda mais a juventude na construção do movimento e de um projeto diferente de sociedade. Para isso, organiza mutirões, campanhas de formação, inserção dos jovens nos setores e nas instâncias de decisão, dentre outras (p. 76).

Castro (2005) complementa o raciocínio e indica que compreender o processo de fazer-se jovem no MST mudou a perspectiva de simplesmente abranger o jovem como parte da reprodução política do Movimento. É preciso ir além de tal ótica obsoleta e valorizar âmbitos multifacetados que envolvem estes jovens, lembrando sempre que a cultura se altera, bem como o ser humano. Por fim, é destacado que os pertencimentos juvenis se deram mediante as vivências nos acampamentos, assentamentos, marchas, ocupações e manifestações artísticas.

A maioria dos participantes afirmou que a mística é a motivação para a luta, sendo símbolo de resistência para o movimento. Além de enaltecer as lutas passadas, a mística ajuda os militantes a compreender a realidade, resgatar sua essência, princípios e a importância de cada sujeito na luta pela superação da sociedade capitalista. Outro participante afirma que a mística foi à primeira coisa que chamou sua atenção, pelas músicas, pela alegria do povo, alegando ainda a importância da mesma na formação do ser Sem Terra,

através da construção estética e do conteúdo necessário a ser incorporado e absorvido para que possam ser verdadeiramente agentes do movimento.

Junior e Lambiasi (2005) ressaltam que com as manifestações artísticas, os símbolos foram sendo construídos ao longo da caminhada. Inicialmente com caráter de cunho religioso e que no decorrer das lutas foram agregando novos significados. Os símbolos do MST hoje tem um grande papel de unificar e motivar os Sem Terras fazendo parte da sua identidade.

A bandeira, o hino, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho, os frutos do trabalho no campo etc. Eles aparecem, também, de muitas formas: no uso do boné, nas faixas, nas músicas etc. as músicas são um símbolo muito importante. O próprio Jornal do Sem Terra, para o MST, já é mais do que um meio de comunicação. É um símbolo. O militante se identifica, tem afinidade, gosta dele (JUNIOR; LAMBIASI, p. 75).

No dia a dia, o movimento busca articular a manifestação artística como a mística, e percebe-se que os mesmos encorajam os militantes a lutar e a se enxergar como um grupo. Dessa maneira (JUNIOR; LAMBIASI, 2005), afirmam que a mística se constitui como identidade à medida que se torna esse ponto de encontro, ponto de sutura fundamental no processo de formação identitária do Sem Terra.

*“A mística é a mais linda e representativa das simbologias, ela representa cultura, representa a identidade do povo sem terra, a mística é a sinergia que faz manter viva a esperança de um mundo novo por justiça social e equidade.” (P10).*

Assim como alguns participantes colocaram a questão de que a mística é fundamental para a vida e para a luta. Sem ela na vida cotidiana, perde-se a alegria, a vibração, o interesse e a motivação de viver. Sem mística na luta, perde-se a vontade, a combatividade, a criatividade e o amor pela causa.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma compreensão do movimento Sem Terra de uma forma ampla, e ao mesmo tempo particular, além de conhecermos sua história, razão de existir e importância social, obtivemos uma análise através do olhar de quem o vivencia cotidianamente.

Foi constatado que o MST tornou-se ao longo do tempo muito mais do que uma organização social que luta pela terra. Seus princípios e objetivos visam a transformação da sociedade, para que seja mais igualitária e justa. Para isso, procura está em constante formação, de modo que não perca suas raízes e permita aos militantes uma visão crítica acerca da realidade. Neste sentido, observa-se que o movimento possui uma identidade própria, construída no decorrer da sua história, baseada em aspectos culturais e subjetivos que reforçam a essência de ser Sem Terra. Conforme explana Santos (2007),

A formação política no MST é entendida como um processo que pressupõe uma relação direta entre a prática e a teoria, por isso visa uma ação transformadora, buscando formar homens e mulheres novos, sujeitos da história e construtores de uma nova sociedade (p. 70).

De um modo geral, a pesquisa permitiu a compreensão e descrição de aspectos fundamentais que atuam em conjunto na construção da identidade Sem Terra. Tanto a bibliografia consultada, quanto a análise qualitativa dos resultados destacaram a mística como fator crucial nesse processo, sendo descrita como uma forma de expressão das ideias, de resgate da cultura camponesa, resistência aos opressores e motivação para a continuidade da luta. Além disso, torna-se clara a importância dos jovens como atores essenciais, no trabalho cotidiano, ocupando espaço em todas as instâncias do movimento, e sendo responsáveis por manter viva a sua identidade e propósito.

## REFERÊNCIAS

- ALVAIDES, N. K.; SCOPINHO, R. A. De sem-terra a Sem-Terra: memórias e identidades. **Psicologia e sociedade**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 288-297, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/06.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- ASSIS, L. C.; LANZA, F.; NEVES, J. W. A. A Relação entre Mística, Religiosidade e Política no processo de Mobilização Social do Assentamento Eli Vive (MST - Londrina – PR). **Revista Mosaico**, v. 13, p. 90103, 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/7736>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. Acampamentos Do Mst E Sua Importância Na Formação Da Identidade Do Sem Terra. **Revista**

**Nera**, n. 24, p. 71-85, jan/jun., 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2581>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BOSETTI, C.J. **Da questão agrária à agroecologia**: a narrativa da reforma agrária no Brasil. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p. 82-123. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/qrdv5/pdf/tedesco9788564905764-04.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CASTRO, C. V. S. **A Mística de tornar-se jovem no MST**: a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 142p.

Disponível em:

[http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2005.disserta%C2%BA%C3%BAo.c ar men\\_veronica\\_dos\\_santos-castro.pdf](http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2005.disserta%C2%BA%C3%BAo.c ar men_veronica_dos_santos-castro.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2020.

CIAMPA, A. C. Identidade. In.: ALBERTO, A. A.; et al. **Psicologia Social**: o homem em movimento. 8. Ed. SP: Brasiliense, 1989, p. 39-74.

COELHO, F. “É preciso fazer a mística”: o forjar de uma identidade coletiva sem-terra. **Dimensões**, Vitória, v. 26, p. 325-349, 2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2597>>. Acesso em 06 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 edições. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, N. L.; LAMBIASI, R. P. As manifestações artísticas no processo de construção da identidade coletiva do Sem Terra. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 43, p. 6979, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19797/19103>. Acesso em: 05 nov. 2020.

JUNIOR, N. L. Estudo da Identidade Coletiva de uma Comuna Urbana de Porto Alegre. **Revista Psicologia Política**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 552-568, 2017.

Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519549X2017000300009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519549X2017000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 out. 2020.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 363-376, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792013000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 Nov. 2020.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A História da luta pela terra**. [20--]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

OLIVEIRA, A. A. **Formação e trabalho no Movimento Sem Terra (MST):** processos de resistência do campesinato. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. 231p. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9NYL4R/1/disserta\\_\\_o\\_antoniell\\_pronta.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9NYL4R/1/disserta__o_antoniell_pronta.pdf). Acesso em: 04 nov. 2020.

SANTOS, E. L. JUVENTUDE, FORMAÇÃO POLÍTICA E IDENTIFICAÇÃO NO MST. **Libertas**, Juiz de Fora, p.68 - 81, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18217>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

SILVA, C. G.; PRADA, C. A. Saúde no campo: caminhos percorridos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 5065, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010311042019001300050&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042019001300050&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2020.

WAUTIER, A. M. O trabalho em perspectiva: identidade e subjetividade. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 149-173, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/7929>. Acesso em: 06 Jun. 2020.

ZACCHI, V. J. Narrativa e identidade no MST. **Língua e Literatura**, Sergipe, n. 29, p. 2549, 2007. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114692>. Acesso em: 05 jun. 2020.

## RELACIONAMENTOS ABUSIVOS E MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Amanda Guêis Rodrigues<sup>1</sup>  
Anny Kipper de Souza<sup>2</sup>  
Natalha Castellar Rodrigues<sup>3</sup>  
Vanessa Mozer Calvi<sup>4</sup>

<sup>1,2,3</sup>Acadêmicas do curso de Psicologia

<sup>4</sup>Graduada em Psicologia – Professora Multivix – Nova Venécia

### RESUMO

A violência contra a mulher perpassa as gerações, é relacionada as questões de gêneros que foram assim construídas na cultura e historicamente. Este estudo objetivou compreender o entendimento das mulheres acima de 18 anos, residentes no estado do Espírito Santo, sobre seus conhecimentos acerca de o que é uma relação abusiva e violenta. A coleta dos dados foi realizada através de questionários disponibilizados por formulário do Google. A análise e o tratamento dos dados obtidos foram feitos por meio de gráficos com análises estatísticas. Os resultados apontam números elevados de pessoas que reconhecem o que é uma relação abusiva, como também indicam conhecer alguma mulher que já foi vítima de tal relacionamento. Diante dos altos números encontrados nessa pesquisa destaca-se a necessidade de estudar mais os vieses desse tema, para termos um embasamento efetivo, além de buscar amparar as mulheres que vivenciam tais relações. E assim elas possam ser ouvidas e terem seus direitos resguardados.

**Palavras-chave:** Relação abusiva. Violência contra a mulher. Espírito Santo.

### ABSTRACT

Violence against women crosses generations, it is related to gender issues that were built in culture and historically. This study aimed to understand the understanding of women over 18 years old, living in the state of Espírito Santo, about their knowledge of what an abusive and violent relationship is. Data collection was carried out through questionnaires made available through a Google form. The analysis and treatment of the data obtained were done through graphs with statistical analysis. The results show high numbers of people who recognize what an abusive relationship is, as well as knowing a woman who has already been a victim of such a relationship. In view of the high numbers found in this research, the need to study more the biases of this theme is highlighted, in order to have an effective basis, in addition to seeking to support women who experience such relationships. And so they can be heard and have their rights protected.

**Keywords:** Abusive relationship. Violence against women. Holy Spirit.

### INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres sempre foram consideradas o sexo frágil, incapazes de administrar suas propriedades ou trabalhar fora, seu papel se limitava aos afazeres do lar, filhos e maridos, inclusive o direito ao voto foi conquistado a poucas décadas, mais especificamente em 1932, sendo justamente estes aspectos entre outros de incapacidade cívica, que contribuíram para a dependência da mulher aos homens os quais ao longo da

história da humanidade sempre tiveram seus direitos como cidadãos garantidos, fator importante que resultou no aumento da violência contra a mulher (LIMA; OLIVEIRA, 2016). A violência contra a mulher é um fenômeno permeado por questões de gênero construídas histórica e culturalmente englobando aspectos étnico-raciais, de classe e geração. Políticas voltadas para esta problemática requerem a análise dos aspectos culturais, educativos e sociais, e o trabalho em conjunto de distintos setores, como a saúde, educação, assistência social, justiça, entre outros, com a finalidade de proporcionar assistência integral às vítimas (BRASIL, 2011).

Em conformidade Araújo (2008) descreve que a construção de uma sociedade patriarcal, remete a ideia de que o homem pode ter domínio e controle sobre sua mulher, podendo muitas vezes, usar da violência. Sendo assim, o patriarcado é pode ser entendido como uma influência no ato de violentar independente da forma, visto que este visa a desigualdade e a dominação masculina. Esse modelo de sociedade mostra-se um dos fatores fundamentais para explicar a permanência da mulher em um relacionamento abusivo. Pois, a maioria delas vê essa dominação masculina como algo normal, o que impede o rompimento das relações ou de vivências, e de circunstâncias violentas e de opressão. Assim sendo, é relevante citar que a violência direcionada às mulheres muita das vezes é tratada como problema que só ocorre às pessoas que são marginalizadas socialmente, pessoas de classe baixa, alcoólatras e adquitos, porém sabe-se que a realidade é outra, viver em condições de precariedade pode ser sim mais complexo, mas independe das condições econômicas existentes, qualquer classe social em que a mulher estiver inserida pode ser vítima de relacionamentos abusivos (TELES; MELO, 2017).

Neal (2018) afirma que em relacionamentos abusivos, o abuso ocorre nos relacionamentos gradualmente, apresentando comportamentos sutis que com o passar do tempo se tornam mais evidentes, dentre suas diferentes formas, encontra-se abuso emocional, marcado por comportamentos que visam degenerar e humilhar o outro. O indivíduo abusador deseja controlar o

comportamento do outro e manipular seus pensamentos e percepção (NEAL,2018).

Os maus tratos tanto físicos quanto psicológicos são frequentemente presentes em um relacionamento abusivo. Ao se tratar do abuso psicológico este nem sempre é identificado logo de início pela vítima, uma vez que a romantização do ciúme é algo constante, o que faz com que os abusos sigam cada vez mais frequentes dificultando ainda mais a saída deste. Quando se trata da violência física, temos como empecilho de saída o medo da morte, além da construção de uma sociedade patriarcal em que a desigualdade e o domínio do homem sobre a mulher é algo visto com naturalidade. Assim, desenvolve-se a análise de o porquê a vítima continua investindo em relacionamentos mesmo com a péssima qualidade deste (FORTI; MARTINO; POSSOBON, 2018).

O desrespeito aos direitos primordiais dos seres humanos é violado pelas relações abusivas, se configurando como violência a integridade da mulher, sua qualidade de vida, seu emocional e social (MAIA, CASCAES 2017). Devido aos agravos causados a saúde das mulheres e o número frequente de denúncias das agressões, foram desenvolvidas políticas públicas para assegurar às mulheres em tais contextos, usadas por diversos setores sociais, bem como a dos movimentos feministas. Esse tema é complexo e demanda um trabalho conjunto de diversas áreas, mas cabe destacar que dentro da rede de trabalho direcionadas a essas situações é complicado ainda a integração ocorrer (JESUS, 2015).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E RELACIONAMENTOS VIOLENTOS**

Violência é o ato de utilizar a força física, psicológica ou intelectual para coagir o outro a fazer algo que não quer e/ou não se sente confortável. Está relacionado a dominar outro indivíduo, a qual é uma violação de direitos

(TELES; MELO, 2017). Em virtude disto a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 expõe:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Teles e Melo (2017) afirmam que a violência contra a mulher acontece dentro e fora do ambiente doméstico, não só entre cônjuges, mas entre ex parceiros íntimos.

Mulheres que sofreram abuso sexual, negligência, maus-tratos na infância, que tiveram pai agressor ou um modelo familiar abusivo tendem a repetir tais experiências ao crescer, encontrando-se em condição de violência doméstica (DAY et al.,2003).

Assim sendo, a violência conjugal é consequência do desejo de controle e dominação, de forma que o abuso se manifesta de distintas formas, dentre elas, agressões físicas, abuso psicológico, coerção sexual, comportamentos de manipulação e obsessão (DAY et al.,2003).

Segundo Teles e Melo (2007), dentre as formas de violência descritas, cabe citar a violência de gênero enquanto parte desta problemática, quando o

homem enquanto dominador e intimidador, se configura como agressor da mulher. Consequentemente áreas das ciências humanas utilizam o conceito de gênero para expor as desigualdades socioculturais existentes entre as mulheres e homens, o qual descreve os papéis sociais atribuídos para cada sexo como construídos e estabelecidos ao longo da história, a partir da concepção de que homens são seres superiores e que cabe as mulheres serem submissas, dominadas e dependentes. As autoras compreendem a sociedade patriarcal como responsável pela determinação de papéis estabelecidos a homens e mulheres, que se configuram em relações violentas resultantes da socialização. A cultura e dentro dela os costumes e a educação realizam a manutenção de estereótipos referentes a noção do sexo masculino enquanto possuidor do controle, do domínio e da submissão do sexo feminino (TELES; MELO, 2017).

Quanto as razões que mantem as vítimas em relacionamentos abusivos, estas são geralmente, relacionadas ao medo da retaliação, preocupação com os filhos, esperança de mudanças no parceiro íntimo, falta de rede de apoio assim como dependência financeira e emocional. (DAY et al.,2003). Desta maneira apegadas a esperança de mudança do parceiro e na situação de dependência que vivenciam, as vítimas permanecem no relacionamento, com uma percepção de realidade alterada de modo que está manutenção do ciclo de violência em muitos casos resulta em sua morte (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Consequentemente as vítimas de violência conjugal reagem ao relacionamento abusivo dentro das possibilidades que possuem, resistem, fogem ou evitam conflitos. Em decorrência disto, as consequências da violência conjugal se manifestam em níveis físico e psicológico, as quais o nível físico é evidenciado através de lesões, fumo, distúrbios ginecológicos, invalidez, entre outros, enquanto as consequências psicológicas afetam a autoestima da mulher podendo ter como efeitos a depressão, a fobia, o estresse pós-traumático e/ou o consumo excessivo de álcool e drogas (DAY et al., 2003).

Por constituir um fenômeno que mais realiza denúncias, a violência praticada contra as mulheres ganhou mais atenção, nas últimas décadas o que

resultou no desenvolvimento de políticas públicas em diferentes âmbitos da sociedade. Entretanto por se tratar de um fenômeno complexo, é necessário um trabalho integrado dos diferentes serviços e âmbitos da sociedade, para que seja desenvolvida uma rede eficaz no que tange esta problemática (JESUS, 2015). Posto isto, existem questionamentos e críticas direcionados a desvalorização da situação de violência enquanto problema social e de saúde, a qual é tomada como problema individual da mulher, o que resulta em colegas, vizinhos, familiares, profissionais de saúde e inclusive as vítimas a não considerarem a violência como violação de direitos e desencadeante de prejuízos à saúde (SCHRAIBER et al., 2005).

## 2.2 A ROMANTIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO ABUSIVO

No Brasil, um grande número de mulheres são vítimas de relacionamentos abusivos. Nossa cultura, por meio do consumismo, muitas vezes naturaliza o abuso por meios poéticos e românticos, inibindo os problemas que estes podem vir a causar transformando-o em algo fascinante. Através dessa romantização, as identificações de silenciosas violências se tornam cada vez mais dificultosas, visto que se acredita que seja apenas uma fase do relacionamento que irá passar, embora pesquisas apontem que relacionamentos construídos por uma sustentação abusiva, encaminham-se para fins cruéis para suas vítimas, que muitas vezes sofrem danos irreversíveis (OLIVEIRA; ÁVILA; BASTOS, 2016).

A proximidade entre um relacionamento devastador e a idealização romântica é arriscada, visto que as consequências da violência psicológica oferecem repercussões tão significativas quanto a violência física. A partir da visão de um herói romântico e uma sexualidade feminina temos por idealização que é justificável tudo aquilo que é obra do amor, sejam as agressões, ciúme excessivo, o abuso sexual, a obcecação, assassinatos, ou tantas outras formas de violência automaticamente naturalizadas, convertendo o abuso em amor. Assim, com a romantização do abuso, vindo a transformá-lo em justificativas, conseqüentemente tem-se a concepção de que todo esse romance é o

bastante para vir a excluir a circunstância abusiva da relação, e assim os conceitos de relação destrutiva e idealização de amor são facilmente confundidos (OLIVEIRA; ÁVILA; BASTOS, 2016).

Por temer que a vítima encontre alguém mais atraente, o parceiro acaba desenvolvendo uma grande insegurança, gerando assim um ciúme excessivo que pode vir a ser confundido com um ciúme romântico, o que atualmente é um grande aliado dos relacionamentos humanos, além de ser um grande problema desses relacionamentos. O ciúme ainda é visto como forma de cuidado, de amor, de zelo para com o parceiro, o que não é tão saudável como se parece visto que este tira a confiança do indivíduo, trazendo assim malefícios para o casal. Este ciúme nos relacionamentos abusivos, geralmente não são baseados em fatos coerentes as acusações, os ciúmes excessivos não precisam de pautas concretas e sim de fatos que condizem com sua visão distorcida da realidade para tomar suas decisões (ALMEIDA; RODRIGUES; SILVA, 2008).

Outra forma de encontrar a representação subjetiva do abuso de forma romântica é traves de músicas. Grande parte das letras musicais são baseadas no amor, independentemente de ser platônico, proibido, correspondido, traição, início, meio ou fim de uma relação, etc., discussões de cônjuges são umas das temáticas mais vistas nas músicas, tendo como seu resultado vários fins como: reconciliações, separações, psicopatologias como a depressão e até morte (PIRES, s.d).

Existem também outras formas de abuso no meio musical que trazem letras em que o homem vai em busca de vingança por outro homem ter agredido sua mulher, mas não pelo fato da mulher ter sido agredida, e sim por outro cara ter tocado em “algo” que seria propriedade dele e não do outro. Podemos encontrar também a objetificação da mulher de forma ao qual essa não pode questionar as decisões do homem, pois pode vir a ser humilhada, e abandonada pelo parceiro visto que este está sempre certo sobre tudo o que pensa, diz e faz. Além de letras que tratam sobre brigas e reconciliações, onde no meio desta existe até as agressões e terminam passando a mensagem de

que as brigas além de serem consideradas normais, são também um motivo de estimular a excitação da relação (PIRES, s.d.).

Romantizar o abuso é uma forma de mostrar que brigas e ciúmes, são comuns, que caso uma mulher venha a ser agredida esta não precisa importar-se com o ocorrido pois logo tudo irá se resolver. Não leva-se em conta que o início das agressões por meio verbal e psicológico podem ir se agravando até que se dê início a agressões físicas, podendo levar até ao homicídio. Vale-se ressaltar também que o consenso populacional é de que brigas, agressões são algo que somente o casal deve tratar sobre, não podendo ninguém interferir, o que pode vir a causar muitos traumas na vítima que não consegue pedir ajuda, vindo a ocorrer algumas vezes até a morte desta (PIRES, s.d.).

### 2.3 RELACIONAMENTO ABUSIVO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E QUAIS AS POSSÍVEIS ATUAÇÕES DO PSICÓLOGO

Nem sempre foi problema de saúde pública a violência direcionada a mulher, antes estas não recebiam o amparo e por fim se submetiam a vivenciar tais situações de violência, não debatendo questões de gênero e assim tinham que conformar com a sua vida. As violências se manifestavam pelas gerações pelo entendimento se a mãe passou por uma relação marcada por violências, a filha poderia viver da mesma forma, aprendendo que uma relação abusiva é normal, alienando os indivíduos. Entendemos que a violência sempre foi o modelo de poder do homem como forma de controlar a companheira (SOUZA; CASSAB, 2010).

O entendimento de violência contra a mulher não articulado com a compreensão do que é a saúde da mulher e o que é gênero proporciona a organização de serviços que conseqüentemente não irão atender às necessidades. As intervenções em contexto de violência direcionadas a saúde das mulheres exige uma nova forma do entendimento do que é ser mulher, para assim redirecionar o entendimento do que é saúde, assistência, e atenção à saúde do ponto de vista de termo gênero. Isso ocorreu a partir dos movimentos feministas na luta para a concretização de ações governamentais direcionadas as mulheres e principalmente as que sofrem violências (PORTO,

et. al, 2003). As buscas pelas melhoras nos quadros de saúde estão relacionadas às modificações nas relações afetivas. Modificações no que tange ao sistema de saúde de nosso país, de passar de ações curativas para ações preventivas, a fim de adquirir os direitos sociais. É indispensável ações do governo relacionadas à educação, saúde, lazer para amparar as mulheres e diminuir a violência contra estas (SOUZA; ROS, 2006).

A Lei nº 11.340 (2006) descreve que:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (LEI nº 11.340, 2006, p. 1).

Entende-se também que os problemas decorrentes de violências nas relações não são reconhecidos por muitos profissionais, bem como os psicólogos sociais e da saúde. Entendendo isso, surge a necessidade de se estudar os relacionamentos abusivos em nossa sociedade (CARDOSO, 2008).

Em um relacionamento abusivo é notável por parte das mulheres a consentir e omitir os comportamentos abusivos do parceiro, podendo agravar ainda mais a situação. A partir disso é notável a importância de um trabalho multiprofissional direcionado as mulheres vítimas de relacionamentos abusivos, inserindo o trabalho do profissional psicólogo (SOUZA, 2019).

A função do profissional psicólogo é acolher, ouvir, orientar, trabalhando na autoconfiança, na imagem que a pessoa tem dela mesma, colaborando na consolidação da autenticidade, a fim de resgatar seus projetos, decisões, fortificando sua identidade e situação de indivíduo, readquirindo as competências de enfrentar e vencer os prejuízos causados por um relacionamento abusivo (SOUZA, 2019). São evidentes os princípios fundamentais que norteiam a prática do profissional psicólogo, de acordo com seu código de ética, podendo assim destacar o segundo princípio em que “II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014, p. 7).

A função da psicologia deve abarcar os sofrimentos e sentimentos trazidos pelas mulheres relacionados às suas vivências, sobre a dependência emocional, questões relacionadas à culpa e constrangimento e por pensarem que merecem estar naquela situação mesmo apresentando as possíveis soluções de sair desse relacionamento abusivo, devido a isto muitas mulheres se sentem responsáveis, correspondente do que é repassado socialmente do que é ser mulher. Entende-se assim que é relevante trabalhar com intervenções psicológicas relacionadas à corresponsabilização, direcionado a serviços de especialização de grupo de mulheres que mesmo com ações de empoderamento ainda permanecem nos relacionamentos abusivos (PORTO; MALUSCHKE, 2012).

É notório que a sociedade influencia no entendimento do que é relacionamento abusivo e por fim acaba culpando a mulher, conservando a superioridade de gênero, omitindo os prejuízos psicológicos que o abuso causa nas mulheres. É imprescindível a importância de discutir sobre esse tema a fim de desconstruir padrões sociais que fomentam as relações de violência entre gêneros, e promover políticas públicas e leis que auxiliem nas várias formas da saúde das mulheres. Assim, entende-se que o psicólogo tem função relevante, pois apresenta função de contribuir para o bem-estar dos indivíduos e em seus direitos como cidadãos, além do preparo para a compreensão de individualidade da mulher e do entendimento do que é o abusador (SOUZA, 2019).

De acordo com Guimarães e Pedroza (2015) dessa forma a comunicação entre os aspectos éticos, culturais e os políticos deve ser contínua com a da análise do funcionamento dos direitos dos indivíduos, e relacionando com a dignidade da humanidade. A partir da violência sofrida entendemos esta como um desrespeito aos direitos garantidos ao indivíduo, relacionando assim ao fato de que a agressão se configura como desprezo pela integridade do outro sujeito, bem como a própria integridade do abusador.

Em conclusão cabe dizer que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as mulheres distingue a rede de atendimento a estas em quatro setores, sendo estes: saúde, justiça, segurança pública e assistência

social. Esta possui duas categorias de serviços, que são os serviços não-especializados de atendimento à mulher como os hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, Centros de Referência de Assistência Social/ CRAS, Ministério Público entre outros, e serviços especializados de atendimento que são particulares ao público feminino que estão vivenciando violência, sendo eles: Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Núcleos especializados de atendimento às mulheres nas delegacias comuns; Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, entre outros (BRASIL, 2011).

Entretanto é necessária a articulação de um trabalho em rede, a qual é definida como a atuação vinculadas das instituições governamentais, não-governamentais e a comunidade para que o acolhimento às mulheres vítimas de violência recebam um atendimento qualificado, amplo, com identificação e encaminhamento corretos. E o desenvolvimento de estratégias de prevenção, para que ocorra o combate nos níveis de assistência, prevenção, e cumprimento de direitos (BRASIL, 2011). De maneira que o psicólogo enquanto parte de uma rede multidisciplinar, diante desta problemática, deve realizar um trabalho de escuta, acolhimento, orientação, desenvolvimento de autonomia e autoestima auxiliando para que a mulher consiga enfrentar a situação e superar as consequências dos abusos (SOUZA, 2019).

### **3. METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA**

O presente estudo teve por base o método quantitativo, tendo por objetivo de estudo a pesquisa descritiva com o objetivo de descrever as características de um grupo ou fenômeno estipulado através da utilização de coletas de dados, por meio de questionários e observação sistemática (GIL, 2002).

A partir disto, o procedimento de pesquisa deu-se a partir de um levantamento, em que buscou investigar mulheres diretamente com intuito de entender certos hábitos, de um determinado grupo de indivíduos, onde se faz a solicitação de elementos correlacionados com o problema investigado, e a

partir desta análise quantitativa, atingir resultados dos dados reunidos (GIL, 2002).

Participaram deste estudo 100 mulheres, com faixa etária de 18 a 62 anos de idade, todas residentes no Espírito Santo. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário online por meio de um formulário do Google, que continham perguntas objetivas, visto que este é um instrumento que contém perguntas que podem ser respondidas pelo entrevistado e enviadas de volta para o entrevistador não tendo a necessidade do mesmo estar presente (MARCONI; LAKATOS, 2017). Iniciando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo este imprescindível para a participação, permitindo assim a divulgação dos resultados obtidos, onde através destes foram feitos os gráficos apresentando os percentuais colhidos em cada questão.

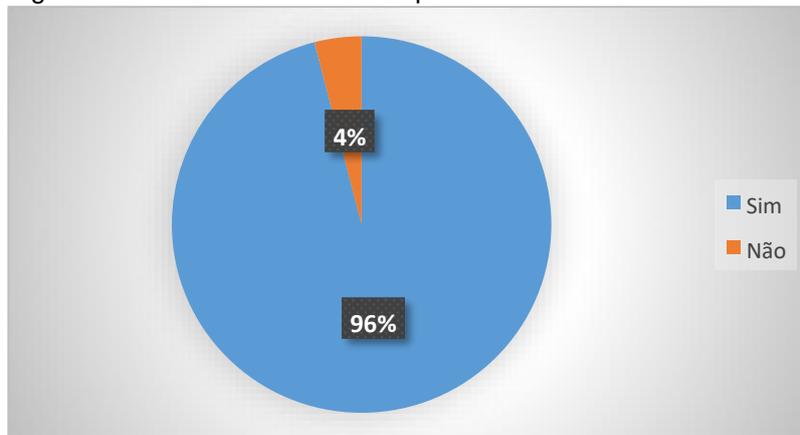
#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por meio do questionário de levantamento de dados foi possível identificar unidades de significado que compõem a compreensão de cada participante, sendo: o entendimento do que é um relacionamento abusivo; se já vivenciou um relacionamento abusivo seja desta mesma ou de uma próxima, se já sofreu violência física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral; se ao se sentir violada buscou ajuda; qual tipo de violência está sofreu; se tem conhecimento sobre os serviços assistências para a mulher violentada; se em sua cidade possui órgãos de assistência a mulher violentada; e o que está acredita que faz a mulher permanecer em um relacionamento abusivo.

Através do questionário verificou-se que 96% das respondentes compreendem o que é um relacionamento abusivo, das quais 55% vivenciaram este tipo de relação e 95% relataram conhecer alguma mulher que esteve ou está em um relacionamento abusivo (Figuras 1, 2 e 3).

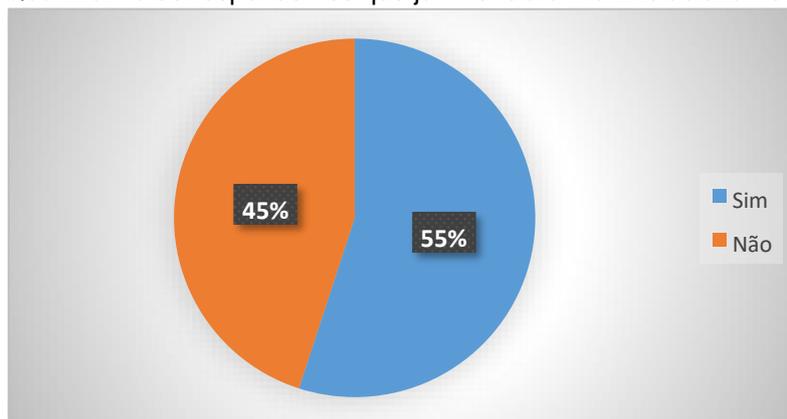
Como demonstra as Figuras 1, 2 e 3:

Figura 1 – Entendimento sobre o que é um relacionamento abusivo



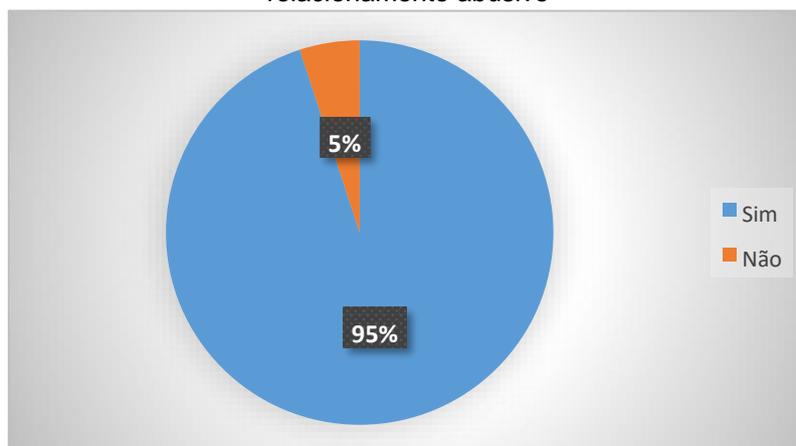
Fonte: produzido pelo autor

Figura 2 – Quantitativo de respondentes que já vivenciaram um relacionamento abusivo.



Fonte: produzido pelo autor

Figura 3 – Quantitativo de respondentes que conhecem uma mulher que já vivenciou um relacionamento abusivo



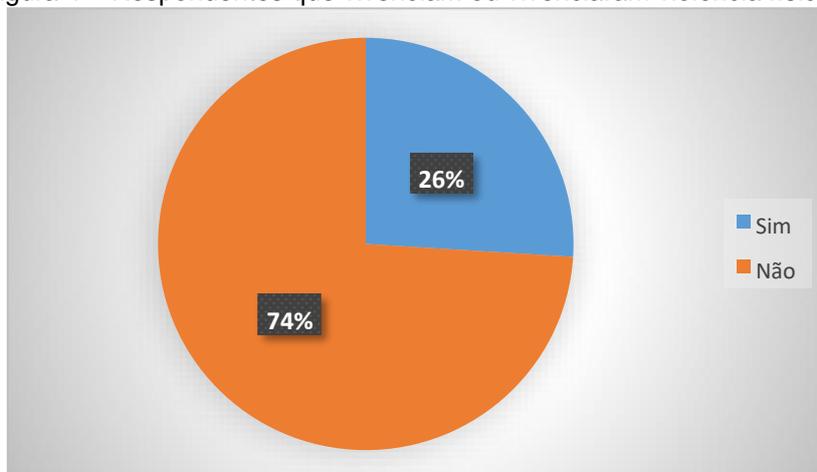
Fonte: produzido pelo autor

Foi questionado as respondentes se as mesmas já vivenciaram algum tipo de violência doméstica e/ou intrafamiliar, sendo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral; A partir dos resultados obtidos constatou-se um índice elevado na ocorrência de violência psicológica seguida pela violência moral. Sendo que, a violência psicológica ocorre com mais frequência nos relacionamentos, na maioria das vezes por meio de humilhação, xingamentos e atitudes desprezíveis. Geralmente é manifestada logo no início do relacionamento, tendo sua durabilidade por todo esse ciclo de violência, no qual com o passar do tempo, além destas, vão surgindo também outras formas de violência. Logo, está se apresenta na fase inicial. O sofrimento psíquico muitas vezes é relatado pelas próprias vítimas como mais penoso que as agressões físicas, e de forma silenciosa, crônica, além de vir a comprometer o psicológico da vítima (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), vindo a interferir na confiança que a mulher dispõe de sua capacidade, a violência psicológica afeta a saúde mental desta, ou seja, interfere na capacidade de aplicar apropriadamente suas aptidões na realização de afazeres pertinentes em sua vivência. Acontecimentos persuasivos de alterações psíquicas podem aparecer devido o trauma, dentre estes o estado de choque, que sucede o episódio de agressão, mantendo-se por horas ou até dias.

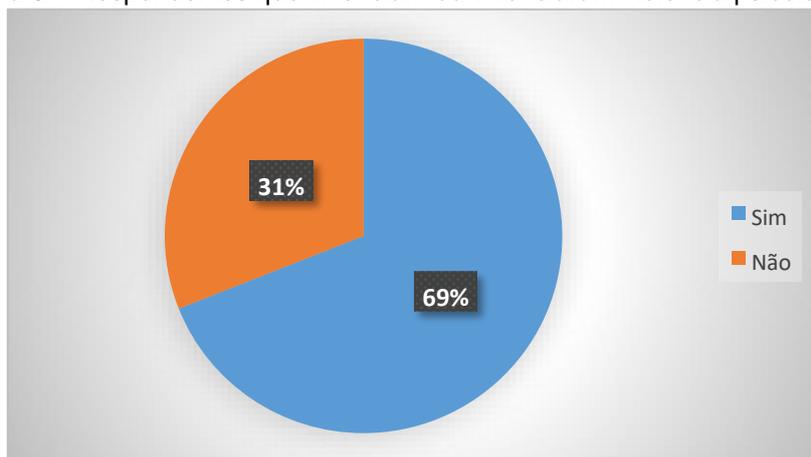
Ainda, dentre as respondentes verificou-se que 62% das mulheres que vivenciaram violência não procuraram ajuda (Figura 9). Em conformidade, o relatório mundial sobre a prevenção da violência aponta que pesquisas populacionais sobre violência cometida por parceiro íntimo contra a mulher indicam que 20% a 60% das mulheres não relataram a violência a ninguém, poucas buscaram ajuda de instituições e serviços de saúde e entre as mulheres que sofreram ferimento, 48% descreveram necessidade de cuidados, entretanto apenas 36% buscaram ajuda (OMS, 2014).

Figura 4 – Respondentes que vivenciam ou vivenciaram violência física.



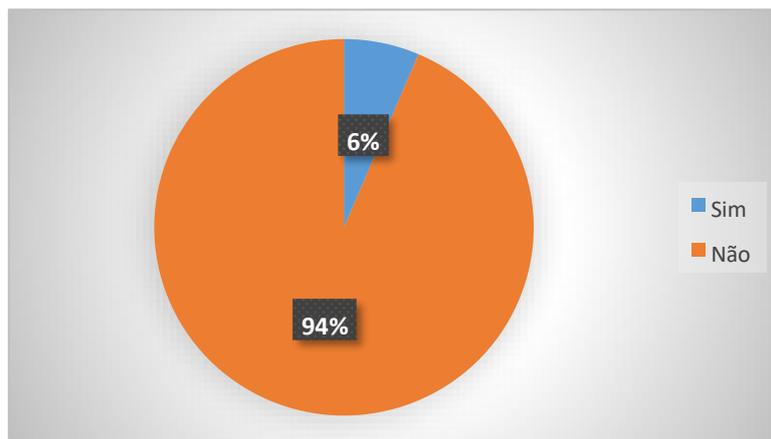
Fonte: produzido pelo autor.

Figura 5 – Respondentes que vivenciam ou vivenciaram violência psicológica.



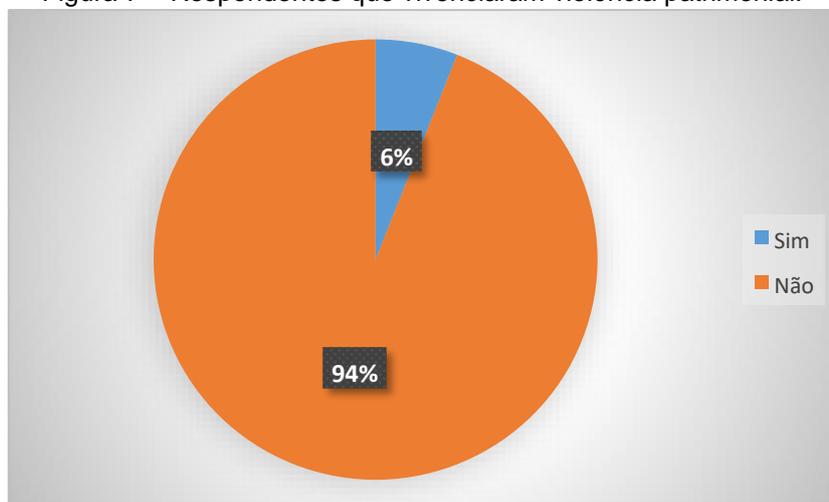
Fonte: produzido pelo autor.

Figura 6 – Respondentes que vivenciaram violência sexual.



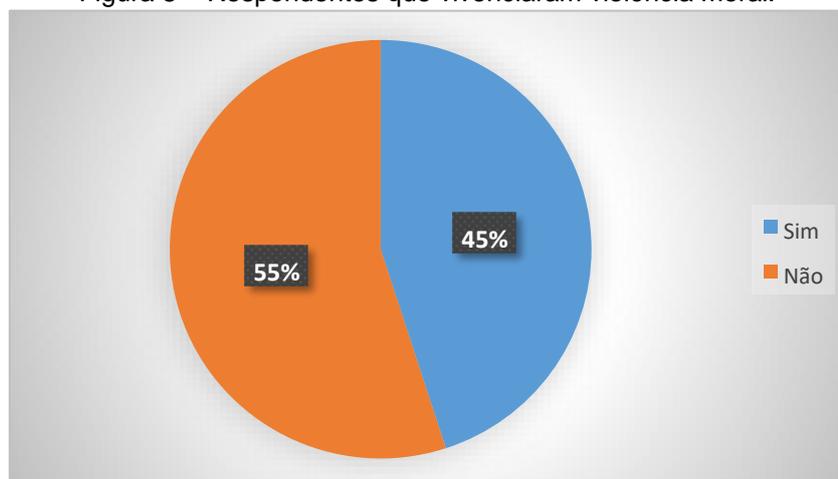
Fonte: produzido pelo autor.

Figura 7 – Respondentes que vivenciaram violência patrimonial.



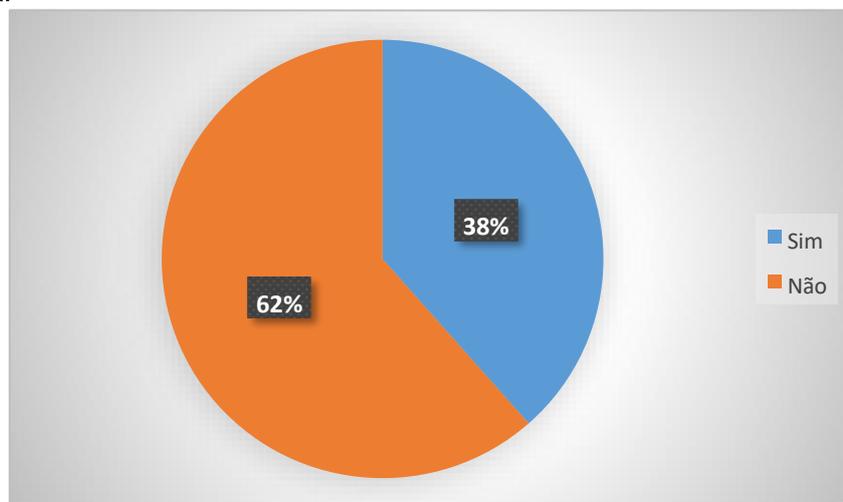
Fonte: produzido pelo autor.

Figura 8 – Respondentes que vivenciaram violência moral.



Fonte: produzido pelo autor.

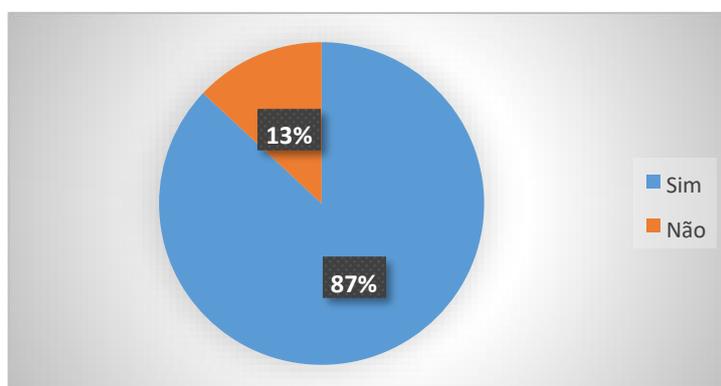
Figura 9 – Número de respondentes que procuraram ajuda ao vivenciar alguma forma de violência.



Fonte: produzido pelo autor.

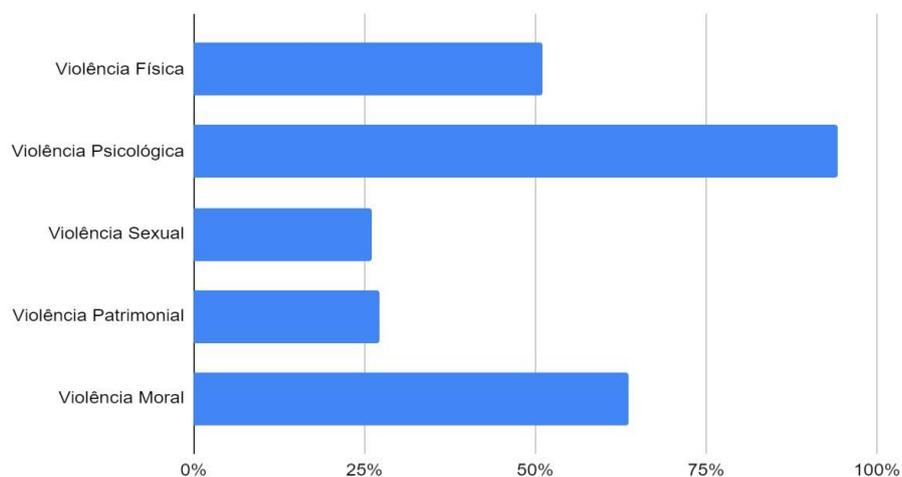
Em continuidade, a pesquisa apontou que 87% das respondentes conhecem mulheres que sofreram ou sofrem alguma forma de violência (Figura 10) e ao assinalar quais os tipos de violência às mesmas sofreram ou sofrem (Figura 11), verificou-se novamente um alto índice de ocorrência de violência psicológica, seguida pela violência moral e violência física. Questionou-se ainda se as mesmas conhecem os serviços assistenciais direcionados a problemática da violência contra a mulher, observando-se que 66% responderam que sim (Figura 12), sendo que dentre as cidades das respondentes apenas 12% possuem órgãos de assistência (Figura 13).

Figura 10: número de mulheres que conhece alguma mulher que já sofreu ou sofre alguma forma de violência.



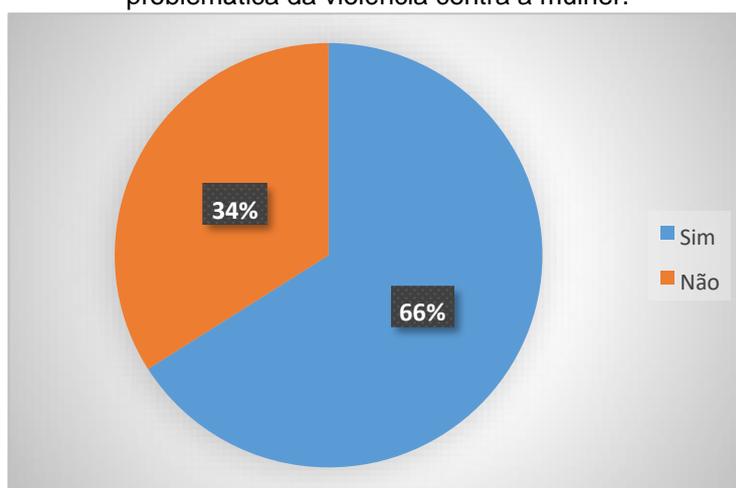
Fonte: produzido pelo autor.

Figura 11: tipos de violência que as mulheres sofreram ou sofrem.



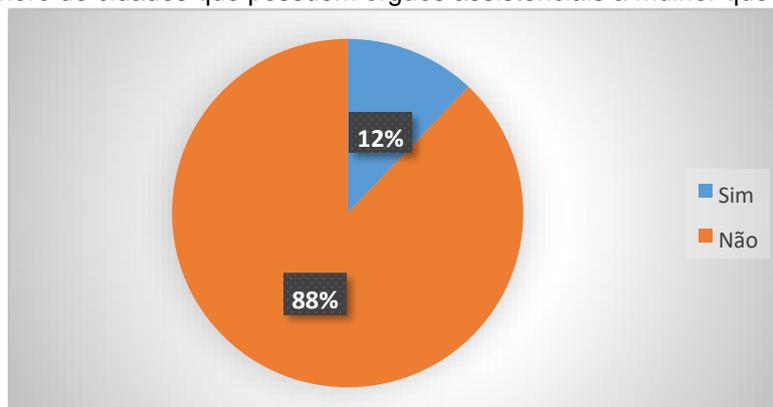
Fonte: produzido pelo autor.

Figura 12: número de mulheres que conhecem os serviços assistenciais direcionados a problemática da violência contra a mulher.



Fonte: produzido pelo autor.

Figura 13: número de cidades que possuem órgãos assistenciais a mulher que sofre violência.



Fonte: produzido pelo autor.

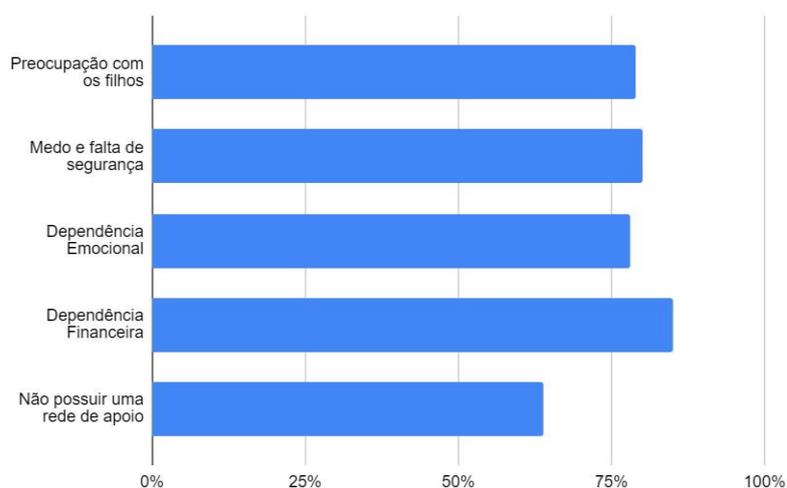
Dessa forma, é relevante citar que Schraiber et al. (2005) descreve que a ocorrência de violência dentro de relacionamentos está relacionada a desigualdade dentro das relações, a qual uma das partes são atribuídos poder e autoridade visto que o machismo enquanto termo que abrange o desmerecimento social do sexo feminino e o enaltecimento do sexo masculino, se faz presente (TENORIO, 2019). O relatório mundial sobre a prevenção da violência (OMS, 2014) apresenta aspectos culturais, sociais, de gênero, desemprego, desigualdade, oportunidades limitadas de educação entre outros, como geradores de ambiente propício à ocorrência de violência.

Visto que, mesmo alcançando destaque em nossa sociedade, as mulheres permanecem ainda com os estigmas, desde a antiguidade, de serem submissas ao sexo masculino, sendo muita das vezes menosprezadas, sujeitadas culturalmente e por seus familiares a vivenciarem relacionamentos abusivos, calando-se para as agressões e assim padecendo (CRUZ et. al 2018). As mulheres no ambiente doméstico pelos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) podem vivenciar algum tipo de violência dentro desse contexto um equivalente a 65% destas. E nos anos 2000 a OMS destacou que entre três mulheres uma dessas pode sofrer um determinado tipo de abuso no decorrer de sua vida, em que o destaque para o ato de violência direcionado a mulher é pelos próprios companheiros (VITÓRIA, 2010)

Para finalizar a pesquisa questionou-se às respondentes quais os motivos que em sua percepção, mantém uma mulher em um relacionamento

abusivo e agressivo, observando-se que todos os aspectos expostos apresentaram um alto índice, sendo estes, a preocupação com os filhos, medo e falta de segurança, dependência emocional, dependência financeira e não possuir uma rede de apoio, como demonstra a Figura 14.

Figura 14: o que leva a mulher a permanecer em um relacionamento abusivo.



Fonte: produzido pelo autor.

A partir das investigações efetuadas por Cardoso (2008), um dos motivos para a permanência nas relações violentas do sexo feminino pode ser entendida por questões socioeconômicas e psicossociais. Nas socioeconômicas um dos fatores predominantes é relacionado ao receio de onde morar com os filhos após o término do relacionamento, e de não receber auxílio dos familiares para sobreviver. Entende-se assim que a existência de filhos pode ser entendida como um dos motivos para a permanência nos relacionamentos, bem como não estar empregada, a conservação dos bens obtidos e até mesmo a saúde do companheiro. Na esfera psicossocial os fatores emocionais são desencadeados como motivos de permanência nos relacionamentos abusivos, o companheiro pode fazer promessas que irá abandonar o uso de álcool, por exemplo, bem como a própria mudança de comportamento, passando de ora violento para calmo, fazendo com que as mulheres acreditem que estes irão mudar suas condutas de acordo com as suas promessas, se sentindo motivadas a permanecerem nos relacionamentos.

Portanto, frequentemente mulheres em relacionamentos abusivos não possuem estrutura e recursos específicos que possibilitem a necessária mudança de perspectiva, sendo neste ponto que entra a psicologia, a qual deve desempenhar o papel de mediadora do conflito, possibilitando que a mulher reconstrua sua autoestima, autonomia, segurança caminhando para a independência e dessa maneira contribuindo para o empoderamento feminino (FORTI; MARTINO; POSSOBON, 2018).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência contra a mulher e o relacionamento abusivo é perpassada historicamente e permeado na sociedade em que o machismo é perceptível e as consequências na saúde mental das vítimas mulheres é observado em tais relações.

Este estudo teve como objetivo geral investigar se as mulheres maiores de 18 anos de idades compreendem o que é o relacionamento abusivo, as formas de violência e se assim já estiverem em uma relação perpassada por agressões sejam elas das diversas formas que podem configurá-las e se conhecem alguma mulher que já sofreu ou está em sofrimento em uma relação abusiva. Assim tal finalidade desse trabalho é entender a importância de se conhecer o tema abordado, bem como os direitos e órgãos que podem auxiliar as vítimas mulheres.

Percebe-se como aspecto preponderante de motivos que levam a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos as questões econômicas e sociais, como o medo de não conseguir se manter sem o parceiro, desemprego e se tiver filhos isto pode ser também um fator para a permanência. Os aspectos psicológicos também são uma das questões que fazem com que mulheres fiquem em relações abusivas, de esta mesmo se sentir culpada por tal relação.

Por fim entende-se que estas mulheres que estão em relações perpassadas por agressões, muitas das vezes não possuem as estruturas para as transformações de sua condição de vida, em que é fundamental a

importância de um profissional psicólogo para cumprir seu papel e auxiliar a mulher vítima de relação abusiva e violência reerguer sua autoestima, segurança, independência na busca assim de que estas percebam seu valor e que possa ocorrer o empoderamento dessas mulheres.

Conclui-se que esse tema carece de estudos e a continuidade de pesquisas para aprofundar sobre a temática e alcançar mais mulheres para que possam assim se ter a compreensão do que é uma relação abusiva e perceber a importância de cuidar da saúde mental.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago de; RODRIGUES, Kátia Regina Beal; SILVA, Ailton Amélio da. O ciúme romântico e os relacionamentos amorosos heterossexuais contemporâneos. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v.13, n.1, p. 83-90, Abr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413294X2008000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2008000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher**: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 22 abril 2020.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de ago. de 2006. **Lei Maria da Penha**. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm) > Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-aviolencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-asmulheres>>. Acesso em 15 de jun. 2020.

BRASIL. **Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-aviolencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-asmulheres>>. Acesso em 15 de jun. 2020.

- CARDOSO, Nara Maria Batista. Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética do profissional psicólogo**. Brasília, nov. 2014.
- CORTIZO, Maria del Carmem; GOYENECHE, Priscila Larratea. Judicialização do privado e violência contra a mulher. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.13, n. 1, jan./jun., 2010.
- DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria**, Rio Grande do Sul, v.25, p. 9-21, abr. 2003.
- FONSECA, Denire Holanda; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. [S. l.]. Psicologia & Sociedade, n.24(2), p.307-314, 2012.
- FORTI, Beatriz; MARTINO, Mariane Fernandes; POSSOBON, Rafaela Francisca Sniquer. **Dependência Emocional de Mulheres e a Permanência em Relacionamentos Abusivos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) - Curso de Psicologia, Faculdade de Americana, Americana, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia e sociedade**, Belo Horizonte, v.27, n.2, 2015.
- JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- LIMA, Marwyla Gomes de. **Leia Maria da Penha em Natal/RN: limites e possibilidades no combate à violência de gênero contra a mulher**. Dissertação (mestrado em serviço social) – Centro de ciências sociais aplicadas, Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- MAIA, Laura Rodrigues; CASCAES, Neide. **A cultura do machismo e sua influência na manutenção dos relacionamentos abusivos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Curso em Psicologia, Universidade do sul de Santa Catarina, [S.L], 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- NEAL, Avery. **Relações destrutivas: se ele é tão bom assim porque eu me sinto tão mal**. São Paulo: Gente, 2018.

OLIVEIRA, F. M. A.; ÁVILA, F. J. P.; BASTOS, N. M. C. Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa: a ineficácia da lei maria da penha.

In: **IX Encontro De Pesquisa E Extensão Da Faculdade Luciano**

**Feijão**, 2016, Sobral – CE. Anais eletrônicos... Sobral – CE: Faculdade Luciano

Feijão, 2016. Disponível em: <[https://flucianofejao.com.br/novo/wp-](https://flucianofejao.com.br/novo/wp-Content/Uploads/2019/03/Romantizacao_Do_Relacionamento_Abusivo)

[Content/Uploads/2019/03/Romantizacao\\_Do\\_Relacionamento\\_Abusivo](https://flucianofejao.com.br/novo/wp-Content/Uploads/2019/03/Romantizacao_Do_Relacionamento_Abusivo)

[\\_Uma\\_Violencia\\_Silenciosa\\_A\\_Ineficacia\\_Da\\_Lei\\_Maria\\_Da\\_Penh](https://flucianofejao.com.br/novo/wp-Content/Uploads/2019/03/Romantizacao_Do_Relacionamento_Abusivo)

[A.Pdf](https://flucianofejao.com.br/novo/wp-Content/Uploads/2019/03/Romantizacao_Do_Relacionamento_Abusivo)>. Acesso em: 5 mar. 2020.

PIRES, Marcos Cordeiro. **A naturalização da violência contra a mulher na música popular brasileira.** [S.L], [sd.]. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/usar%20topico%202.pdf. Acesso em: 22 de jun. 2020.

PORTO, Madge. et al. A saúde da mulher em situação de violência: representações e decisões de gestores/as municipais do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a06v19s2.pdf>>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

PORTO, Madge.; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia. Sursis Nobre Ferro. Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no distrito federal. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.17, n.2, abr./jun., 2012.

SCHRAIBER, Lilia Blima. et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos.** São Paulo: UNESP, 2005.

SOUZA, Andressa da Silva. Relacionamentos abusivos: consequências psicológicas em mulheres que o vivenciam. In: 17º Congresso De Iniciação Científica Da Fasb, Bahia, 2019. **Anais eletrônicos**, Bahia, 2019. Disponível em: < file:///C:/Users/Usuario/Downloads/492-1586-1-SM%20(4).pdf>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

SOUZA Hugo Leonardo de.; CASSAB, Latif Antônio. Feridas que não se curam: a violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. In: Simpósio Sobre Estudos De Gêneros E Políticas Da Uel, Londrina, 2010. **Anais do I**

**Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2010.

Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf>>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

SOUZA, Patrícia Alves de.; ROS, Marcos Aurélio da. Os motivos que mantêm as mulheres vitimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 40, 2006.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ZANELLA, A. V. et al. (Orgs.). **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 260-272.

## SISTEMA EDUCACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE EMOCIONAL DO ESTUDANTE

Maria Clara de Souza Caldas<sup>1</sup>  
Sônia Maria Thomaz de Oliveira Gonçalves<sup>1</sup>  
Stéfany Késsia de Souza<sup>1</sup>  
Naiara Ferreira Vieira Castello<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas do curso de Psicologia

<sup>2</sup>Professora Multivix – Nova Venécia

### RESUMO

Este estudo têm o intuito de promover conhecimento e reflexão acerca da importância do sistema de ensino na formação do estudante e descrever como a capacitação mental, emocional e pedagógica do conjunto educacional dentro do contexto escolar público tem influência no desenvolvimento do estudante. Buscando identificar a experiência subjetiva dos estudantes no ambiente do contexto escolar. Estabelecer as estratégias e incluir o que foi proposto até aqui, permite que a motivação do aluno seja utilizada a favor da aprendizagem, tornando a participação do mediador indireta, objetivando que o aluno estabeleça suas formas de desenvolver-se, conscientemente, concebendo um sujeito ativo. Consiste em uma pesquisa de base secundária que investigou a influência do sistema educacional brasileiro na construção da saúde emocional do estudante. O artigo propõe a contribuição de um novo olhar educacional, de forma abrangente e enriquecedora, resultando em uma nova perspectiva sobre a postura dos profissionais formadores do conjunto educacional, com didáticas pedagógicas que podem agregar conhecimento tanto aos profissionais quanto aos estudantes.

**Palavras-chave:** Saúde emocional, Ensino, Estudante.

### ABSTRACT

This study aims to promote knowledge and reflection on the importance of the education system in student training and describe how the mental, emotional and pedagogical training of the educational set within the public school context has an influence on student development. Seeking to identify the subjective experience of students in the environment of the school context. Establishing strategies and including what has been proposed so far allows the student's motivation to be used in favor of learning, making the participation of the mediator indirect, aiming for the student to establish his ways of developing himself, consciously, conceiving an active subject. It consists of a secondary-based research that investigated the influence of the Brazilian educational system in the construction of the student's emotional health of the educational set, with pedagogical didactics that can add knowledge to both professionals and students.

**Keywords:** Emotional health, Teaching, Student.

## 1. INTRODUÇÃO

O atual estudo elaborado consiste em uma pesquisa de base secundária que investigou a influência do sistema educacional brasileiro na construção da

saúde emocional do estudante. Desta forma abrange as construções históricas e reais do vigente ensino público. O desenvolvimento humano é analisado em diversos aspectos, estando em pauta nas pesquisas que buscam descrever as diferentes questões da existência. No entanto, ao falarmos desse desenvolvimento, em uma perspectiva educacional, que coloca em evidência a aprendizagem do indivíduo, as abordagens, incluem processos caracterizados como biopsicossociais.

Considerando a relevância do processo que produz conhecimento, pode-se compreender que este está associado à educação escolar, e as ações pedagógicas fazem parte do desenvolvimento da aprendizagem, mas existem também outros fatores para que ocorra, estando associado também a diferentes mediações e significações que formam a consciência do sujeito. Consciência, como campo da percepção. (BRANCO; CIRINO, 2016; BRANCO, 2010).

O artigo propõe a contribuição de um novo olhar educacional, de forma abrangente e enriquecedora, resultando em uma nova perspectiva sobre a postura dos profissionais formadores do conjunto educacional, com didáticas pedagógicas que podem agregar conhecimento tanto aos profissionais quanto aos estudantes.

Com isso, foi efetuada uma pesquisa baseada em propostas, que visam a qualidade do ensino ofertado aos estudantes no Brasil levando em consideração a importância desse ensino na construção da saúde emocional, para que a partir daí fosse desenvolvido um conteúdo qualitativo para a construção do atual estudo, resultando no levantamento de ferramentas já existentes que possam auxiliar o próspero processo de evolução de cada indivíduo seja ele estudante ou professor.

Debater este assunto é de grande relevância, pois pode ampliar as contribuições para qual formação o estudante, dentro do sistema educacional público recebe, sendo evidente a influência direta na edificação emocional e moral do sujeito. Evidenciam-se também propostas pedagógicas possíveis que agregam conhecimento, podendo influenciar na construção gradativa da formação do cidadão democrático, tornando-se assim de grande interesse no meio acadêmico-científico.

Desta maneira, as contribuições deste estudo têm o intuito de promover conhecimento e reflexão acerca da importância do sistema de ensino na

formação do estudante e descrever como a capacitação mental, emocional e pedagógica do conjunto educacional dentro do contexto escolar público tem influência no desenvolvimento do estudante. Buscando identificar a experiência subjetiva dos estudantes no ambiente do contexto escolar.

O artigo sugere didáticas voltadas para saúde emocional do estudante no contexto educacional, analisando o comportamento ético do conjunto educacional, dando enfoque no profissional que atua dentro da sala de aula. Elucida qual é o impacto do sistema de ensino na formação do sujeito, comparando a relação da educação estabelecida por lei com o sistema educacional brasileiro.

Este trabalho utiliza de ferramentas metodológicas do tipo exploratória e tem como objetivo a identificação de uma problematização que poderá ser alvo de pesquisas futuras, no que tange o tema explanado. Uma pesquisa exploratória está presente em pesquisas bibliográficas e estudos de caso com objetivo de trazer maior familiaridade com o problema, assim, explicitando-o e sendo possível construir hipóteses através deste (MATIAS-PEREIRA, 2019).

O presente estudo trata-se de um projeto embasado em pesquisa bibliográfica. Esta última é aquela que se realiza de acordo com Severino (2007), a partir.

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Desse modo, foi anteposto esse tipo de estrutura.

A pesquisa é de fonte secundária, sendo o conteúdo embasado em materiais previamente analisados e publicados. De acordo com Mattar (2014),

[..] dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados e que estão catalogados à disposição dos interessados. As fontes básicas de dados secundários são: (...) publicações, governos, instituições não governamentais e serviços padronizados de informação de marketing (p. 487).

Para caracterização da amostra, foram coletados dados referentes à construção do sujeito no âmbito escolar e como se dá a influência do sistema

educacional na saúde mental do estudante. Foram utilizadas pesquisas de autores recentes, no entanto, foi necessário o embasamento de teóricos pioneiros no presente tema. As principais fontes de dados utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram o Google Acadêmico, sites oficiais de periódicos científicos e livros.

Após o levantamento de dados foi feita a consolidação, expressos em artigo científico. Logo, sobre uma abordagem qualitativa, os principais levantamentos foram analisados, categorizados e discutidos para que ao finalizar tenha-se uma resposta para o problema de pesquisa.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS PARA SAÚDE EMOCIONAL DO ESTUDANTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Com a grande demanda evidenciada nas últimas décadas sobre a qualidade da saúde emocional dos estudantes, a presente discussão engloba um conjunto de defesas envolvendo vários autores sobre a experiência subjetiva dos estudantes no processo educacional, envolvendo pontos de construção do sujeito como o social, familiar, educacional e subjetivo. Escario (2014), apresenta a ideia central de Rogers sobre a visão centrada no aluno.

Sua proposta de atuação pedagógica coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem, produzindo um conhecimento baseado na experiência significativa e tendo na figura do professor o suporte necessário e um facilitador deste processo. [...] Clarificando ainda mais o tema, Rogers propôs uma educação inovadora, que subvertia a relação de poder da educação tradicional. Nesse processo de aprendizagem, o ensino centra-se no aluno e o professor confia na capacidade de um aprendizado autônomo. A disciplina, antes externa é substituída pela autoavaliação e pela autodisciplina (ESCARIO, 2014, p.83-84).

Neste sentido Escario (2014) aborda de forma clara e concisa que a adaptação e constituição do sujeito no âmbito escolar é profunda, subjetiva e singular, fazendo parte deste conjunto de fatores constitutivos o professor, ou seja, o facilitador do estudante, que dentro deste ensino tem total influência e

funcionalidade no processo de aprendizado mental, emocional e cognitivo considerando sempre sua tendência atualizante, esta, como sendo a visão do aluno em relação ao profissional em constante busca de atualizar-se. Considerando a forma relacional do vínculo entre professor e aluno, que torna possível o envolvimento do estudante, possibilitando a aprendizagem o desenvolvimento do sujeito.

Algumas mudanças pedagógicas podem auxiliar na formação plena do conhecimento sendo acrescentadas e modeladas para melhor adaptação e construção do conhecimento e da relação clara e confiante entre estudante e professor. O que Almeida (2012) frisa em sua construção é a importância do manejo correto das situações e energias para que tudo funcione de forma coerente tanto no âmbito da saúde emocional, quanto no desenvolvimento cognitivo.

Toda situação nova gera uma situação de imperícia, e toda situação de imperícia gera ansiedade. Baixar a ansiedade garante a plena utilização do funcionamento cognitivo, e isso se consegue retirando ameaças da situação de aprendizagem. À medida que a ameaça diminui, a criança se cansa menos e aprende melhor; com menor desgaste emocional, terá maior energia para aprender (ALMEIDA, 2012, p.341-348).

De acordo com Varani, Campos e Rossini (2019), antes de abordar qualquer forma de auxílio na construção e adaptação no âmbito escolar, é de extrema relevância frisar o primeiro contato com a linguagem que se dá também pela alfabetização, sendo que, ela faz parte do início do processo da história da vida. Em que o sujeito se percebe no mundo e atua sobre ele, através da capacidade de dar significado e de saber como interpretar esses significados ao expressar-se por meio da linguagem.

Outras formas de adaptação não menos relevantes e que muitas das vezes são banalizadas e esquecidas por falta de aperfeiçoamento como olhar, ouvir e falar de forma clara e sincera ao aluno que por falta de conhecimento ou o simples fato de não saber se expressar de forma categórica e socialmente esperada, acabam externalizando comportamentos e atitudes não esperados, confusos ou não aceitos pela própria instituição gerando transtorno e confusão por falta de capacitação dos próprios profissionais da escola. Desta forma é de grande valia a capacitação e investimento na orientação de tais profissionais.

(ALMEIDA, 2012).

Almeida (2012) ainda ressalta.

A observação desses sinais é importante para modular a ação do professor. Observar é evidentemente registrar o que pode ser verificado. Mas registrar e verificar é ainda analisar, é ordenar o real em fórmulas, é fazer-lhe perguntas” (Wallon, 1975, p. 16). Fazer perguntas ao real é uma boa tática para o professor (ALMEIDA, 2012, p.341-348).

Rogers afirma que a aprendizagem é o caminho para um novo saber, sendo que o sujeito que compreende que a educação é feita para si e para o outro, e a partir do momento que eu me educo, estou me educando para o outro, e aprendendo comigo me permito aprender com o outro, sendo este o grande ponto da evolução. (ROGERS 1975). Acreditar na mudança é uma grande didática que pode ser utilizada na evolução da saúde emocional dos estudantes, Rogers (1975) enfatiza.

Enfrentamos, a meu ver, situação inteiramente nova em matéria de educação, cujo objetivo, se quisermos sobreviver, é o de facilitar a mudança e a aprendizagem. O único homem que se educa é aquele que aprendeu como se adaptar e mudar; que se capacitou de que nenhum conhecimento é seguro, que nenhum processo de buscar conhecimento oferece uma base de segurança. Mutabilidade, dependência de um processo, que antes que de um conhecimento estático, eis a única coisa que tem certo sentido como objetivo da educação, no mundo moderno (ROGERS, 1975, p. 107).

Em sua obra, “Liberdade para aprender”, Carl R. Rogers (1973) pontua o quanto a aprendizagem é funcional na vida do sujeito, o tornando ativamente protagonista de sua evolução, movendo o saber em direção a ações resultantes da clareza experiencial que o vivenciado produz, que através da liberdade torna consciente a percepção de si e do outro, podendo assim agir no mundo e ser nele. Os sujeitos são dotados de potencialidades, e movem-se em direção a transcender.

Enfatizando o crescimento e desenvolvimento do estudante, e do profissional, que pode ser um canal no contexto escolar. Abrangendo sua construção mental dia após dia, Molgilka (1999) defende a ideia de liberdade educacional emancipatória. Tornar a educação uma ação direcionada ao interesse do aluno, possibilita que aprendizagem aconteça de forma motivada,

atentando para que os interesses educacionais sejam direcionados, porém não impostos a práticas obrigatórias. Passam, a ser intimamente relacionadas as necessidades do indivíduo. Estabelece-se então, uma educação democrática, que educa para a autonomia. (MONTTOYA, 2017; MOGILKA, 1999)

Com a mesma linha de defesa, Carvalho (2015), parte do pressuposto de liberdade em consonância com a autoridade emancipatória consciente.

Frisando o que ocorre no modelo educacional vigente.

É verdade que, sob a égide do poder estatal e dos ditames do mercado, o significado público da formação educacional tem muitas vezes cedido passos à mera conformação social a partir de práticas impregnadas de coerção e violência. É igualmente verdadeiro que muitas vezes lançase mão do termo autoridade para justificar o que não passa de uma tentativa dissimulada de dominação e produção de uma obediência cega e sem sentido (CARVALHO, 2015, p.985).

Em se tratando de desenvolver uma educação aliada a uma nova forma de saber e estratégias pedagógicas que proporcionem uma liberdade de expressão, o fato da alienação com enfoque que Varani, Campos e Rossini (2019) afirmam, se baseia em uma educação que tem pressa em formar estudantes sem qualidade e acabam formando quantidades de estudantes sem preparação para esta sociedade consumidora que, sem um mínimo de senso crítico, são formados esses seres que acabam se tornando, em sua grande maioria, moldados a um contexto capitalista, perpetuando durante anos, pelo simples fato que não foram preparados para viver nessa globalização cada vez mais acelerada.

Desta forma, a oportunidade de se trabalhar em cima deste velho assunto, é um ponto que pode ser revertido e transformado em uma nova técnica e ferramenta pedagógica a favor tanto dos que aprendem quanto dos que ensinam, quebrando assim, uma barreira que há séculos é mantida como imutável e aos poucos essa nova forma de aprender e ensinar vai se sustentando e ganhando força pelo simples fato de ser um saber que valoriza a simplicidade de ser um ser humano capaz de enxergar suas dificuldades, não como barreiras, mas como possíveis novas formas de aprender a lidar com as dificuldades. (MOGILKA, 1999; VARANI; CAMPOS; ROSSINI, 2019; MONTTOYA,2017)

## 2.2 O COMPORTAMENTO ÉTICO DOS PROFISSIONAIS DANDO ENFOQUE NO PROFISSIONAL QUE ATUA DENTRO DA SALA DE AULA

De acordo com um grupo de teóricos, a abordagem educacional requer um comportamento ético, que seja capaz de compreender os processos singulares de cada um que faz parte do corpo escolar. Coerente a este pensamento, Gatti (2016) afirma que o professor é de grande valia para centralidade de uma formação estudantil de qualidade.

O professor não é descartável, nem substituível, pois, quando bem formado, ele detém um saber que alia conhecimento e conteúdo à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados. Educação para se ser humano se faz em relações humanas profícuas (GATTI, 2016, p.164).

Nesse sentido, Oliveira (2014), traz para reflexão uma afirmação de Kant, dizendo que a educação é um direito fundamental do ser humano, onde o indivíduo é construído a partir de seus conhecimentos. Diante disto, o indivíduo se relaciona com o outro, que seja semelhante ou não a si, sendo constructo da moral. Neste contexto, a escola possui papel fundamental na formação do caráter das crianças e dos jovens, capacitando-os para compreender os cenários atuais relacionados à tecnologia, política, economia e mudanças sociais.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Fundamental (PCN), juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) defendem que a escola trabalhe assuntos relacionados à ética, para que assim formem indivíduos capazes de cultivar pensamentos críticos com base no respeito das problemáticas trazidas do contexto social.

E, referindo-se aos PCN, Sampaio (2007, p.592), inclui que

[...] a educação brasileira deve ser norteada por princípios que assegurem a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos entre as pessoas, a participação e a co-responsabilidade pela vida social. Como exemplos de práticas escolares nas quais se possa promover a formação de uma consciência cidadã.

Desse modo, para oferecer uma didática de qualidade, o professor ou pedagogo precisa ter recebido uma educação qualitativa, a fim de propagar em seu campo de trabalho tal educação, oferecendo a mesma ou uma mais

elaborada, para que em um futuro não tão distante a união de qualidade e quantidade falem a mesma língua e, conseqüentemente instruem estudantes com um melhor desempenho educacional, profissional e, por conseguinte, tendo sucesso em outras áreas da sua vida. (GATTI,2016)

Quando se trata de educação escolar são os professores que propiciam essa intermediação. Então, a formação de quem vai formar torna-se central nos processos educativos formais, na direção da preservação de uma civilização que contenha possibilidades melhores de vida e co-participação de todos. Por isso, compreender e discutir a formação, as condições de trabalho e carreira dos professores, e, em decorrência sua configuração identitária profissional, se torna importante para a compreensão e discussão da qualidade educacional de um país, ou de uma região (GATTI, 2016, p.163).

A escola é uma instituição que está aberta ao diálogo de diferentes pontos de vista, uma vez que é constituída por pessoas que possuem convívios diferentes, crenças diferentes, logo terão pontos de vista opostos. Sendo assim, professores trazem para discussão valores morais, hábitos e formas de conduta, em que estes possuem total influência nas atualidades do nosso país e do mundo, nos quais há tanta violência e discriminação (MOGILKA, 1999; MONTOYA, 2017).

Fonseca (2009), compreende a ética por uma perspectiva argumentativa, permeia diferentes constructos que se elaboraram através das ideias de alguns teóricos. Analisando o pensamento desenvolvido por Kant, a ética é apresentada como uma área do saber que nos permite compreender os fatores determinantes das ações humanas, considerando que estes se movem através dos deveres que procedem do individual para o coletivo. Esses encargos estão associados a ações que seguem na direção de um resultado. Kant traz essas definições, ao estabelecer que, o que é praticado por determinado indivíduo só se torna ética alcançando o ideal comum, elaborando leis morais, sendo estas, o que regula, a nível universal, os homens e as legislações.

A linguagem é apresentada como fonte principal para a construção da ética no campo profissional e pessoal, que através da comunicação e argumentação permite a elaboração do sujeito ético, devido aos significados

que surgem dos diálogos que precisam deslumbrar os sentidos que estão além do que já está posto. Sendo assim, os significados são, na verdade, os resultados dos processos de argumentação. (FONSECA, 2009)

Conceber o sujeito autônomo e agir moralmente, estão atrelados, ao que Piaget se refere como compromissos estabelecidos no campo relacional. Estes compromissos, concebidos pela cooperação, reciprocidade e simpatia fazem com que ocorra o sentimento de dever, porém sem relação com a coação e egocentrismo. Sendo, um movimento da consciência que conecta a ação, a fidelidade de agir em conformidade com o bem. (MONTROYA, 2017; BONZATTO; CAMARGO, 2010)

Em consonância com tudo o que está sendo construído no decorrer dos anos e estabelecido sobre a formação e comportamento ético no contexto educacional Rodrigues (2001) traz uma afirmativa que conclui uma visão humana sobre o processo que estes profissionais principalmente o educador passam em sua construtiva vida profissional.

Nesse sentido, a Educação, entendida como o processo de formação humana, atua sobre os meios para a reprodução da vida – e essa é sua dimensão mais visível e prática –, bem como coopera para estender a aptidão do homem para olhar, perceber e compreender as coisas, para se reconhecer na percepção do outro, constituir sua própria identidade, distinguir as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, entre si e outros sujeitos. [...] Educar requer o preparo eficiente dos educandos para que se capacitem, intelectual e materialmente, para acionar, julgar e usufruir esse complexo de experiências com o mundo da vida. Esta é uma responsabilidade a ser atribuída ao Educador (RODRIGUES, 2001, p.243).

Os argumentos estão à mercê das divergentes formas de pensamentos, e assim, precisam ser bem expostos para que gere o entendimento comum produzindo comprometimento ético, sendo este, passível de consenso, devido as elaborações individuais, o que faz com que novas possibilidades surjam, fazendo com que essa construção possa ocasionar mudanças, e novas formas de serem aplicadas.

Para Branco M. L. (2010), “Uma situação educativa é, pois, caracterizada por uma adequação entre as características subjetivas do

indivíduo e as condições que interagem com aquelas no sentido de as potencializar” (p. 603).

### 2.3. EXPLANAR O IMPACTO DO SISTEMA DE ENSINO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

A construção do ser se forma a partir de fatores inerentes às suas condições de existência. O meio social e a cultura constituem as condições, as possibilidades e os limites de desenvolvimento para o organismo (DOURADO; PANDRINI, 2002).

A integração do sujeito ao meio envolve a dinâmica dele próprio consigo e com suas vivências externas. Em consonância com a teoria *walloniana*, a pessoa constitui-se na integração de seu organismo com o meio, estando o social sobreposto ao natural. As atitudes das pessoas são consideradas complementares às do meio, tanto quanto determinadas pelas suas disposições individuais e pelo papel e lugar que ocupa no grupo social. Portanto a pessoa deve ser vista integrada ao meio do qual é parte constitutiva e no qual, ao mesmo tempo, se constitui (DOURADO; PANDRINI, 2002).

Sem dúvida que o papel e o lugar que aí ocupa [a criança] são em parte determinadas pelas suas próprias disposições, mas a existência do grupo e as suas exigências não se impõem menos à sua conduta. Na natureza do grupo, se os elementos mudam, as suas reações mudam também (1975, p. 20, apud DOURADO; PRANDINI, 2002, p. 20).

Um dos aspectos que tem grande impacto no desenvolvimento do indivíduo é a sua inserção no contexto educacional, partindo do princípio que os tipos de relações que a criança vai experienciar são diferentes das relações familiares, na qual está introduzida, na maioria das vezes, desde que nasceu. Segundo Dourado e Prandinni (2002), a criança se vê capaz de participar de vários grupos com graus e classificações diferentes, segundo as atividades de que participa, esta etapa é importante para o desenvolvimento das aptidões intelectuais e sociais da criança.

O conhecimento constrói-se em estágios de processamento, em que o sujeito em interação com o meio, com o próprio organismo e com a mediação, se relacionam, de forma que torna possível a evolução do pensamento. Podendo, ser compreendido, como uma forma relacional de aprendizagem, por ser resultado da interação dinâmica do organismo com o objeto, relação entre sujeito e meio, sendo a linguagem o mecanismo utilizado. (FERRACIOLI,1999; SALADINI, 2008).

Nesse contexto, Mogilka (1999) observa o quanto da construção de si reflete no ser externo com relação às suas escolhas e formas de absorver o conhecimento, filtrando tudo o que não lhe é pertinente. Essa prática é essencial para que haja um atendimento das necessidades básicas da criança integrando os planos, motor, afetivo e cognitivo promovendo assim, um desenvolvimento em todos os níveis.

O motor, o afetivo, o cognitivo, a pessoa, embora cada um desses aspectos tenha identidade estrutural e funcional diferenciada, estão tão integrados que cada um é parte constitutiva dos outros. Sua separação se faz necessária apenas para a descrição do processo. Uma das consequências dessa interpretação é a de que qualquer atividade humana sempre interfere em todos eles. Qualquer atividade motora tem ressonâncias afetivas e cognitivas; toda disposição afetiva tem ressonâncias motoras e cognitivas; toda operação mental tem ressonância afetivas e motoras. E todas essas ressonâncias tem um impacto no conjunto: a pessoa (2000, p.120, **apud** Mahoney, 2002, p.26).

Visto que a criança é construída por tais fatores, Mogilka (1999) afirma que estes pequenos seres se formam através de sua liberdade em todos os âmbitos, inclusive no processo educacional, que implementado de forma sadia e aberta a novos conhecimentos, se torna fonte de prazer em aprender, a importância dos adultos para constituição desses fatores que vão sendo moldados e edificados no decorrer da vida, são de extrema relevância.

Desta forma o artigo 29º da Lei de diretrizes e Bases da Educação prevê que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, sendo assim, estabelecer que estes critérios são básicos e de direito para a formação do sujeito como um todo, um novo olhar

pode ser descoberto e até mesmo ressaltado frente ao que já está estabelecido pelas diretrizes sobre o estudante podendo ser de grande valia no decorrer de sua passagem pelo sistema de ensino público.

À vista disso, Souza (2017) afirma que o mesmo conhecimento é perpetuado durante décadas se não for construído e desenvolvido uma nova forma de conhecer e promulgar este conhecimento, ele faz um questionamento a seguir sobre quais homens e mulheres estão se formando através de uma educação primária como no ensino fundamental.

No ensino fundamental nota-se que este sofre desgaste quando se observa os poucos investimentos, é notório o sucateamento das escolas recursos ínfimos que garantam bons frutos, ao contrário bane alunos e professores da escola, sem estrutura adequada como formar homens que sucederão outros homens na sociedade, logo vem a pergunta: que homens se quer reformar? (SOUZA, 2017, p.136).

Nesse sentido, a permanência do indivíduo no sistema de ensino público constrói um senso de responsabilidade que ele levará para toda a vida: o sentimento de que é valorizado e potencializado em seus pontos positivos. Desta forma, Souza (2017) defende uma articulação perante aquilo que a realidade clama.

Estratégias eficazes são os caminhos para detectar a evasão a fim de integrar o aluno no processo escolar, analisar rapidamente as causas dos problemas e assim promover o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. Sem a união da escola, da família e do estado todos permaneceram como mero expectadores. O pequeno cidadão começa a sofrer os primeiros desgastes logo nas tenras idades, ora a escola é negada à criança e quando este se torna adulta tais injustiças persistem (SOUZA, 2017, p.134).

Sob o mesmo ponto de vista, Gatti (2016) afirma a importância da relação com as práticas educativas para estabelecer, nutrir e fortalecer o vínculo professor(a)/estudante durante sua permanência na escola, para que assim ele possa vincular tal experiência às demais vividas posteriormente em sua vida social, profissional, e em outras áreas necessárias no decorrer do desenvolvimento humanitário. Desta forma, Carvalho (2015) propõe uma ideia de autoridade vista como um auxílio no desenvolvimento deste indivíduo visando seu papel fundamental para a construção do vínculo.

Assim, embora destinada a um progressivo desaparecimento ao longo da formação do sujeito, a relação de autoridade entre educador e educando jamais pode ser um elemento acessório ou um recurso eventual enquanto perdura esse processo. Não se pode, pois, escolher entre uma prática educativa com e sem autoridade; a autoridade é consubstancial à educação (CARVALHO, 2015, p.978).

Sendo assim uma das funções que o sistema de ensino deve levar em consideração para o auxílio da formação humana é o direito de exercer a cidadania, levando em consideração que a democracia é o projeto mais articulado e próximo de uma construção perfeita, para se viver em comunidade, tendo em mente que a definição de perfeição é constituída dia a dia. Rodrigues (2001) afirma isso quando em sua obra destaca a sua função clara e bem estabelecida no processo educativo, para que a liberdade e autonomia de viver em uma sociedade democrática exista, delimitando cada qual o seu espaço e unido a isso, construir um espaço de potencialidades humanas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conceber o sujeito autônomo e agir moralmente, estão atrelados, ao que Piaget se refere como compromissos estabelecidos no campo relacional. Estes compromissos concebidos pela cooperação, reciprocidade e simpatia fazem com que ocorra o sentimento de dever, porém sem relação com a coação e egocentrismo. Sendo um movimento da consciência que conecta a ação, a fidelidade de agir em conformidade com o bem. (MONTROYA, 2017) (BONZATTO; CAMARGO, 2010)

Compreendendo afeto como fatores externos e internos que integram o sujeito, pode-se identificar que na sociabilidade habita os valores significativos para que a aprendizagem ocorra como um processo que potencialize as capacidades do indivíduo, tratando-se de um desenvolvimento culturalmente estabelecido (BRONZATTO; CAMARGO, 2010; TOASSA, 2006). Acontecendo de forma relacional e mediadora, “[...] a interação social se refere à observação de Vygotsky de que a aprendizagem é um processo social e o conhecimento algo socialmente construído.” (FINO, 2001, p. 7)

Além disso, o mediador orienta e capacita o mediado a processar e organizar dados componentes de informação; amplia a aptidão para

lidar com várias e simultâneas fontes de informação; cria uma nova aptidão para adaptar o comportamento sintetizador; possibilita maior disponibilidade para aceitar a evidência lógica; proporciona maior poder de comparação e de análise; desperta maior diversidade e motivação para interiorização e automatização dos processos psicológicos superiores. O mediador ainda possibilita ao mediado maior capacidade de comunicação atendo-se às necessidades de outros sujeitos (TURRA, 2007, p. 306)

“Cabe aqui uma nota sobre o papel do professor que é, na perspectiva de Dewey, um papel muito exigente. Ao professor é solicitado que conduza as atividades desenvolvidas pelos alunos, monitorizando os seus progressos.” (BRANCO, 2010, p. 606). A representação do mediador enquadra-se como parte da experiência, auxiliando o indivíduo a torna-se consciente de si e do outro, na forma relacional em que a aprendizagem ocorre. (CEZAR, 2018)

Conceber o sujeito livre, inclui fornecer os recursos necessários para uma aprendizagem que se relaciona com as necessidades vitais, que fazem parte do contexto humano, atribuindo um significado e motivando o aluno a buscar o saber. Promovendo reflexões que associadas ao todo que envolve o sujeito, o concebe como moral e participativo, capaz, utilizando o pensamento e a ação como ferramenta de democracia (BRANCO, 2010).

Estabelecer as estratégias e incluir o que foi proposto até aqui, permite que a motivação do aluno seja utilizada a favor da aprendizagem, tornando a participação do mediador indireta, objetivando que o aluno estabeleça suas formas de desenvolver-se, conscientemente, concebendo um sujeito ativo.

## REFERÊNCIAS

- BRANCO, P. C. C; CIRINO, S. D. Reflexões sobre a consciência na fenomenologia e na abordagem centrada na pessoa. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 241-258, 2016.
- BRANCO, Maria Luísa. O sentido da educação democrática: revisitando o conceito de experiência educativa em John Dewey. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 599-610, 2010.
- BRONZATTO, M.; CAMARGO, R. L. Moral e Afetividade em Piaget: Os"

Movimentos Íntimos da Consciência" em O Juízo Moral na Criança. **Schème Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 3, n. 5, 2012.

Disponível em: <

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/1969>>.

Acesso em: set. 2020

CARVALHO, JOSÉ SÉRGIO FONSECA DE. Autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 975-993, 2015.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

CERVO, Amado Luiz e SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6.ed. Prentice Hall, 2006.

CEZAR, Adieliton Tavares. Gestaltpedagogia: um caminho trilhado na intersubjetividade. **Debates em Educação**, v. 10, n. 20, p. 143, 2018.

DE OLIVEIRA, Renato Jose. Ética na escola: por uma abordagem argumentativa. **Educação**, v. 37, n. 3, p. 454-462, 2014.

DE SOUZA, Ijanira Nazaré. O excludente sistema educacional brasileiro: injustiças à vista. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

DOURADO, Ione Collado Pacheco; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego.

Henri Wallon: psicologia e educação. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n. 5, 2002. Ibid., p.26, Ibid., p. 26-27, Ibid., p.27, Ibid., p.27-28.

ESCARIO, Silvana. Concepção humanista (Carl Rogers): como recurso de atuação na educação para o trânsito–aprendizagem contextualizada. **Arquivo Brasileiro de Educação**, v. 2, n. 3, p. 83-95, 2014.

FEDERAL, Senado. Lei de diretrizes e bases da educação nacional, 2005.

FERRACIOLI, Laércio. Aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento na obra de Jean Piaget: uma análise do processo de ensino-aprendizagem em Ciências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 194, p. 5-18, jan./abr., 1999.

FINO, Carlos Nogueira. Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): três implicações pedagógicas. **Revista Portuguesa de educação**, v. 14, n. 2, p. 273-291, 2001.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, v.

29, n. 78, p. 153-177, 2009.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores: condições e problemas atuais.

**Revista internacional de formação de professores**, v. 1, n. 2, p.161171, 2016.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução, análise**. 7. ed. São Paulo: Atlas, p.487, 2014.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed., 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/cfi/6/10!/4/18/8@0:0>>

MOGILKA, Maurício. Autonomia e formação humana em situações pedagógicas: um difícil percurso. **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 57-68, 1999.

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo. Prática e teoria no desenvolvimento: questão da tomada de consciência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 235-244, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539pee-21-02-00235.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 76, p. 232-257, 2001.

ROGERS, R, CARLS. **Liberdade para Aprender**. 3.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

ROGERS, R. Carls. **Liberdade para aprender**. 2.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

SALADINI, Ana Cláudia. Da Ação à Reflexão: O Processo de Tomada de Consciência. **Revista Sheme**, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/561>>. Acesso em: set. 2020.

SAMPAIO, Leonardo Rodrigues. A psicologia e a educação moral. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 584-595, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TOASSA, Gisele. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, v. 17, n. 2, p. 59-83, 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: mar. 2020.

TURRA, Neide Catarina. Reuven Feuerstein: “experiência de aprendizagem mediada: um salto para a modificabilidade cognitiva estrutural”. **Educere et Educare**, v. 2, n. 4, p. 297-310, jul./dez., 2007.

VARANI, Adriana; CAMPOS, Cristina Maria; ROSSIN, Elizabeth. A formação humana integra a educação integral? O que as práticas Pedagógicas têm a nos dizer. **Cadernos CEDES**, v. 39, n. 108, p. 177192, 2019.

## **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA SUB-BACIA DO CÓRREGO BELA AURORA UTILIZADAS PARA IRRIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VILA PAVÃO-ES**

Adriely Cabral Fromhol<sup>1</sup>  
Gecilany Ribeiro Rodrigues<sup>1</sup>  
Natália Fleischmann Granke<sup>1</sup>  
Talita Alves de Carvalho<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas do Curso de Engenharia Ambiental

<sup>2</sup>Eng. Sanitarista e Ambiental, Eng. Segurança Trabalho, Esp. Gestão Ambiental – Professora MULTIVIX – Nova Venécia

### **RESUMO**

O município de Vila Pavão – ES possui sua economia voltada para agricultura, onde o principal método utilizado é a irrigação. A cidade enfrenta um grande problema em relação ao saneamento básico, pois sem esgotamento sanitário os efluentes domésticos são lançados em uma parte do Córrego Bela Aurora. O presente estudo busca verificar como o déficit em saneamento básico no meio urbano do município de Vila Pavão influencia na qualidade das águas do Córrego Bela Aurora que seguem para a zona rural da cidade. As amostras foram coletadas no dia 06 de outubro de 2020, em cinco pontos distintos nas localidades dos Córregos Preto, Bela Aurora, e Barra do Córrego Grande, no interior do município de Vila Pavão – ES e levadas para análise no Laboratório Fullin – Laboratório de Análise Agronômica, Ambiental e Preparo de Soluções Químicas, localizado no município de Linhares – ES. Os resultados mostraram que os coliformes totais foram identificados nos 5 pontos de coleta, e mesmo não possuindo valores máximos estabelecidos em legislação, servem como base para identificação de contaminação. Os coliformes termotolerantes foram encontrados em apenas dois pontos, e acima do permitido pela Resolução Conama nº 357/2005, sendo eles os mais próximos do centro urbano, onde o córrego recebe a maior parte do lançamento de efluentes. Quanto a salinidade, nenhum ponto apresentou risco significativo. Logo, ainda que a maior parte dos parâmetros se encontre dentro dos padrões, é possível estabelecer a relação com o déficit em saneamento, sendo necessário manter um monitoramento contínuo através de ensaios laboratoriais.

**Palavras-Chave:** Irrigação. Coliformes Totais e Termotolerantes. Salinidade. Efluentes domésticos.

### **ABSTRACT**

The municipality of Vila Pavão - ES has its economy focused on agriculture, where the main method used is irrigation. The city faces a major problem in relation to basic sanitation, because without sanitary sewage, domestic effluents are released in a part of the Bela Aurora stream. The present study seeks to verify how the deficit in basic sanitation in the urban environment of the municipality of Vila Pavão influences the quality of the waters of the Córrego Bela Aurora that go to the rural area of the city. The samples were collected on October 6, 2020, at five different points in the localities of Córregos Preto, Bela Aurora, and Barra do Córrego Grande, in the interior of the municipality of Vila Pavão - ES and taken for analysis at the Fullin Laboratory - Laboratory of Agronomic and Environmental Analysis and Preparation of Chemical Solutions, located in the municipality of Linhares - ES. The results showed that the total coliforms were identified in the 5 collection points, and even not having maximum values established in legislation, they serve as a basis for the identification of contamination. Thermotolerant coliforms were found in only two points, and above that allowed by Conama Resolution nº 357/2005, being them the closest to the urban center, where the stream receives most of the effluent discharge. As for salinity, no point presented significant risk. Therefore,

although most of the parameters are within the standards, it is possible to establish a relationship with the deficit in sanitation, being necessary to maintain continuous monitoring through laboratory tests.

**Keywords:** Irrigation. Total and Thermotolerant Coliforms. Salinity. Domestic effluents.

## 1 INTRODUÇÃO

Dentre os setores da atividade humana o agropecuário é o responsável pela maior parte do consumo de água no país, representando cerca de 70% do total, sendo utilizada para irrigação, produção de alimentos e produção animal (UNESCO, 2012). A composição de um sistema de agricultura irrigada é muito complexa, e deve envolver fatores não apenas ligados à quantidade do recurso disponível, como vazão e volume, mas também a qualidade, avaliando aspectos físicos-químicos e biológicos. Porém, nem sempre essa característica é levada em consideração, sendo muitas vezes desprezada pelos produtores rurais (FRANCO, 2008).

No Brasil, a Resolução Conama nº 357 de 17 de março de 2005, de acordo com seu Art. 1º, é a que “[...] dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos de água superficiais, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.” (BRASIL, 2005, p. 1), indicando assim que as águas utilizadas para irrigação devem atender a padrões específicos de potabilidade. Uma vez excedendo esses valores máximos permitidos, a qualidade da água pode ser afetada, implicando diretamente na contaminação dos alimentos produzidos a partir dela, e conseqüentemente, trazer sérios danos à saúde daqueles que os consumirem (SILVA et al., 2016).

O município de Vila Pavão, localizado no noroeste do estado do Espírito Santo, e com uma população estimada em 8.672 habitantes, de acordo com dados do último censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), tem grande parte de sua economia voltada para agropecuária, e assim como a realidade de outros municípios brasileiros, não conta com infraestrutura de saneamento básico (PMVP, 2018). As águas da sub-bacia do Córrego Bela Aurora cortam o centro da cidade de Vila Pavão e seguem para a

zona rural, se encontrando com outros córregos que percorrem o município. Em todo seu trajeto, ocorrem despejos *in natura* de efluentes domésticos, e também resíduos sólidos, afetando diretamente a qualidade de suas águas em aspectos físicos, químicos e biológicos.

Considerando que o município de Vila Pavão possui sua arrecadação municipal baseada fortemente na agricultura e que a água utilizada nesses sistemas irrigáveis nem sempre tem sua qualidade assegurada em conformidade com a Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005), tomando como base o conteúdo desta resolução e os impactos gerados a saúde humana pela má qualidade das águas utilizadas nos diversos sistemas de irrigação, aliada a questões de inadequação dos sistemas de saneamento básico, pretende-se verificar como a falta de infraestrutura em saneamento básico no meio urbano do município de Vila Pavão influencia na qualidade das águas do Córrego Bela Aurora que seguem para a zona rural da cidade e são utilizadas para irrigação, analisando o teor de salinidade e a presença de coliformes totais e termotolerantes, comparando os resultados obtidos com a legislação pertinente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 SANEAMENTO BÁSICO**

O saneamento básico, assegurado pela Lei nº 11445 de 5 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), abrange 4 eixos, sendo eles, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Essa lei possui uma série de princípios, dentre os quais destacam-se a universalização e o controle social (BRASIL, 2007).

Atualmente, um dos maiores desafios da administração pública é garantir o acesso ao saneamento básico de maneira universal, através de políticas públicas que tragam melhoras nas condições sanitárias à população e

ao meio ambiente, em quantidade, qualidade, manutenção e regularidades específicas, garantindo e respeitando aquele que é considerado o dever fundamental, que é o direito à vida, e com qualidade (PMVP, 2018).

Diversas doenças, como a cólera, por exemplo, ocorrem em localidades que possuem baixas condições sanitárias, sem nenhum tipo de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, e ainda onde questões ligadas à higiene são precárias. Surtos dessas doenças podem ocorrer em diversas situações, como cheias e enchentes, ou ainda quando populações que ficaram desabrigadas por eventuais conflitos, precisam ser realocadas. Toda essa questão evidencia assim a relação direta entre saúde e qualidade de vida, com o não equilíbrio e cumprimento dos quatro eixos formadores do saneamento básico (UNESCO, 2012).

Cerca de 7 bilhões de dólares poderiam ser economizados por ano, com a garantia real dos sistemas de saneamento básico, reduzindo os gastos quanto a saúde pública, trazendo enormes benefícios econômicos, ambientais e sociais, representando assim a melhor forma de prevenção contra doenças relacionadas a esses sistemas (HUTTON; HALLER, 2004).

Garantir uma efetiva fiscalização e aplicabilidade das leis e normativas brasileiras, por vezes facilmente burladas, pouparia a economia do país com gastos em doenças de veiculação hídrica, que poderiam ser evitadas com investimentos para fornecer infraestrutura adequada em esgotamento sanitário e abastecimento de água, além também de investimentos em programas de conscientização da população através de ações de educação ambiental (MATOS et. al., 2013).

Portanto, hoje no Brasil, apenas 46% do esgoto gerado é tratado, sendo que a região sudeste trata 50,09% (TRATA BRASIL, 2019) de todo esgoto que é gerado, e o restante é lançado *in natura* no ambiente, sem o devido tratamento prévio. Desta maneira, por falta de recursos financeiros muitos municípios não possuem uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, perdendo assim a qualidade da água de seus rios e córregos, uma vez que estes não são capazes de digerir toda a carga orgânica que é lançada, alterando assim o volume de água, ameaçando a vida aquática, a saúde da

população urbana e rural, e a preservação do meio ambiente e dos cursos d'água.

Em 2010, a incidência de internações de doenças associadas a falta de saneamento básico no Brasil para cada 10 mil habitantes foi de 31,83 mostrando a maior taxa do período de 2010 a 2017, considerando uma queda nas taxas nos outros anos, mas ainda representando uma taxa alta (TRATA BRASIL, 2019). Tudo isso ressalta a importância da busca por uma estrutura básica em saneamento, em que é preciso que sejam tomadas providências para que aqueles que ainda não foram alcançados com esses serviços, possam ter o mínimo em qualidade sanitária, saúde e qualidade de vida.

## 2.2 QUALIDADE DA ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO

A água é o recurso natural mais precioso disponível em nosso planeta, sendo um bem finito, dotado de valor econômico, e que pelo seu mau uso, vem sofrendo inúmeras alterações naquilo que diz respeito a sua qualidade e quantidade. Todos os impactos gerados referem-se à maneira como as bacias hidrográficas são ocupadas e utilizadas (FRANCO, 2008). A água possui requisitos de qualidade específicos conforme a necessidade de uso, e os teores máximos permitidos quanto a parâmetros físicos, químicos e biológicos são determinados por legislação específica (SILVA et. al., 2011).

Se tratando de sistemas irrigáveis, tanta qualidade quanto quantidade são fatores determinantes. Porém, a qualidade por vezes é um fator negligenciado, já que as águas utilizadas há décadas possuíam boa qualidade, disponibilidade, além de fácil acesso e utilização, situação a qual vem mudando gradativamente ao longo dos anos, com o uso intensivo e desenfreado dessa água, muitas vezes sem nenhum tipo de controle ou planejamento (SILVA et. al., 2011, apud AYERS; WESTCOT, 1999).

Avaliar a qualidade da água utilizada em sistemas irrigáveis para o setor de produção agrícola é de extrema importância, não apenas para o meio ambiente, mas para a saúde humana, uma vez que podem ocorrer a contaminação não apenas das culturas irrigadas, mas também do solo (SOUZA

et. al., 2012). Assim, microrganismos patógenos podem encontrar no solo condições favoráveis para seu crescimento e reprodução, tornando esses ambientes novas fontes de contaminação, afetando todas as culturas ali produzidas (ARAÚJO et. al., 2015).

No Brasil, a Resolução Conama nº 357/2005, de acordo com seu Art. 1º, é responsável por dispor “[...] sobre a classificação dos corpos de água superficiais, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes” (BRASIL, 2005, p. 1). Assim, as águas utilizadas para irrigação devem atender a padrões específicos de qualidade quanto a diversos quesitos químicos, físicos e biológicos, para corpos hídricos enquadrados como classe 1, de acordo com o Art. 4º, parágrafo II, alínea d, destinadas “à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película” (BRASIL, 2005, p. 4); ou como classe 2, segundo o Art. 4º, parágrafo III, alínea d, para “à irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto” (BRASIL, 2005, p. 4), ou ainda como classe 3, de acordo com o Art. 4º, parágrafo IV, alínea b, porém para “irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras” (BRASIL, 2005, p. 4).

Em áreas rurais, quando há algum tipo de tratamento de efluente, são as chamadas soluções individuais que predominam, com a construção de fossas sépticas, por exemplo, mas que, uma vez construídas de forma inadequada ou sem devida manutenção, a água contaminada com diversos patógenos pode entrar em contato com as águas subterrâneas, contaminando-as. Também é muito comum que nas propriedades rurais sejam utilizados locais para armazenamento de estrume, utilizado como fertilizante, onde em períodos chuvosos as bactérias presentes podem ser levadas até os corpos hídricos através da lixiviação (CABRAL, 2010).

A utilização de águas com má qualidade em sistemas de irrigação pode levar a problemas na operação dos próprios sistemas e também a contaminação dos alimentos, conseqüentemente, causando sérios danos à saúde dos consumidores. Avaliar essas águas torna-se extremamente

necessário, uma vez observada que na grande maioria das propriedades rurais, a água para irrigação é captada em corpos hídricos que recebem inadequadamente o lançamento de efluentes domésticos (SILVA et. al, 2016; ARAUJO et. al., 2015, apud PACHECO, 2002).

Os parâmetros que devem ser avaliados para o uso da água na irrigação são fatores que afetam principalmente a conservação do solo e o crescimento das plantas, assim a qualidade da água para esse uso, pode ser definida por vários critérios como, salinidade, sodicidade, toxicidade e outros. Para a irrigação tudo depende da qualidade da água que será utilizada, pois ela poderá acarretar vários problemas para as culturas e para o solo. Quando a água possui um alto nível de sais, o resultado será um acúmulo destes na dissolução do solo, causando uma reação osmótica que dificulta a absorção de água na planta, impedindo seu desenvolvimento e produzindo alterações na absorção de nutrientes. Esse é o principal fenômeno que pode acontecer, causado pela má qualidade da água utilizada para irrigação (ALMEIDA, 2010).

Assim, é de extrema importância que sejam definidos critérios e padrões para avaliar as condições químicas, físicas e biológicas dos corpos hídricos utilizados para irrigação, garantindo que não haja interferências nos sistemas irrigáveis, ou danos a qualidade das culturas produzidas (FRANCO, 2008).

### 2.3 COLIFORMES TOTAIS E TERMOTOLERANTES

Diferente da poluição, que é o resultado da presença de elementos que alterem fisicamente os corpos hídricos, toda água onde seja verificada a presença de patógenos vivos, é denominada como contaminada (FUKUSHI et. al., 2010). Portanto, um dos fatores determinantes na avaliação da qualidade das águas de sistemas irrigáveis, para a verificação de possível contaminação, está relacionado às condições biológicas dos recursos hídricos utilizados. Como indicadores biológicos da qualidade das águas, existe um grupo de bactérias denominadas coliformes, que se dividem em diversos gêneros, como *Escherichia*, *Erwenia*, *Serratia* e *Enterobacter*. (CETESB, 2004). Comumente, costuma-se dividir os coliformes entre Totais e Termotolerantes (fecais). “Todas

as bactérias coliformes são gran-negativas manchadas, de hastes não esporuladas que estão associadas com as fezes de animais de sangue quente e com o solo” (CETESB, 2004, p. 30).

Os coliformes termotolerantes, também chamados de coliformes fecais, recebem esse nome devido a sua característica de tolerarem e se reproduzirem rapidamente a temperaturas muito altas, acima de 40° C. Como estão presentes em grande quantidade nas fezes humanas, e restringem-se unicamente ao trato intestinal de animais de sangue quente, a confirmação da presença desses em corpos hídricos, indica o lançamento irregular de efluentes domésticos, ressaltando problemas ou inexistência dos sistemas de saneamento básico (CETESB, 2004; SILVA et. al., 2011). Por sua vez, os coliformes totais, como o próprio nome sugere, representam aqueles que podem ou não ser patógenos e que habitam diversos locais nos organismos além do trato intestinal, podendo ser encontrados também no solo (SILVA et. al., 2011). Por isso, as bactérias coliformes termotolerantes são mais assertivas e significativas na confirmação de contaminação por esgoto doméstico que os coliformes totais (CETESB, 2004).

Considerando que a qualidade das águas utilizadas para irrigação implica diretamente na qualidade do produto final obtido a partir dela, e que a presença de coliformes em água podem ser provenientes das mais diversas formas, Fukushi et al., (2010 apud KONEMAN et al., 2001), discorrem que os coliformes fecais, principalmente relacionados a infecções intestinais, estão associados a diversas patologias humanas, como infecções intestinais e urinárias, meningite, e tantas outras. A contaminação por coliformes totais e termotolerantes pode levar a DDA – Doença Diarreica Aguda, que leva a vômitos, e diarreia fortíssima, podendo causar desidratação severa (SIHLER et al, 2008).

De acordo com a legislação brasileira, na Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005), considerando culturas consumidas cruas, não devem ser encontrados mais que “[...] 200 coliformes termotolerantes por 100 mililitros em 80% ou mais, de pelo menos 6 amostras, coletadas durante o período de um ano, com frequência bimestral [...]” (BRASIL, 2005, p.7). Uma

vez extrapolados os limites máximos permitidos, doenças como febre tifoide, cólera e desintéria bacilar, podem ocorrer (CETESB, 2004). Os coliformes totais não possuem nenhum limite máximo determinado em legislação brasileira, mas são extremamente importantes, pois atuam como bioindicadores de contaminação, e são muito importantes para verificação da correta higiene de alimentos (ARBOS et. al., 2010).

Fazer o controle rigoroso e assertivo desses indicadores de contaminação é essencial. Uma vez extrapolados os valores máximos permitidos na legislação, as águas utilizadas em sistemas de irrigação e contaminadas com essas bactérias geram por consequência alimentos contaminados que serão consumidos e trarão inúmeros danos à saúde (SILVA et. al., 2016).

## 2.4 SALINIDADE

A salinidade é um fator muito importante quando se trata de irrigação, pois ela afeta e altera diretamente a qualidade e composição do solo, e por consequência, a produção da cultura plantada. O problema da salinidade é a grande concentração de sódio no solo, proveniente da água utilizada para irrigar determinada cultura, onde é preciso investigar e avaliar a origem dessa água, pois ela interfere no cultivo das plantas, inviabilizando toda a produção (CORDEIRO, 2001).

Logo, a salinidade de um manancial é classificada quanto à presença de sais em água. A presença dessa salinidade pode ocasionar diversos malefícios tanto para as plantas quanto ao solo. A irrigação é um meio muito comum para cultivo de culturas, porém vem ocasionando algumas deficiências ao meio ambiente, pois a irrigação transporta sais presentes na água que se acumulam no solo através da evaporação ou mesmo pela absorção das plantas (BERNARDO, 1996). Esse acúmulo causa efeitos sobre o solo, ocasionando a perda da capacidade de produção, além de alterar características físico-químicas do solo, o que pode prejudicar o crescimento e desenvolvimento de culturas (SANTANA et al, 2007).

A legislação brasileira, na Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005), art. 2º, estabelece as definições quanto à salinidade, onde águas doces, salobras e salinas devem apresentar, respectivamente, “I – [...] salinidade igual ou inferior a 0,5‰; II – [...] salinidade superior a 0,5‰ e inferior a 30‰; III – [...] salinidade igual ou superior a 30‰”. (BRASIL, 2005, p.2).

O Conama também estabelece critérios de observações visuais em águas salinas como, materiais flutuantes, espumas, óleos e graxas, além de aplicação de padrões de substituição para águas salinas (BRASIL, 2005).

Os efeitos adversos que podem ocorrer pela salinidade sobre a planta estão voltados a fatores que limitam a produção, devido ao alto potencial osmótico do solo e toxidez que são resultados das altas concentrações salinas de íons específicos. Este parâmetro altera as características físicas do solo por causa da dispersão dos coloides, causando a desestruturação do solo e provocando problemas como a compactação, assim, consequentemente diminuindo a percolação dos fluídos e a porosidade, afetando o desenvolvimento radicular das plantas, podendo causar o efeito tóxico do íon específico. A alta taxa de evaporação e baixa precipitação, onde é levado em consideração o material de origem e as condições geomorfológicas e hídricas, originam solos com altos níveis de sais solúveis (CORDEIRO, 2001).

A qualidade da água para irrigação é muito importante para que se tenha uma boa produtividade nas culturas, pois ela faz parte de seus tecidos e influência de forma direta na produção, tanto positivamente quanto negativamente. Levando em consideração que a disponibilidade de água em qualidade não é grande, gera-se um desafio para aqueles que necessitam dela para irrigar suas culturas. Assim, é preciso ter estratégias de manejo eficientes e economicamente viáveis para que a planta consiga se desenvolver sem ter prejuízos a cultura, onde o método utilizado para irrigar é essencial para não ocasionar grandes concentrações de sais no solo, já que altos níveis de salinidade no solo prejudicam o desenvolvimento ideal da cultura (MEDEIROS et. al., 2007).

### 3 METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

O estudo realizado consiste em uma pesquisa explicativa e experimental, caracterizando-se como quantitativa analítica, pois é capaz de levar a um maior aprofundamento do tema, trazendo a realidade, visando explicar a razão das coisas, e sua maior preocupação está voltada a determinar os fatores responsáveis direta ou indiretamente pela ocorrência dos dados encontrados, através da análise de determinadas amostras (GIL, 2002).

O município de Vila Pavão encontra-se no noroeste capixaba, e com uma população estimada em 8.672 habitantes, de acordo com dados do último censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sendo que 65,5% desses residem na zona rural, e apenas 34,5% na zona urbana, justificativa também pela qual, a maior parte da arrecadação do município é baseada na agricultura e agropecuária (PMVP, 2018).

O Córrego Bela Aurora, localizado no município de Vila Pavão – ES, possui cerca de 3 nascentes conhecidas e corta todo o centro do município, onde recebe o lançamento *in natura* de efluentes domésticos, seguindo para a zona rural, nas proximidades do Córrego Preto. Possui aproximadamente 10,33 km de extensão (1,88 km compreendem-se na zona urbana, e 8,45 km, na zona rural), em que na zona rural a comunidade faz uso das águas para irrigação das mais diversas culturas, que envolvem a horticultura, por exemplo.

Considerando, portanto, tais questões, foram coletadas amostras em 05 pontos diferentes denominados pontos 1, 2, 3, 4 e 5, nas localidades dos Córregos Preto, Bela Aurora, e Barra do Córrego Grande, todos no interior do município de Vila Pavão – ES, no dia 06 de outubro de 2020, e levadas para análise no Laboratório Fullin – Laboratório de Análise Agronômica, Ambiental e Preparo de Soluções Químicas – localizado no município de Linhares –ES. Conforme mapa a seguir na Figura 1:

Figura 1. Mapa dos pontos coletados ao longo do Córrego Bela Aurora.



Fonte: Google Earth.

As coletas das amostras de água para análise, bem como os ensaios em laboratório, seguem as orientações presentes no Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater (BAIRD et. al., 2017).

A partir da determinação dos pontos de coleta, as amostras para análise dos coliformes e da salinidade foram coletadas em frascos estéreis de 250ml e 100ml, respectivamente, todas identificadas e acondicionadas em caixa térmica a fim de manter a temperatura (SILVA et al., 2016).

A fim de evitar erros e viabilizar o correto estudo das amostras, as mesmas seguiram para laboratório logo após a coleta, e analisadas dentro de um período de 24 horas (PARRON et. al., 2011). No ato de coleta uma ficha de controle foi preenchida, contendo toda a descrição da amostra, com a data, horário e ponto de coleta, e também o número da amostra (SILVA et al., 2016).

O método de análise utilizado em laboratório para os ensaios foi o da membrana filtrante, através do kit do fabricante Sartorius Biotec, com o meio de cultura já pronto para uso, onde para os Coliformes Totais foi utilizado o meio NKS ENDO, e para os Coliformes Termotolerantes o NKS M-FC. Para a salinidade, foi utilizado o refratômetro de mão Q767-3.

Como forma de tratar e analisar os dados obtidos em laboratório, uma planilha com modelo de ensaio experimental foi seguida, em que a partir dessa

foram obtidos os dados para cada um dos pontos de coleta, denominados “tratamento”, separadamente para cada grupo (coliformes totais, coliformes termotolerantes e salinidade), sendo cada um deles comparados com as exigências da Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005).

São verificados, portanto, a conformidade ou não conformidade com a Legislação, e todos os resultados obtidos dispostos em formato de planilha, e tratados a partir do Microsoft Excel.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme observações realizadas em campo durante a pesquisa, o município de Vila Pavão - ES, não possui infraestrutura em saneamento básico. Voltando-se ao esgotamento sanitário, particularmente, o sistema é muito precário. Não existe nenhuma solução coletiva no tratamento, implicando ao fato de que todo efluente gerado é lançado ainda *in natura* nos corpos hídricos da região, afetando diretamente a população, podendo gerar sérios danos. O corpo hídrico mais afetado e que recebe a maior parte dos efluentes é o Córrego Bela Aurora, justamente por se estender por todo o centro do município. Ele é desprovido de mata ciliar, sendo muito assoreado, com baixa vazão, o que por consequência, indica um baixo poder de autodepuração. Logo, as águas do Córrego Bela Aurora que seguem para zona rural, e a qualidade das mesmas, tem relação direta com a água utilizada nos sistemas de irrigação das propriedades rurais (PMVP, 2018).

Através dos ensaios em laboratório, obtiveram-se os dados representados na Tabela 1, quanto aos coliformes totais e termotolerantes:

Tabela 1 - Resultados das amostras do parâmetro coliformes

Amostras	Coliformes Termotolerantes	VMP Conama 357/2005 II	Coliformes Totais	Unidade	VMP Conama 357/2005 II
Ponto 1	5,00x10 <sup>2</sup>	200/100ml	1,70x10 <sup>4</sup>	UFC/100ml	n.e.
Ponto 2	5,00x10 <sup>2</sup>	200/100ml	2,00x10 <sup>4</sup>	UFC/100ml	n.e.
Ponto 3	Ausente	200/100ml	8,80x10 <sup>3</sup>	UFC/100ml	n.e.
Ponto 4	Ausente	200/100ml	7,10x10 <sup>3</sup>	UFC/100ml	n.e.
Ponto 5	Ausente	200/100ml	2,80x10 <sup>3</sup>	UFC/100ml	n.e.

Fonte: Produzido pelo autor.

\*Não especificado (n.e.)

Conforme os resultados obtidos, apenas os pontos 1 e 2 apresentaram contaminação por coliformes termotolerantes, fora dos limites permitidos pela Legislação, onde, de acordo com a Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005), Art. 14, inciso I, alínea g, para culturas consumidas cruas, atendendo as exigências para classe 1, não devem ser encontrados mais que “[...] 200 coliformes termotolerantes por 100 mililitros em 80% ou mais, de pelo menos 6 amostras, coletadas durante o período de um ano, com frequência bimestral [...]” (BRASIL, 2005, p.7). Os pontos 3, 4 e 5 registraram ausência de coliformes termotolerantes. Tais questões podem ser explicadas pela distância dos pontos de coleta do centro urbano, onde quanto mais afastado desse, melhores eram as condições do córrego, principalmente naquilo que se refere a autodepuração. Logo, os pontos 1 e 2, mais próximos ao centro urbano, apresentaram os maiores quantitativos de coliformes termotolerantes, enquanto os pontos 3, 4 e 5, mais afastados da cidade, não registraram a presença destes.

Todos os pontos apresentaram presença de coliformes totais, que mesmo não possuindo limites máximos permitidos em legislação brasileira, servem como uma direção a ser tomada para a identificação de contaminação, pois certamente uma confirmação da presença de coliformes termotolerantes, indica também a presença de coliformes totais. Dessa forma, por mais que os coliformes totais não sejam bactérias fecais, um teste positivo para coliformes termotolerantes, será também positivo para coliformes totais, mas nem sempre o inverso a essa situação será real, ou seja, nem sempre a presença de coliformes totais indica que haverá a contaminação também por coliformes termotolerantes (CABRAL, 2010).

Cabe ressaltar que as amostras foram coletadas apenas em uma data específica, no dia 06 de outubro de 2020, sem nenhum tipo de frequência bimestral ou repetição, como indica a Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005). Logo, os resultados apresentados servem como base para demonstrar conformidade ou inconformidade legal para esse momento, mas que para uma efetiva e real certeza da mesma, faz-se necessário o acompanhamento frequente, dando continuidade as análises.

Quanto à salinidade, através dos ensaios realizados em laboratório, obtiveram-se os dados representados na tabela a seguir (Tabela 2):

Tabela 2 - Resultados das amostras do parâmetro salinidade.

Amostras	Resultado Salinidade	Unidade	VMP Conama 357/2005 II
Ponto 1	<1	‰	n.e.*
Ponto 2	<1	‰	n.e.*
Ponto 3	<1	‰	n.e.*
Ponto 4	<1	‰	n.e.*
Ponto 5	<1	‰	n.e.*

Fonte: Produzido pelo autor.

\*Não especificado (n.e.)

Avaliando os resultados obtidos, é possível observar que todas as análises apresentaram valores para salinidade abaixo de 1‰, assim, considerando os valores brutos, todas as amostras resultaram em 0‰, estando dentro dos padrões estabelecidos para águas doces, de acordo com a Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005), que define, quanto à salinidade, em seu art. 2º: “I - águas doces: águas com salinidade igual ou inferior a 0,5‰; II - águas salobras: águas com salinidade superior a 0,5‰ e inferior a 30‰; III - águas salinas: águas com salinidade igual ou superior a 30‰” (BRASIL, 2005, p. 2), caracterizando assim as águas em questão utilizadas nos sistemas irrigáveis alvos da pesquisa, como doces e próprias para irrigação, sem prejuízo significativo para as culturas, o solo, ou para os sistemas de irrigação.

Considerando todas as observações e análises feitas no córrego, pode-se constatar que mesmo com o lançamento de efluente doméstico, não há alteração significativa na água que implique sobre sua qualidade, referente ao parâmetro de níveis de salinidade. Em cada caso o que se avalia é o risco potencial do uso da água, onde na maioria das vezes as águas perigosas têm um conteúdo de sais que por si só não são prejudiciais, porém, representam um problema quando essas águas evoluem no solo. Algo considerado positivo é o efeito de evapotranspiração, que diminui a umidade do solo, mas que não elimina uma quantidade considerável de sais, de uma forma que esta solução do solo se torna mais salina (ALMEIDA, 2010).

Logo, os resultados apresentados não mostraram alteração de salinidade, demonstrando conformidade legal para este momento, mas não dispensando a busca por um manejo correto das águas utilizadas nos sistemas irrigáveis de diversas culturas no município de Vila Pavão -ES, fazendo-se necessário o monitoramento não somente das águas, mas também do solo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados apresentados demonstraram que apenas dois pontos se encontraram em inconformidade com os limites exigidos pela Resolução Conama nº 357/2005 (BRASIL, 2005), mas ainda assim apenas para o parâmetro coliformes termotolerantes. Os demais pontos, tanto para os coliformes termotolerantes, quanto para a salinidade, encontraram-se dentro dos padrões exigidos. Os coliformes totais foram encontrados em todos os pontos, e mesmo não tendo nenhum tipo de limite exigido por lei, podem indicar ou não que há contaminação por esgoto doméstico, não sendo totalmente assertivos para tais questões.

Logo, é possível afirmar que a falta da infraestrutura em saneamento básico na zona urbana pode ter influência na qualidade das águas do córrego nas regiões mais próximas aos lançamentos de efluente, afetando diretamente a qualidade das águas utilizadas para irrigação na zona rural. Porém, quanto mais distante do centro urbano, melhores são as condições do córrego, e não há registro de contaminação que possa ser prejudicial para produção de alimentos a partir da água utilizada nos sistemas irrigáveis.

De acordo com as observações feitas, mesmo com os resultados obtidos, nota-se que diante da precariedade em saneamento básico encontrada no município de Vila Pavão - ES, a fim de tornar o esgotamento sanitário universal, o sistema precisaria ser eficiente de tal forma que as populações urbana e também rural (isso inclui comunidades tradicionais) possam ser atendidas, passando também por programas de sensibilização e educação ambiental.

Muitas doenças podem estar ligadas ao consumo de alimentos contaminados. Tal contaminação pode ter relação direta com a água utilizada na irrigação das culturas produzidas. Assim, estudos que indiquem a qualidade das águas para irrigação podem levar a sugestão de mudanças que garantam a integridade dos alimentos consumidos, que utilizem essas águas em seus sistemas irrigáveis. Logo, garantir um monitoramento contínuo e frequente, através de análises e ensaios laboratoriais, torna-se essencial.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, O.A. **Qualidade da água de irrigação**. 1 ed. Cruz das Almas – BA. Embrapa, Cruz das Almas, 2010. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/26783/1/livro-qualidade-agua.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- ARAUJO, F. V.; VIEIRA, L.; JAYME, M. M. A.; NUNES, M. C.; CORTÊS, M. Avaliação da qualidade da água utilizada para irrigação na bacia do Córrego Sujo, Teresópolis, RJ. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 380-385, dez. 2015.
- ARBOS, K. A.; FREITAS, R. J. S.; STERTZ, S. C.; CARVALHO, L. A. Segurança alimentar de hortaliças orgânicas: aspectos sanitários e nutricionais. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 30, p. 215-220, mai. 2010.
- BAIRD, R. B.; EATON, Andrew D.; RICE, Eugene W. *Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater*. 23th ed. Washington: APHA, 2017.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual prático de análise de água / Fundação Nacional de Saúde**. 3 ed. rev – Brasília. Funasa, 2009, 144 p.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF, 11 jan. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em: jun. 2020.
- BRASIL. Resolução-RE. nº 357. 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília - DF, 28 abr. 2005. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>>. Acesso em abr. 2020.

- BERNARDO, S. **Manual de irrigação**. 6. ed. Viçosa: UFV, 1996. 596 p.
- CABRAL, J. P. S. Water microbiology. Bacterial pathogens and water. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Porto –PT, v. 7, n. 10, p. 3657-3703, out. 2010.
- CETESB. **Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2004** / CETESB. v 2. São Paulo: CETESB, 2005, 307 p. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/publicacoes-e-relatorios/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.
- CORDEIRO, G. G. **Salinidade em agricultura irrigada**. 1 ed. Petrolina – PE. Embrapa, Petrolina – PE, 2001.
- FRANCO, R. A. M.. **Qualidade da água para irrigação na microbacia do Córrego do Coqueiro no noroeste paulista**. 2008. 99 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Unesp - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Ilha Solteira, 2008.
- FUKUSHI, Y. K. M.; JUNQUEIRA, A. M. R.; RESENDE, A. Qualidade microbiológica da água utilizada na irrigação de hortaliças no Distrito Federal. 2010. **Horticultura brasileira**, v. 28, n. 2, S3175-S3179 (Suplemento - CD Rom), Guarapari – ES, 2010. Disponível em: <[http://www.abhorticultura.com.br/EventosX/Trabalhos/EV\\_4/A2973\\_T4584\\_Comp.pdf](http://www.abhorticultura.com.br/EventosX/Trabalhos/EV_4/A2973_T4584_Comp.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- HUTTON, G.; HALLER, L. Evaluation of the Costs and Benefits of Water and Sanitation Improvements at the Global Level. Geneva: **World Health Organization (WHO)**, 2004. Disponível em: <[http://www.who.int/water\\_sanitation\\_health/wsh0404.pdf](http://www.who.int/water_sanitation_health/wsh0404.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Vila Pavão**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-pavao/panorama>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- MATOS, A. J.; CARDOSO, N. L. C.; SILVA, A. M. S; SILVA D. C. Análise da qualidade microbiológica de águas de córregos utilizadas na irrigação de hortaliças. **Universidade Federal de Goiás** - Anais do Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão, CONPEEX. [S.l]. p. 12037-12041, 2013. Disponível em: <[http://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site7201/site/artigos/10\\_seminario-pesquisa/seminario-pesquisa\\_miolo\\_03.pdf](http://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site7201/site/artigos/10_seminario-pesquisa/seminario-pesquisa_miolo_03.pdf)>. Acesso em 03 abr. 2020.

MEDEIROS, J. F. de; SILVA, M. C. C.; SARMENTO, D. H. A.; BARROS, A. D. de. **Crescimento do meloeiro cultivado sob diferentes níveis de salinidade, com e sem cobertura do solo.** Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v.11, p.248-255, 2007.

PARRON, L. M.; MUNIZ, D. H. F.; PEREIRA, C. M. **Manual de procedimentos de amostragem e análise físico-química de água.** 1 ed. Colombo – PR. Embrapa Florestas, 2011. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/921050/manual-de-procedimentos-de-amostragem-e-analise-fisico-quimica-de-agua>>. Acesso em 14 jun. 2020.

PMVP. PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO. **Plano Municipal de Saneamento e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.** Vila Pavão - ES, 2018. Disponível em: <<http://saneamentomunicipal.com/dpd-ftp/PMSB/2018-ES-PMSB-VPA-02.pdf>>. Acesso em: jun. 2020.

SANTANA, M. J.; CARVALHO, J. A.; SOUZA, K. J.; SOUSA, A. M. G.; VASCONCELOS, C. L.; ANDRADE, L. A. B. Efeitos da Salinidade da água de irrigação na brotação e desenvolvimento inicial da cana-de-açúcar (*Saccharum spp*) e em solos com diferentes níveis texturais. **Ciênc. agrotec.**, Lavras, v. 31, n. 5, p. 1470-1476, 2007.

SIHLER, C. B.; MOTA, D. M.; DUSI, R. M. Boletim eletrônico epidemiológico: Investigação de surto de doença diarreica aguda em evento científico, Brasília-DF, 2007. **Ministério da Saúde.** Brasília – DF, 2008. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2014/junho/25/Ano08-n08-surto-diarreia-aguda-df-completo.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2020.

SILVA, Á. F. S.; LIMA, C. A. L.; QUEIROZ, J. J. F.; JÁCOME, P. R. L. A.; JÚNIOR, A. T. J. Análise bacteriológica das águas de irrigação de horticulturas. **Ambiente & Água: An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 428-438, jun. 2016.

SILVA, Í N.; FONTES, L. O.; TAVELLA, L. B.; OLIVEIRA, J. B.; OLIVEIRA, A. C. Qualidade de água na irrigação. **Acsa - Agropecuária Científica no Semi-Árido**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 01-15, jul./set. 2011.

SOUZA, K. S.; PIO, M. C. S.; SANTANA, G. P. Análise química e bacteriológica da água de irrigação utilizada na Comunidade Agrícola Nova Esperança, Manaus - AM. **Revista Agro@ambiente On-line**, Boa Vista - RR, v. 6, n. 3, p. 242-249, set. 2012.

TRATA BRASIL. **Principais estatísticas no Brasil Esgoto.** São Paulo - SP, 2019. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no>>



## **AValiação DA SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DE CACOS DO BENEFICIAMENTO DE GRANITO EM MARMORARIAS EM BARRA DE SÃO FRANCISCO**

Alyne Silva Cezar<sup>1</sup>  
André Henrique de Rezende Almeida<sup>1</sup>  
Elayne Cesana<sup>1</sup>  
Talita Alves de Carvalho<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso de Engenharia Ambiental

<sup>2</sup>Eng. Ambiental e Sanitarista; Eng. Segurança do Trabalho – Professora Multivix – Nova Venécia

### **RESUMO**

A utilização de rochas ornamentais vem se tomando bastante comum atualmente, e como consequência o avanço industrial relacionando ao beneficiamento de rochas, à vista disso ocorreu o aumento das preocupações referentes aos resíduos gerados por tal atividade e os impactos ambientais que podem causar. Partindo dessa preocupação, este trabalho foi realizado com o objetivo de analisar e fiscalizar empresas em busca de saber se estão realizando o acondicionamento adequado e averiguar os impactos que estão sendo causados. Para isso foi aplicada a metodologia de amostragem realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica efetuada na Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Barra de São Francisco – ES analisando e quantificando empresas que reutilizam os cacos em seu processo industrial, onde foi possível verificar que apenas duas das cinco empresas possuem licença ambiental válida no município. A partir desta pesquisa foram então realizadas vistorias nas empresas com o objetivo de averiguar a gestão dos cacos no local. Concluindo-se que nenhuma das empresas realiza a reutilização dos cacos provindos do beneficiamento de granito, assim como não realizam o armazenamento adequado dos mesmos, sendo que apenas uma das empresas encaminha o resíduo para a associação.

**Palavras-Chave:** Cacos, Impacto Ambiental, Reutilização, Rochas Ornamentais.

### **ABSTRACT**

The use of ornamental rocks has become quite common nowadays, and as a consequence the industrial advance related to the processing of rocks, in view of this, there has been an increase in concerns regarding the waste generated by such activity and the environmental impacts they can cause. Based on this concern, this work was carried out with the objective of analyzing and inspecting companies in order to know if they are carrying out the proper packaging and to investigate the impacts that are being caused. For this purpose, the sampling methodology carried out through bibliographic research carried out at the Environment Department of the city of Barra de São Francisco - ES was applied, analyzing and quantifying companies that reuse the shards in their industrial process, where it was possible to verify that only two of the five companies have a valid environmental license in the municipality. From this research, surveys were then carried out in the companies with the objective of verifying the management of the shards in the place. It was concluded that none of the companies reuses the shards from the granite processing, as well as they do not carry out the proper storage of them, and only one of the companies sends the residue to the association.

**Keywords:** Shards, Environmental Impact, Reuse, Dimension Stones

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade as rochas ornamentais vêm sendo utilizadas na construção civil, pela sua beleza e aplicabilidade. Porém, somente nos séculos XIX e XX a mineração passou a extrair em maior quantidade, graças às novas necessidades e equipamentos produzidos na revolução industrial.

Entretanto, somente a partir da década de 70 a utilização se tornou mais difundida devido ao avanço tecnológico nas frentes de lavra, serrarias e marmorarias. Em razão da crescente evolução tecnológica dos setores de extração e beneficiamento de rochas ornamentais, aumentou também o interesse das pessoas em empreender na área produtiva expandindo a variedade de materiais, padrões, cores e acabamento, mantendo o mercado tanto nacional, quanto internacional aquecido (MAIOR, 2013).

A cadeia produtiva do setor de rochas ornamentais é dividida em três etapas principais: extração, desdobramento e beneficiamento. No beneficiamento, fase final do processo produtivo, encontra-se as marmorarias, onde as chapas de rochas ornamentais são finalizadas (VILLASCHI; SABADINI, 2000).

Geralmente os serviços de uma marmoraria são o corte, beneficiamento secundário, montagem e acabamento final. A confecção dos produtos de uma marmoraria exige precisão, atenção e um sistema de produção extremamente tecnológico, que reduza ao máximo os erros manuais e perdas excessivas de material. Já que algumas peças são de fácil acabamento e modelagem, outras já necessitam de formas geométricas variadas e complexas, dificultando o serviço e gerando maiores perdas de materiais nos recortes.

Neste contexto, o município de Barra de São Francisco no Estado do Espírito Santo vem se inserindo no mercado como polo de produção de rochas ornamentais no Brasil. Entre os anos 2007 a 2011 foram produzidas 1.252.079 toneladas de rochas ornamentais (ANPO, 2013), possuindo 6% das indústrias de rochas ornamentais do Espírito Santo (FINDES, 2018).

Acompanhando o desenvolvimento econômico e social, o setor produtivo de beneficiamento de rochas ornamentais gera inúmeros impactos ambientais,

sendo sua maior problemática à destinação final dos resíduos. O grande volume de cacos residuais produzido nas marmorarias vem gerando grande preocupação.

Bernardi e Silva (2017) afirma que a recuperação e a valorização de cacos nas marmorarias são de extrema importância para a redução desses resíduos, e, ao torná-los matérias-primas para novos produtos com maior valor agregado, promove maior lucratividade para a empresa e mitiga um passivo ambiental decorrente da atividade. Com isso, é de suma importância a busca de alternativas que sejam viáveis para que estes resíduos sejam reutilizados, uma vez realizado, torna-se é possível contribuir com o ambiente reduzindo os impactos causados sobre o mesmo.

A busca constante de métodos mais eficientes está se tornando cada vez mais importante. É possível se deparar no dia a dia com diversas atividades geradoras de impacto ambiental que muitas vezes se tornam irreversíveis.

Esse estudo será realizado no Município de Barra de São Francisco – ES, onde a economia local é movida, em sua maior parte, por empresas de beneficiamento de rochas ornamentais, sendo assim este trabalho possui como objetivo principal analisar a gestão dos resíduos de beneficiamento de rochas, a destinação final e dimensionar a real situação do descarte no município, e por meio da coleta de dados, buscar uma solução viável, nos âmbitos econômicos, ambientais e sociais, além de orientar quanto aos impactos causados e incentivar melhorias contínuas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ROCHAS ORNAMENTAIS: EMPRESAS DE MARMORARIAS**

A utilização de pedras e rochas data desde civilizações mais antigas, onde estas eram empregadas na criação de armas, diferentes tipos de utensílios, construção de moradias, entre outros, e devido ao seu uso contínuo passou a apresentar um grande valor econômico, estético e cultural (ALENCAR, 2013).

De acordo com a NBR 15012 a definição de rocha ornamental se refere a um material rochoso, de origem natural, que pode ser submetido a diversos tipos de beneficiamento, sendo utilizada de forma a exercer um papel estético (ABNT, 2003). Estas rochas podem ser classificadas de acordo com a sua coloração, resistência, variações mineralógicas, padrões composicionais e texturais, assim como as condições físicas e químicas em que este material está exposto (COSTA et al., 2000).

Portanto, as rochas ornamentais e de revestimento correspondem a rochas que devido a determinadas características físico-químicas, quando extraídas em blocos ou chapas, podem ser cortadas em diversas formas e também beneficiadas, para compor ambientes, através do desdobramento ou corte em chapas, polimento e acabamento (COSTA et al., 2000).

Basicamente o ciclo produtivo das rochas ornamentais pode ser compreendido em três fases, sendo estas, a extração, o beneficiamento primário e por fim, o beneficiamento final. Atualmente a tecnologia empregada no processo de extração e beneficiamento das rochas ornamentais consiste na utilização de ferramentas diamantadas, de forma a integrarem os teares multifios e talhas-bloco, comumente utilizados em granitos e mármore. Na segunda fase, ocorrem à serragem dos blocos, provenientes da extração, em placas ou tiras nas dimensões estabelecidas em razão do uso pretendido. A terceira etapa consiste no acabamento e polimento, onde a rocha toma a forma definitiva (ALENCAR, 2013).

Segundo Babisk (2009), com algumas variações no conceito, comercialmente as principais rochas ornamentais são os granitos e os mármore, que, por serem amplamente usados para essa finalidade, geralmente são associadas a estes nomes, independentemente de terem ou não outra denominação geologicamente mais específica.

Os granitos ornamentais, devido às características geológicas, são considerados rochas silicáticas e por apresentarem granulação variada podem não corresponder necessariamente aos assim chamados granitos verdadeiros, pois os granitoides, mesmo podendo possuir associações minerais semelhantes, são capazes de exibir uma variedade grande de estruturas, que, aliados a diversos fatores, fazem com que estas rochas aparentem feições estéticas bem diferenciadas e assim diversos aproveitamentos, conseqüentemente a variação de seu valor econômico (BOLONINI, 2018).

O mármore possui diversos perfis disponíveis atualmente no mercado, isso se deve graças a grande variedade de características físicas que esta classe própria de rocha apresenta. Estas especificidades são influenciadas pelas transformações metamórficas, acarretando na alta variância de granulações, de fina a média, e de sua coloração. Com aplicação ornamental ou de revestimento, os tipos de grão fino se destacam, com ampla aplicabilidade em esculturas (FRASCÁ, 2001).

Outras classes de rochas ornamentais são os quartzitos e ardósias. O Quartzito apresenta alto grau de recristalização e granulação predominantemente fina, quando compostos na sua maioria por quartzo, podem apresentar propriedades típicas dos denominados granitos comerciais. Assim, nestes casos, a extração dos quartzitos será feita a partir de blocos e o beneficiamento pode ser finalizado nos mesmos equipamentos que as demais rochas graníticas, sendo possível então a obtenção de chapas regulares e com alto valor comercial (COSTA et al., 2000).

Enquanto as ardósias podem ser descritas como rochas de granulação extremamente fina, sendo constituídas essencialmente por minerais filossilicatos e que resultam de transformações metamórficas de muito baixo grau. Os materiais comercializados mostram grande variação de tonalidade, com o predomínio de cores esverdeadas e acinzentadas (COSTA et al., 2000).

## 2.2 EMPRESAS DE MARMORARIAS

As marmorarias são empresas que pertencem ao setor industrial de comércio de produtos beneficiados de mármore e granitos ornamentais, tendo

como processo produtivo o corte de chapas, polimento, acabamento, colagem, finalização e entrega do produto. Seu processo se inicia com o pedido de orçamento por parte do consumidor, onde um funcionário é responsável por analisar as dimensões e especificidades para então dar abertura ao projeto. Assim que o projeto é concluído e aprovado pelo cliente, as chapas de granito são estudadas, em razão da busca pela placa que melhor se enquadre nas especificações, onde posteriormente são encaminhadas para a confecção das peças, e esta etapa do processo produtivo é realizado pelos marmoristas que selecionam a matéria-prima no estoque (ARAÚJO, 2016).

Após a escolha da chapa, realiza-se o recorte nas dimensões previstas no planejamento inicial, onde estas são verificadas e direcionadas para o setor de polimento e acabamento. O processo de finalização pode variar de acordo com o uso proposto da peça, de forma que em alguns casos ocorre à aplicação de outros materiais, para então ser realizado o controle de qualidade e a entrega ao cliente (SILVA et al., 2016).

Soares (2016) constatou que muitos processos das marmorarias são intrinsecamente ligados ao desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental, pois são grandes geradoras de resíduos, que, causam grande impacto ambiental. E que, contudo, as empresas analisadas do ramo de beneficiamento de rochas ornamentais não se adequam aos procedimentos ambientais.

E que para atender a legislação ambiental vigente é de extrema importância que as empresas primordialmente façam a classificação dos resíduos gerados nos seus processos produtivos, pois é a partir dessa classificação que será estruturado um plano de gestão ambiental (SILVA et al., 2016). Entretanto Soares (2016) constatou que as empresas analisadas não haviam investido em processos para mitigar a geração de resíduos sólidos.

### 2.3 RESÍDUOS DE CORTE (CACOS) DE ROCHAS ORNAMENTAIS

Os resíduos de corte ou cacos podem ser classificados como pedaços irregulares de rochas ornamentais obtidos a partir do corte de rochas para a confecção de produtos como pias, balcões, bases de sustentação de mesas e

da quebra de placas de revestimento de pisos e paredes, como cacos de rochas ornamentais. Outra fonte de geração de cacos são as partes das chapas recém-chegadas na marmoraria com fissuras e falhas ocorridas (SILVA, 2013).

De acordo com Bernardi e Silva (2017) nas marmorarias, a recuperação dos cacos e a sua respectiva valorização é de extrema importância para a redução destes resíduos, que ao ser feita, os torna material para novos produtos ofertados, agregando mais valor e com isso, mais receita para o empreendimento. E a reutilização dos cacos ainda implica em um assunto frequentemente debatido na atualidade, a questão da sustentabilidade das empresas privadas e seus respectivos processos produtivos, incentivando a transparência da disposição final de seus resíduos.

O beneficiamento de rochas tem agravado a degradação ao meio ambiente, devido a grande quantidade de resíduos gerados na produção, portanto recuperar essas sobras pode amenizar os impactos ambientais e contribuir na questão social, gerando renda e oportunidades de empregos, além de incentivar o crescimento do mercado de resíduos provenientes desta atividade (BERNARDI; SILVA, 2017).

As rochas ornamentais demandam estudos para a que seu uso seja otimizado, pois é um recurso natural que não se renova. E que diminuir o desperdício dos materiais é a grande vantagem de se utilizar refugos do beneficiamento de produtos (SANTOS et al., 2005). A geração de resíduos em uma marmoraria pode alcançar 30% de cacos, sobras e pó, de forma que na maioria dos casos estes são armazenados de forma incorreta ou entulhados no pátio da empresa, conseqüentemente sem uma destinação final ambientalmente correta (SANTOS, 2020).

E que segundo Silva (2013) os custos provenientes da destinação final os rejeitos da marmoraria em aterros podem ser aplicados na aquisição de maquinário para o reaproveitamento desses cacos, como britadores, que podem quebrar os cacos de rochas em brita, com características granulométricas especificadas pela construção civil, para o trabalho de jardinagem e paisagismo. Essa recuperação ou utilização dos cacos de corte

nas empresas mostrou-se extremamente eficiente, pois a produção é centralizada e o resíduo da etapa de produção é utilizado como insumo na outra etapa, onde este é utilizado como matéria prima para outro produto.

### **3. METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA**

O município de Barra de São Francisco – ES foi escolhido devido a sua economia ser em sua maior parte, por empresas de beneficiamento de rochas ornamentais. Atualmente, constam cerca de 86 Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJ) na Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), para a atividade de aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia, entre outros.

A delimitação da amostragem das empresas que serviram como base deste estudo, foi realizada através de pesquisa bibliográfica, que segundo CERVO (2002) explica a problemática partindo de referências teóricas publicadas em documentos, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), local onde ocorre o estudo, no qual foi efetuado um levantamento das licenças ambientais dos empreendimentos que executam a atividade de aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia, entre outros.

Sendo analisadas e quantificadas, nos processos de licenças ambientais, as empresas que efetuam a reutilização dos cacos de rochas ornamentais no seu sistema de produção, onde posteriormente, buscando uma maior abrangência do estudo, foi realizada visita *in loco*.

A vistoria tem como objetivo analisar e verificar, através de relatório fotográfico, o local onde os resíduos de corte são acondicionados e armazenados, e dessa forma comparar com o que está descrito no processo ambiental referente à licença do empreendimento, assim como averiguar de que modo ocorre a destinação final destes.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, a pesquisa bibliográfica realizada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barra de São Francisco mensurou a quantidade de empreendimentos que efetuam a atividade de aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia, entre outros, e que possuem licenças ambientais (Tabela 1). Sendo analisado o acondicionamento, armazenamento e a destinação final realizada pela empresa.

Tabela 1 – Empresas que realizam o beneficiamento de rochas ornamentais

Empresa	Licença Ambiental	Acondicionamento	Armazenamento	Destinação Final
Empresa 1	Válida	Bombonas	Com cobertura	Doação/venda para terceiros
Empresa 2	Vencida	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Empresa 3	Vencida	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Empresa 4	Vencida	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Empresa 5	Válida	Tonéis	Contenção	Doação/venda para terceiros

Fonte: Produzida pelo autor

A Empresa 1 possui licença válida, ou seja, ainda está dentro do prazo estabelecido pela SEMMA, e seus resíduos de corte, conforme o consultor ambiental responsável, são acondicionados em bombonas que estão armazenadas em local coberto. Entretanto de acordo com relatório técnico, elaborado pelos funcionários da SEMMA e arquivado junto ao processo ambiental, é descrito que os resíduos de corte estavam acumulados em locais inadequados e em sua maioria espalhados pelo pátio da empresa, dessa forma, mesmo possuindo um espaço com cobertura e bombonas para o acondicionamento dos cacos, os resíduos estavam depositados de forma aleatória pela marmoraria. A destinação final destes resíduos é através da venda ou doação para membro da sociedade ao entorno do empreendimento que solicitam.

Em vistoria na Empresa 1 não foi possível verificar a forma que os resíduos de corte são acondicionados e armazenados, visto que o proprietário não autorizou a entrada no empreendimento, dificultando a realização de relatório fotográfico do local de forma a comparar ao que foi apresentado posteriormente no parecer técnico.

As Empresas 2, 3 e 4 estão com suas licenças ambientais vencidas e em seus processos não se encontram informações sobre o acondicionamento, armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados no processo do beneficiamento de rochas ornamentais. Porém de acordo com relatório técnico a empresa 4 armazena seus cacos amontoados por todo o pátio da empresa, sem nenhum acondicionamento.

Não foi autorizado pela Empresa 2 que o local de armazenamento das sobras fosse fotografado, porém foi possível observar que não há espaço específico para essa finalidade, uma vez que estes se encontram dispostos diretamente no solo, em montes distribuídos por toda a marmoraria. A Empresa 3 (Imagem 1) armazena seus cacos na entrada da marmoraria, diretamente no solo e sem cobertura (Imagem 2) e com relação a disposição final destes o proprietário preferiu não se pronunciar.

Imagem 1 – Resíduos de corte armazenados na entrada da empresa 3.



Fonte: Produzida pelo autor

Imagem 2 – Resíduos de corte da empresa 3 dispostos diretamente no solo e sem cobertura.



Fonte: Produzida pelo autor

Foi observado na Empresa 4 a mesma situação que as Empresas 2 e 3, visto que o acondicionamento e armazenamento dos resíduos são feitos da mesma forma (Imagem 3), entretanto de acordo com o funcionário, os resíduos se encontram dessa forma devido a falta de recolhimento por parte da prefeitura do município, dado que as sobras são reutilizadas pelo setor público, não sendo informada a periodicidade da retirada.

Imagem 3 – Resíduos de corte da empresa 4.



Fonte: Produzida pelo autor

A Empresa 5 assim como a empresa 1, possui licença ambiental válida, e foi apresentado como forma de acondicionamento tonéis que ficam

localizados em uma contenção, para posteriormente serem encaminhados para a Associação Noroeste de Pedras Ornamentais (ANPO).

Imagem 4 – Armazenamento dos resíduos de corte da empresa 5 em baias de contenção.



Fonte: Produzida pelo autor

Em vistoria foi possível comprovar a existência das baias de contenção, entretanto os cacos estavam dispostos no solo, sem a presença de tonéis (Imagem 4). De acordo com o proprietário as contenções foram quebradas no momento do recolhimento, que é realizado quando o volume é suficiente para encher uma caçamba, sendo recolhido e encaminhado a ANPO.

Nenhuma das empresas realiza o reaproveitamento dos resíduos de corte no próprio empreendimento, grande parte das sobras ficam sem finalidade, enquanto outra parte é solicitada pela própria população ou setor público do município. Além da disposição final incorreta, o acondicionamento e armazenamento também não são realizados de forma apropriada, visto que são amontoados em espaços inutilizados do próprio empreendimento.

A dificuldade em se conseguir informações também é preocupante, os próprios gestores se mostraram apreensivos quando era solicitada a vistoria no local onde os resíduos eram depositados, apresentando o local de forma rápida e sem muitas explicações acerca da destinação ou exprimindo justificativas para o amontoado de resíduos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado foi observado que apesar do alto número de CNPJ cadastrados no município que realizam atividade de beneficiamento de rochas ornamentais que geram resíduos de corte, a quantidade de licenças ambientais encontradas na SEMMA não se equipara, visto que dos 86 CNPJ levantados na Secretaria Municipal da Fazenda apenas cinco processos foram encontrados, sendo que destes apenas dois ainda estão dentro do prazo de vigência.

Os próprios proprietários não conseguem enxergar ou sequer reconhecem o valor nos cacos, já que contratam ou solicitam serviços terceirizados para que seja feita a limpeza do pátio da marmoraria. A sustentabilidade não é um assunto decorrente ou até mesmo atual entre os empreendimentos desse ramo no município, em virtude da falta de conhecimento e pesquisa pelo assunto, contudo quando questionados reconhecem a importância do processo de licenciamento ambiental.

Os resíduos de corte podem ser utilizados de diversas formas, como para cascalhar ruas, através de sua trituração podem se tornar brita ou empregados em paisagismo e jardinagem, além disso, podem se tornar matéria prima para cimento, conseqüentemente sua reutilização agrega maior valor ao produto, gerando renda e implicando em uma destinação final ambientalmente adequada.

Desse modo, podemos concluir que se não houver uma cobrança maior por parte dos órgãos responsáveis através da fiscalização e educação ambiental, a destinação final destes resíduos continuará a ser através de descarte em locais inapropriados, continuarão a ser inutilizados, porém, com o aumento efetivo da fiscalização pelos órgãos competentes, o cenário atual pode sofrer sérias mudanças, implicando na busca dos gestores por inovações, assim fomentando pesquisas para que seja alcançado o desenvolvimento sustentável que o licenciamento ambiental almeja.

## REFERÊNCIAS

- ABNT, NBR 15012 – **Rochas para revestimentos de edificações – Terminologia**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2003.
- ALENCAR, C. R. A. **Manual de caracterização, aplicação, uso e manutenção das principais rochas comerciais no Espírito Santo: rochas ornamentais**. Instituto Euvaldo Lodi-Regional do Espírito Santo. Cachoeiro de Itapemirim/ES: IEL, 2013.
- ANPO. **Bases para o ordenamento e desenvolvimento sustentável da mineração de rochas ornamentais no noroeste do Espírito Santo**, 2013.
- ARAÚJO, M. R. A. **Análise da relação dos índices de satisfação dos colaboradores e indicadores de produção: um estudo de caso Marmoraria Du Rei**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
- BABISK, M. P. **Desenvolvimento de vidros sodo-cálcicos a partir de resíduos de rochas ornamentais**. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Materiais) – Curso de Ciência dos Materiais, Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 2009.
- BERNARDI, V. F.; SILVA, A.B da. Avaliação da sustentabilidade na gestão de cacos e casqueiros do beneficiamento de mármore e granito. **Revista Científica Intelletto**, Venda Nova do Imigrante, v. 2, n. 1, p. 60-79, 2017.
- BOLONINI, T. M.; GODOY, A.M.; FIGUEIREDO, C.A.M.; MAURÍCIO, A.; PEREIRA, M. F.; CLEMENTE, I. M.; SILVA, F. D. O. Análises de cor e Imagem das Rochas Ornamentais Butterfly Beige, Butterfly Gold e Butterfly Green expostas a altas temperaturas. **Geociências** (São Paulo), v. 36, n. 4, p. 703-716, 2018.
- COSTA, A. G.; CAMPELLO, M. S.; PIMENTA, V. B. **Rochas ornamentais e de revestimento de Minas Gerais: Principais ocorrências, caracterização e aplicações na indústria da construção civil**. Geonomos, 2000.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Pretice Hall, 2002. 45p.
- MAIOR, G. R. S. **Panorama da mineração de rochas ornamentais no estado do Espírito Santo com ênfase na lavra por bancadas ultra-altas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal De Pernambuco, 2013.
- FINDES. **Análise De Competitividade Do Setor Das Indústrias De Rochas Ornamentais Do Estado Do Espírito Santo 2018**. 2018.

- Disponível em: [http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/426/original/Analise\\_de\\_Competitividade\\_Rochas\\_2018\\_f.pdf?1566399753](http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/426/original/Analise_de_Competitividade_Rochas_2018_f.pdf?1566399753). Acesso em: 24/05/2020
- FRASCA, M. H. B. O. Qualificação de rochas ornamentais e para revestimento de edificações: caracterização tecnológica e ensaios de alterabilidade. in: **Simpósio Brasileiro de Rochas Ornamentais**, 2001, Salvador. Anais... Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2002. p.148-154.
- SANTANA, O. J.; SOUZA, J. C. **Utilização de tramas para o projeto de painéis, pisos e fachadas com sobras de mármore e granitos**. CETEM/MCTI, 2007.
- SANTOS, A.; VASQUES, R. A.; SAMPAIO, C. P. **Uso de resíduos de mármore e granito no desenvolvimento de produtos sustentáveis**. Use of granit and marble waste in the design of sustainable products, 2005.
- SANTOS, L. S. Processo produtivo e geração de resíduos de corte de mármore e granitos em marmorarias de Rio Verde/GO. **Monografia**. Instituto Federal Goiano, Rio Verde, 2020.
- SILVA, J. R. G. Aproveitamento de rejeitos de marmoraria na cadeia produtiva de rochas ornamentais. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- SILVA, J. R. G.; SOUZA, J. C.; SILVA, F. D.; JÚNIOR, F. G. P. A sustentabilidade na gestão de resíduos para o aproveitamento de materiais de rejeitos das rochas ornamentais em marmorarias. In: **IX Simpósio de Rochas Ornamentais do Nordeste**, 2016, João Pessoa.
- SOARES, Ercilia do Socorro Souza. Análise ambiental dos processos de beneficiamento das marmorarias da cidade de Manaus. 2016. 49 f. **Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)** - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- VILLASCHI, A. F.; SABADINI, M. **Arranjo Produtivo de Rochas Ornamentais (mármore e granito)**. ES Relatório de pesquisa BNDES Rio de Janeiro, 2000.

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PARTO HUMANIZADO

Ana Rosa Zanetti de Azevedo<sup>1</sup>  
Taina Onofre Belcavello<sup>1</sup>  
Robert Barreiros Sardinha<sup>1</sup>  
Patrícia Rodrigues Tones<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos do Curso de Enfermagem.

<sup>2</sup>Esp. em Saúde Pública com Ênfase na Saúde da Família – Professor(a) MULTIVX – Nova Venécia.

### RESUMO

A enfermagem atua durante o parto dando a puérpera maior conforto, sempre comum olhar humanizado e ativo criando assim um laço afetivo, para melhor compreender as necessidades e medidas a serem adotadas. O profissional tem um olhar atento caso houver alguma anormalidade, auxiliando as condutas a serem adotadas. A gravidez e o nascimento simbolizam em todas as culturas mais do que um momento, representa mudança de mulher para mãe, trata de um evento biopsicossocial, o feto passa por diversos movimentos durante o trabalho de parto com o objetivo de se ajustar no seu menor diâmetro possível. O apoio emocional que os pais estabelecem dirigindo a ela palavras de carinho conseguem acalmá-la e o suporte dado pelo acompanhante é fundamental. O presente artigo delimita-se a abordar a atuação do enfermeiro no parto humanizado, abordar os mecanismos de parto, importância do acompanhante no parto, cuidados no pré e pós-parto. O artigo insere-se no tema Saúde da Mulher, sendo classificada como uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, sendo a coleta de dados secundária, realizada através de referências bibliográficas, direcionada aos profissionais enfermeiros que atuam na humanização do parto. Com base na pesquisa, pode-se concluir que o enfermeiro tem fundamental importância na humanização da assistência prestada, podendo adotar medidas para promover uma melhor condição de cuidados e saúde com qualidade e humanizada.

**Palavras-chaves:** Enfermagem. Parto Humanizado. Acompanhante. Parturiente.

### ABSTRACT

Nursing works during childbirth, giving the puerpera greater comfort, always with a humanized and active look, thus creating an affective bond, to better understand the needs and measures to be adopted. The professional has a watchful eye in case there is any abnormality, helping the conduct to be adopted. In all cultures, pregnancy and birth symbolize more than a moment, it represents a change from woman to mother, it is a biopsychosocial event, the fetus undergoes several movements during labor in order to adjust to its smallest diameter. possible. The emotional support that the parents establish by directing her words of affection manage to calm her down and the support given by the companion is fundamental. This article is limited to addressing the role of nurses in humanized childbirth, addressing the mechanisms of childbirth, the importance of the companion during childbirth, pre and postpartum care. The article is part of the Women's Health theme, being classified as exploratory research with a qualitative approach, with secondary data collection, carried out through bibliographic references, aimed at nurses who work in the humanization of childbirth. Based on the research, it can be concluded that the nurse is of fundamental importance in the humanization of the assistance provided, being able to adopt measures to promote a better condition of care and health with quality and humanized.

**Keywords:** Nursing. Humanized birth. escort. parturient.

## 1. INTRODUÇÃO

A gravidez estabelece uma série de alterações e adaptações a mulher, momento em que surgem muitas perguntas e dúvidas, momentos de aflições e medo. O pensamento da mulher sobre a gestação e o parto é constantemente influenciado pela cultura, meio social e a mídia.

A assistência de enfermagem no parto humanizado é uma área que vem se expandindo no país, em razão do aparecimento de novas tecnologias agregado ao nascimento e atenção ao recém-nascido (RN). Devendo ter como objetivo principal a interação entre a mãe e o bebê evitando o máximo de intervenções desnecessárias e métodos invasivos, tendo o maior conforto nessa fase importante. Compreendendo que a mãe e o neonato devem ter uma atenção específica e individual.

Concluimos que são momentos distintos, para a parturiente é o acontecimento em que se dá à luz e está ocorrendo o que se caracteriza de parto. Já, para o novo ser que está chegando, ocorre o nascimento (ALMEIDA et. al, 2005).

A enfermagem capacita o profissional para oferecer assistência integral para a mãe, acompanhando no pré-natal, parto, pós-parto, amamentação e primeiros cuidados com o RN. Realizando exames, risco gestacional, exame físico, contrações, dilatações, acompanhamento fetal, orienta sobre posições para o parto, massagens, banhos, uso de bola, forma de respiração para diminuir a dor e melhorar conforto psicológico.

Nesse sentido, o presente trabalho justifica-se pela relevância de compreender o que é a humanização do parto e o papel do enfermeiro obstétrico nessa prática, considerando-se que existe a demanda por conhecimentos técnicos, mas também uma maior capacidade de relacionamento, diálogo e cuidado com a gestante. Certamente outros profissionais da área de saúde possuem conhecimentos relevantes, todavia, o enfermeiro obstétrico atua diretamente com a mãe, muitas Rev. Ciênc. Cidadania - v.2, n.1, 2016. 76 vezes desde o pré-natal e, assim, torna-se mais fácil para ele cumprir seu papel. (LEAS; CIFUENTES, 2016, p. 75). O foco deste estudo foi compreender qual o papel do enfermeiro obstetra na humanização do parto, estabelecida por lei como prática obrigatória por parte das instituições de saúde e direito de todas as parturientes. (LEAS, CIFUENTES, 2016, p.76).

A visão holística do enfermeiro obstetra associada ao processo de enfermagem favorece uma assistência individualizada à parturiente, fundamentada no conhecimento científico, fazendo com que ela se sinta parte de um processo natural que acompanha o ritmo de seu próprio corpo. A função do enfermeiro obstetra é colaborar com as forças naturais do parto, criando condições mais favoráveis para o nascimento, vivenciando a ciência, a natureza e a ética, promovendo, assim, modificações de comportamento de acordo com as respostas da parturiente.

A definição do conceito de humanização é polissêmica, logo, compreende múltiplas facetas. Nessa ótica, torna-se imprescindível a valorização da dignidade humana, o exercício da ética e da promoção do cuidado baseada no respeito à individualidade. O que requer a colaboração e a participação dos profissionais da saúde e da instituição, de modo a promover um ambiente acolhedor e favorável à assistência humanizada à parturiente. (ALVES et al, 2017, p.73).

O papel do profissional, além de fornecer as orientações em geral tais como saber lidar com a dor e com o desconforto, é também orientar a fazer adequadamente os exercícios respiratórios; estimulá-la a fazer uso do banho de chuveiro, à deambulação, a praticar exercícios de agachar e levantar, exercícios com a bola, aplicar-lhe massagem, enfim, fazer uso de recursos para tornar o processo menos doloroso e fazer com que a mulher fique mais relaxada e colaborativa, sendo que os métodos não farmacológicos oferecidos durante o trabalho de parto são de suma importância para as parturientes ajudando-as nos momentos de tensão e dor. (GOMES, RACHED, 2013, p.9).

Mediante análise dos argumentos apresentados, a justificativa para realização do presente trabalho baseia-se desejo de abordar o tema assistência de enfermagem no parto humanizado, demonstrar todo o processo da enfermagem para obter um parto menos doloroso, aconchegante e seguro.

O presente artigo delimita-se a abordar assistência de enfermagem no parto humanizado. Considerando importante toda manobra, procedimento realizado e toda assistência prestada à mulher. Desde a avaliação do impacto para a gestante até o momento da expulsão do feto que será caracterizado por fragilidade, medo, ansiedade dor e possível trauma.

O objetivo geral ressaltar a importância de assistência de enfermagem no parto humanizado. Os objetivos específicos são destacar a atuação do enfermeiro na humanização do parto, abordar sobre mecanismo de parto,

ênfatizar sobre a importância do acompanhante no parto, cuidados no pré e pós-parto.

Ao final da pesquisa, espera-se obter como resposta ao problema lançado a afirmativa de que teremos uma melhor interação entre a mãe e o bebê evitando o máximo de intervenções desnecessárias e métodos invasivos, ressalta que o parto de um momento único e muito especial na vida do casal e o enfermeiro é um profissional insubstituível no processo. É um profissional de visão que atua diretamente nos ambos os sentidos, e tem papel gestor em saúde.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA HUMANIZAÇÃO DO PARTO**

A enfermagem atua oportunizando a puérpera, durante o parto, maior conforto e segurança, sempre com um olhar atencioso e ativo. A criação de laço afetivo com a paciente é essencial para compreender as suas necessidades e saber quais as medidas a serem realizadas. O acompanhamento humanizado durante o período do parto é indispensável para a parturiente um profissional com respeito, apoio, solidariedade, incentivo e orientação, uma prestação sem qualquer dano e com mínimas intervenções.

O enfermeiro deve estar atento as queixas e outras manifestações que possam indicar alguma irregularidade, assim como, ir orientando a gestante sobre a evolução da dilatação e do trabalho de parto, ensinando condutas a serem tomadas, como as técnicas respiratórias a cada contração e relaxamento nos intervalos. (MARQUES, 2006).

O papel do enfermeiro e da equipe multidisciplinar é orientar a parturiente sobre a vantagem do parto normal e humanizado tanto para ela quanto para o bebê para assim obter uma assistência respeitosa no parto e nascimento é primordial, que os profissionais permitam a mulher como condutora da parturição, respeitando seus direitos e vontades, reconhecendo como um indivíduo único. Na atualidade a desvalorização do parto natural e as intervenções cirúrgicas desnecessárias estão crescendo por falta de

informação e educação e saúde para as mulheres. A enfermagem deve conscientizar, educar e promover saúde, usando seu conhecimento técnico científico juntamente com seus preceitos éticos prestando assistência integral, digna e com qualidade.

A assistência prestada pelos enfermeiros obstetras está se diferenciando do modelo biomédico, em razão da sua formação holística e humanística, com atributos para assistir de forma respeitosa a parturiente e interagir com ela, independentemente do nível sociocultural (LARA; CESAR, 2017, p.126).

Para que ocorra a humanização deve levar em consideração a relação do enfermeiro com o paciente como uma forma de ajuda, pois a profissão existe para sustentar e apoiar. A mudança do modelo assistencial do parto depende basicamente do trabalho do enfermeiro a quem foi dada a responsabilidade.

O enfermeiro deve estar alerta às queixas e outras manifestações que possam indicar algum tipo de intercorrências, avisando a gestante sobre a evolução do trabalho de parto e ensinando-lhe as condutas a serem adotadas durante período de dilatação, tais como as técnicas respiratórias a cada contração e relaxamentos nos intervalos. Esse profissional atua também na sala de parto assistindo a mulher no parto normal ou acompanhando a evolução do parto. O enfermeiro precisa ser especialista em obstetrícia, admitindo as condutas indicadas para a execução do parto sem distorcias. (SANTOS, p.10).

## 2.2 MECANISMO DE PARTO

Em toda as culturas a gravidez e o nascimento simbolizam muito mais do que um momento biológico, representam mudança de mulher para mãe. O parto se trata de um momento fisiológico por sua vez, tratado como um evento biopsicossocial.

O parto tende a ocorrer entre 37 e 42 semanas. A determinação do início do trabalho de parto é imprecisa, mas as gestantes que apresentam contrações espontâneas pelo menos duas em 15 segundos, acompanhados de apagamento cervical, com ou sem ruptura espontânea da membrana (FONSECA; JANICAS, 2014, p. 104).

Durante o trabalho de parto, o feto passa por diversos movimentos passivos com o objetivo de se ajustar no seu menor diâmetro possível. Esses movimentos cardinais ocorrem em sequência constituindo o mecanismo de parto. Nas apresentações cefálicas fletidas, acontecem seis tempos do

mecanismo de parto: insinuação, descida, rotação interna, desprendimento cefálico ou extensão, rotação externa e desprendimento do tronco.

Insinuação: ocorre quando o maior diâmetro transversal da cabeça no vértice passa pela abertura superior da pelve, que é a passagem, pelo estreito superior, do maior diâmetro perpendicular à linha de orientação fetal (RICCI, 2019).

Descida: progressão da apresentação do estreito superior para o estreito inferior, esse movimento é mediado por forças auxiliadas na descida do feto que são a pressão do líquido amniótico, pressão direta do fundo do útero sobre o feto, contração dos músculos abdominais e extensão e alinhamento do corpo fetal. A descida ocorre durante todo o trabalho de parto, finalizando com o parto. Nesse instante, a parturiente sente desconforto, mas é incapaz de separar desse movimento fetal específico de seu desconforto geral.

Rotação interna: Envolve uma rotação do pescoço fetal, quando o occipúcio alcança o assoalho pélvico, a cabeça realiza um movimento de 45°, para que a sutura sagital se oriente no sentido anteroposterior e posicione-se abaixo da sínfise púbica. (FONSECA; JANICAS, 2014, p. 109).

Desprendimento cefálico ou extensão: Com a descida adicional e flexão completa da cabeça, a nuca, fica sob a sínfise. A resistência do assoalho pélvico faz com que a cabeça do feto se expanda, de modo que possa passar por baixo do arco púbico. Ocorre depois de a rotação interna estar totalmente completa. A cabeça emerge graças à extensão sob a sínfise púbica, juntamente com os ombros. A fontanela anterior, a testa, o nariz, a boca e o queixo saem de modo sucessivo.

Rotação externa ou restituição: Depois que a cabeça saiu e está livre de resistência, ela gira, volta à sua posição original para a esquerda ou para a direita (restituição). A sutura sagital retoma então sua relação de ângulo reto com o diâmetro transversal (biacromial) dos ombros (ou seja, a cabeça se realinha à posição do dorso no canal de parto). A rotação externa da cabeça fetal possibilita que os ombros rodem internamente para se ajustar à pelve materna.

Desprendimento do tronco ou expulsão: Ocorre de modo mais suave após a saída da cabeça e das partes anterior e posterior dos ombros.

### 2.3 IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHANTE NO PARTO

A atuação efetiva da figura do acompanhante no processo de nascimento de filhos ainda não é algo frequente das famílias brasileiras. Como são poucas as experiências de vida que se aproximam à do nascimento, a intensidade de sentimentos em ligação com o nível de estresse, ansiedade, dor, esforços e uma explosão de sensações, sendo esses sentimentos que ficam eternamente marcados na memória e vida destes pais. Embora os acompanhantes passem por momentos de tensão os indicativos científicos revelam que o apoio emocional no parto é uma medida simples e que pode sofisticar a experiência do parto, já para a parturiente e a certeza de ter alguém muito próximo a ela e que a ama está ali ao lado lhe dando todo o apoio.

O Ministério da Saúde reconhece que a presença do acompanhante traz benefícios e que as gestantes que contam com um acompanhante no parto e puerpério imediato ficam mais tranquilas e seguras durante o processo, havendo diminuição do tempo de trabalho de parto e do número de cesáreas. A permanência de outra pessoa junto à mulher contribui, ainda, com a redução do risco de acometimento por depressão pós-parto. O acompanhante pode, também, ajudar a mulher nas tarefas básicas com o bebê no pós-parto, quando a mãe se encontra em fase de reabilitação. Com a sanção da Lei n. 11.108, em abril de 2005, recomenda-se que os serviços de saúde se reorganizem para incluir o acompanhante no período de trabalho de parto, parto e puerpério imediato. Essa intervenção busca garantir que toda parturiente tenha uma pessoa de sua escolha para confortá-la e encorajá-la durante o processo do nascimento. (OLIVEIRA et al, 2011, p.248).

A participação do pai no parto não é algo obrigatório. É um direito que pode ou não ser exercido, e se essa for a preferência da parturiente e de seu companheiro, e tem que ser respeitado e aceito pelas instituições, a mulher deve ter essa liberdade de escolher e não ser exigida pela maternidade que se deve ou não ter um acompanhante.

Estar presente ao parto é também uma forma dos homens se sentirem incluídos no processo de geração da vida que se passa no corpo da mulher” (BERTSCH, 1990 apud CARVALHO, 2003, p. 390).

É significativo ter alguém experimentando com ela o processo, pois o apoio emocional que é oferecido à parturiente fortalece si mesma no seu caminho até o parto contribuindo na construção do entendimento sobre o processo do nascimento e sobre ela, levando à uma experiência positiva e à um nascimento calmo e benéfico. Ao sentir-se cercado com a gestação e o parto, o homem se prepara para envolver cada vez mais intensamente nos cuidados com o filho. Os pais, desenvolvem um laço de autoconfiança e efetividade quando as comunicações são respectivamente satisfatórias, o que melhora a qualidade da interação.

O auxílio do pai neste evento é de necessária importância para estabelecer vínculos precoces entre pai e filho, tendo em vista diminuir ou eliminar a violência doméstica contra crianças e o abandono familiar e ainda possibilitar a emergência do papel de pai como cuidador. Ser acompanhante da mulher durante o trabalho de parto e parto representa para o homem uma oportunidade de vivenciar o nascimento de seu filho mesmo que de forma indireta. Cada pai entende sua participação como acompanhante de diversas maneiras, independentemente de qual seja a percepção desse papel, acredita-se que esse momento o deposite uma experiência e um significado muito importante para sua vida.

As lembranças e memórias do nascimento do filho(a) certamente continuará na memória para o resto de sua vida para alguns pais já para outros não ficara marcado. Mas de alguma forma, por algum motivo especial haverá um sentido único para cada pai que esteve ali presente no momento de a mulher dar à luz ao seu filho.

O pai do bebê é considerado por muitos autores como o principal acompanhante, já que sua participação fornece as mulheres apoio emocional, conforto materno, carinho e contato físico, além de fortalecer o vínculo familiar. (PINHEIRO, 2011, sp.).

O apoio emocional que os pais estabelecem com uma boa relação verbal, que dirigindo a ela palavras de carinho, encorajamento e elogios, conseguem acalmá-la, o suporte dado pelo acompanhante e uma forma positiva no processo de nascimento e proporciona a elas segurança, O apoio dado à mulher no momento do parto traz o fortalecimento da relação do casal, vivenciando e experimentando um sentimento de preocupação com o bem-estar da mãe e do filho. Essa vivência na participação de todas as etapas do ciclo gravídico-puerperal, o que é essencial para a formação do vínculo pai e filho.

## 2.4 CUIDADOS NO PRÉ E PÓS-PARTO

Os cuidados como pré e pós-parto é tão importante quanto o parto em si, para esses cuidados são levados em conta pontos em devemos sempre observar, idade da gestante, comodidades que apresentam, problemas crônicos de saúde, seu convívio social entre outros. Embora na maioria das vezes o pré e pós-parto não são realizados adequadamente e com qualidade é a parte principal para a saúde materna e do neonato, nesse período pode ser incluído ações de promoção e prevenção da saúde, além de realizar o diagnóstico de futuras doenças e tratar as já existentes que aparecem nesse período.

De acordo com o ginecologista/obstetra e Diretor Técnico do Hospital-Dia e Maternidade Unimed Vitória (HDMU), Dr. Henrique Zacharias Borges Filho, além dos cuidados com a saúde durante toda a gestação, há também dicas específicas para os dias que antecedem o parto, que nem sempre são consideradas. Geralmente, quando é possível programar a chegada do bebê, é comum encontrar na maternidade futuras mães com unhas feitas e cabelos arrumados. Mas nem todos sabem que alguns cuidados com a beleza não são recomendados. (UNIMED, sp).

Quando é uma gravidez planejada, acompanhada todos os meses e já se sabem a data prevista do parto, no período em que se antecedem o parto é orientado que as futuras mamães não realizem alguns cuidado pessoais como por exemplo, fazer as unhas, depilação, pinturas no cabelo, são que se possível ser evitado pelo menos durante 15 dias antes do parto, a gestante

também deve sempre acompanhar as exames e ficar de olho na taxa de anemia que ela possivelmente possa apresentar, evitar posição desconfortáveis, evitar exercícios e atividades de muito esforço, observa uma melhor posição para dormir lembrando sempre do bebê que está para chegar, sempre na maioria das vezes a fome aumenta gradativamente, as gestantes devem procurar sempre por alimentos saudáveis e de boa qualidade que não coloquem em risco a sua vida e do bebê, se colocarmos na ponta do lápis toda gestante tem uma fome insaciável mais que muitas vezes não lhe faz bem, devem sempre se lembrar que sua vida gera outra vida.

Assim também como os preparativos e cuidados do pré-parto são de extrema importância os do pós-parto são ainda mais relevantes, os pensamentos veem a flor da pele, “como será a recuperação, será que vou dar conta de ser mãe, esposa, trabalhar, cuidar dos afazeres de casa” tudo isso é muito importante só não é mais importante que a sua vida e a vida do seu bebê e a saúde de ambos.

Gravidez e parto são eventos fundamentalmente fisiológicos que ocasionam inúmeras modificações físicas e emocionais na mulher, e demandam acompanhamento dos profissionais de saúde (assistência pré-natal) e da família. Essa assistência consiste em processo imprescindível no preparo da gestante para a maternidade e o parto, bem como da sua família, e requer atenção individualizada e humanizada para a prevenção de eventos clínico-obstétricos e emocionais ao longo da gestação. (REZENDE, 2012, P.218)

Esse período pós-maternidade é chamado de puerpério, ele pode durar de 45 a 60 dias após o parto, variando de mulher para mulher, levando em conta a saúde da puérpera e sua boa recuperação da cesariana ou do parto normal, o período do puerpério é um pouco mais complicado que os dias em que se antecedem o parto, muitas puérperas sofrem muito com dor, sangramento, sentem dificuldades para cuidar dos seus bebês e para evitar esse sofrimento e o desgaste de procurar o médico mais uma vez para orientação elas fazem o que é mais perigoso nesse período que é a automedicação, nessa fase a automedicação é extremamente proibida ela expõe a mãe e o bebê a vários riscos, quando você se automedica você não sabe os riscos que está correndo, assim também são com as mães, muitos medicamentos são proibidos nesse período, pois pode acarretar problemas na

amamentação, muitas das vezes chega até a cortar o leite, assim também acontece com procedimentos em que se precisa usar anestesia que se possível devem ser evitados.

O período de internação hospitalar após o parto é muito importante para a saúde da mãe e do recém-nascido. Além dos cuidados médicos, a equipe de saúde é também responsável por instruir a mulher sobre alterações evolutivas e fisiológicas esperadas ao longo do puerpério imediato e tardio, especialmente a característica dos lóquios, a perda de peso, a diurese e a apoiadura. Este também é o momento ideal para promover o aleitamento materno e dar suporte para que ele ocorra de forma exclusiva pelos 6 meses seguintes. (REZENDE, 2012, P.299)

A fragilidade materna neste período é proporcional às dificuldades vivenciadas no parto. Os processos patológicos, principalmente infecciosos, instalam-se neste momento, mesmo que ainda sem manifestação clínica evidente. [...] (SASS e OLIVEIRA, 2007, 176)

O puerpério é o período em que ocorre diversas modificações físicas, hormonais e psicológicas em um curto espaço de tempo. Independente se o parto foi normal ou cesáreo, é necessário que as puérperas mantenham uma alimentação saudável e equilibrada, rica em proteínas (carnes magras, leite, queijo, ovos e leguminosas como a soja e o feijão). Por outro lado, é recomendável retirar o excesso de açúcar, sal, gordura animal, frituras, enlatados, excesso de corantes e conservantes. É ideal beber bastante líquido que é uma excelente matéria prima para a produção do leite, dando preferência a suco de frutas, águas, leite evitando o máximo de bebidas alcoólicas.

No puerpério é imprescindível a atuação do enfermeiro com ações minimizadoras da vulnerabilidade puerperal. Assim, o objetivo desse estudo foi descrever a assistência de enfermagem, destacando aspectos do puerpério, os cuidados assistenciais prestados pela equipe de enfermagem. Trata-se de um estudo de revisão da literatura sobre os cuidados prestados por Enfermeiros no puerpério, em âmbito hospitalar e ambulatorial. (SILVA, 2019, sp).

A higiene pessoal deve ser redobrada nesse período, a vagina e a cicatriz da cesária devem ser bem higienizada, pois são partes delicadas do corpo e que passem sempre úmidas, assim também como as mamas, se possível devem ser higienizada sempre que irá amamentar, realizar a troca do sutiã todos os dias, pois se o sutiã estiver sujo pode gerar infecção na mama e também passar para o bebe, evitar dar mamar com o peito e o corpo muito quente pois pode gerar a diarreia no bebê, a mamãe deve usar roupas mais

confortável o possível nesse período, sutiã adequado para fácil remoção na hora da mamada. A troca de absorventes devem ser realizados sempre que necessário, não deixando acumular e ficar muito cheio. O bebê não deverá ficar mais de 3 horas sem mamar, cada mamada deve ser de no mínimo de 30 minutos o até o bebê obter a saciedade.

O puerpério é definido como o período iniciado na dequitação até a volta do organismo materno às condições pré-gravídicas. Sua duração é variável, atingindo, em média, 6 a 8 semanas. Pode ser dividido em puerpério imediato (até o 10º dia), tardio (do 11º ao 45º dia) e remoto (além de 45 dias). (SASS; OLIVEIRA, 2007, 176)

São pequenas observação mais que no final no período de puerpério tem uma grande importância.

### **3. METODOLOGIA**

Na busca pela estruturação da pesquisa, a classificação é um fator imprescindível, baseada em critérios confiáveis e previamente estabelecidos. Sendo assim, a presente pesquisa adequa-se a um trabalho de pesquisa exploratória, de cunho qualitativo.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (Gil, 2008, p.27)

Como técnica para obtenção de material para pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, baseada na revisão de literatura, a destacar-se livros e artigos de cunho científico, bem como fontes secundárias.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (Gil, 2008, p.50)

A amostra para a pesquisa abrange literaturas que abordem a atuação do enfermeiro na assistência à saúde da mulher, ao pré-natal e a política de

humanização. Sendo os instrumentos de coleta de dados constituídos em livros, periódico e artigos científicos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modelo de atenção integral a saúde da mulher que determina o cuidado de saúde, de forma integral, ou seja, completo em suas ofertas de assistência e modalidade de cuidar, equânime e universal, garantindo que todas as mulheres tenham acesso aos serviços de saúde de acordo com suas necessidades individuais e independente de qualquer fator de classificação econômico ou social é uma das diretrizes do SUS.

Nas últimas décadas, o conceito de humanização entrou em discussão no setor saúde, ganhando destaque e traduzindo-se em uma política nacional de humanização, criada pelo SUS em 2003, com vista a promover a valorização do cliente, profissional e da assistência em saúde.

O correto conceito de humanização é necessário para a adoção desta política nos cuidados de saúde, a humanização é confundida com a adoção de sentimentos pessoais e sensibilização em relação à pessoa humana, sendo este um conceito errôneo que contribui, muitas vezes, para a desqualificação técnica dos profissionais de saúde.

A humanização em seu real conceito, visa a valorização do sujeito envolvido no processo do cuidar, buscando entender e respeitar a individualidade de cada cliente e também profissional, de forma a contribuir para uma assistência holística e integral, entretanto a qualificação técnica é um fator indispensável na humanização, sendo fundamental para garantir assistência segura e livre de riscos.

Sendo o profissional enfermeiro capacitado para prestar assistência à mulher na gestação, parto e puerpério, e a classe de enfermagem a mais próxima e de maior convivência com o cliente, em relação à assistência, faz-se preciso esclarecer o papel do enfermeiro para humanizar a assistência no acompanhamento da gestante, no pré-natal.

Diante de todos os fatores e conceitos apresentados, é preciso reconhecer a importância de que o enfermeiro tenha capacidade para realizar todos os procedimentos e solicitações anteriormente descritos, bem como a realização de uma correta abordagem dos fatores psicossociais inerentes à gestação. Dessa forma, é possível promover uma assistência integral, equânime, universal, holística, humanizada, de qualidade e livre de riscos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Debora Ferreira Colares. et al. **Processo de humanização na assistência de enfermagem à parturiente: revisão integrativa**. Sanare. Dezembro de 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Robert/Downloads/1180-2942-1-SM.pdf >. Acesso em: 25 out. 2020.

ARAÚJO, Michele Dias Santoro. OKASAKI, Egle de Lourdes Fontes Jardim. **A atuação da enfermeira na consulta do pré-natal**. Rev Enferm UNISA 2007; 8: 47-9. Disponível em: <<http://www.unisa.br/graduacao/biologicas/enfer/revista/arquivos/2007-10.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. LEI Nº 12.864, de 24 de Setembro de 2013. **Altera o caput do art. 3o da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde**. Brasília, 24 de setembro de 2013; 192o da Independência e 125o da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12864.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12864.htm)>. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências**. Brasília, 25 de junho de 1986; 165º da Independência e 98º da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D94406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94406.htm)>. Acesso em: 09 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portal da Saúde SUS. **Rede Cegonha**. s.l. s.d. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_redecegonha.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php)>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.318 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS**: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4. ed. 4. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 72 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Maysa Ludovice. **Enfermagem obstétrica**: diretrizes assistenciais / Maysa Ludovice Gomes. – Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. 168 p.

GOMES, Mirian A parecida. **Atuação da equipe de enfermagem no parto humanizado e seus benefícios diante o parto cesárea**. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/robert/Downloads/124-66-1-SM.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

LEAS, Renata Elias. CIFUENTES, Diego José. **Parto humanizado: contribuições do enfermeiro obstetra**. Ciências da saúde, 2016. Disponível em:<http://periodicos.unibave.net/index.php/cienciaecidadania/article/viewFile/64/53>. Acesso em: 25 out. 2020.

Maternidade Unimed Vitoria, **Orientações pré e pós parto**. Disponível em: <http://www.maternidadeunimed.com.br/orientacoes/pre-parto/>. Acesso em: 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Andressa Suelly Saturnino. GUEDES, Maria Vilani Cavalcante. **O acompanhamento no momento do trabalho de parto e parto: percepção de puérperas**. Setembro de 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328056609.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

PAULINO, Ivan; BEDIN, Livia Perasol; PAULINO, Livia Valle. **Estratégia Saúde da Família**. São Paulo: Ícone, 2009.

PINHEIRO, Fabrinne Apolonio. **Participação do acompanhante na gestação, parto e pós-parto**. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de enfermagem. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD9DNG46/1/participa\_\_o\_do\_acompanhante\_na\_gesta\_\_o\_\_parto\_\_e\_p\_s\_parto.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

PINOTTI, José Aristodemi. **Saúde da Mulher**. São Paulo: Ed. Do Autor, 2004.

REZENDE, Jorge. MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa. **Obstetrícia fundamental**. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

SANTOS, Danielle do Nascimento. **Assistência de enfermagem no parto humanizado – uma revisão bibliográfica**. Uniatenas. 2010. Disponível em: <[http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/ASSISTENCIA\\_DE\\_ENFERMAGEM\\_NO\\_PARTO\\_HUMANIZADO\\_uma\\_revisao\\_bibliografica.pdf](http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/ASSISTENCIA_DE_ENFERMAGEM_NO_PARTO_HUMANIZADO_uma_revisao_bibliografica.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2020.

SASS, Nelson; OLIVEIRA, Leandro Gustavo. **Obstetrícia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SAVASTANO, Helena. & NOVO, Djalma Pereira. Aspectos psicológicos das gestantes e o ponto de vista da teoria do Núcleo do Eu. **Rev. Saúde públ.**, S.Paulo, 15:101-10, 1981 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101981000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101981000100010)>. Acesso em: 05 set. 2020.

SHIMIZU, Helena Eri. LIMA, Maria Goreti de. As dimensões do cuidado pré-natal na consulta de enfermagem. **Rev Bras Enferm**, Brasília 2009 maio-jun; 62(3): 387-92. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672009000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000300009)>. Acesso em: 04 out. 2020.

SILVA, Rejeane Carpanini Mota. et al. Cuidados de enfermagem no pós-parto imediato: prática educativa realizada no hospital municipal de Ji-Paraná/RO. **Rev. saberes**. Disponível em: <<https://unijpa.edu.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/6.-Cuidados-De-Enfermagem-No-P%C3%93S-PARTO-IMEDIATO-Pr%C3%A1tica-educativa-realizado-no-Hospital-Municipal-de-JiParan%C3%A1RO.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2020.

Universidade Federal do Maranhão. UNA-SUS/UFMA **Redes de atenção à saúde: a Rede Cegonha/Consuelo Penha Castro Marques (Org.)**. - São Luís, 2015. Disponível em: <<http://www.multiresidencia.com.br/site/assets/uploads/kcfinder/files/REDE%20CEGONHA.pdf>>. Acesso em: 09 set.2020.

## MANEJO CLÍNICO DO TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO - ADMINISTRAÇÃO DE DROGAS VASOATIVAS

Janderson de Souza Dias<sup>1</sup>  
Jéssica Fagundes Peres<sup>1</sup>  
Patrícia Rodrigues Tones<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos do curso de Enfermagem

<sup>2</sup>Esp. em Saúde Coletiva com Ênfase na saúde da família – Professora Multivix – Nova Venécia

### RESUMO

O trabalho tem como tema o manejo clínico do traumatismo cranioencefálico (TCE) e a aplicação de drogas vasoativas em unidade de terapia intensiva, os tipos de traumas e suas classificações, bem como a administração de drogas vasoativas, promoção da prevenção de agravos, conduta correta na administração das drogas, realização de sistematização na assistência de enfermagem e o papel do enfermeiro, frente as condutas para com o paciente. Mediante o conteúdo explanado, as competências do enfermeiro podem ser configuradas como ação fundamental na recuperação e no manejo do paciente, pois o mesmo prestará assistência integral e estará ao lado do cliente em todos os períodos supracitados, portanto deverá ter domínio total de todas as ações tomadas e cooperar na tomada das decisões junto a equipe multidisciplinar. O presente artigo tem como desígnio geral ressaltar a importância de assistência da equipe de enfermagem em clientes com TCE em unidade de terapia intensiva (UTI), manejo correto e administração de drogas vasoativas. Especificamente abordar o processo de enfermagem voltado a atenção ao paciente vítima de TCE, abordar a administração correta de drogas vasoativas, abordar cuidados especializados de enfermagem com os craniotraumatizados. Trata-se de uma pesquisa com o tema unidade de terapia intensiva, sendo um trabalho exploratório, explicativo e qualitativo com o método de revisão bibliográfica. Os dados serão analisados pelo pesquisador juntamente com o professor orientador de forma ética, conforme preconiza a resolução 196 do conselho nacional de saúde.

**Palavras-chaves:** Vasoativas. Enfermagem. Traumatismo.

### ABSTRACT

The work has as its theme the clinical management of traumatic brain injury (TBI) and the application of vasoactive drugs in an intensive care unit, the types of traumas and their classifications, as well as the administration of vasoactive drugs, promotion of disease prevention, correct conduct in the administration of drugs, carrying out systematization in nursing care and the role of the nurse, facing the conduct towards the patient. Through the explained content, the nurse's competencies can be configured as a fundamental action in the recovery and management of the patient, as he will provide comprehensive care and will be by the client's side in all the aforementioned periods, therefore, he must have full mastery of all actions. taken and cooperate in decision making with the multidisciplinary team. The present article has the general purpose of emphasizing the importance of assistance from the nursing team to clients with TBI in the intensive care unit (ICU) , correct management and administration of vasoactive drugs. Specifically addressing the nursing process aimed at the care of the patient victim of TBI, addressing the correct administration of vasoactive drugs, addressing specialized nursing care with craniotraumatized patients. This is a research with the theme of intensive care unit, being an exploratory, explanatory and qualitative work with the method of bibliographic review. The data will be analyzed by the researcher together with the guiding professor in an ethical manner, as recommended by resolution 196 of the national health council.

**Keywords:** Vasoactive. Nursing. Trauma.

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como tema o manejo clínico do traumatismo cranioencefálico (TCE) e o uso de drogas vasoativas em unidade de terapia intensiva, os tipos de traumas e suas classificações, bem como a administração de drogas vasoativas, promoção da prevenção de agravos, conduta correta na administração das drogas, realização de sistematização na assistência da equipe de enfermagem e o papel do enfermeiro, frente as condutas para com o paciente.

O projeto visa consolidar as ações do enfermeiro e o conhecimento em unidade de terapia intensiva, quanto a administração de drogas vasoativas que tem como principal objetivo manter a homeostase orgânica e tissular, durante as mais diversas situações clínicas, evitando assim uma evolução de uma disfunção múltipla dos órgãos, para isso há necessidade de uma monitorização hemodinâmica especializada e contínua.

Para que haja uma boa clínica é necessário o entendimento de fisiologia geral para compreensão de aspectos medicamentosos, para lidar com o quadro clínico dos pacientes, sapiência em avaliações rotineiras em TCE, como por exemplo escala de coma de Glasgow, exames como eletroencefalograma, dosagem/drenagem de Líquido Cefalorraquidiano (LCR), tomografias, radiografias, ressonância magnética, e exames complementares para conduta adequada, que ficará a critério do médico.

Mediante o conteúdo explanado, as competências do enfermeiro podem ser configuradas como ação fundamental na recuperação e no manejo do paciente, pois o mesmo prestará assistência integral e estará ao lado do cliente em todos os períodos supracitados, portanto deverá ter domínio total de todas as ações tomadas e cooperar na tomada das decisões junto a equipe multidisciplinar.

Trauma nos países ocidentais é a terceira causa morte, depois de doenças cardiovasculares e cânceres, sendo naqueles abaixo de 45 anos de idade, a primeira causa de morte. Ultraja principalmente a população economicamente ativa, com consequências sociais de elevado custo. No caso

de sobrevivência após o trauma, podem estar associadas problemas definitivos e irreversíveis, com decorrências nefastas no plano humano e econômico, para o paciente e familiares (GRANATO, 2020).

A definição de traumatismo cranioencefálico (TCE) é muito ampla, no entanto pode ser entendida de uma forma mais simples e objetiva como: Lesão intracraniana, devido a trauma por força externa ou ferimento traumático encefálico.

De um modo geral, os traumas cerebrais são considerados importantes causa de mortes em adultos jovens além de uma importante causa de incapacidade, gerando dor e sofrimento, além de um grande impacto socioeconômico mundial (MAYER, 2007)

É questionável algumas condutas da equipe de enfermagem em unidades de terapia intensiva quanto a administração de drogas vasoativas como os inotrópicos, vasoconstritores e vasodilatadores para tratamento do quadro de TCE, o manejo correto das drogas, as vias de administração, a sistematização da assistência ao paciente acometido.

O atendimento pós trauma deve ser feito com base sistematizada e padronizada para que haja melhora do quadro, a assistência não abrange somente a estabilização momentânea do ressignado, mas a recuperação total do cliente. O objetivo deste estudo ressalta a importância de assistência de enfermagem em clientes com TCE em unidade de terapia intensiva, manejo correto e administração de drogas vasoativas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 PROCESSO DE ENFERMAGEM VOLTADO A ATENÇÃO AO PACIENTE VÍTIMA DE TCE**

O processo de enfermagem é de suma importância, no manejo clínico a vítimas de TCE, pois a sistematização da assistência, visa qualificar o cliente a realizar suas atividades fisiológicas de maneira rápida e com eficiência, sem prejuízos grandiosos a sua rotina diária.

Foi a partir de Florence Nightingale, que o cuidado ganhou especificidade na divisão do trabalho, sendo reconhecido como

atividade necessária e útil para a sociedade e que, para seu exercício, era preciso formação especial e conhecimentos que fundamentassem o agir profissional. Contudo, as bases da Enfermagem foram estruturadas também sobre as influências do paradigma positivista, o qual promoveu a fragmentação do saber, através das especializações e divisões do conhecimento, proporcionando “grandes avanços” nas ciências da saúde. Tal paradigma vem afetando a sociedade em diversos aspectos, inclusive nos modelos de saúde, que foram elaborados e influenciados por fatores sociais, políticos e econômicos de cada sociedade. São muitas as dificuldades para a saúde, uma vez que a sociedade atual está fortemente ligada às tecnologias materiais que, por sua vez, são influenciadas pelos meios de comunicação, centrada em valores de consumo e no modelo biomédico. Consequentemente, valores como a solidariedade, direito universal à vida digna e ao cuidado não são prioridades, o que tem dificultado a valorização de práticas como as da Enfermagem. Ao aplicar as novas tecnologias em saúde, a Enfermagem passou a executar, na maioria das vezes, ações e procedimentos que vêm trazendo prejuízos à relação de cuidado e, desta forma, distanciou-se do paciente, através de prática de ações automáticas, sem análise crítica das mesmas. O processo de enfermagem representa uma alternativa de reaproximação do enfermeiro com seu cliente, entendendo-se o mesmo com um instrumento metodológico de trabalho, que possibilita a análise crítica sobre as condições de saúde do cliente e efetiva a atuação dos profissionais de Enfermagem. (SOUZA; SANTOS; MONTEIRO, 2013, p. 167)

A implementação da SAE proporciona cuidados individualizados, assim como norteia o processo decisório do enfermeiro nas situações de gerenciamento da equipe de enfermagem. Oportuniza avanços na qualidade da assistência, o que impulsiona sua adoção nas instituições que prestam assistência à saúde. (TRUPPEL, 2009).

A decisão de aderir a sistematização, ainda nos dias atuais é facultada, porém a sua eficácia pode ser constatada a partir de gráficos em periódicos publicados, que demonstra com exatidão o quão benéfico é para o paciente e para os profissionais, trazendo credibilidade, segurança e melhora do estado geral do paciente.

O processo de enfermagem é um método aplicado à prática da profissão. Sendo definido em três dimensões: propósito, organização e propriedade. O propósito é focado na individualidade, onde o enfermeiro interage com o cliente, confirmando suas observações com o mesmo para, juntos, utilizarem o processo. A organização refere-se às fases distintas, independentes e inter-relacionadas entre si. Por fim, as propriedades são descritas como intencional, sistemático, dinâmico, interativo, flexível e baseado em teorias (6). É notório que as etapas existentes no processo de enfermagem divergem entre autores; contudo, é possível identificar semelhança na estrutura sequencial entre elas, como a coleta de dados, a análise, o julgamento clínico, o planejamento da ação, a intervenção e a

avaliação dos resultados. O reconhecimento da importância do processo de enfermagem para a profissão evidencia-se através das legislações instituídas pelas entidades de classe. Desta forma, conhecer as legislações em saúde e as específicas da profissão é imprescindível para a Enfermagem se fortalecer naquilo que defende (1). As resoluções emitidas pelas entidades reguladoras da Enfermagem amparam as ações que buscam o processo de enfermagem para as discussões e justificam as tentativas de sua implementação nos serviços. (SOUZA; SANTOS; MONTEIRO, 2013, p. 168)

A melhora de pacientes graves depende da equipe multiprofissional, bem como de condutas executadas pelo enfermeiro que seja embasada em aspectos científicos e éticos para que haja impedimento de agravos em pacientes com quadro de traumatismos cranioencefálico.

Diagnóstico de enfermagem é um julgamento clínico sobre as respostas do indivíduo, da família, ou da comunidade para os processos de saúde vitais. Os diagnósticos de enfermagem fornecem a base para a seleção das intervenções de enfermagem para atingir resultados pelos quais o enfermeiro é responsável. (CARPENITO, 1993, apud FARIA; CRUZ, 1996, p.552).

Os principais diagnósticos de enfermagem, por exemplo, para vítimas de TCE são: perfusão tissular cerebral ineficaz; capacidade adaptativa intracraniana diminuída; dor aguda; integridade tissular prejudicada; risco de desequilíbrio na temperatura corporal; risco de infecção e padrão respiratório ineficaz.

Isso faz com que a assistência seja pautada em padronizações do cuidado e deixe em evidência possíveis riscos, a fim de criar planos de cuidados específicos para cada paciente, priorizando a individualidade e o cuidado centralizado no cliente acometido por um traumatismo craniano.

A consolidação do processo depende de uma série de fatores, dentre os quais destacam-se os econômicos e sociais que precedem e sustentam os determinantes profissionais. Numa era de avanço tecnológico, os profissionais são chamados a demonstrar que suas intervenções no cuidado fazem diferença nos resultados obtidos porque a pessoa que busca um serviço de saúde precisa sentir-se confiante frente às condutas adotadas para o seu tratamento e conclusão, até a sua cura. (GUIMARAES, 2011).

O planejamento da assistência de enfermagem garante a responsabilidade junto ao cliente assistido, uma vez que este

processo nos permite diagnosticar as necessidades do cliente, fazer a prescrição adequada dos cuidados e, além de ser aplicado à assistência, pode nortear tomada de decisões em diversas situações vivenciadas pelo enfermeiro enquanto gerenciador da equipe de enfermagem, promovendo a autonomia da profissão. Entretanto, transformar a realidade de uma assistência não planejada envolve mais do que a vontade individual dos enfermeiros. Há que se desenvolver um projeto para o alcance dessa meta, no qual são imprescindíveis a vontade política, envolvimento institucional e melhoria das condições de trabalho. (SILVA et al., 2011, p.6).

## 2.2 ADMINISTRAÇÃO CORRETA DE DROGAS VASOATIVAS

O tratamento quanto a administração de fármacos em unidade de terapia intensiva é feito de forma minuciosa e cautelosa, pois é medido o custo-benefício a todo tempo, pois o risco não deve se extrapolar o benefício, portanto, é de saber da equipe de enfermagem todo manuseio correto de medicamentos vasoativos, para que haja o mínimo de intercorrências possíveis na administração dos mesmos.

Um importante componente que influencia o FSC (Fluxo sanguíneo cerebral) é a PPC (Pressão de perfusão cerebral) a qual é essencial nos cuidados de um paciente com lesão cerebral. O valor de referência da PAM (Pressão arterial média), é que esteja acima de 70 mmHg, preferencialmente entre 85-90 mmHg. Para que o paciente mantenha uma PAM dentro da faixa estabelecida, é o provável que este necessite a reposição hídrica adequada, que pode ser guiada pela leitura da pressão venosa central (PVC). A PVC normal em pacientes que não estão fazendo uso de ventilação mecânica é entre 8-12 mmHg, e 12-15 mmHg para que os que estão em ventilação. O uso de drogas vasoativas, como noradrenalina e/ou dobutamina, também é usado para manter uma PAM ideal (MCLEOD, 2004, CARVALHO; CARVALHO E DELL AGNOLO, 2011 apud SOCCOL, 2012).

Para que seja compreendida o manejo correto das drogas vasoativas é necessário recapitular o objetivo da circulação sanguínea, que será exemplificado para melhor entendimento na Figura 1:

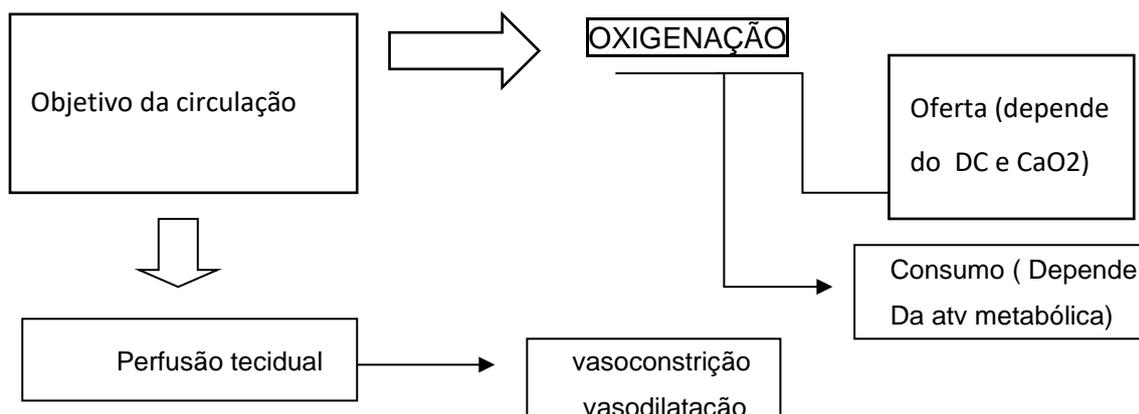


Figura 1: Objetivos da circulação sanguínea. (EDIELSON, 2015, p.3)

As drogas vasoativas tem por finalidade efetuar atividades hemodinâmicas, promovendo a homeostase do corpo humano, e devem ser administradas da forma correta, pois se forem administradas de modo a comprometer a técnica, poderá gerar riscos imensuráveis, exemplificando, o cateter de via central o risco é aumentado para o desenvolvimento de infecções, a técnica deve ser asséptica e segura, é dever do profissional enfermeiro supervisionar todas as ações executadas pelos seus técnicos em unidade de terapia intensiva, pois é um ambiente de maior complexidade e precisará de implementação mais segura o possível.

Como a responsabilidade, o agir do enfermeiro no processo de administração de medicamentos não é solitário. Faz-se necessário uma integração entre médicos, farmacêuticos, enfermeiros, desenvolvendo um trabalho em equipe e objetivando a potencialização dos benefícios aos clientes. No que tange a enfermagem nesse processo de administração de medicamentos, a compreensão e um viver com responsabilidade traduz uma prática holística, valorizando o indivíduo com valores, cultura e com diminuição de possibilidades de erros e com uma qualidade de assistência que a sociedade é merecedora. A sensação de culpa de ter sido a fonte provocadora de sofrimentos, dores ou levado a morte de um ser humano é uma punidade que não há necessidade de leis para referendá-la. A ética e moral que norteiam a administração de medicamentos são decorrentes dos preceitos legais do código de deontologia de enfermagem determinante para a responsabilidade de postura profissional, porém não satisfaz somente conhecer o código. Agir conforme princípios é imprescindível para o reconhecimento da profissão enfermagem (COIMBRA, CASSIANI, 2001, p.4).

São importantes para a reversão de situações graves, melhorando o prognóstico dos pacientes em situações críticas. Em contrapartida, esses fármacos possuem elevado risco, para efeitos secundários, se administrados de forma ou dosagem incorreta. A infusão desses medicamentos vasoativos intravenosos apresenta alto potencial para erros na administração, e esses erros podem, frequentemente, ser fatais ou provocar danos irreversíveis aos pacientes. Atualmente, a garantia da segurança do paciente tem ganhado atenção especial, com o objetivo de assegurar uma qualidade da assistência e minimizar os riscos de danos. Nesse sentido, uma alternativa para a melhoria do cuidado ao paciente é a padronização de procedimentos e ações. Por esse motivo, entre as estratégias do Programa Nacional de Segurança do Paciente, aponta-se a elaboração e o apoio à implementação de protocolos, guias e manuais de segurança do paciente e a promoção da cultura de segurança com ênfase no aprendizado e no aprimoramento organizacional, no engajamento dos profissionais e na prevenção de incidentes. Observou-se, na prática de uma emergência, que enfermeiros e sua equipe apresentavam certas dificuldades sobre o manejo de uma classe de medicamentos, os chamados medicamentos vasoativos, que frequentemente são utilizados no tratamento dos pacientes mais graves e, por isso, deveriam requerer atenção redobrada em todos os aspectos. (SOUZA; SANTOS; MONTEIRO, 2013, p. 477)

### 2.3 ABORDAR CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM OS CRANIOTRAUMATIZADOS

Os cuidados de enfermagem geram melhora em pacientes internados em UTI com traumatismo craniano, por diversas vezes são utilizados diversos dispositivos para que esse cuidado seja efetivado, como o monitoramento de PAI (Pressão arterial invasiva) que o enfermeiro deve organizar todo o procedimento antes de executá-lo, separar materiais como a mesa auxiliar ou mesa de apoio, solução antisséptica, cateter arterial, gaze estéril, campo estéril- fenestrado, seringa descartável, agulha 13 x 0,38 e 40x12, anestésico local, solução salina a 0,9%- 250 ml, heparina sódica 5.000UI/ml, kit transdutor de pressão, bolsa pressurizadora, fio de sutura agulhado moninylon, pinça de sutura/porta agulha. O enfermeiro é normatizado a executar esse procedimento, que em pacientes crânio-traumatizados são rotineiros em unidades de terapia intensiva.

A Resolução Cofen Nº 390/2011 normatiza a execução, pelo enfermeiro, da punção arterial tanto para fins de gasometria como para monitorização de pressão arterial invasiva.

Art. 1º No âmbito da equipe de Enfermagem, a punção arterial tanto para fins de gasometria como para monitorização da pressão arterial invasiva é um procedimento privativo do Enfermeiro, observadas as disposições legais da profissão.

Parágrafo único: O Enfermeiro deverá estar dotado dos conhecimentos, competências e habilidades que garantam rigor técnico-científico ao procedimento, atentando para a capacitação contínua necessária à sua realização. (COFEN, 2011, sp.).

Um das grandes aflições com os pacientes internados em UTI, especialidade na Unidade de Neurologia, é a elevação da Pressão Intracraniana (PIC) e conseqüentemente, alteração do fluxo sanguíneo cerebral, avaliado através da Pressão de Perfusão Cerebral.

A monitorização permite uma avaliação correta da PIC e da pressão de perfusão cerebral, permitindo uma individualização da terapia. A monitorização contínua da pressão intracraniana está indicada nos pacientes com Glasgow = 8, já que o aumento da pressão intracraniana e a diminuição da pressão de perfusão cerebral contribuem para a lesão secundária. Isto é feito através da inserção de cateter intraventricular, que permite a monitorização e drenagem de liquor (quando se fizer necessária). A PPC deve ser mantida na faixa normal, garantindo adequada oferta de oxigênio ao cérebro. A sobrevivência observada é de 94% no TCE grave, quando a PIC é mantida abaixo de 20 mmHg.

A monitorização da PIC está mais amplamente estudada e tem sua indicação mais estabelecida nos pacientes com traumatismo cranioencefálico grave. Há uma redução importante da mortalidade, de 50% para 36%, devido à utilização de protocolos de tratamento intensivo, incluindo a monitorização da PIC. No entanto, a monitorização da PIC pode ser útil em outras situações, embora não existam indicações padronizadas, como, por exemplo, nos pós-operatórios de hematomas espontâneos e tumores e em pacientes com encefalites e acidentes vasculares isquêmicos.

As indicações de monitorização da PIC no paciente com traumatismo cranioencefálico, segundo as recomendações da *Brain Trauma Foundation* (2000), são: pacientes com TCE grave e tomografia computadorizada (TC) de crânio com anormalidades. TCE grave é definido como um escore na escala de Glasgow de três a oito após

ressuscitação cardiopulmonar, e anormalidades na TC incluem hematomas, contusões, edema ou cisternas basais comprimidas. Em adultos, a monitorização da PIC também está indicada na presença de TC de crânio normal, quando dois dos seguintes fatores forem encontrados: idade acima de 40 anos, pressão arterial sistólica <90 mmHg e postura motora anormal (descerebração ou decorticação). Para crianças, não há recomendações específicas no caso de TCE grave com TC de crânio normal. (GIUGNO; MAIA; KUNRATH; BIZZI, 2003, p.292).

Além do enfermeiro realizar a avaliação diária, é necessário que o plano de cuidados seja executado, de forma holística e individualizada, levando em consideração a eliminação de possíveis infecções dos acessos de monitoramento de pressão arterial invasiva (PAI) e pressão intracraniana (PIC), durante a inserção dos cateteres e bem como o seu monitoramento, pois são vias com maior potencial de infecção, a técnica de ambos os procedimentos deverá ser estéril, eliminando todo e qualquer campo contaminado, é importante salientar a importância da lavagem das mãos, uso de álcool a 70%, uso dos EPI's (equipamentos de proteção individual) corretos durante o procedimento invasivo e o monitoramento dos mesmos.

#### 2.4 A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM COM PACIENTES CRANIOTRAUMATIZADOS

A enfermagem, é atuante na metodologia do cuidado com pacientes craniotraumatizados, o enfermeiro tem como dever oferecer o melhor cuidado ao paciente, oferecer segurança e criar métodos de recuperação, com olhar holístico e humanizado, para oferecer uma assistência eficaz. A enfermagem, além do olhar humano, cuidadoso, é científica, e deve se comprometer com estudos científicos que comprovem seus procedimentos e suas condutas.

Em UTIs, espera-se que os profissionais tenham competência para identificar e intervir nas alterações fisiológicas dos pacientes, amenizar a ansiedade desses e de seus familiares, utilizar os recursos tecnológicos que compõem esse ambiente e facilitar a interdisciplinaridade. Ao enfermeiro, cabe zelar pela manutenção e organização do ambiente, junto aos demais membros de sua equipe. Entretanto, cuidar do desenvolvimento de competências dos seus pares constitui-se em atividade que exige empenho e dedicação desse profissional. Acredita-se que as atividades de educação continuada/permanente podem se constituir em uma das formas de assegurar a manutenção da competência da equipe de enfermagem em relação à assistência. (SILVIA, 2012, p. 6)

O enfermeiro deve treinar os seus técnicos e supervisionar a profissão em todos os âmbitos, realizar dimensionamento de recursos humanos dentro das unidades de terapia intensiva, fiscalizando o cuidado geral dos pacientes acometidos com traumas.

A natureza do trabalho/cuidado dos enfermeiros, na UTI, e suas responsabilidades para a coordenação e o gerenciamento da assistência de enfermagem devem estar fundamentadas na capacidade para tomar decisões, visando o uso apropriado da força de trabalho, de recursos materiais e de procedimentos e práticas. Para alcançar a competência de tomar decisões, algumas etapas precisam ser cumpridas: conhecer a instituição e sua missão, avaliar as reais necessidades dos usuários e realizar o trabalho pautado em planejamento que contemple o detalhamento de informações tais como: ideias e formas de racionalizá-las, recursos viáveis, definição dos envolvidos e dos passos a serem seguidos, criação de cronogramas de trabalho e envolvimento dos diversos níveis hierárquicos (15). As habilidades para a tomada de decisão compõem-se do pensamento crítico sobre as situações com base em análise e julgamento das perspectivas de cada proposta de ação e de seus desdobramentos. O raciocínio lógico e intuitivo e a avaliação permeiam esse processo. Dentre os conhecimentos da área de administração a serem adquiridos, nessa temática, estão: o conhecimento da cultura e das estruturas de poder das organizações, o processo gerencial da tomada de decisão, composto pelo estabelecimento de objetivos, procura de alternativas, escolha, implementação e avaliação. (SILVIA, 2012, p. 5)

As unidades de terapia intensiva, por serem mais complexas requerem uma necessidade um pouco maior que os outros setores hospitalares, por isso a atenção e comprometimento do profissional deverá ser primordial ao atuar neste setor.

O treinamento da equipe deverá ocorrer sempre que houver atualização dos protocolos de manobras com pacientes craniotraumatizados, como infusão de medicamentos nas bombas de infusão, programação da bomba correta, verificação da sua eficiência, realização de curativos, drenagens, aferição de pressão arterial, dosagens de PIC (Pressão líquórica intraventricular).

Para desempenhar um cuidado humanizado ao paciente além dos procedimentos técnicos, atividades administrativas, gerenciais e burocráticas, o enfermeiro deve focalizar seu olhar nos aspectos psíquicos, espirituais e emocionais do ser humano. Obter conhecimentos e utilizá-los em intervenções corretas é parte de sua responsabilidade, que deve manter-se sempre atualizada para que haja uma atuação mais eficaz no cuidado do paciente,

visando a diminuição dos riscos, complicações e morte. (OUCHI et al., 2018, p.421)

Incube ao enfermeiro muito além de manter os parâmetros hemodinâmicos, manipular aparelhos ou administrar medicamentos, cabe a ele respeitar, apoiar, encorajar o paciente, prestando uma assistência individualizada e humanizada. Diante do exposto o enfermeiro deve ser preparado desde a graduação para que obtenha conscientização de que independente da tecnologia, o cuidado sempre deverá ser humanizado. (OUCHI et al., 2018, p.428)

O enfermeiro dentro da UTI tem diversas funções, que permeiam a coordenação clínica e funcional da unidade, a educação junto à equipe de enfermagem e equipe multidisciplinar e também voltada para o paciente e seu familiar. Destaca-se, ainda, a função de articular os diversos profissionais envolvidos na assistência a um paciente e, também, articular as informações acerca deste, englobando nesse processo inclusive os setores administrativos do hospital que se preocupam com a conta hospitalar e com os fins financeiros da instituição (MASSAROLI et al., 2015).

É fundamental a reflexão sobre essas ações no sentido de ultrapassar a prática centrada na habilidade técnica, e isso torna-se possível no encontro com outro, onde as ações são reconhecidas e humanizadas, gerando o processo de ação e reflexão e potencializando as oportunidades de adquirir novos conhecimentos. (MASSAROLI et al., 2015, p.256).

### **3. METODOLOGIA**

Na busca pela estruturação do artigo, a classificação é um fator imprescindível, baseada em critérios confiáveis e previamente estabelecidos. Sendo assim, a presente pesquisa adequa-se a um trabalho de pesquisa exploratória, de cunho qualitativo.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (Gil, 2008, p.27)

Como técnica para obtenção de material para o artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, baseada na revisão de literatura, a destacar-se livros e artigos de cunho científico, bem como fontes secundárias.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (Gil, 2008, p.50)

A amostra para a pesquisa abrange literaturas que abordem a atuação do enfermeiro na assistência à pacientes craniotaumatizados em unidade de terapias intensiva. Sendo os instrumentos de coleta de dados constituídos em livros, periódico e artigos científicos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância do enfermeiro frente a assistência aos pacientes craniotraumatizados em unidades de terapia intensiva, tem se mostrado cada vez mais eficiente, quando se é levado com seriedade a sistematização da assistência.

Um modelo de assistência holística e embasada em preceitos éticos e técnicos com base científica sólida, faz com que o enfermeiro e sua equipe, tenham maior credibilidade do trabalho, reforça a segurança, tanto do paciente quanto do profissional.

A SAE, deverá ser revisada de forma cautelosa, sempre que houver mudanças no quadro clínico do paciente traumatizado, fazendo com que sua recuperação seja de forma mais rápida, evitando assim agravos, que poderá trazer danos maiores a saúde do cliente.

O presente artigo salienta a importância do profissional enfermeiro na organização do setor UTI, e visa qualificar a equipe de forma a estimular o olhar humano e cauteloso durante todo o processo de enfermagem, levando em consideração principalmente o treinamento de seus técnicos, quanto a administração de fármacos de efeitos colaterais graves, se mal administrados, evidencia as drogas vasoativas, mas o cuidado deve ser geral, pois os

pacientes craniotraumatizados, exigem mais do saber técnico, inclui a valorização da vida em um amplo sentido, por exigir complexidade, superior a outros tipos de traumas.

O trabalho do enfermeiro envolve, afastar agravantes mediante informações importantes a equipe, criando treinamentos específicos, como explanação da importância da troca de acesso venoso no período correto, o treinamento do próprio enfermeiro sobre a rotina do mesmo, dentro de uma unidade de terapia intensiva, como acesso venoso central, instalação de dispositivos verificadores de pressão arterial invasiva, sondas, cateteres, manobras de reanimação, dentre diversas outras atualizações que deverão ser realizadas em tempo hábil a reformulação de novos protocolos de saúde.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ananda Cira da Cruz de. **Cuidado de enfermagem à vítima De tce na unidade de emergência**. 2014. 44 f. Monografia (Especialização) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal Reconcova da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

CAMELO, Silvia Helena Henriques. Professional competences of nurse to work in Intensive Care Units: an integrative review. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 192-200, fev. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692012000100025>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692012000100025](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000100025). Acesso em: 13 nov. 2020.

COFEN. Resolução nº 390/2011. Conselho federal de enfermagem. Relator: JULITA CORREIA FEITOSA. Brasília, DF, 20 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 out. 2011. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-n-3902011\\_8037.html](http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-n-3902011_8037.html). Acesso em: 05 mai. 2020.

COIMBRA, Jorséli Angela Henriques; CASSIANI, Silvia Helena de Bortoli. Responsabilidade da enfermagem na administração de medicamentos: algumas reflexões para uma prática segura com qualidade de assistência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 56-60, abr. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692001000200008>. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S008062342011000600015&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342011000600015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 out. 2020.

EDIELSON, Jairo. **Drogas vasoativas. Rômulo Passos**. Notas de Aula. Rio de Janeiro, 16p, 2015. Disponível em: <[https://www.romulopassos.com.br/img/uploads/DROGAS\\_VASOATIVAS.pdf](https://www.romulopassos.com.br/img/uploads/DROGAS_VASOATIVAS.pdf)>.

Acesso em: 23 abr. 2020.

GIUGNO, Katia M.; MAIA, Tânia R.; KUNRATH, Cláudia L.; BIZZI, Jorge J.

Tratamento da hipertensão intracraniana. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, p. 287-296. Mai. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jped/v79n4/v79n4a05.pdf>.

Acesso em: 05 maio 2020.

GRANATO, Camila Reis Cardoso. **Atendimento Inicial ao Politraumatizado no contexto intra-hospitalar | Ligas. Sanar-Med**. 2020. Disponível em:

<<https://www.sanarmed.com/atendimento-inicial-ao-politraumatizado-no-contexto-intrahospitalar-ligas>>. Acesso em: 19 maio 2020.

MASSAROLI, Rodrigo; MARTINI, Jussara Gue; MASSAROLI, Aline; LAZZARI, Daniele Delacanal; OLIVEIRA, Saionara Nunes de; CANEVER, Bruna Pedroso. Nursing work in the intensive care unit and its interface with care systematization. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 252-258, 2015.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20150033>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452015000200252](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000200252). Acesso em: 27 out. 2020.

OUCHI, Janaina Daniel; LUPO, Ana Paula Rodrigues; ALVES, Bianca de Oliveira; ANDRADE, Renato Vasques; FOGAÇA, Michele Bueno. O papel do enfermeiro na unidade de terapia intensiva diante de novas tecnologias em

Saúde. **Saúde em Foco**, São Paulo, v. 10, p. 412-428, 01 jul. 2018. Disponível em: [http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-](http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/07/054_O_Papel_Do_Enfermeiro_Na_Unidade_De_Terapia_Intensiva.pdf)

[content/uploads/sites/10001/2018/07/054\\_O\\_Papel\\_Do\\_Enfermeiro\\_Na\\_Unidade\\_De\\_Terapia\\_Intensiva.pdf](http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/07/054_O_Papel_Do_Enfermeiro_Na_Unidade_De_Terapia_Intensiva.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

PAIM, Ane Elisa; NASCIMENTO, Eliane Regina Pereira do; BERTONCELLO, Kátia Cilene Godinho; SIFRONI, Karla Gomes; SALUM, Nadia Chiodelli; NASCIMENTO, Keyla Cristiane do. Validation of an instrument regarding nursing intervention in patients in vasoactive therapy. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 70, n. 3, p. 453-460, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0254>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0254>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Elisama Gomes Correia *et al.* O conhecimento do enfermeiro sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem: da teoria à prática. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 45, n. 6, p. 1380-1386, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342011000600015>. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S008062342011000600015&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342011000600015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 out. 2020.

SOUZA, Marília Fernandes Gonzaga de; SANTOS, Ana Dulce Batista dos; MONTEIRO, Akemi Iwata. O processo de enfermagem na concepção de profissionais de Enfermagem de um hospital de ensino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 66, n. 2, p. 167-173, abr.

2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672013000200003>.

Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003471672013000200003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672013000200003).

Acesso em: 15 nov. 2020.

SOCCOL, Naira Zanata. Metodologia do cuidado utilizado pelos enfermeiros na avaliação de pacientes vítimas de traumatismo cranioencefálico. 2012. Disponível em: <[http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5723/Naira+Zanata+Soccol\\_.pdf?sequence=1](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5723/Naira+Zanata+Soccol_.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 23 abr. 2020.

TRUPPEL, Thiago Christel *et al.* Sistematização da Assistência de Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Curitiba, v. 62, n. 2, p. 221-227, abr. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672009000200008>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

## O ENFERMEIRO NO ESTABELECIMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A CRIANÇA NEUROATÍPICA

Fabiany Rodolpho Joann<sup>1</sup>  
Hiago Baêta Leão Martins<sup>1</sup>  
Nicolas Lima Torezani Moretisson<sup>1</sup>  
Monara Souza Vieira Grobério<sup>2</sup>

<sup>1</sup>.Acadêmicos de Graduação em Enfermagem - Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX.

<sup>2</sup>Professora orientadora pela MULTIVIX – Nova Venécia – Enfermeira Especialista em Enfermagem do Trabalho, Atenção Primária e Didática do Ensino Superior.

### RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que, dentre vários outros sintomas, promove déficit na interação e comunicação social, padrões estereotipados e repetitivos de comportamento e desenvolvimento intelectual irregular. É um dos transtornos mais prevalentes na infância e suas causas ainda não são completamente conhecidas, tendo fatores genéticos e ambientais como etiologias mais prováveis. Não há uma abordagem padronizada para o tratamento de TEA, portanto, o profissional de saúde deverá analisar cada criança como única, determinando assim respostas individualizadas. Para isso, o enfermeiro deve estar capacitado para avaliar a criança atentamente quanto ao seu desenvolvimento e sinais de alerta, sendo peças fundamentais tanto no diagnóstico como de socialização, pois este deve estar apto a conquistar a confiança da criança, impedindo que esta sinta medo, ansiedade ou rejeição, permitindo evolução do seu quadro clínico. O presente projeto tem como objetivo geral ressaltar o papel do enfermeiro no manejo e estabelecimento da comunicação efetiva com a criança portadora de autismo. Especificamente abordar o que é o Transtorno do Espectro Autista e seus sinais, como é feito seu diagnóstico e como deve ser feita a assistência de enfermagem frente à criança autista, visando o estabelecimento da comunicação efetiva com ela. Trata-se de uma pesquisa com o tema saúde da criança, sendo um trabalho exploratório e qualitativo com o método de revisão bibliográfica. Os dados serão analisados pelo pesquisador juntamente com o professor orientador de forma ética, conforme preconiza a resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde.

**Palavras-Chave:** Autismo. Neuroatípica. Enfermeiro. Comunicação.

### ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurodevelopmental disorder that, among many other symptoms, promotes deficits in social interaction and communication, stereotyped and repetitive patterns of behavior and irregular intellectual development. It is one of the most prevalent disorders in childhood and its causes are not yet fully understood, with genetic and environmental factors as the most likely etiologies. There is no standardized approach to the treatment of ASD, therefore, the health professional must analyze each child as unique, thus determining individualized responses. For this, nurse must be able to carefully evaluate the child in terms of its development and warning signs, which are fundamental parts both in the diagnosis and in the socialization process, as they must be able to gain the child's trust, preventing them from feeling afraid, anxiety or rejection, allowing the evolution of their clinical condition. The present project has as general objective to emphasize the role of the nurse in the management and establishment of effective communication with the child with autism. Specifically addressing what Autism Spectrum Disorder is and its signs, how its diagnosis is made and how nursing care should be provided to the autistic child, aiming at establishing effective communication with them. This is a research with the theme of child health, being an exploratory and qualitative work with the method of bibliographic review. The data will be analyzed by the researcher together with the guiding professor in an ethical manner, as recommended by resolution 196 of the National Health Council.

**Keywords:** Autism. neuroatypical. Nurse. Communication.

## 1. INTRODUÇÃO

Identificado na década de 40 por dois médicos de origem austríaca – Leo Kanner e Hans Asperguer (o qual deu nome à Síndrome de Asperguer) -, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é por definição uma síndrome comportamental, de etiologia ainda desconhecida, que compromete além do desenvolvimento motor da criança, seu desenvolvimento psiconeurológico, afetando a fala, cognição e interação social. Considera-se que sua origem é multicausal, envolvendo desde fatores genéticos, neurológicos, interferências durante a gestação, até aspectos sociais da criança.

As definições utilizadas pela American Psychiatric Association - APA (2013) apud Zanon et al (2014) referem que:

[...] as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud ZANON et al, 2014, p.25).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), os sinais iniciais surgem na primeira infância, em alguns casos pode ser perceptível logo após o nascimento, mas sendo em sua maioria identificados entre os 12 e 24 meses. Os sinais sugestivos mais comuns e observáveis são a perda de habilidades já adquiridas (como balbucio), não se voltar para sons e ruídos no ambiente, não apresentar sorriso facial, baixo contato ocular, demonstrar maior interesse por objetos do que por pessoas, apresentar pouca ou nenhuma vocalização, não aceitar o toque, não responder ao nome, imitação pobre, distúrbio do sono moderado ou grave, irritabilidade no colo e pouca responsividade no momento da amamentação.

Os profissionais que trabalham junto à criança portadora de autismo devem ter um conhecimento detalhado sobre a síndrome, pois esta se caracteriza por respostas atípicas a estímulos visuais ou auditivos, além de apresentarem dificuldade quanto à compreensão e a fala. São crianças que demoram mais a desenvolver a fala, e quando desenvolvem, apresentam

dificuldades como uso inadequado de pronomes, ecolalia e incapacidade de interação social corpórea e verbal, evidenciando a importância de estímulo precoce.

Não há uma abordagem padronizada que seja eficaz para o manejo de crianças portadoras de TEA, sendo necessário que o profissional de saúde analise e adote respostas diferentes para cada criança, estando habilitado para que consiga conquistar a confiança desta, impedindo que ela sinta medo, ansiedade, rejeição ou ainda se sinta ameaçada.

Assim, o objetivo deste estudo foi abordar metodologias para o estabelecimento da comunicação efetiva com a criança neuroatípica, explicitar a importância da capacitação de enfermagem frente ao Transtorno do Espectro Autista, em busca de excelência na assistência e promoção da qualidade de vida não só da criança, como também da família. O presente estudo insere-se na área de saúde da criança, sendo um trabalho exploratório e qualitativo.

A presente pesquisa trata-se de um estudo embasado em pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa tem como fonte secundária, sendo material de pesquisa embasado em material previamente analisados e publicados. A amostra compreende estudos realizados sobre o manejo de crianças neuroatípicas, suas características e abordagem de enfermagem para com a criança e família. Os dados utilizados na elaboração do projeto serão coletados mediante livros, artigos científicos periódicos que abordam o tema delimitado.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Embora o termo autismo já tenha sido utilizado em 1911 pelo psiquiatra Eugene Bleuler para descrever um dos sintomas observados na esquizofrenia, seu conceito só foi apresentado pela primeira vez em 1943 por Leo Kanner, em seu artigo denominado “Autistic disturbances of affective contact”, onde descrevia 11 crianças (oito meninos e três meninas) que, segundo ele, possuíam “incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o primórdio de suas vidas”. (KANNER, 1943, p. 243)

Atualmente, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - V - 2014) descreve o Transtorno do Espectro Autista como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, podendo apresentar padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Em suma, crianças portadoras de autismo podem apresentar pouco ou nenhum contato visual, principalmente com a mãe durante as mamadas, frequentemente não respondem quando são chamadas, tem apego extremo a rotinas – rejeitando mudanças, tem aversão ao toque, são sensíveis a barulhos altos, apresentam instabilidade de humor e déficit perceptível de atenção.

Apesar de ter sintomas definidores, as características clínicas de indivíduos portadores de autismo podem variar muito, partindo desde pacientes com grave deficiência intelectual, até indivíduos que possuem bom desempenho intelectual, mas apresentam outras comorbidades, o que facilita a confusão entre autismo e outras doenças neuropsiquiátricas.

A causa específica do autismo não é conhecida, até os anos 80 acreditava-se que era adquirido pelo ambiente. Hoje, ainda existem diversos

estudos em andamento e os cientistas atribuem a maior parcela de contribuição para seu desenvolvimento a fatores genéticos.

De acordo com Dráuzio Varella (2011), em um artigo publicado no UOL, a explicação mais aceita para o aparecimento do autismo seria uma interação entre neuroliginas e neurexinas. As neuroliginas são proteínas que ficam ancoradas na superfície de um dos neurônios da sinapse e ligam-se com as neurexinas, que ficam ancoradas no outro neurônio da sinapse.

Essa ligação permite que o estímulo flua adequadamente entre elas e é deste modo que os sinais excitatórios e inibitórios trafegam entre os neurônios de forma equilibrada. Mutações nestas proteínas seriam responsáveis por provocar desequilíbrio entre essas funções, afetando linguagem, aprendizado, comunicação social e memória.

## 2.2 DIAGNÓSTICO DO TEA

Os sinais do Transtorno do Espectro Autista podem surgir logo após o nascimento, sendo mais marcantes entre o primeiro e segundo ano de vida. Assim, os pais são os primeiros a observarem diferenças no comportamento e desenvolvimento da criança, sendo peças fundamentais no diagnóstico precoce. Quanto mais tardio for o diagnóstico, mais prejuízo a criança apresentará no seu desenvolvimento global.

Um diagnóstico adequado dependerá de uma equipe multidisciplinar, com base em uma lista de critérios comportamentais, levando em consideração a história da criança, utilizando informações coletadas por todos que fazem parte do convívio e rotina da mesma, como pais, professores e cuidadores, analisando também exames neurológicos, metabólicos e genéticos que complementem o processo.

Silva e Mulick (2009) afirmam que, independente da avaliação diagnóstica ser feita por uma equipe interdisciplinar ou individualmente, é importante que ela contenha componentes indispensáveis, como: entrevista clínica com os pais ou responsáveis – através da qual será obtidas informações essenciais para o diagnóstico, cobrindo tópicos como história social e familiar

da criança, história médica (como foi a gravidez, parto, primeira infância da criança, dentre outros) e história do desenvolvimento da criança (quando atingiu diferentes marcos do desenvolvimento). Além disso, a mesma deve passar por avaliação médica, onde serão investigadas comorbidades, distúrbios de ordem neurológica, metabólica e genética e avaliação psicológica.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - V - 2014) diz que os sintomas mudam com o desenvolvimento, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, salientando a importância da coleta de dados retrospectivos da família.

Para que o diagnóstico precoce ocorra, é importante que o enfermeiro oriente a família durante o pré-natal e puerpério sobre as etapas e marcos do desenvolvimento, fornecendo parâmetros para que os pais avaliem comportamentos adequados e inadequados para as respectivas idades, orientando também sobre os sinais de risco para TEA, fornecidos pela Sociedade Brasileira de Pediatria e que se encontram no Quadro 1.

Quadro 1 – Características Clínicas de Crianças com Risco para TEA

De 6 a 8 meses	De 12 a 14 meses	Por volta de 18 meses
Não apresentam iniciativa em começar, provocar e sustentar interações com os adultos próximos (por exemplo: ausência da relação olho a olho).	Não respondem claramente quando são chamadas pelo nome.	Não se interessam por jogos de faz-de-conta.
Não se interessam pelo prazer que podem provocar no outro.	Não demonstram atenção compartilhada.	Ausência da fala ou fala sem intenção comunicativa.

Silenciamento de suas manifestações vocais, ausência do balbúcio, principalmente em resposta ao outro.	Ausência do apontar protodeclarativo, na intenção de mostrar algo a alguém.	Desinteress e por outras crianças: preferem ficar e, sozinhas se ficam não sozinhas, se ficam não ninguém, incomodam
Ausência de movimentos antecipatórios em relação ao outro.	Não há ainda as primeiras palavras ou os primeiros esboços são de palavras estranhas.	Caso tenham tido o desenvolvimento da fala e interação, podem começar a perder essas aquisições.
Não se viram na direção da fala humana a partir dos quatro primeiros meses de vida	Não imitam pequenos gestos ou brincadeiras.	Já podem ser observados comportamentos repetitivos e interesses restritos e estranhos (por exemplo: por
		ventiladores, rodas de carrinhos, portas de elevadores).
Não estranham quem não é mais próxima, chamar a atenção das pessoas conhecidas e nem gracinhas.	Não se interessam em da família como se não notassem a diferença em lhes provocar	Pode aumentar isolamento.

Fonte: Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas/Dapes/SAS/MS.

Segundo Mello (2005), o autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano que vem sendo estudado há cerca de seis décadas, mas sobre o qual, no âmbito da ciência, ainda permanecem divergências e grandes questões para responder. E embora o autismo seja bem mais conhecido atualmente, tendo inclusive sido tema de filmes de sucesso, ele ainda surpreende pelas diversidades características que pode apresentar e pelo fato de, na maioria das vezes, a criança portadora de autismo ter uma aparência completamente normal, o que pode dificultar ou confundir o diagnóstico.

### 2.3 MANEJO E ESTABELECIMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A CRIANÇA NEUROATÍPICA

O autismo é uma diferenciação neurológica que tende a aparecer muito cedo, sendo perceptível já nos primeiros meses de vida e evidenciada por atraso no desenvolvimento e mudanças comportamentais. Portanto, é importante que nas consultas de puericultura e de enfermagem o profissional enfermeiro esteja habilitado para avaliar atentamente a criança quanto ao seu desenvolvimento e identificar sinais de alerta que possam sugerir a presença de autismo precocemente.

Sena et al. (2015) diz que o enfermeiro pode contribuir de forma positiva para o diagnóstico e acompanhamento do Transtorno do Espectro Autista através da análise comportamental da criança por meio da consulta com investigação de seu crescimento e desenvolvimento, como também, pode ajudar seus genitores dando apoio e orientando quanto aos desafios e procedimentos de cuidado que serão adotados.

Em se tratando da relação enfermeiro e crianças autistas, este tem como principal papel ser um agente de socialização, enquanto, junto à família, o enfermeiro tem um importante papel de educador (CARNIEL; SALDANHA; FENSTERSEIFER, 2010 apud FERNANDES, 2012).

O enfermeiro deve considerar cada criança portadora de autismo única em todas as suas vertentes, visto que as manifestações clínicas podem variar, sendo compreendidas em espectros de maior ou menor grau de complexidade. A partir do diagnóstico, o trabalho da enfermagem deve ser aliado a uma equipe multidisciplinar e estruturado de acordo com as etapas de vida do paciente.

Crianças com déficit de comunicação verbal podem necessitar de formas de comunicação alternativas, cuja escolha dependerá das habilidades e do grau de comprometimento das mesmas. O uso de língua de sinais e gestos pode auxiliar a criança a desenvolver e interagir de forma mais independente, visto que ao gesticular, o falante desacelera a interação e fornece pistas visuais extras, que oferecem outras possibilidades de expressão. Além disso,

símbolos, figuras e palavras podem ser usados individualmente ou agrupadas, formando frases. É um mecanismo de baixo custo, baixa tecnologia e que pode ser utilizado em qualquer ambiente. (BRASIL, 2015).

Embora sejam técnicas mais utilizadas por fonoaudiólogos e psicoterapeutas, estas também podem e devem ser utilizadas por profissionais de saúde, em seu âmbito de trabalho, a fim de estimular a criança neuroatípica e melhorar seu desenvolvimento.

É importante ressaltar que não existe uma única abordagem que seja eficaz para todas as crianças e que estas podem alternar sua funcionalidade conforme cada fase da vida, como por exemplo infância e adolescência. Além disso, para que se obtenham resultados positivos no desenvolvimento da comunicação, deve-se focar em toda a família e não somente no indivíduo, pois é com os pais que a criança passa a maior parte do tempo e é deles que deve provir a maior fonte de estímulos.

#### 2.4 PECS – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO POR TROCA DE FIGURAS

Crianças com déficit em comunicação verbal podem necessitar de formas de comunicação alternativas. A escolha correta do sistema depende de vários fatores, como idade, habilidades da criança ou seu grau de comprometimento. O PECS (Picture Exchange Communication System - Sistema de Comunicação por Troca de Figuras em português) é um sistema único de comunicação alternativa desenvolvido em 1985 nos Estados Unidos por Andy Bondy e Lori Frost, cujo objetivo é ajudar crianças e adultos portadores de autismo ou outros distúrbios do neurodesenvolvimento a desenvolverem não somente a comunicação, mas estimular a iniciativa de uma interação. O sistema conta com estratégias específicas de estímulo e reforço e sua implementação consiste na aplicação de uma sequência de seis passos, descritos na tabela abaixo.

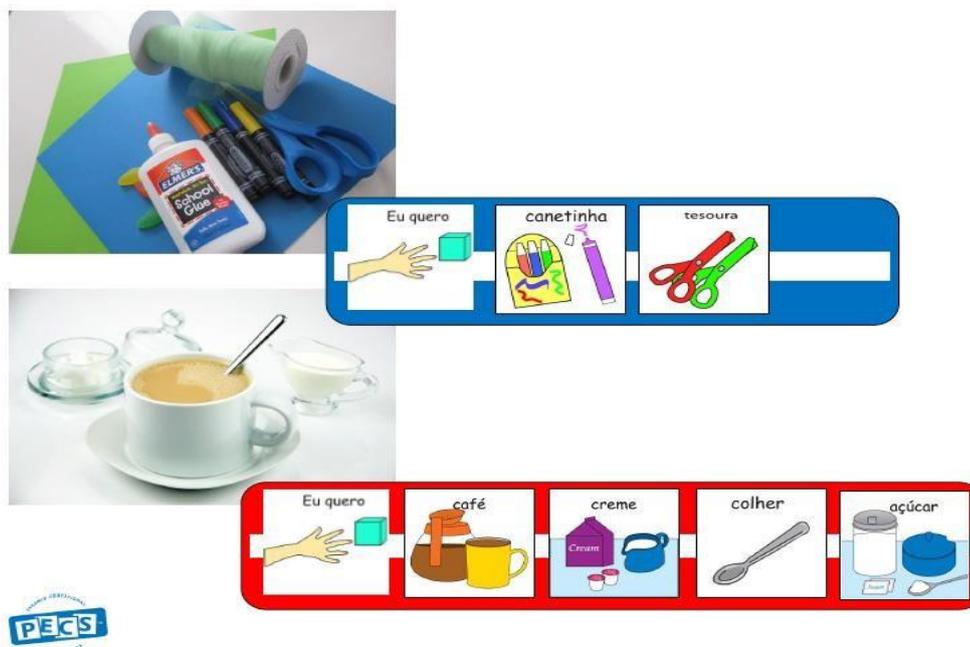
Quadro 2 – As seis fases do PECS

FASE	OBJETIVOS
Primeira	O adulto entrega a criança a figura de algo que ela poderá precisar no dia a dia, como um alimento por exemplo, e ensinará a criança a entregar a figura toda vez que ela quiser o alimento
Segunda	A criança é estimulada a usar a mesma figura para outras situações e com outras pessoas, deixando o significado daquela figura um pouco mais generalizado.
Terceira	Serão apresentadas duas ou mais imagens para a criança, para que ela faça escolhas a partir de suas preferências. Essas imagens serão armazenadas numa pasta para serem utilizadas na próxima fase.
Quarta	Nessa fase, a criança aprenderá a formar sentenças simples, utilizando por exemplo uma figura para “eu quero” e outra para o que está sendo solicitado.
Quinta	Constitui a expansão da linguagem, nesta fase a criança aprenderá a utilizar o sistema para responder perguntas.
Sexta	Nesta última fase, a criança é estimulada a comentar suas escolhas em respostas a perguntas como “o que você vê?”, aprendendo a compor frases como “eu vejo...”.

Fonte: Pyramid Consultoria Educacional do Brasil, 2019.

As imagens, figuras e ilustrações utilizadas são chamadas de reforçadores, e servem para representar objetos ou situações do dia a dia.

Figura 1 – Exemplo de reforçadores



Fonte: Pyramid Consultoria Educacional do Brasil, 2019.

O treinamento em PECS não é limitado pela idade, podendo ser aplicado por exemplo, em adultos com cinquenta anos que apresentem alguma debilidade cognitiva, como também pode ser aplicado em crianças de dois anos, sem debilidades cognitivas.

Segundo Mello (2005), O PECS tem sido bem aceito em diversos locais do mundo devido a sua facilidade de aplicação e baixo custo, além de apresentar resultados inquestionáveis na comunicação quando bem aplicado, visando ajudar a criança a perceber que através da comunicação ela pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja, estimulando-a assim a comunicar-se, e muito provavelmente a diminuir drasticamente problemas de conduta.

Para que o aluno aprenda a PECS, ele deverá ser instruído por um profissional treinando. Portanto, para a utilização deste método, é necessário que o profissional enfermeiro se capacite no método, que poderá ser utilizado

no acompanhamento da criança em clínicas, escolas e inclusive na UBS. No Brasil, o curso é ofertado em dois dias, no qual os frequentadores aprendem a estabelecer um ambiente de aprendizagem eficaz para o aluno através da Pyramid Consultoria Educacional – representante brasileira do sistema.

## 2.5 COMUNICAÇÃO FACILITADA – CF

Idealizado por Rosemary Crossley, é uma técnica que foi desenvolvida inicialmente para pessoas portadoras de paralisia cerebral e que, posteriormente, passou a ser adotada para pessoas portadoras de autismo.

Crossley lecionava em um instituto em Melbourne - Austrália, quando suspeitou que alguns de seus alunos acometidos de paralisia cerebral severa possuíam muito mais habilidades do que sua debilidade física os permitiam mostrar. Quando ela os deu a mão ou algum suporte no braço para ajudá-los a apontar figuras ou letras, ela ficou convencida de que vários deles apresentavam habilidades de comunicação e matemática que haviam se desenvolvido “naturalmente”, sem ou com pouquíssima instrução, já que haviam passado a maior parte de suas vidas em ambientes educacionais desfavorecidos.

A técnica consiste em um facilitador que coloca a sua mão sobre a mão da pessoa, braço ou pulso, que é conduzida ao teclado do computador ou a um tabuleiro com letras, palavras e imagens. Assim, ela se comunicará através do contato da sua mão com a do facilitador, encaminhando assim, a letra, palavra ou imagem. (ALBUQUERQUE, 2014 apud BRAZ; CHAVES, 2017)

Logo no início começaram a surgir controvérsias sobre a técnica, visto que eram necessárias duas pessoas para criar as mensagens, e visualmente não era possível mensurar quanto cada uma delas estava contribuindo para o que era criado.

Segundo Gina Green (2016), essas controvérsias juntamente com a preocupação de pais e profissionais foram suficientes para, em 1989, o governo patrocinar uma investigação sobre a eficiência da Comunicação Facilitada. Apesar da resistência de Crossley aos testes objetivos (com base no

fato de que os usuários da CF se recusaram a cooperar quando sua competência foi questionada), algumas avaliações controladas em pequena escala foram realizadas no decorrer dessa investigação. Quando o conhecimento do facilitador sobre as mensagens esperadas foi bem controlado e a precisão das mensagens foi avaliada objetivamente, o efeito desapareceu. Os deficientes físicos não conseguiam se comunicar além de suas expectativas normais. Em vez disso, parecia que os facilitadores eram os autores da maioria das mensagens da CF, aparentemente sem o seu conhecimento. Esses primeiros estudos sugeriram que a CF era suscetível a um tipo incomum de abuso: permitir que outros imponham seus próprios desejos, medos, esperanças e agendas a indivíduos que não falam.

Apesar disso, o sistema de Comunicação Facilitada continua sendo utilizado na atualidade, sendo muitas vezes um dos únicos recursos disponíveis em locais mais precários visando o estímulo de crianças autistas ou com debilidades neurológicas.

Justamente por não haver evidências de que as respostas estão em controle apenas da criança, e não do facilitador, se faz importante que o facilitador – neste caso o enfermeiro – deixe que a criança tenha total controle de sua mão, sem interferir nos resultados e que o ambiente seja extremamente controlado para evitar interferências. Também é importante que este leia em voz alta cada palavra digitada, estimulando assim a associação entre as palavras e seus respectivos sons. Atualmente, o Instituto de Comunicação e Inclusão (ICI) da Universidade de Syracuse (EUA) é referência mundial no ensino da técnica, sendo base de capacitação para profissionais interessados na aplicação e desenvolvimento do sistema.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo baseou-se no desejo de abordar o papel do enfermeiro no estabelecimento da comunicação efetiva com a criança neuroatípica, explicitar as características desta condição e demonstrar como deve ser a abordagem de enfermagem para com a criança e a família,

destacando como o atendimento especializado pode modificar a qualidade do atendimento e a experiência destes ao serviço de saúde.

Na discussão do trabalho, pode-se observar as diversas práticas que podem ser implementadas por parte da equipe de enfermagem para estimular o desenvolvimento e melhora da comunicação por parte da criança portadora de autismo, desde a observação criteriosa do desenvolvimento da criança para diagnóstico precoce até o uso de sistemas alternativos de comunicação.

Na equipe multidisciplinar, o enfermeiro tem papel fundamental na detecção, acompanhamento e tratamento da criança, pois além dos pais, é o que está em constante contato com a mesma desde seu nascimento através das consultas de puericultura. Portanto, é indispensável que a equipe de enfermagem esteja capacitada a identificar, orientar e aplicar as técnicas descritas neste artigo, observando cada criança como única em suas diferentes etapas de vida e juntamente com os pais e demais profissionais de saúde, a estimulando, para que tenha um crescimento sadio e consiga obter um desenvolvimento neurológico satisfatório.

## REFERENCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. Tradução:

Maria Inês Corrêa Nascimento et al., 5. ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

Disponível

em:

<[http://www.clinicajorgejaber.com.br/2015/estudo\\_supervisionado/dsm.pdf](http://www.clinicajorgejaber.com.br/2015/estudo_supervisionado/dsm.pdf)>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

BONDY, Andy; FROST, Lori. **Sistema por troca de figuras - PECS**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://pecs-brazil.com/sistema-de-comunicacao-portroca-de-figuras-pecs/>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção à pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do sistema único de saúde**. Brasília. 2015. 156p.

- Disponível em:  
<[https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoas\\_transtorno.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf)>. Acesso em: 11 de maio de 2020.
- BRAZ, F.S; CHAVES, E.C.. "**Autismo e comunicação facilitada: um olhar transdisciplinar para o processo de ensino- aprendizagem**". Anais IV CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em:  
<<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/36029>>. Acesso em: 18/10/2020 12:47
- FERNANDES, C. M. A atuação da enfermagem frente ao autismo. **Proficiência – Cofen**. Ag. 2012. Disponível em:  
<[http://proficiencia.cofen.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=508:a-atuacao-da-enfermagem-frente-aoautismo&catid=39:blog&Itemid=65](http://proficiencia.cofen.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=508:a-atuacao-da-enfermagem-frente-aoautismo&catid=39:blog&Itemid=65)>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GREEN, Gina. **Facilitated Communication: Mental Miracle or Slight of Hand?**. Sceptic Magazine, [s. l.], v. 2, ed. 3, 2016. Disponível em:  
<[https://www.skeptic.com/reading\\_room/facilitated-communication-mentalmiracle-or-slight-of-hand/](https://www.skeptic.com/reading_room/facilitated-communication-mentalmiracle-or-slight-of-hand/)>. Acesso em: 1 nov. 2020.
- KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, Baltimore, v. 2, p. 217-250, 1943. Disponível em:  
<[https://neurodiversity.com/library\\_kanner\\_1943.pdf](https://neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf)>. Acesso em: 5 de maio de 2020.
- MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 4. edição. São Paulo: Corde, 2005. Disponível em:  
<<http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf>>. Acesso em: 18 de out. 2020.
- SENA, R. C. F. et al. Prática e conhecimento dos enfermeiros sobre o autismo infantil. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [s.l.], v.7, n. 3, p.2707-2716, 1 jul. 2015. Disponível em:  
<<https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750947007.pdf>>. Acesso em: 4 de maio de 2020.
- SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Transtorno do espectro autista**. Manual de orientação. Departamento de pediatria do desenvolvimento e comportamento. Nº5, 2019. Disponível em:  
<[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/21775c-MO\\_-\\_Transtorno\\_do\\_Espectro\\_do\\_Autismo.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 29, n.

1, p. 116-131, 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 17 maio 2020.

VARELLA, Dráuzio. **Possíveis causas do autismo**. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/possiveiscausas-do-autismo-artigo/>.

Acesso em: 18 out. 2020.

ZANON, Regina Basso. BACKES, Bárbara. BOSA, Cleonice Alves.

Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais. **Psicologia: Teoria e**

**Pesquisa**. Jan – Mar, 2014, Vol. 30 n. 1, pp. 25-33. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/04.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2020.

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NAS HEMORRAGIAS OBSTÉTRICAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Mariana Monique Araujo Souza<sup>1</sup>  
Thaysnara Kristina Vieira Nunes<sup>1</sup>  
Valquíria Pereira dos Santos<sup>1</sup>  
Monara Souza Vieira Grobério<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas de Enfermagem da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX

<sup>2</sup>Professora Orientadora – Esp. em Enfermagem do Trabalho, Atenção Básica, Saúde da Família e Didática do Ensino Superior.

### RESUMO

As hemorragias obstétricas podem ocorrer durante todo o período gestacional, parto e puerpério, sendo uma das principais causas de mortalidade materna. As intercorrências que estão relacionadas ao quadro das hemorragias obstétricas são: aborto, gravidez ectópica, neoplasia trofoblástica gestacional, descolamento prematuro da placenta, placenta prévia, ruptura uterina e vasa prévia. O acompanhamento efetivo durante o pré-natal é imprescindível para a prevenção e detecção precoce da predisposição materna a desenvolver intercorrências que favoreçam o aparecimento de quadros hemorrágicos. A assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência em quadros hemorrágicos obstétricos é indispensável, pois com os conhecimentos que possui, o profissional enfermeiro contribui para a redução de agravos e da mortalidade materna. Esse artigo tem como objetivo geral ressaltar a importância da assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência nas hemorragias obstétricas. Especificamente abordar sobre as urgências e emergências obstétricas; esclarecer sobre as síndromes hemorrágicas obstétricas; destacar sobre o papel do enfermeiro no manejo das síndromes hemorrágicas obstétricas. Trata-se de uma pesquisa com o tema saúde da mulher, sendo um trabalho explicativo, exploratório e qualitativo, com o método de revisão bibliográfica. Os dados serão analisados pelo pesquisador juntamente com o professor orientador de forma ética, conforme preconiza a resolução 196 do conselho nacional da saúde.

**Palavras-Chave:** Hemorragias Obstétricas. Urgência. Emergência. Assistência. Enfermagem.

### ABSTRACT

Obstetric hemorrhages can occur throughout the gestational period, delivery and puerperium, being one of the main causes of maternal mortality. The complications that are related to the condition of obstetric hemorrhages are: abortion, ectopic pregnancy, gestational trophoblastic neoplasia, placental abruption, placenta previa, uterine rupture and vasa previa. Effective monitoring during prenatal care is essential for the prevention and early detection of maternal predisposition to develop complications that favor the onset of hemorrhagic conditions. Nursing care in urgent and emergency situations in obstetric hemorrhagic conditions is indispensable, because with the knowledge they have, the professional nurse contributes to the reduction of diseases and maternal mortality. This article aims to highlight the importance of nursing care in urgent and emergency situations in obstetric hemorrhages. Specifically addressing obstetric urgencies and emergencies; clarify about obstetric hemorrhagic syndromes; highlight the role of nurses in the management of obstetric hemorrhagic syndromes. This is a research with the theme of women's health, being an explanatory, exploratory and qualitative work, with the method of bibliographic review. The data will be analyzed by the researcher together with the guiding professor in an ethical manner, as recommended by resolution 196 of the national health council.

**Keywords:** Obstetric Hemorrhages. Urgency. Emergency. Assistance. Nursing.

## 1. INTRODUÇÃO

Hemorragia obstétrica é uma das principais causas de mortalidade materna no Brasil e no mundo, pode ocorrer durante o período gestacional, o parto e o puerpério, tendo como principais causas o aborto, o descolamento de placenta, a placenta prévia, a ruptura uterina, coagulopatias, retenção placentária, atonia uterina e as lacerações durante o parto.

“Quanto às causas de morte materna, predominam as obstétricas diretas (74%), e entre essas, a eclampsia, hemorragias, infecção puerperal e aborto. A maioria desses óbitos é evitável mediante uma boa assistência no pré-natal, parto, puerpério e urgências e emergências maternas”. (BRASIL, 2000).

O acompanhamento da mulher de maneira efetiva durante o pré-natal e a capacitação dos profissionais que prestam atendimento às pacientes é imprescindível para a assistência adequada em casos de quadros hemorrágicos emergenciais, visando sempre a estabilização, a recuperação e a promoção de saúde dessas mulheres, evitando assim a morte dessas mulheres e conseqüentemente a desestabilização familiar que essa perda irá causar.

“Embora o risco de óbito tenha se reduzido no Brasil com a ampliação do acesso ao pré-natal e ao parto institucional, ainda há muito a fazer. Para evitar a morte de muitas mulheres, é fundamental o pronto e adequado atendimento às emergências obstétricas”. (BRASIL, 2000).

A assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência hemorrágicas obstétricas é imprescindível, pois com os conhecimentos técnicos e científicos que o profissional enfermeiro possui ele contribuirá significativamente juntamente com a equipe multiprofissional na redução dos agravos e da mortalidade materna.

A justificativa para a realização desta pesquisa é abordar um tema de extrema importância que acomete muitas mulheres todos os anos, resultando em altos índices de mortalidade através de quadros hemorrágicos obstétricos e enfatizar a importância da assistência do profissional enfermeiro para com essas

mulheres que se encontram em situação vulnerável. Estando a mesma delimitada a trabalhos científicos que abordem a assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência nas hemorragias obstétricas.

O artigo pretende responder qual a importância da assistência de enfermagem em situações de urgência e emergências nas hemorragias obstétricas, tendo como objetivo geral ressaltar a importância da assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência nas hemorragias obstétricas. Tem-se como objetivos específicos: abordar sobre as urgências e emergências obstétricas; esclarecer sobre as síndromes hemorrágicas obstétricas; destacar sobre o papel do enfermeiro no manejo das síndromes hemorrágicas obstétricas.

De acordo com os objetivos estabelecidos nesse projeto, pretende-se esclarecer como uma assistência de enfermagem prestada com qualidade para com mulheres em situações hemorrágicas obstétricas pode prevenir agravos além da mortalidade materna.

O presente estudo insere-se na área de saúde da mulher sendo um trabalho explicativo, exploratória e qualitativo, embasado em pesquisa bibliográfica.

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. (PIZZANI et al, 2012, p. 54)

A pesquisa tem como fonte secundária, sendo material de pesquisa embasado em matérias previamente analisados e publicados, sendo utilizado para amostra estudos realizados sobre assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência nas hemorragias obstétricas.

“Os documentos terão fontes primárias ou secundárias de pesquisa. As fontes secundárias são as obras nas quais as informações já foram elaboradas, como livros, apostilas, teses e monografias” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 60).

Os dados utilizados na elaboração do projeto foram coletados mediante livros, artigos científicos periódicos, manuais que abordam o tema delimitado.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS OBSTÉTRICAS

As urgências e emergências obstétricas são intercorrências recorrentes que levam as mulheres gestantes a procurarem a assistência hospitalar, saber identificar e como agir mediante as essas situações é imprescindível para impedir a morte materna e promover a continuação da gestação, dentre as urgências e emergências obstétricas as mais recorrentes são: as síndromes hipertensivas, hemorragias, infecções, aborto e o trabalho de parto.

Em todo o mundo, todo ano, meio milhão de mulheres morre durante a gravidez e parto devido algumas complicações obstétricas. Infelizmente, um número significativo de urgências e emergências obstétricas ocorrem, portanto, prevenção, identificação e intervenção precoce tornam-se fundamentais para evitar distorcias obstétricas. (MATOSO; LIMA, 2019, p. 71)

O pré-natal realizado através da atenção básica de maneira efetiva com o acompanhamento de um profissional preparado é imprescindível para a prevenção das situações recorrentes que levam ao desenvolvimento de quadros de urgência e emergência obstétrica, encaminhando a gestante para o pré-natal de alto risco quando necessário, prevenindo assim também que as consequências resultantes dos quadros obstétricos tenham repercussão materna e fetal que podem se tornar um agravante prejudicial no desenvolvimento gestacional até o momento do parto.

Como consequências das urgências e emergências obstétricas foram indicadas repercussões maternas e fetais reversíveis ou não, tais como: gravidez de risco; trabalho de parto prematuro; abortamento; ansiedade; edema agudo de pulmão; síndrome de HELLP; acidente vascular encefálico; insuficiência renal; convulsão e coma materno; déficit de volume de líquido amniótico; hemorragia cerebral materna; sofrimento fetal e morte materna. (MATOSO; LIMA, 2019, p. 72)

Realizar um bom acolhimento e uma classificação de risco efetiva é imprescindível para priorizar o atendimento as mulheres em condições emergenciais, os quadros evoluem gradativamente ou de maneira súbita, a intervenção precisa é primordial para evitar a mortalidade.

## 2.2 SÍNDROMES HEMORRÁGICAS OBSTÉTRICAS

As síndromes hemorrágicas obstétricas acometem muitas mulheres todos os anos e representam uma considerável parcela nas causas de mortalidade materna, podendo ocorrer durante todo o período gestacional e no momento do parto.

As hemorragias obstétricas são diagnosticadas em cerca de 10 a 15% das gestações e podem ser divididas de acordo com o período gestacional em que ocorrem com mais frequência. Na primeira metade da gestação é comum ocorrer sangramentos provenientes de: aborto, gravidez ectópica, neoplasia trofoblástica gestacional (mola hidatiforme) e descolamento prematuro da placenta, enquanto na segunda metade da gestação é comum ocorrer sangramentos provenientes de placenta prévia, descolamento prematuro da placenta, rotura uterina e vasa prévia (BRASIL, 2012).

O abortamento geralmente é identificado pela perda sanguínea vaginal que pode variar o volume de acordo com o tipo de abortamento e com dores do tipo cólica que pode ter sua intensidade variada. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2005) o abortamento é a interrupção da gravidez até a 20<sup>a</sup> – 22<sup>a</sup> semana e com produto da concepção pesando menos do que 500g.

Essa condição acomete muitas mulheres todos os anos e pode ser classificada de várias formas, sendo elas: ameaça de abortamento, abortamento espontâneo, abortamento completo e incompleto, abortamento inevitável, abortamento retido, abortamento infectado, abortamento habitual e abortamento provocado, que apesar de ser crime com punição prevista em lei, ainda é muito praticado por mulheres que não desejam levar a gestação

adiante. De acordo com o diagnóstico, que deve ser feito por um profissional qualificado, a conduta de tratamento irá ser aplicada, esse processo deve ser efetivo, correto e rápido afim de se evitar complicações maternas e fetais que poderão evoluir para o óbito de ambos.

Toda gestante com sangramento vaginal no 1º trimestre deve ser submetida a exame abdominal, exame especular e toque. Quando o colo estiver fechado ou houver dúvida no diagnóstico, está indicada uma ultrassonografia para avaliação das condições do saco gestacional (com ou sem descolamento) e do embrião (com ou sem batimentos). (BRASIL, 2012, p. 46)

Outra situação que pode levar a hemorragia obstétrica é a gravidez ectópica, condição em que a gestação se desenvolve frequentemente nas tubas uterinas ao invés da cavidade uterina. Infelizmente a gestação que ocorre nesse cenário não possuem um bom prognóstico, uma vez que, as trompas não suportam uma gestação e oferece risco a vida da mãe mediante a uma ruptura da mesma. Para realizar a intervenção, seja ela de caráter expectante, clínica ou cirúrgica irá depender do tempo gestacional e das condições de saúde geral da gestante.

Gravidez ectópica (GE) é a implantação do blastocisto fora da cavidade uterina. É encontrada em 10-15% das mulheres que chegam ao serviço de urgência para avaliação durante o primeiro trimestre da gravidez, sendo responsável por 10% de todas as mortes relacionadas ao período gestacional.<sup>1,2</sup> Em 98,3% dos casos, há envolvimento de uma das tubas uterinas. A implantação do blastocisto pode ocorrer em qualquer região da tuba: ampola (79,6%), istmo (12,3%), fimbria (6,2%) e corno (1,9%). (ARAÚJO et al, 2008, p.63).

Os sintomas que estão associados a gravidez ectópica são: a dor que está presente na maioria das gestações extrauterinas e o sangramento vaginal que na maioria dos casos se apresenta em pequena quantidade e de maneira irregular associado a pequeno atraso menstrual. O exame físico juntamente com os exames clínicos, sendo eles a dosagem do hormônio gonadotrófico coriônico e a ultrassonografia, irão diagnosticar a gravidez ectópica cabendo a equipe mediante aos resultados encontrados definir a melhor conduta (BRASIL, 2012).

A mola hidatiforme é uma complicação gestacional, que pode ser classificada como mola completa, mola parcial e mola invasora, sendo a última

a forma mais agressiva, pois além da hemorragia característica das três possui a possibilidade de desenvolver metástase tornando o prognóstico delicado e o tratamento mais agressivo.

A hemorragia uterina incoercível pode às vezes levar a histerectomia, infecção, perfuração e falência respiratória aguda. A complicação mais séria das molas é a transformação em coriocarcinoma (2% dos casos). Apenas o aspecto histológico não permite prever o prognóstico. Assim, as pacientes devem ser acompanhadas periodicamente com dosagem de gonadotrofina coriônica humana no plasma (SECRETARIA DE SAÚDE DO PARANÁ, 2015, p. 16).

O quadro clínico pode ser observado através de sangramento indolor repetitivo com a intensidade do volume hemorrágico progressivo acompanhado de corrimento amarelado entre as pausas hemorrágicas, náusea e vômito exacerbado, tamanho uterino irregular para a idade gestacional, batimento cardíacos fetais ausentes e quadro anêmico em decorrência das hemorragias (SECRETARIA DE SAÚDE DO PARANÁ, 2015).

Uma complicação da gravidez que leva a quadros hemorrágicos é a placenta prévia, que é causada pelo posicionamento anormal da placenta, podendo chegar a recobrir completamente o orifício interno do colo uterino. Para identificação é necessário observar o quadro clínico que se baseia em um sangramento sentinela, abundante de coloração vermelho vivo, autolimitado que geralmente ocorre entre a 26<sup>a</sup> e 28<sup>a</sup> de gravidez.

Se o risco de hemorragia com placenta prévia por si só é importante, a combinação com uma ou mais cesarianas prévias pode tornar este risco consideravelmente maior, com resultados às vezes catastróficos. Ademais, a placenta com implantação anormal tem maior probabilidade de estar aderida anormalmente ao útero, ou seja, de ser placenta acreta, o que também amplia de forma exponencial o risco de hemorragias graves e outras complicações associadas, podendo a gestante necessitar uma histerectomia. A morbidade materna da placenta prévia é decorrente, principalmente, da hemorragia que ela provoca. A morbidade aumentada também está relacionada às complicações operatórias do parto, complicações anestésicas, necessidade de transfusão e infecções. (BRASIL, 2012).

O descolamento prematuro da placenta é uma complicação gestacional que se refere a separação prematura da placenta com a parede uterina, tal situação a depender da classificação do descolamento, irá provocar

sangramentos vaginais de coloração vermelho escuro e dor que pode ter intensidade variada, podendo levar até ao óbito fetal.

O descolamento prematuro da placenta (DPP), também denominado *abruptio placentae*, é definido como separação da placenta implantada no corpo do útero, antes do nascimento do feto, em gestação de 20 ou mais semanas completas. Resulta de uma série de processos fisiopatológicos, muitas vezes de origem desconhecida. O DPP é dramático evento que acomete 0,5 a 3,0% das gestações, com elevado potencial de causar resultados devastadores e representa causa importante entre as síndromes hemorrágicas da segunda metade da gestação. (CARDOSO et al, 2012, p.10).

A intensidade do descolamento é identificada através da classificação em graus, sendo eles: o grau I que se apresenta com discreto sangramento vaginal, sem contrações uterinas preocupantes, sendo identificado no pós-parto pela presença de coágulo. Grau II que se apresenta com moderado sangramento vaginal, contrações tetânicas, alterações fisiológicas maternas e feto com sinais de comprometimento da vitalidade. Grau III se apresenta com intenso sangramento vaginal, intensas contrações uterinas, hipotensão materna e óbito fetal. O descolamento prematuro da placenta é considerado uma das mais importantes complicações obstétricas, pois contribui significativamente para o aumento das complicações maternas podendo chegar até o óbito em decorrência do aumento da incidência de quadros hemorrágicos, anêmicos, coagulopatias, dentre outras. (BRASIL, 2012).

A ruptura uterina é uma complicação hemorrágica grave, que pode ocorrer durante a gestação, no intraparto e no puerpério. A cicatriz uterina, principalmente a proveniente do parto cesárea, é um fator de risco importante para a ruptura uterina, que pode ser classificada como completa ou incompleta, sendo a completa a mais preocupante, pois pode provocar risco a vida materna e fetal.

A rotura uterina é classificada em: Completa: há a total rotura da parede uterina. É uma urgência obstétrica, levando a risco de vida tanto da mãe quanto do feto. Incompleta: o peritônio parietal permanece intacto. Geralmente não é complicada, podendo permanecer assintomática após um parto vaginal. No intraparto, quando a rotura é mais frequente, o achado mais característico é a perda súbita dos batimentos cardíacos fetais. A gestante pode ou não apresentar sangramento vaginal, sinais e sintomas de choque hipovolêmico, com taquicardia importante e hipotensão, e parada das contrações após dor forte. Na palpação abdominal, as partes fetais

são facilmente palpadas no abdome materno e, ao toque vaginal, há a subida da apresentação. A rotura uterina é causa de hemorragia pós-parto e deve ser prontamente identificada e tratada cirurgicamente. (BRASIL, 2012, p. 61-62)

A vasa prévia é uma complicação gestacional, não muito comum, que provoca quadros hemorrágicos, nessa condição a hemorragia é proveniente dos vasos sanguíneos fetais que atravessam as membranas amnióticas ficando próximas ao orifício interno do colo uterino, em decorrência de difícil diagnóstico a taxa de mortalidade fetal é alta, sendo a cesárea de urgência uma intervenção indicada para a manutenção da vida fetal. (BRASIL, 2012)

O diagnóstico de VP é costumeiramente negligenciado em função da raridade desta entidade mórbida, da grande dificuldade diagnóstica e da escassez de tempo que decorre entre a suspeita diagnóstica e a intervenção médica, que deve ser imediata. Calcula-se ser a volemia de um feto a termo ao redor de 250 ml. Portanto, a perda de pequena quantidade de sangue fetal pode levá-lo ao choque hemorrágico e ao óbito. (MACÉA; MACÉA, 2001, p. 465)

## 2.3 HEMORRAGIA DURANTE O PÓS-PARTO

No início da gravidez secreções como sangue em forma de corrimento é normal, mas se ocorrer no final da gravidez ou trabalho de parto deve estar relacionada a placenta, a equipe deve monitorar a respiração da gestante pois a paciente pode entrar em choque.

Caso ocorra antes da 28ª semana pode indicar um aborto espontâneo que dá se pela expulsão do feto antes que ele possa sobreviver, por questões genéticas ou alterações no organismo da mulher como infecções durante a gestação ou um aborto provocado que é a perda induzida do embrião ou feto, durante o parto é considerada hemorragia quando a mulher perde mais de 500 mL de sangue após o parto normal ou mais de 1000 mL após a cesárea. Atonia uterina, traumas relacionados a laceração do canal vaginal e inversão uterina, retenção de restos placentários e distúrbios de coagulação estão apontados como as principais causas relacionadas a ocorrência da hemorragia pós-parto.

Tradicionalmente a definição de hemorragia pós-parto (HPP) é a perda de sangue acima de 500 mL após o parto vaginal e acima de 1000 mL após o parto abdominal. Para fins clínicos, qualquer perda de sangue capaz de produzir instabilidade hemodinâmica deve ser considerada HPP. O volume de perda sanguínea necessário para causar esta instabilidade vai depender da condição pré-existente da mulher. Três por cento de todos os partos vaginais podem resultar em hemorragia pós-parto grave se não for empregado o manejo apropriado. A maioria das HPP ocorre dentro das primeiras 24 horas após o parto e é chamada de “HPP primária”. A secundária, ocorre entre 24 horas e seis semanas após o parto. (BONOMI et al, 2012, p. 71).

A apresentação das causas mais frequentes de desfechos adversos maternos em pacientes com HPP (Hemorragia Pós-Parto), durante o anteparto se dá pela dificuldade de acesso ao pré-natal, abordagem ou tratamento inadequado da anemia materna na gestação, inadequado manejo pré-natal dos aumentos pressóricos (pré-eclâmpsia, hipertensão gestacional), não avaliação do risco de acretismo placentário em gestantes com cesariana prévia com o auxílio da ultrassonografia.

No momento do parto esse efeito se dá pelos trabalhos de parto prolongados, altas taxas de cesariana, não considerar risco de acretismo placentário em paciente com cesariana anterior associada a placenta prévia ou posicionada em parede uterina anterior, partos em ambientes com ausência de estrutura e\ou fluxos assistenciais inadequados. E durante o pós-parto essa disfunção está associada ao não uso da profilaxia universal com útero tônico, ausência de monitoramento materno adequado no pós-parto, ausência de avaliação imediata de puérperas com sinais iniciais de HPP, ausência de ação diante de suspeita e \ou diagnóstico de HPP, não inclusão dos familiares no processo de monitoramento no pós-parto (INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018).

A prevenção dos quadros hemorrágicos pós-parto tem início durante a gestação durante a assistência do pré-natal. É necessário que o profissional identifique os fatores de risco que indicam uma predisposição da paciente a progredir para uma hemorragia pós-parto e que se faça as intervenções necessárias a fim de se evitar esse quadro, incluindo o encaminhamento para o acompanhamento da gestação de risco. Durante os momentos do parto,

algumas condutas de rotina podem ser evitadas e outras adotadas, fazendo assim com que as chances da ocorrência de uma hemorragia pós-parto diminuam.

A prevenção da hemorragia pós-parto e de suas complicações associadas inicia-se na assistência pré-natal. Além de atenção especial aos fatores de risco, faz-se necessário o reconhecimento de anemias e sua correção a contento. No intraparto, a eliminação da episiotomia rotineira leva a redução considerável na perda sanguínea, o que também pode minimizar os efeitos das hemorragias pós-parto. Após o desprendimento fetal, a primeira conduta preventiva é o clampeamento precoce do cordão umbilical, que reduz o terceiro período do parto, além de levar ao acréscimo dos níveis de ferro e redução de anemia ao neonato, se realizada em até 60 segundos. A tração controlada do cordão umbilical, não intempestiva, enquanto se aguarda a separação da placenta, parece ser medida eficiente em evitar inversão uterina e sangramento consequente (BAGGIERI et al, 2011, p. 97).

## 2.5 A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO MANEJO DAS SÍNDROMES HEMORRÁGICAS OBSTÉTRICAS

A atuação do enfermeiro mediante as síndromes hemorrágicas obstétricas começa na atenção primária através da realização de um bom pré-natal, visto que a partir dele é possível identificar a predisposição da mulher a desenvolver possíveis intercorrências, bem como realizar o encaminhamento da mesma para a realização de um pré-natal de alto risco a fim de oferecer melhor suporte e atenção para a gestante. Esclarecer as dúvidas e informar as alterações normais corporais e fisiológicas que ocorrem no período gravídico puerperal na atenção primária, durante o pré-natal, faz com que as mulheres procurem menos os serviços de urgência e emergência de maneira desnecessária.

A atuação do enfermeiro e da equipe de enfermagem é de fundamental importância para detecção precoce dos fatores de risco. Desde a atuação na baixa complexidade no pré-natal, onde é o momento mais adequado para detecção de possíveis complicações e o enfermeiro é o profissional qualificado para o atendimento à saúde da mulher, possuindo um papel muito importante na área educativa, preventiva e na promoção da saúde. (CAMPELO, 2016, p.16)

O profissional enfermeiro na atenção secundária, ou seja, na atenção hospitalar é indicado a realizar o acolhimento juntamente com a triagem, com a finalidade de classificar as pacientes de acordo com as condições clínicas que apresentam e não pela ordem de chegada. O conhecimento técnico e científico que o enfermeiro possui o torna o profissional mais indicado para a realização desses serviços. Ao realizar o acolhimento e a triagem o enfermeiro oferece uma atenção humanizada e objetiva, ao escutar as queixas da cliente e observar os sinais, o profissional é capaz de direcionar e ofertar uma intervenção eficaz a fim de se evitar complicações.

Consideram o enfermeiro mais capacitado do que outros profissionais de saúde para realizar classificação de risco, pois na sua formação é enfatizada a valorização das necessidades do paciente, não só as biológicas, como também as sociais e psicológicas. E, além disto, destaca que esse profissional está preparado para exercer a liderança, o que o conduz a ter uma visão abrangente do setor, incluindo os recursos humanos, área física e fluxo de pacientes (CASTILO; SANTANA; SANTOS, 2010 apud PINTO; SANTOS; SANTOS, 2017, p.2).

Continuando no âmbito da atenção secundária, mediante quadro de hemorragias obstétricas, o profissional enfermeiro deve realizar a identificação do quadro hemorrágico, procurando identificar por qual razão essa intercorrência está acontecendo, para que se possa direcionar o cuidado de maneira eficiente e resolutiva. Além disso, se destacam outros cuidados realizados mediante quadros hemorrágicos obstétricos pela equipe de enfermagem tais como: a avaliação geral da paciente, a verificação dos sinais vitais, realização de acesso venoso, administração de medicamentos, administração de fluidos, coleta de sangue para exames, administração de hemácias, passagem de sonda vesical de demora, monitorização contínua do paciente, realização da evolução no prontuário, integração com a equipe multidisciplinar, promover o conforto da paciente (CAMPELO, 2016).

A assistência de enfermagem diante das urgências e emergências obstétricas recaem sobre a triagem (acolhimento); a monitorização dos sinais vitais; o controle dos drenos, cateteres, balanço hídrico, homeostase débito cardíaco e urinário; administração de medicamentos conforme protocolo hospitalar e/ou conduta médica; e

serviços burocráticos, como regulação. A maioria destas condutas foram realizadas mediante algumas intercorrências obstétricas, como por exemplo sangramento, hipertensão arterial elevada, convulsão, pré-eclâmpsia e síndrome de Hellp (MATOSO; LIMA, 2019, p. 70).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma das principais causas de mortalidade materna esta relaciona as hemorragias obstétricas, oriundas de diversos fatores ligados a saúde da mulher, o presente artigo traz essas causas e baseia-se na importância do profissional enfermeiro no atendimento de urgência e emergência dessa intercorrência, bem como a assistência antes, durante e após a mesma.

Diante de tal problema a mulher necessita da busca ao serviço de saúde que deve estar apropriado e preparado de maneira a garantir um meio de intervenção ágil e preciso durante o atendimento da paciente. A assistência a esse problema deve estar primordialmente inserida no pré-natal, devendo ser mantida durante o parto e estendida ao puerpério, de maneira a evitar a mortalidade materna promovendo promoção e manutenção a saúde da paciente evitando afetar a estrutura familiar na qual ela está inserida.

Dentre as diversas causas apresentadas as síndromes hemorrágicas obstétricas ganham destaque devido ao seu grande percentual de mortalidade materna, que se apresenta durante todo o período gestacional até o momento do parto, dividindo-se em clínicas diferentes na primeira e segunda metade da gestação. O abortamento, a gravidez ectópica, a mola hidatiforme, a placenta prévia, o deslocamento prematuro de placenta, a ruptura uterina e a vasa prévia são exemplos de intercorrências hemorrágicas que podem levar ao óbito maternal ou fetal, sendo causas que necessitam do monitoramento adequado e contínuo.

A participação do profissional enfermeiro no manejo das intercorrências obstétricas é de suma importância principalmente no âmbito da atenção primária, onde ele deve detectar precocemente, encaminhar, informar e fomentar o conhecimento da mulher relacionado aos possíveis problemas na qual ela está suscetível. No teor de atenção secundária ele acolhe e garante

uma triagem direcionada e humanizada diante de cada situação, diminuindo possíveis complicações provenientes do tempo inadequado de atendimento, participa também do acompanhamento dos sinais vitais, da monitorização, coleta de materiais para exames e promoção do conforto do paciente.

Evidencia-se assim a importância do papel do enfermeiro nas principais urgências e emergências obstétricas, sendo imprescindível na composição da equipe multiprofissional promovendo bem-estar e integridade ao paciente, de maneira humanizada e técnica esclarecendo que com uma assistência de enfermagem prestada com qualidade para com as mulheres em situações hemorrágicas obstétricas pode prevenir agravos além da diminuição mortalidade materna.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, F. M. et al. Gravidez ectópica: abordagem diagnóstica e terapêutica. **Rev. Med. Minas Gerais**. v. 18, supl. 4, p. 63-67, 2008. Disponível em: <<http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1309>>. Acesso em: outubro, 2020.
- BAGGIERI, R. A. A. et al. Hemorragia pós-parto: prevenção e tratamento. **Arq. Med. Hosp. Fac. Ciências Med. Santa Casa de São Paulo**. v. 56, n. 2, p. 96-101, 2011. Disponível em: <<http://189.125.155.35/index.php/AMSCSP/article/view/317>>. Acesso em: outubro, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Gestação de alto risco**: manual técnico. 5. ed. Brasília. Ministério da Saúde. 2012. 302 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_tecnico\\_gestacao\\_alto\\_risco.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf)>. Acesso em: abril, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento**: norma técnica. Brasília. Ministério da Saúde. 2005. 36 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada\\_abortamento.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf)>. Acesso em: abr. 2020.

- BONOMI, I. B. A. et al. Prevenção e manejo da hemorragia pós-parto. **Rev. Med. Minas Gerais**. v. 22, supl. 2, p.70-77, 2012. Disponível em: <<http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/715>>. Acesso em: outubro, 2020.
- CAMPELO, N. M.; **O cuidado nas urgências obstétricas em uma maternidade pública**: o olhar do enfermeiro. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Santa Cruz, 2016. 22p. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3341/3/O%20CUIDADO%20NAS%20URG%C3%84NCIAS%20OBST%C3%89TRICAS%20EM%20UM%20MATERNIDADE%20P%C3%94BLICA.%20O%20olhar%20do%20enfermeiro..pdf>>. Acesso em: abril, 2020.
- CARDOSO, A. S. et al. Deslocamento prematuro de placenta. **Rev. Med. Minas Gerais**. v. 22, supl. 5, p.10-13, 2012. Disponível em: <<http://rmmg.org/artigo/detalhes/660>>. Acesso em: outubro, 2020.
- INSTITUO FERNANDES FIGUEIRA; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente**: Hemorragia Pós-Parto. Rio de Janeiro, 2018, 24p. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/29895/2/HEMORRAGIA%20P%C3%94S-PARTO.pdf>>. Acesso em: abril, 2020.
- KAUARK, F. S.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa**: Um guia prático. Itabuna. Via Litterarum. 2010. 89p. Disponível em: <[http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrodemetodologiadapesquisa2010\\_011120181549.pdf](http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrodemetodologiadapesquisa2010_011120181549.pdf)>. Acesso em: abril, 2020.
- MÁCEA, J. F.; MÁCEA, M. I. M. Ruptura de vasos prévios: relato de caso. **RBGO**. v.23, n.7, p.465-468, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbgo/v23n7/11326.pdf>>. Acesso em: abril, 2020.
- MATOSO, L.M.L.; LIMA, V.A. Assistência de enfermagem em urgência e emergência obstétrica: um estudo bibliométrico. **Rev. Aten. Saúde**. v.17, n.61, p.65-73, 2019. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/view/5913](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/5913)>. Acesso em: abril, 2020.
- PARANÁ. Secretaria Estadual de Saúde. **Caderno de atenção ao pré-natal alto risco**. 2015. 44p. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/pdf5.pdf>>. Acesso em: abril, 2020.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.** v.10, n.1, p.53-66, 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em: abril 2020.

SANTOS, Y.A.P. et al. Papel do enfermeiro no acolhimento à gestante nos serviços de urgência obstétrica: revisão integrativa da literatura. **International Nursing Congress Theme: Good practices of nursing representations In the construction of society.** 2017. Disponível em:

<<https://eventos.set.edu.br/index.php/cie/article/view/5491/2096>>. Acesso em: abril 2020.

## ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO, TRATAMENTO, CUIDADOS PALIATIVOS DO CÂNCER DE MAMA

Éllisan Ferrugine Brozzio Nunes<sup>1</sup>  
Mayara Martins Turini<sup>1</sup>  
Thais Soares de Almeida<sup>1</sup>  
Monara Souza Vieira Grobério<sup>2</sup>

<sup>1</sup>.Acadêmicos de Enfermagem da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - MULTIVIX

<sup>2</sup>.Professora Orientadora da Faculdade Multivix Nova Venécia, Especialista em Saúde da Família, Especialista em Saúde do trabalhador, especialista em Didática do Ensino Superior.

### RESUMO

Atualmente o câncer de mama está entre os cânceres mais comuns, e o 5º com maior índice de mortalidade, aumentando significativamente depois dos 50 anos. Não existe um fator específico que comprove sua causa, mas, alguns fatores ambientais, hormonais e genéticos, podem favorecer o risco de adquirir a doença. É importante que a mulher conheça os sintomas, para que consiga detectá-los precocemente e possa começar o tratamento. A descoberta da doença causa grande impacto na vida da mulher, e as redes de apoio são necessárias para minimizar os prejuízos psicológicos, sendo que a assistência de enfermagem adequada durante o tratamento e reabilitação, em conjunto com a troca de confiança com a paciente, pode influenciar no enfrentamento dessa patologia. O presente artigo tem como objetivo geral abordar a importância da assistência de enfermagem na prevenção, tratamento e cuidados paliativos do câncer de mama. Especificamente explicar sobre a prevenção e atuação do enfermeiro no câncer de mama, abordar o tratamento do câncer de mama, descrever os cuidados paliativos a clientes com câncer de mama, discorrer os cuidados com o membro homolateral e ressaltar sobre o estado emocional e psicológico da mulher durante esse processo. Trata-se de uma pesquisa com o tema saúde da mulher, sendo um trabalho exploratório e qualitativo, com o método de revisão bibliográfica. Os dados serão analisados pelo pesquisador juntamente com o professor orientador de forma ética, conforme preconiza a resolução 196 do conselho nacional de saúde.

**Palavras-Chave:** Enfermagem. Prevenção. Tratamento. Câncer de mama.

### ABSTRACT

Currently, breast cancer is among the most common cancers, and the 5th with the highest mortality rate, increasing significantly after age 50. There is no specific factor that proves its cause, but some environmental, hormonal and genetic factors may favor the risk of acquiring the disease. It is important that the woman knows the symptoms, so that she can detect them early and start treatment. The discovery of the disease has a great impact on women's lives, and support networks are necessary to minimize psychological damage, and adequate nursing care during treatment and rehabilitation, together with the exchange of trust with the patient, can influence in coping with this pathology. This article aims to address the importance of nursing care in the prevention, treatment and palliative care of breast cancer. Specifically, explain about the prevention and role of nurses in breast cancer, address the treatment of breast cancer, describe palliative care for clients with breast cancer, discuss care for the homolateral limb and emphasize the emotional and psychological state of women during this process. This is a research with the theme of women's health, being an exploratory and qualitative work, with the method of bibliographic review. The data will be analyzed by the researcher together with the guiding professor in an ethical manner, as recommended by resolution 196 of the national health council.

**Keywords:** Nursing. Prevention. Treatment. Breast cancer.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda o tema câncer de mama, com ênfase no tratamento, cuidados paliativos, reabilitação e prevenção.

O câncer de mama é uma doença causada pela multiplicação desordenada de células da mama. Esse processo gera células anormais que se multiplicam, formando um tumor. Há vários tipos de câncer de mama. Por isso, a doença pode evoluir de diferentes formas. Alguns tipos têm desenvolvimento rápido, enquanto outros crescem mais lentamente. Esses comportamentos distintos se devem a características próprias de cada tumor. (BRASIL, 2020, sp.)

Marx e Figueira (2017, p.65), complementam as funções celulares de proliferação e diferenciação, decorrente de várias alterações genéticas, culminando em transformação maligna.

Câncer de mama é o tipo de câncer mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil, depois do câncer de pele não melanoma. O câncer de mama responde, atualmente, por cerca de 28% dos casos novos de câncer em mulheres. O câncer de mama também acomete homens, porém é raro, representando menos de 1% do total de casos da doença. Relativamente raro antes dos 35 anos, acima desta idade sua incidência cresce progressivamente, especialmente após os 50 anos. Estatísticas indicam aumento da sua incidência tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Existem vários tipos de câncer de mama. Alguns evoluem de forma rápida, outros, não. A maioria dos casos tem bom prognóstico. (BRASIL, 2020, sp.)

Não existe um fator específico que comprove a causa do câncer de mama, porém existem fatores ambientais, hormonais e genéticos que podem favorecer o risco. Manter o peso corporal adequado, praticar atividades físicas regularmente, hábitos de alimentação saudável, evitar o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco, evitar exposição frequente a radiação, realizar terapia de reposição hormonal (TRH) o mínimo de tempo necessário, e em caso de filhos, a amamentação, são alguns dos fatores que podem ajudar a reduzir o risco da doença. (BRASIL, 2020)

O sintoma mais comum e que muitas vezes a própria mulher é que descobre, é o aparecimento de nódulos. Por isso é importante que a mulher se toque, conheça seu corpo, saiba o que é normal e fique atenta a qualquer sinal suspeito, como: secreção, inversão do mamilo, presença de nódulos,

hiperemia, edema, dor, descamação e linfonodos na axila. Caso observe algum desses sinais é necessário procurar a Unidade Básica de Saúde, para investigação e detecção precoce da doença. Esses sinais também podem ocorrer em doenças benignas da mama. (BRASIL,2020)

Se a doença for diagnosticada é necessário que se inicie o tratamento, que serão realizados conforme o tipo e o estágio da doença. A lei 12.732, estabelece que o início do tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), seja iniciado até 60 dias após o diagnóstico confirmado de neoplasia maligna, embora muitas vezes esse prazo não seja cumprido, devido a diversos fatores. (BRASIL, 2012)

Marx e Figueira (2017, p.64), afirmam que:

A importância do câncer de mama não reside apenas nos aspectos de saúde pública. A doença e o seu tratamento afetam a imagem pessoal e a sexualidade feminina e apresentam elevado impacto social e econômico, pois atingem muitas vezes mulheres em idade fértil, formadoras de famílias e economicamente ativas.

Sendo assim, a descoberta da doença causa grande impacto na vida da mulher, necessitando de redes de apoio para ajudá-la a enfrentar essa fase delicada, dolorosa e que desencadeia na maioria das vezes acentuado sofrimento psicológico, sendo também de grande relevância posteriormente no processo de reabilitação.

O presente estudo insere-se na área de saúde da mulher sendo um trabalho exploratório e qualitativo. A presente pesquisa trata-se de um estudo embasado em pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. (GIL, 2018, p.27)

A pesquisa tem como fonte secundária, sendo material de pesquisa embasado em matérias previamente analisados e publicados.

Os dados utilizados na elaboração do projeto serão coletados mediante livros, artigos científicos periódicos que abordam o tema delimitado.

A pesquisa tem como objetivo geral abordar a importância da assistência de enfermagem na prevenção, tratamento e cuidados paliativos do câncer de mama. E como objetivos específicos: Explanar a prevenção e atuação do enfermeiro no câncer de mama; Abordar o tratamento do Câncer de mama; Abordar os cuidados paliativos a clientes com câncer de mama; Discorrer os cuidados com o membro homolateral; Ressaltar os aspectos psicossociais da mulher.

A justificativa para a realização desta pesquisa baseia-se no desejo de abordar o tema câncer de mama, explanar a prevenção, o tratamento, cuidados paliativos e reabilitação do cliente, demonstrar o processo psicossocial, e abordar a importância da assistência de enfermagem prestada.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 PREVENÇÃO E ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CÂNCER DE MAMA**

Existem vários fatores de risco que podem levar uma pessoa a desenvolver um câncer de mama. Dentre eles têm-se: idade, fatores endócrinos ou história reprodutiva, fatores comportamentais ou ambientais e fatores genéticos/hereditários. (BRASIL, 2020).

Pode-se observar que nos fatores de riscos existem os fatores mutáveis e os não mutáveis. Os não mutáveis, não tem como fazer uma prevenção, pois são fatores que independentemente do estilo de vida do paciente, não irão mudar, já os fatores mutáveis, podem ser influenciados pelos hábitos de vida do cliente, ou seja, pode ser realizado uma prevenção dos mesmos.

Pode-se citar como exemplo de fator mutável/preventivo, os fatores comportamentais ou ambientais:

Incluem ingestão de bebida alcoólica, sobrepeso e obesidade após a menopausa e exposição à radiação ionizante (tipo de radiação presente na radioterapia e em exames de imagem como raios X, mamografia e tomografia computadorizada). O tabagismo é um fator que vem sendo estudado ao longo dos anos, com resultados contraditórios quanto ao aumento do risco de câncer de mama. Atualmente há alguma evidência de que ele aumenta também o risco desse tipo de câncer. (BRASIL, 2020, sp.)

Dentro das prevenções relacionadas a medidas gerais ou do estilo de vida, destacam-se:

menopausa ou em idade mais jovem nas portadoras de mutação de BRCA 1 e 2; □ consumo de álcool: recomenda-se a ingestão máxima de 1 dose/dia;

- atividade física: 5 ou mais horas de atividade física/semana estão associadas a uma redução de 38% no risco de câncer de mama;
- tabagismo: também ainda controverso. Existem estudos mostrando proteção e outros mostrando discreto aumento de risco. Alguns estudos indicam que quanto mais cedo iniciado o consumo, maior a associação com o aumento do risco;
- dieta específica: não existem estudos que comprovem a eficácia de qualquer dieta específica (p.ex., pobre em gorduras) como fator protetor para o câncer de mama;
- vitamina D: estudos recentes mostram associação entre níveis adequados de vitamina D e redução do risco do câncer de mama; □ contraceptivos hormonais: discreto aumento após 10 anos de uso nas formulações antes de 1975 (com mais de 30 mcg de etinilestradiol). Meta -controle desde 1980 mostrou um aumento no risco relativo de 1,19 (IC 95% 1,09 – 1,29). No entanto, os riscos não superam os benefícios. O anticoncepcional oral reduz o risco de câncer de ovário e não aumenta o risco de câncer de mama em portadoras de mutação do BRCA 1 e 2 (IODICE et al., 2010 apud MARX; FIGUEIRA, 2017, p. 25).

Como prevenção secundária, tem-se o autoexame das mamas. Este deve ser realizado uma vez por mês, dando preferência ao 7º dia após o início da menstruação para as mulheres que menstruam, já as que estão na menopausa ou retiraram o útero, podem escolher qualquer dia do mês.

(BARRIOS et al, 2013.)

Como deve ser realizado o autoexame das mamas:

1. Ficar em pé, com os braços soltos ao lado do corpo, com a coluna reta, olhando de frente para o espelho, deve-se observar as mamas com atenção à forma, à cor e à textura da pele e verificar se há marca do sutiã em somente uma das mamas, pois isso pode significar que essa mama está inchada. As mesmas observações devem ser feitas com as mãos na cintura e com os braços elevados atrás da cabeça.
2. Tocar as mamas, de preferência no banho e ensaboadas, para que os dedos deslizem mais facilmente. Ficar com a coluna reta e colocar o braço atrás da nuca, com a ponta dos dedos, e, de forma delicada, mas firme, deve-se percorrer todas as áreas da mama em movimentos circulares de fora para dentro, procurando por alterações na pele ou caroços. Usar a mão direita para examinar a mama esquerda e vice-versa. As axilas também fazem parte do autoexame das mamas, devendo ser examinadas da mesma forma. O mesmo autoexame das mamas e axilas deve ser feito na posição deitada de costas, colocando um travesseiro embaixo do ombro direito e, com a mão esquerda, examinando toda a mama e axila

direita. Depois, o processo deve ser invertido, fazendo o mesmo com a mama e axila opostas. Por último, apertam-se delicadamente os mamilos, observando se sai algum líquido. (BARRIOS et al, 2013, p.32-33)

A atuação do enfermeiro na prevenção do câncer de mama é realizada basicamente de duas formas: na educação em saúde e no exame clínico das mamas.

Na educação em saúde, o enfermeiro irá orientar o paciente sobre as medidas gerais e estilo de vida a serem tomadas para que ocorra a prevenção, mostrando quais são os fatores de risco que podem ser evitados, como por exemplo, a obesidade, o consumo de álcool, o tabagismo, etc.

Na consulta de enfermagem, o enfermeiro irá realizar o exame clínico das mamas, que tem como objetivo a detecção precoce do câncer de mama. Aproveita-se a oportunidade neste momento, para a orientação do autoexame das mamas. (FERNANDES; NARCHI, 2012)

[...] para a detecção precoce do câncer de mama, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) recomenda a realização do exame clínico das mamas anualmente, para todas as mulheres a partir de 40 anos de idade. No entanto, enfatiza que, por tratar-se de um procedimento que faz parte da assistência integral à saúde da mulher, deve ser realizado em todas as consultas clínicas, independente da faixa etária. (FERNANDES; NARCHI, 2012, p. 114)

A SAE permite ao enfermeiro coordenar a assistência prestada, identificando as necessidades do paciente, até a sua reabilitação. A SAE consiste em cinco fases, sendo elas: levantamento de dados (coleta de dados), diagnóstico de enfermagem (os dados coletados deverão ser agrupados e interpretados para a tomada de decisão), planejamento (determinação de resultados que se espera alcançar), implementação (realização das ações ou intervenções determinadas) e avaliação (processo contínuo de verificação de mudanças nas respostas do usuário em tratamento oncológico, para determinar se as ações ou intervenções de enfermagem alcançaram os resultados esperados, nela verifica-se a necessidade de mudanças ou adaptações nas etapas do Processo de Enfermagem). Sendo assim, através da SAE, o enfermeiro pode utilizar seu raciocínio clínico para identificar e levantar problemas e ajudar na escolha da melhor decisão. A

implementação da SAE deve ocorrer em todos os ambientes em que seja realizado o cuidado de enfermagem. (COFEN, 2009, sp.)

Em virtude das Leis e resoluções que estabelecem que algumas funções são privativas do enfermeiro ressalta-se a determinação da assistência sistematizada através da lei 7.498/86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem. Destaca-se no art. 11º, que, dentre as atividades exclusivas do enfermeiro, estão suas responsabilidades no tocante ao planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de enfermagem, bem como na consulta e na prescrição da assistência de enfermagem. (NASCIMENTO et al., 2012, sp).

## 2.2 TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA

O tratamento do câncer de mama difere-se a cada caso. Após o diagnóstico, o tratamento é avaliado e iniciado conforme o estágio da doença e as características do tumor. Também é importante que as condições de cada paciente sejam avaliadas.

Os tratamentos podem variar desde cirurgias, até radioterapia, quimioterapia, hormonioterapia e terapia biológica.

Nas fases iniciais, considerado os estágios I e II, o mais comum é a retirada do tumor através de cirurgia, com possibilidade de retirada somente do tumor, ou realizado mastectomia parcial ou total. Após a cirurgia é avaliado o complemento com radioterapia. O tratamento sistêmico será indicado após a avaliação de risco de a doença retornar, também é considerado o tipo e tamanho do tumor, idade do paciente e se existe algum comprometimento dos linfonodos axilares. A reconstrução mamária em caso de mastectomia é de extrema relevância para que seja possível reduzir os danos emocionais e físicos ocasionados pelo tratamento e pela cirurgia. (BRASIL, 2012)

O estágio III, são tumores que se encontram localizados e maiores que 5 cm. Nesses casos o tratamento sistêmico é o indicado inicialmente. Após a redução do tumor pela quimioterapia é indicado cirurgia e radioterapia. (BRASIL, 2020)

Durante o tratamento é relevante que o enfermeiro esteja presente, realizando o acolhimento do paciente e da sua família, sanando dúvidas e medo.

Cumpra destacar que o tratamento do câncer pode ser prolongado, muitas vezes doloroso, limitante, e provocar mudanças significativas na vida pessoal, profissional e social de quem está doente e também de seus familiares e amigos, o que certamente requer uma rede de atenção que permita ao paciente dar seguimento ao seu tratamento. Estes aspectos estão destacados na Política Nacional de Atenção Oncológica, caracterizando a Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Câncer, além de se configurarem como evidências em muitos estudos desenvolvidos por enfermeiros que atuam em oncologia no Brasil. (SILVA; CRUZ, 2011, sp.)

### 2.3 CUIDADOS PALIATIVOS A CLIENTES COM CA DE MAMA

Cuidados paliativos são cuidados prestados a pacientes que portam uma doença sem possibilidade de cura ou que ameaça a vida, visando uma melhor da qualidade de vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento. Os cuidados paliativos não são para encurtar ou prolongar a vida, mas para aumentar a qualidade de vida do tempo restante.

Os cuidados paliativos não são para tratar o paciente, tendo em vista que para se iniciar o cuidado paliativo é necessário que o paciente entenda que o mesmo irá proporcioná-lo uma melhor qualidade de vida, trazendo assim benefícios por meio da prevenção e alívio dos sintomas. Os cuidados paliativos são para ajudar o paciente a viver bem, com a perspectiva de cuidar e não somente curar. O profissional de enfermagem deve ter uma formação paliativista para exercer o cargo, pois ele exige técnicas, onde o profissional deve comunicar-se de forma transparente e compassiva, promovendo conforto para o paciente e seus familiares.

Os cuidados paliativos do CA de mama seguem os princípios gerais, que são:

- Fornecer alívio para dor e outros sintomas estressantes como astenia, anorexia, dispnéia e outras emergências oncológicas.
- Reafirmar vida e a morte como processos naturais.
- Integrar os aspectos psicológicos, sociais e espirituais ao aspecto clínico de cuidado do paciente.
- Não apressar ou adiar a morte.
- Oferecer um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com a doença do paciente, em seu próprio ambiente.
- Oferecer um sistema de suporte para ajudar os pacientes a viverem o mais ativamente possível até sua morte.

- Usar uma abordagem interdisciplinar para acessar necessidades clínicas e psicossociais dos pacientes e suas famílias, incluindo aconselhamento e suporte ao luto. (BRASIL, 2018, sp.)

A maioria dos cuidados paliativos são oferecidos em casa, onde o paciente pode ficar mais confortável.

## 2.4 CUIDADOS COM O MEMBRO HOMOLATERAL

O linfedema é o acúmulo de líquido linfático no tecido adiposo, ocasionando inchaço. O câncer e seus tratamentos é uma de suas causas, devido provocar danos no sistema linfático normal, sendo uma das principais sequelas decorrentes do tratamento cirúrgico do câncer de mama. Quando é ocasionado por doenças é conhecido como linfedema secundário. (BRASIL, 2015)

O linfedema pode apresentar como sintomas: aumento do volume do membro, alteração das propriedades mecânicas da pele, alterações sensitivas, predisposição à infecções sistêmicas e locais, desenvolvimento de doenças malignas secundárias, rigidez e diminuição na amplitude de movimento e, conseqüentemente, diminuição da função do membro superior envolvido. Além desses sintomas físicos, a paciente ainda pode apresentar redução da autoestima, problemas com a imagem corporal e aceitabilidade social. (BARROS et al., 2013, sp.)

Após a cirurgia para retirada do tumor é importante que seja realizado avaliação constante do membro homolateral, observando aspecto e coloração da pele e alterações ortopédicas, para detecção precoce do linfedema, para que caso for diagnosticado, se inicie o tratamento adequado, pois quando não tratado o edema aumenta progressivamente, podendo ocasionar fibrose e erisipela. (ALMEIDA et al., 2009)

O linfedema é um incômodo físico e emocional para as mulheres mastectomizadas, quando observamos que muitas delas experimentam depressão, ansiedade, e chegam a necessitar de seguimento psicológico ou psiquiátrico. O linfedema pós-mastectomia causa para a paciente, não somente o dano estético, mas também o prejuízo funcional do membro afetado, e sérias conseqüências mentais, levando, ocasionalmente, a condições que ameaçam a vida. O linfedema do membro superior homolateral à cirurgia é uma das mais estressantes experiências para a paciente e pode preceder um linfangiossarcoma. (MAMEDE; PANOBIANCO, 2002, sp.)

É necessário que os profissionais de enfermagem realizem as devidas orientações sobre os cuidados a serem tomados, enfatizando a importância de utilizar essas estratégias, a fim de evitar graves consequências.

O linfedema pode aparecer no período de até três meses após a cirurgia, causando transtornos físicos e emocionais. (MAMEDE; PANOBIANCO, 2002, sp.)

Além da fisioterapia, diversos cuidados importantes devem ser orientados, tais como: evitar uso de alicates ou instrumentos perfuro-cortantes; carregar objetos pesados no lado da cirurgia e deitar sobre o lado operado; evitar o uso de roupas apertadas; apertar o braço do lado operado, com relógios, pulseiras, anéis, incluindo aferição da pressão arterial; movimentos bruscos, repetidos e de longa duração; evitar traumatismo cutâneo, como cortes, arranhões, picadas de insetos, queimaduras e depilação da axila, para prevenir a porta de entrada de microorganismos, evitando assim infecções; exposição excessiva ao sol e calor; é indicado banhos com água morna ou fria; automassagem; manter a pele bem hidratada; uso de desodorante sem álcool, pois o álcool resseca a pele; uso de luvas de proteção ao realizar as atividades do lar e intervalos para descanso durante a execução de atividades rotineiras. (ALMEIDA et al., 2009)

## 2.5 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA MULHER COM CÂNCER DE MAMA

A partir da descoberta do câncer de mama, a mulher passa por diversos sentimentos, como: medo, tristeza, stress, angústia e ansiedade. Ao iniciar o tratamento esses sentimentos podem aumentar, a insegurança, a vergonha de aparecer em sociedade e a não aceitação, podem ser somados, podendo provocar depressão e isolamento.

O diagnóstico e os tratamentos para o câncer de mama afetam a sexualidade da mulher, tanto na dimensão física quanto emocional. Muitas mulheres precisam de auxílio para superar o trauma da doença e do tratamento e para retomar a prática da sexualidade de forma plena. (FERREIRA et al., 2013, sp.)

A descoberta dessa neoplasia pode abalar intensamente a identidade da mulher, dado a mama ser um órgão que está relacionado a feminilidade, ao prazer, sensualidade, diferença de sexos, sexualidade, além de estar intensamente ligada a maternidade, uma vez ser fonte de alimento para o bebê. (RAMOS; LUSTOSA, 2009, sp.)

O tratamento precisa ser encarado de forma positiva. É preciso que as representações envolvidas no câncer sejam reformuladas, de forma que ao defrontar com a doença, a mulher consiga compreender que existem tratamentos eficazes para isto, e que pode ter a sua qualidade de vida de forma satisfatória. (VIEIRA; LOPES; SHIMO, 2007, p. 315 apud RAMOS; LUSTOSA, 2009, sp.)

A rede de apoio para essa mulher é de suma importância para que ela consiga enfrentar as fases do tratamento e da reabilitação com mais facilidade, e maior confiança. A religião, sendo praticada pela mulher, também pode ser considerada como rede de apoio, a fim de facilitar a aceitação da doença. A empatia dos profissionais de saúde com a paciente e a troca de confiança também pode influenciar no enfrentamento da patologia.

O diagnóstico e o tratamento do câncer de mama, muitas vezes, afastam a paciente de suas relações sociais. Além do desânimo para fazer visitas e passeios, a mulher ocupa grande parte de seu dia nos hospitais, durante o período do tratamento. E, justamente, por estar tão presente na vida da paciente, é que a equipe de saúde deve estar ciente de sua função de apoio. (HOFFMANN; MULLER; FRASSON, 2006, p.12)

Torna-se imprescindível a elaboração de um plano de cuidados para essa mulher, com atuação direta nas questões de sexualidade. Essa assistência deve ser estendida aos parceiros que precisam ser estimulados a estarem próximos da mulher e a participarem de todo o processo, uma vez observada a importância de tal apoio. A enfermagem precisa reconhecer no parceiro sexual um suporte e trabalhar com as dificuldades encontradas por eles, ao lidarem com a doença da sua parceira, tornando-os elementos de apoio durante a reabilitação. (FERREIRA et al., 2013, sp.)

A tomada de decisões e ações para resolução dos problemas identificados, são executados em grande parte dos casos pela equipe de enfermagem. Por isso é importante que ao realizar esse planejamento, a equipe investigue e realize o planejamento de maneira coerente com as condições e valores pessoais da mulher com o câncer e de sua família, devido

ser nesse cenário que a situação da doença será vivenciada. (SILVA; CRUZ, 2011)

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos dados apontados pela pesquisa bibliográfica, o profissional de enfermagem desempenha um papel significativo dentro do tratamento do câncer de mama. Não só no que diz respeito aos aspectos físicos da doença, mas também como um apoio para os aspectos emocionais que essa enfermidade traz ao paciente. O câncer, além das dores e angústia, causa desestabilidade na vida da mulher e das pessoas que a cercam, família, amigos, etc. Muda radicalmente todo o seu estilo de vida, seus planos e projetos. A forma de lidar com a situação é diferente para cada indivíduo, pois, cada um tem sua subjetividade e particularidades, é fato que os danos causados pela doença podem cessar rapidamente, mas também podem perdurar por mais tempo.

Considerando esses fatores a equipe de enfermagem deve estar preparada para lidar com as adversidades que são ocasionadas pela doença. Manter uma boa relação profissional-paciente, contribuir no processo clínico, no processo psicológico do sujeito e também na adesão do paciente ao tratamento. Mediante dessa situação é de extrema importância que o profissional de enfermagem esteja preparado e capacitado para a compreensão das extensões subjetivas que essa área propõe.

Poucos profissionais consideram os anseios, as preocupações e o sentimento de baixa autoestima. Como foi abordado neste trabalho, uma das formas de tratamento para o câncer de mama é a mastectomia, que é a retirada parcial ou total da mama, dependendo do quão, avançado está o tumor. Isso pode contribuir para que a mulher não se sinta confortável com seu próprio corpo e que não dispõe mais da sua sexualidade.

Para que haja uma boa interação entre o enfermeiro e a paciente, as práticas assistenciais devem ser usadas cada vez mais. Deve-se estender o plano de cuidados também para os parceiros dessas mulheres, pois é preciso

que eles também entendam todo o processo pela qual, sua companheira está passando. Essa iniciativa pode colaborar em uma melhor adesão do tratamento por parte da paciente.

Com isso verifica-se que o profissional de enfermagem é uma peça importante para a prevenção e tratamento do câncer de mama. Pois são os enfermeiros que irão orientar sobre os sintomas, os cuidados que se devem ter, oferecer o acolhimento das pessoas envolvidas e participar ativamente em todo processo clínico. Seu papel é sem dúvida muito importante, sem desconsiderar também a importância de todos os profissionais da saúde. Pois só assim pode-se contribuir de fato na vida das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria et al. Estudo da adesão as estratégias de prevenção e controle do linfedema em mastectomizadas. **Rev. Anna Nery de Enfermagem**; São Paulo, v. 13, n. 1, 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ean/v13n1/v13n1a22.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2020

BARRIOS, Carlos Henrique Escosteguy, et al. **Tudo o que você sempre quis saber sobre o câncer de mama**: Grupo Brasileiro de estudos do câncer de mama (GBECAM). 1ed., Barueri, SP: Manole, 2013.

BARROS, Vanessa Mundim e et al. Linfedema pós-mastectomia: um protocolo de tratamento. **Rev. Fisioterapia e Pesquisa**; São Paulo, v.20, n.2, 2013. Disponível em:<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S18092950201300020013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18092950201300020013)> Acesso em: 11 abr. 2020.

BRASIL. Câncer de mama. **Instituto Nacional de Câncer**, 2020. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Câncer de mama: sintomas, tratamentos, causas e prevenção. **Blog do ministério da saúde**. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/saudede-a-z/cancer-de-mama>> Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Cancer. Cuidados Paliativos para o Câncer de Mama. **Instituto Nacional do Câncer**, 2018. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/en/node/1212>> Acesso em: 02 abr. 2020.

COFEN. Resolução Cofen-358/2009. **Conselho Federal de Enfermagem**. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009\\_4384.html](http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html)> Acesso em: 09 nov. 2020.

FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nádia Zanon. **Enfermagem e saúde da mulher**. 2ed., Barueri, SP: Manole, 2012.

FERREIRA, Simone Mara de Araújo et al. A sexualidade da mulher com câncer de mama: análise da produção científica de enfermagem. **Rev. Texto e Contexto**; Florianópolis, v.22, n.3, 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010407072013000300033](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072013000300033)> Acesso em: 08 abr. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ed., São Paulo: Atlas, 2018.

HOFFMANN, Fernanda Silva; MULLER, Marisa Campio; FRASSON, Antônio Luiz. Repercussões psicossociais, apoio social e bem-estar espiritual em mulheres com câncer de mama. **Rev. Psicologia Saúde e Doenças**; Porto Alegre, v.7, n.2, 239-254, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v7n2/v7n2a07.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2020.

MARX, Ângela Gonçalves; FIGUEIRA, Patrícia Vieira Guedes. **Fisioterapia no câncer da mama**. Barueri, SP: Manole, 2017.

NASCIMENTO, Luzia Kelly Alves da Silva et al. Sistematização da assistência de enfermagem a pacientes oncológicos: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, vol. 33, n.1, 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198314472012000100023](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198314472012000100023)> Acesso em: 02 mai. 2020.

PANOBIANCO, Marislei Sanches; MAMEDE, Marli Villela. Complicações e intercorrências associadas ao edema de braço nos três primeiros meses pós-mastectomia. **Rev. Latino Americana de Enfermagem**; Ribeirão Preto, v.10, n.4, 2002. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010411692002000400012%20b](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692002000400012%20b)> Acesso em: 20 abr. 2020.

RAMOS, Bianca Figueiredo; LUSTOSA, Maria Alice. Câncer de mama feminino e psicologia. **Rev. SBPH**; Rio de Janeiro, v.12, n.1, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151608582009000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582009000100007)> Acesso em: 22 abr. 2020.

ROSSI, Leandra; SANTOS, Manoel Antônio. Repercussões psicológicas do adoecimento e tratamento em mulheres acometidas pelo Câncer de Mama. **Rev. Psicologia Ciência e Profissão**; São Paulo, v. 23, n.4, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a06.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2020.

SILVA, Rita de Cássia Velozo da; CRUZ, Enêde Andrade da. Planejamento da assistência de enfermagem ao paciente com câncer: reflexão teórica sobre as dimensões sociais. **Rev. Anna Nery**; Rio de Janeiro, v.15, n.1, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141481452011000100025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452011000100025)> Acesso em: 13 abr. 2020.

## TRÁFICO DE PESSOAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA JURÍDICA BRASILEIRA

Amanda Silva Costa<sup>1</sup>  
Barbara Almeida Barros<sup>2</sup>  
Luana Schraiber da Silva<sup>3</sup>  
Thiago Gomes Bittencourt<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho trata do tema Tráfico de Pessoas ao redor do mundo, considerando a ótica jurídica nacional, bem como os direitos humanos, enfatizando as providências e os meios de intervenções dos estados e da sociedade para o combate do mesmo. Tendo como objetivo uma discussão jurídica, observando os preceitos adotados na legislação, as formas de prevenções aplicadas, mas também com ênfase a proporcionar os reais direitos e garantias, para o fim de combater a exploração sexual e escravidão dos seres humanos. Ao longo desse projeto, mesmo com as políticas públicas já aplicadas, percebe-se que ainda tem muito o que ser feito, principalmente na atuação estatal com programas de conscientização da sociedade.

**Palavras-Chave:** Tráfico de pessoas. Ótica Jurídica Nacional. Direitos Humanos.

### ABSTRACT

This paper deals with the topic of Trafficking in Persons around the world, considering the national legal perspective, as well as human rights, emphasizing the measures and means of interventions of states and society to combat it. Aimed at a legal discussion, observing the precepts adopted in the legislation, the forms of prevention applied, but also with emphasis to provide the real rights and guarantees, in order to combat sexual exploitation and slavery of human beings. Throughout this project, even with the public policies already applied, it can be seen that there is still a lot to be done, especially in the state action with programs to raise awareness of society.

**KeyWords:** Trafficking in persons. National Legal Optics. Human rights.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o crime de tráfico de pessoas, com intuito de exploração sexual e escravidão, representa um problema mundial e de natureza multidisciplinar, além de ter assumido grandes proporções nos últimos anos. Tendo isso em vista, o presente projeto busca desenvolver análises gerais para a melhor compreensão deste peculiar tema.

Devido à sofisticação com que esse crime tem se apresentado, o mesmo ganhou grande repercussão tanto âmbito nacional quanto no internacional, merecendo destaque ainda no que tange à sua gravidade. Normalmente, os perfis das vítimas são mulheres e crianças, que são retiradas de sua terra de

---

<sup>1,2,3</sup> Graduandas em Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia – Multivix.

<sup>4</sup> Professor Orientador de Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia – Multivix

origem sem chance de retornarem aos seus lares.

Considerada como uma das mais graves infrações aos direitos humanos é um formato de escravidão moderna onde os criminosos adquirem colossais lucros, abusando da vulnerabilidade das pessoas, com o fim de obtenção de vantagem sexual, trabalhos forçados e até mesmo retirada de órgãos para vendas.

Os meios aplicados pelos traficantes para a comercialização de pessoas possuem as mais diversas formas, entretanto, as duas principais são: a contraproposta de um emprego bem recompensado e a chance de poder melhorar de vida em um país mais desenvolvido.

Todavia, a realidade em boa parte dos acontecimentos é completamente oposta. Vitimados são ludibriados e coagidos a trabalharem em prostíbulos ou sob condição de semiescravidão em outros aspectos que não sejam sexuais.

Deste modo, pode-se alegar que as principais circunstâncias que influenciam na propagação do dito crime, consistem na miséria de muitos, incluindo a ausência de chances para o trabalho e renda; a discriminação; a falha na aplicação das leis; bem como a carência de positivação dos direitos nos ordenamentos nacionais ou o baixo aproveitamento aos preceitos internacionais dos direitos.

Isto posto, em virtude da má fiscalização dos sistemas e outros diversos problemas citados anteriormente, é necessário tomar atitudes para a repressão desse crime, não somente prevenindo, mas também aplicando sanções aos traficantes. Pois, apesar do posicionamento e do engajamento das comunidades nacionais e estrangeiras no combate ao tráfico de pessoas ainda há muito o que ser feito.

Logo, a reflexão aqui feita dará evidência ao peculiar delito, apresentando sua dimensão no mundo globalizado e sua semelhança com o crime preparado, abordando, aspectos relativos à temática, como a sua procedência, seu crescimento, suas características de caráter geral, os modelos de enfrentamento, documentos atinentes ao tema e as alterações ocasionadas na legislação brasileira.

Baseou-se a pesquisa em método de apreciação da legislação vigente,

notadamente a Constituição Federal de 1988; o Código Penal Brasileiro; a lei n.º 12.850/2013; lei n.º 13.344/2016; bem como o Protocolo de Palermo que se refere ao “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças”.

Do mesmo modo, foi realizada na elaboração desse projeto, pesquisa bibliográfica documental em livros e artigos, assim como doutrinas e sites da internet e foi analisada a legislação brasileira sobre o tema.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa foi classificada em exploratória, tendo em vista que planeja uma apreciação dos porquês que levam ao tráfico de pessoas, observando o desenvolver-se da lei em detrimento ao tráfico humano. De acordo com Gil (2008, p. 27):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Os métodos utilizados para a investigação foi a pesquisa bibliográfica embasada em estudiosos e pesquisadores a respeito do tema apresentado. Toda pesquisa foi realizada com fundamentos em livros, jornais, revistas, artigos, reportagem, material cartográfico, sites, com o objetivo de aproximar o pesquisador do material já escrito e estudado sobre o tema escolhido.

Para conceituar o que é pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 44) aponta:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora quase em todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Além disso, será trabalhado em cima de textos publicados por instituições atinentes a presente matéria, fazendo a pesquisa em livros e artigos de pesquisadores e estudantes. Assim, para Gil (2008, p. 50):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos

muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Quanto à pesquisa bibliográfica, esta será desenvolvida principalmente nos autores Paulo César Carbonari (2007), Danilo Cardoso Pereira (2017), Iraíldes Caldas Torres (2012), Marcel Theodoor Hazeu (2006), Márcia Maria de Oliveira (2012), Antônio Carlos Gil (2002).

A coleta de dados ajuda a analisar ponto a ponto os fatos ou fenômenos que estão ocorrendo em uma organização, sendo o ponto de partida para a elaboração e execução de um trabalho. Para a elaboração de uma pesquisa com tema e delimitações já determinados, o próximo passo é a coleta de dados e informações.

Também serão utilizadas, ainda, como fontes secundárias, a legislação vigente e seus respectivos artigos a conceito do tráfico de indivíduos para fins de exploração. Sobre as fontes Cervo (2002), define as fontes primárias e secundárias como:

Fontes Primárias são constituídas por obras ou textos originais, material, ainda não trabalhado sobre determinado assunto. As fontes secundárias referem-se a determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas.

O tipo e a quantidade de dados a serem coletados dependem da natureza do estudo e dos objetivos da pesquisa. Assim, para a realização da pesquisa foi fundamental usar instrumentos de leitura de textos nos materiais de pesquisa já citados, sobre o assunto para encontrar respostas para o problema e informações, as quais estão a seguir.

### **3 DO TRÁFICO DE PESSOAS**

#### **3.1 O ENTENDIMENTO ACERCA DO TRÁFICO DE PESSOAS**

O tráfico de pessoas é um crime cometido há muitos séculos, essa prática detestável vem sendo realizada ao longo dos anos em diversos países

do mundo. Atualmente o crime vem aumentando de maneira exorbitante, sendo que depois do tráfico de armas e drogas, o tráfico de pessoas é a terceira maior fonte de lucro do crime organizado.

Dessa forma, o tráfico de pessoas se origina de uma disposição em sentido material, sendo um componente do qual se põe na atualidade como um negócio de forte mecanismo de enriquecimento dos economistas locais e mundiais.

Segundo o artigo 3º alínea “a” do Protocolo de Palermo (2004), constitui “Tráfico de Pessoas”:

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

O fato é que se vive em torno dos verbos transportar, explorar, escravizar e recrutar. Pessoas são enganadas, convencidas por promessas falsas ou até ameaçadas de morte, ficando obrigadas a acatar as ordens dos aliciadores, sofrendo assim, tremenda ruptura de seus direitos humanos. Infelizmente, isso é um fator que vem crescendo a cada dia mais, pelo fato de toda a complexidade, pobreza, fome em excesso por mulheres e crianças exploradas.

Partindo deste pressuposto, pode-se assegurar que em decorrência da vida escassa, as vítimas se deparam a mercê de um trabalho falso, aproveitando assim os aliciadores, da vulnerabilidade, para oferecer-lhes uma vida sem fragilidades e cheia de fama, promessas estas que não serão cumpridas, mas que será paga de forma cruel.

Além do descaso para com as vítimas, os aliciadores aproveitam para transportar armas e drogas, sendo as pessoas comercializadas como tais, um mero objeto, portanto, de certa forma, é favorável aos meliantes a sua posição e os trâmites de comércio deste crime organizado.

Analisando a fragilização das vítimas, não há o que se falar em

consentimento, e irrelevante a sua decisão, os aliciadores as exploram, tendo, portanto, ameaças. Conforme Artigo 2º, § 7º do Decreto nº 5.948/2006: “O consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas”.

“O tráfico de pessoas extrapola, atualmente, o âmbito do privado. Significa dizer que deixou de ser uma dificuldade individual das famílias que se veem inútil frente ao sumiço destas, mas constitui-se num problema social”. (TORRES; OLIVEIRA, 2012, p. 36).

É relevante citar que o Brasil é um país tanto exportador como importador, contudo, por não se ter uma visibilidade, isso acaba gerando uma dificuldade no tocante da denúncia e prevenção. Desde modo, mesmo existentes todas as leis, protocolos e métodos, ainda a muito que ser feito para que esta situação seja sanada.

De acordo com o relatório Global sobre o tráfico de pessoas (2016), quase um terço do total das vítimas do tráfico no mundo são meninos e meninas. O relatório ainda informa que 49% são mulheres, 23% menores de idade, 21% homens e 7% meninos, além de que essa porcentagem está crescendo cada dia mais.

Entre os menores de Idade 72% das meninas são exploradas sexualmente e 21% a trabalhos forçados, enquanto 50% dos meninos sofrem com a escravidão e 27% explorados sexualmente.

Em 2003 foram registrados 21 mil casos, sendo que este número subiu para 25 mil em 2016. Para tentar diminuir esse índice, a organização das nações unidas (ONU), lançou este ano a Ação Global para prevenir e combater o tráfico de pessoas e o Contrabando de Migrantes. Treze países da África, Ásia, Leste europeu e América Latina, incluindo o Brasil, participam.

A Resolução da Assembleia Geral da ONU (1994) definiu o Tráfico de pessoas como:

Movimento ilícito ou clandestino de pessoas através das fronteiras nacionais e internacionais, principalmente de países em desenvolvimento e de alguns países com economia em transição, com o fim de forçar mulheres e crianças a situações de opressão e exploração sexual ou econômica, em benefícios de proxenetas, traficantes e organizações criminosas, assim como outras atividades ilícitas relacionadas com o tráfico de mulheres, por exemplo, o

trabalho doméstico forçado, os casamentos falsos, os empregos clandestinos e as adoções fraudulentas.

Nesse sentido, quando se fala em tráfico de pessoas, ainda só se pensa em prostituição, mas, no entanto, nos últimos anos, além da exploração sexual foram caracterizadas outras atividades ilícitas praticadas pelos aliciadores, como o trabalho forçado ou escravo e também a remoção de órgãos.

### 3.2 O TRÁFICO DE MULHERES E CRIANÇAS

A comercialização de mulheres e crianças, vítimas dos aliciadores, tende que as crianças sofrem juntamente as consequências. Partindo deste pressuposto, é visto que mesmo com as mudanças dos dias contemporâneos, ainda sim essa realidade continua atual na sociedade, sendo a desigualdade um dos principais causadores.

Pesquisas demonstram que as mulheres, as crianças, os adolescentes e as travestis são os principais alvos do delito de tráfico de pessoas, quando a prática tem por fim a exploração sexual. Os tipos de tráfico de pessoas, as vítimas têm em comum o caso de ser, em sua maioria, pessoas jovens de baixa renda, pouca escolaridade, sem oportunidade nem perspectiva de melhoria de história e provenientes de lugares e de regiões vulneráveis. A tese do tráfico de pessoas advém de uma multiplicidade de problemas, gerados pelas diversidades sociais que atinge todos em vulnerabilidade social. Dentre eles está o fator socioeconômico que tem levado muitas das vítimas viverem sem expectativa de vida melhor a qual se encontra fazendo com que a coletividade busque estes meios de garantirem sua sobrevivência na sociedade. (TORRES, 2012).

Desta forma, observando que o tráfico de mulheres e crianças é produzido e reproduzido, sendo de fato, um meio de atividade lucrativa na atualidade, tendo um forte mecanismo de enriquecimento para os aliciadores, abusando da condicionante relação de gênero, visando neste sentido as desigualdades impostas não somente pelos instigantes locais, mas por toda a sociedade.

As crianças e os adolescentes estão entre as vitimais mais visadas pelos aliciadores. O tráfico de crianças tem por objetivo o trabalho forçado, muitas das vezes para se tornarem soldados, para adoção e até para a prática sexual, sendo este o fim mais comum de todas as vítimas de tráfico de pessoas.

“No caso do Amazonas, que há uma população eminentemente indígena, este comércio sexual tem, nesta relação, a sua retroalimentação”. (TORRES, 2012). Outro eixo estruturador é a classe socioeconômica cuja desigualdade social assenta-se em um dos modelos mais perversos de violência.

A região Norte se tornou a maior integrante no caminho do tráfico de pessoas, pois a Amazônia por sua amplitude, e voltando seus olhos para os Estados do Pará e Amazonas, verifica-se que o Pará é uma província mais carente, tendo falta de vários recursos não impostos a estes. A realidade desta região, é que falta instituir novos planos voltados para as vítimas, sendo elas mulheres ou crianças, como apoios e mobilizações contra este ato abusivo. Assim, como Hazeu e Figueiredo (2006, p. 05) cita:

Na Amazônia a mulher sempre foi percebida em segundo plano. Os programas de desenvolvimento, os investimentos, as políticas socioeconômicas sempre foram direcionados para o agronegócio e mineração, que procuram trabalhadores masculinos. A presença da mulher e as questões da sua sobrevivência foram consideradas uma consequência do trabalho masculino.

Nesse sentido, através dos homens pioneiros, trabalhadores de construção, seringueiros, garimpeiros, é que as mulheres entram na Amazônia, para ocupar os serviços desejados pelos aliciadores e traficantes, sendo como, trabalhadoras domésticas, para exploração sexual ou até para um casamento forçado.

Partindo deste pressuposto, e observado a fragilidade das mulheres e da pobreza a qual estão inseridas, sendo, portanto, alvos para o tráfico. Pois, utilizando desta fragilidade, os aliciadores oferecem um mundo melhor, o qual elas poderão realizar seus sonhos, porém será pago um preço muito alto.

Apesar da demanda do tráfico ser uma dificuldade de natureza social, faz-se imprescindível considerar como as pessoas visam uma realidade positiva, os quais não estão inseridos na sociedade atual, sendo um dos motivos principais por que algumas delas se colocam neste mercado, pois visam um padrão de vida que infelizmente é totalmente distorcido pelos aliciadores. O tema tratado aqui aborda a realidade existente em todo mundo,

sendo assim, faz-se necessário implantar políticas públicas para que o domínio público não vede os olhos perante tal situação.

Os postos de trabalho, diante da abundância de mão de obra disponível, passam a exigir, a cada dia, novas qualificações, competência e aperfeiçoamento (embora, muitas vezes, disponíveis), que resultam numa “elitização” de determinadas atividades, ao mesmo momento em que tornam aqueles serviços, para os quais não se requeriam estudos ou conhecimento técnico, cada vez mais raro e mal-remunerados. Isso em ampla parte deve-se à busca constante, por parte das empresas, de reduzir ao máximo os custos de sua produção, o que sempre redundava em demissões, redução salarial e de direitos trabalhistas. São, portanto, fatores que levam ao crescimento de mão de obra desocupada, que, por sua vez, vêm a fomentar a propagação do trabalho escravo. (RELATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS, 2010, p. 25).

O fato da maioria das famílias estarem fragilizadas economicamente faz com que as pessoas sejam induzidas por falsos anúncios que, em muitas ocasiões, são tentadores. Estas são as armas mais vistas neste meio.

Ao fomentar a diversidade social trata-se que é a substancial parcela nesse crime. Contudo, como visto, não é o único. As declarações da tese social, os feitos econômicos e a ausência de oportunidade de serviço, são ingredientes do tráfico pessoas no mundo, sendo um crime que põe em risco os direitos do ser humano, sendo este de ir e vir sem medo.

### 3.3 O PERFIL DAS VÍTIMAS

Segundo Cardoso (2017), grande parcela das vítimas são mulheres, sendo elas as mais valiosas em todo o mundo. Acreditando na possibilidade de uma vida digna na sociedade, tais mulheres aceitam serviços devido às falsas promessas propostas pelos criminosos, porém, conseqüentemente, são recebidas em diversos países de modo ilegal, sendo colocadas apenas como mercadorias à venda para grandes retornos aos traficantes, ficando estas, sem seus documentos, tornando-as escravas de uma exploração, as quais não esperavam.

Pode-se expor que as vítimas deste crime são as que possuem baixa renda, não tem escolaridade, não se tem oportunidade de emprego, ficando

assim interessadas por um pretexto a qual se achavam merecedoras.

Outro fator, seguindo pensamento de Torres e Oliveira (2012), é “a condição socioeconômica das mulheres que possuem baixo nível de instrução, cujos aspectos de pobreza e vulnerabilidade social são comuns entre elas, ficando a mercê do trabalho escravo”.

A cada 100 (cem) mulheres traficadas, 24 (vinte e quatro) delas possuem alguma doença sexualmente transmissível; 3 (três) contraem o vírus HIV; 15 (quinze) ficam grávidas; 26 (vinte e seis) sofrem ataques físicos de seus clientes; 19 (dezenove) são atacadas sexualmente e 9 (nove) sofrem algum tipo de ameaça ou intimidação. (CARDOSO, 2017, p. 8).

A comercialização sexual se configura com a entrada de turista nos países de grande escala, ou seja, muitos dos que adentram neste campo já entram com a intenção de encontrar suas vítimas, sendo que muitas das vezes os aliciadores já conhecem os aspectos das mulheres, crianças e adolescentes dos países de sua procedência, sendo esta uma das armas para esta prática criminosa.

Neste contexto, a proporção quanto ao tráfico para fins de exploração sexual é, sobretudo, um tema de redefinição de forças existente entre blocos econômicos hegemônicos receptores e em um aspecto de mudança na compreensão de leis de mercado entre esses blocos que garantem os Direitos Humanos. (TORRES E OLIVEIRA, 2012).

É nesta ótica, que se mostra a tese social, pois como aponta a Organização Internacional de Trabalho (OIT, 2010) o maior índice de traficadas são as pessoas vulneráveis que buscam uma esperança de vida melhor, buscando encontrar uma saída e o seu prestígio na sociedade.

Salienta que o tráfico só existe porque a demanda dos países mais ricos emana de um serviço barato. Portanto, os direitos destas pessoas são violados.

Segundo Torres e Oliveira (2012), isto se explica “porque o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, em escasso tempo, se tornou o mercado mais lucrativo dos demais que se tem no mundo”.

A começar desta reflexão, salienta adiante que nesse comércio a mulher brasileira é a mais “valorizada”, por possuírem o perfil dos aliciadores. Inúmeras mulheres perdem sua casta de cidadã, por sofrerem abusos sexuais,

tem suas visões de vida interrompidas e sua própria biografia exposta ao risco e a humilhação social. Destruindo tudo aquilo que se idealizar como ser humano, como os sonhos de um morar digno.

Resta salientar que no tráfico de pessoas o consentimento da vítima é irrelevante para que se configure o delito.

### 3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

Política pública nada mais é do que o Estado, através de programas, implantar projetos que visam alcançar setores específicos da sociedade.

É onde se organiza ações a fim de conscientizar a população de um determinado assunto, servindo como um campo de conhecimento a fim de enfrentar o problema.

Como o crime de tráfico é cometido em diversos países, a junção de vários governos, é a medida mais óbvia a ser tomada, para implantar políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, fazendo com que os programas de conscientização sejam conhecidos no mundo todo.

A principal questão social é de que a analogia entre o capital e o trabalho desencadeia o desemprego, gerando uma situação precária ante as relações de insuficiência para a sobrevivência, sendo sua cota bem abaixo do mínimo necessário.

Portanto, ainda com a efetiva intervenção estatal, pode-se articular que a dificuldade na erradicação a esta questão, faz referência com a extensão cultural com qual e propagada na atualidade, abrindo conseqüentemente as portas ao tráfico e exploração.

Diante disso, compreende-se que mesmo com políticas públicas de prevenção ao tráfico, ainda é notório as dificuldades para combatê-lo, mesmo que esteja nos programas políticos, porém, configura uma queda de braço constante, uma verdadeira afronta à humanidade.

É necessário, também, uma política de garantia e defesa dos direitos humanos, onde o Estado e a sociedade compartilhem responsabilidades e cumpram as normas nacionais e internacionais. Um fator importante é a natureza clandestina, que reforçada pelas

vítimas, garante aos traficantes a censura, que silencia o sujeito violado. (TORRES; OLIVEIRA, 2012).

Outra lacuna é a fragilidade na ausência de dados que comprove tais esquemas o que facilita o crime organizado, fazendo com que certas apreensões passem despercebidas.

A lei nº 13.344/2016 trouxe medidas a serem adotadas para a prevenção ao tráfico de pessoas. São medidas na área da saúde, educação, trabalho, segurança pública, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento social, esporte, cultura e direitos humanos.

Com base nas informações do Ministério da Justiça, alguns países já estão fazendo parte do grupo de enfrentamento, que são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste.

A cada dois anos são realizadas reuniões da Comissão de Trabalho em Matéria de Tráfico de Seres Humanos (CMJPLOP/CPLP), com a finalidade de acompanhar os progressos registrados em cada país participante.

Os estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e São Paulo, foram selecionados para dar início ao programa de prevenção ao tráfico de pessoas. Demonstra-se assim que medidas já estão sendo tomadas com o intuito de intervir o tráfico humano.

Nota-se que no Brasil foram tomadas iniciativas para realizar a prevenção e combater o tráfico de pessoas, porém ainda tem muitas coisas a serem feitas. Isto posto, principalmente no que se diz a respeito do consentimento da vítima, para que seja configurado o crime, é irrelevante.

No entanto, ao desenvolver os projetos que visam a enfrentamento ao tráfico, deve-se procurar melhorias nas desigualdades sociais, problema este enfrentado por maior parte da população brasileira, já que o desemprego, a pobreza e a miséria fazem com que as vítimas se tornem vulneráveis.

## 4 RESULTADOS

Podemos dizer que, para combater o crime de tráfico de pessoas, é preciso que os governantes e a comunidade se comprometam para realizar melhorias nas condições socioeconômicas de grupos sociais mais vulneráveis, tendo em vista que não há como realizar o enfrentamento ao tráfico de pessoas antes que haja um desenvolvimento social para que todos os seres humanos tenham o conhecimento aos direitos fundamentais.

Assim, para que haja o combate ao tráfico de pessoa é preciso da intervenção, não somente nacional, mas também internacional, trazendo programas onde a sociedade seja informada sobre o assunto, aumentando a conscientização do problema, fortalecendo a prevenção e tendo punições mais severas para aqueles que cometem o crime.

Portanto, havendo a conscientização sobre o assunto, fará com que a sociedade fique mais atenta e denuncie, e que as próprias vítimas sejam encorajadas a denunciar, pois uma pessoa só é reconhecida como vítima quando é identificada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, se tem a certeza absoluta de que o tráfico de pessoas viola os direitos da pessoa humana, onde os criminosos atacam diretamente a integridade e a dignidade de suas vítimas, deixando-as em total situação de vulnerabilidade. O crime vem aumentando cada dia mais, sendo que depois do tráfico de armas e drogas, o tráfico de pessoas é a terceira maior fonte de lucro do crime organizado, ou seja, o tráfico de pessoas é bem maior do que é exposto na mídia.

Assim, pode se dizer que, qualquer tipo de ação para o combate ao tráfico de pessoas deve ser considerado importante, levando-se em conta ações maiores como o combate à desigualdade social e a pobreza, e também a defesa dos direitos humanos.

Derrotar o tráfico de pessoas não é uma das tarefas mais fáceis,

principalmente por estarmos vivenciando a pior crise migratória dos tempos, sendo que o tráfico de pessoas se confunde facilmente com fluxos migratórios regulares. Tendo em vista que, os migrantes e os refugiados ficam em uma situação extrema de vulnerabilidade devido ao momento em que estão vivendo, momento este que os criminosos se aproveitam para enganar as vítimas com promessas de um refúgio seguro.

O tráfico de pessoas a fim de exploração sexual, escravidão e o recrutamento, tem se apresentado como uma catástrofe na atualidade. Este crime violenta vários bens jurídicos do ser humano, onde os principais são a honra, liberdade e a dignidade, sendo que a liberdade é mais ameaçada.

Por fim, conclui-se deste trabalho a importância do implemento de políticas públicas de prevenção ao tráfico pelos governantes, juntamente com a população para combater o crime, dando um destaque maior aos programas de apoio as vítimas e aos familiares. Assim, programas de conscientização devem ser implementados em todo o mundo, alertando toda a população sobre como reagir perante uma situação de tráfico humano, denunciando para que seja possível a apreensão dos aliciadores com êxito.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria Nacional de justiça. Ministério da Justiça. Relatório do Seminário Nacional: **Políticas Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília: ministério da Justiça, 2006.
- CARBONARI, Paulo César. **Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et. al. Educação em Direitos Humanos: fundamentado teórico- metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.
- CARDOSO, Danilo. **O Tráfico de Pessoas para fim de Exploração Sexual**. 2017. Disponível em <<https://danilocardosopereira.jusbrasil.com.br/artigos/510935322/o-traffic-de-pessoas-para-fim-de-exploracao-sexual>>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- CARVALHO, M. C. B. **Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 105-113, nov. 1997.
- CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**, 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciência humana e social**. São Paulo: Cortez, 1999.

ENFRENTAMENTO ao Tráfico de Pessoas: uma possibilidade à luz da teoria crítica dos direitos humanos. Disponível em: <<https://lapollimurakami.jusbrasil.com.br/artigos/158974318/enfrentamento-ao-traffic-de-pessoas-uma-possibilidade-a-luz-da-teoria-critica-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

FANTE, Luiza; RICACHESKI, Glauco; MAZZAROLO, Paulo; GORNIK, Vanessa; e ROSPIDE, Yargo. **Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual**. 2014. Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Projeto-De-Pesquisa-Sobre-o-Tr%C3%A1fico/54096098.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Carlos Henrique. Tráfico internacional de pessoas: uma análise sob a ótica do direito penal e do direito internacional público. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=19139&revista\\_caderno=3](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19139&revista_caderno=3)>. Acesso em: 29 mai. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. Paulo de Martino Jannuzzi. 4. ed. – Campina, SP: Editora Alínea, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Tráfico de Seres humanos**. Disponível em: <[www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)>, acesso em: 04 jun. 2019.

**PROJETO de pesquisa sobre o Tráfico De Mulheres**. Disponível em: <<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Projeto-De-Pesquisa-Sobre-o-Tr%C3%A1fico/54096098.html>>. Acesso em: 09 de nov. 2018.

TORRES, Iraídes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Tráfico de mulheres na Amazônia**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

## EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E AS ALTERAÇÕES ORIUNDAS DA LEI 13.546/2017

Diego Bartolomeo<sup>2</sup>

Carlos Henrique Caetano<sup>3</sup>

### RESUMO

A Lei 13.546/2017 foi regulamentada para qualificar os crimes cometidos por ingerência do álcool que leva ao homicídio culposo ou lesão corporal culposa em direção de veículo automotor. Como a natureza culposa do crime revela traços subjetivos, a presença ou não da intenção do agente no instante da prática do ilícito ao dirigir sob efeito do álcool será analisada no caso concreto. Trata-se de um tema com embasamento legal recente, diante da publicação da lei em comento no mês de dezembro de 2017, cujo aprofundamento será a partir de artigos publicados por doutrinadores especialistas em matéria penal, com o intuito de delimitar as modificações fomentadas no Código de Trânsito Brasileiro a partir do estudo de princípios constitucionais atinentes ao trânsito, sendo a não autoincriminação, que impede o atingimento da culpabilidade no indivíduo antes de tornar imutável a sentença condenatória, bem como a negativa legal de produção de prova contra si, e a proporcionalidade, em que o Estado deve impor uma sanção proporcional à ofensa gerada. Ainda, há críticas a respeito da lei, principalmente pela interferência do Código Penal ao permitir a substituição da pena por uma pena restritiva de direitos, ausência de previsão da relevância fática em detrimento da aparente demonstrada na norma e que aumentar a pena não seria a solução para coibir os motoristas a dirigir com prudência, que será demonstrado ao longo do trabalho.

**Palavras-Chave:** Não autoincriminação. Culpabilidade. Inafiançabilidade.

### ABSTRACT

Law 13,546 / 2017 has been regulated to qualify crimes committed by alcohol interference that leads to manslaughter or culpable bodily injury in the direction of motor vehicle. As the guilty nature of the crime reveals subjective traits, the presence or not of the agent's intention at the instant of the illegal driving while under the influence of alcohol will be analyzed in the specific case. This is a subject with a recent legal basis, due to the publication of the law in December 2017, whose in-depth study will be based on articles published by specialists in criminal matters, with the purpose of delimiting the modifications fomented in the Code of Brazilian Transit from the study of constitutional principles related to traffic, being non-self-incrimination, which prevents the guilty from reaching the individual before making the conviction immutable, as well as the legal refusal to produce evidence against him, and proportionality, in which the State must impose a sanction proportional to the offense generated. Still, there are criticisms about the law, mainly because of the interference of the Penal Code by allowing the substitution of the sentence for a restrictive penalty of rights, absence of prediction of the factual relevance to the detriment of the apparent demonstrated in the norm and that increasing the penalty would not be the solution to restrain the drivers to drive with prudence, which will be demonstrated throughout the work.

**Keywords:** Non-self-incrimination. Guilt. Non-assurance.

## 1 INTRODUÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro sofreu significativas mudanças com o advento da Lei 13.546/2017 (BRASIL, 2017, acesso em 01 de mai.2018) a partir do propósito de agravar a penalidade imposta em virtude de mortes e

---

<sup>2</sup> Graduando de Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX.

<sup>3</sup> Professor Orientador da Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX.

lesões muito graves em consequência do estado de embriaguez do agente na direção de um veículo automotor.

Estas alterações estão relacionadas também às hipóteses em que o agente pratica contra a vítima homicídio culposo ou lesão corporal culposa, devendo o juiz levar em conta os critérios definidos no Código Penal em relação às circunstâncias judiciais favoráveis, com ênfase, não descartando os outros aspectos previstos na lei penal, na culpabilidade, consequências e circunstâncias que levaram o indivíduo a praticar o delito.

A qualificadora de um crime modifica o grau de aplicação da sua pena-base. Percebe-se que o presente tema possui notória expressão jurídica, pois as alterações na legislação infraconstitucional confirma a intenção do legislador de fazer com que a lei se torne cada vez mais operativa e alcance o fim pela qual fora proposta, dando importância às consequências desastrosas causadas no trânsito pela influência do álcool, seja diretamente ou por causa da alteração que sobreveio na aptidão psicomotora do motorista, que determina a qualificadora.

Em razão dos posicionamentos inaugurais acima, podem ser feitos os seguintes questionamentos: Qual o impacto jurídico e social com o advento das alterações da Lei 13.546/2017? Quais são os critérios determinantes no homicídio culposo e lesão corporal culposa para aplicar esta inovação legal? Quais são as expectativas e possíveis falhas observadas na redação e a influência na lei penal ocasionadas com a nova lei?

Trata-se de um instituto eivado de expressão social tendo em vista que o agravamento das penas no homicídio culposo ou lesão corporal culposa inibe uma possível impunidade diante desses delitos graves perante a lei e a sociedade, trazendo perspectiva de um trânsito mais seguro e com um índice menor de acidentes.

Além do mais, é cediço que a embriaguez ao volante é uma das determinantes no aumento de acidentes de trânsito provocado pelo agente na direção de veículo automotor. A regulamentação da Lei 13.546/2017 (BRASIL, 2017, acesso em 01 de mai.2018) veio justamente para coibir com mais severidade os crimes de trânsito por embriaguez até então disciplinados pela

Lei Seca, como é popularmente conhecida. Dentre as modificações diante da incidência de homicídio culposo ou lesão corporal culposa observa-se a previsão do aumento de pena de homicídio, anteriormente não previsto na lei, a impossibilidade de proporcionar o arbitramento de fiança pelo Delegado, e a normatização da lesão corporal culposa grave e gravíssima.

A embriaguez ao volante continua sendo crime mesmo se não sobrevier nenhuma consequência prática desta ação e a Lei Seca continua vigendo, com imposição de multas e processo administrativo, a depender do nível de álcool percebido no exame, com viabilidade de recurso em razão do princípio constitucional do contraditório.

O magistrado deve analisar as circunstâncias no caso concreto para definir o nível de culpa do motorista embriagado em caso de homicídio culposo ou lesão corporal culposa. Por esse ângulo, os crimes praticados sob influência do álcool são de natureza culposa. Nesse sentido, enuncia-se que o agente não pratica o delito com intenção de violar um bem jurídico protegido pela legislação brasileira, não sendo apreciável a existência do dolo.

Contudo, permeiam questionamentos na seara jurídica de que o crime culposo pode ser substituído por penas restritivas de direitos, conforme os preceitos normativos no Código Penal, cujo cumprimento da pena é fixado através de outras formas que divergem da prisão em si. O que levaria a outra análise da Lei 13.546/2017 diante das dúvidas sobre a real severidade da lei em intimidar os motoristas que colocam risco no trânsito ao dirigir embriagados.

Dessa forma, o objetivo basilar do estudo compreende a análise dos dispositivos penais e do Código de Trânsito Brasileiro em consonância com as alterações da Lei 13.546/2017 diante do cometimento de homicídio culposo ou lesão corporal culposa em consequência da embriaguez do agente em direção de veículo automotor.

Para atingí-lo, deverá o estudo ser fragmentado de forma a dinamizar o seu entendimento, em que no primeiramente, será comparada a redação anterior do Código de Trânsito Brasileiro com os novos preceitos da Lei 13.546/2017; apresentação dos conceitos dos princípios constitucionais relacionados com a matéria disposta no Código de Trânsito; a abordagem dos

aspectos norteadores do homicídio culposo e lesão corporal culposa; e por último, comentários sobre a concepção positiva e negativa já fixada na seara jurídica sobre a Lei 13.546/2017.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia científica divide-se em tópicos de acordo com o tipo de pesquisa, a forma de obtenção dos dados e quais são esses dados necessários para a consecução do trabalho. A classificação da pesquisa a ser empregada será a exploratória, pois permite a enumeração das informações colhidas para formalizar o trabalho.

Mattar (2001, apud OLIVEIRA, 2011), “os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, estudos de casos selecionados e observação informal.”

Outrossim, a pesquisa exploratória permitirá que seja selecionado o conteúdo crucial a respeito do estudo da Lei 13.546/2017 em junção com os princípios constitucionais relevantes sobre crimes cometidos na direção de veículo automotor, como o da legalidade, não auto incriminação, proporcionalidade, e os aspectos atinentes à lei que trouxe mudanças significativas no Código de Trânsito Brasileiro.

A técnica de coleta de dados empregada foi a pesquisa bibliográfica, pois o estudo foi realizado em materiais já publicados por seus autores que abordam a respeito do tema.

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 183).

Não se trata da criação de uma ideia, mas sim o posicionamento dos autores que explicam sobre a incidência da Lei 13.546/2017 (BRASIL, 2017) e a influência do Código Penal (BRASIL, 1940) no tratamento dos crimes cometidos por embriaguez ao volante, precisamente sobre homicídio culposo e

lesão corporal culposa.

A fonte de coleta de dados compreende o manejo de fontes primárias e secundárias. Como se trata de uma pesquisa bibliográfica serão utilizadas as fontes secundárias.

As fontes primárias, pela sua relevância, dão origem a outras obras, que vão formar uma literatura ampla sobre aquele determinado assunto. [...] As fontes secundárias referem-se a determinadas fontes primárias, isto é, são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas. (ANDRADE, 2001, p. 43).

As fontes secundárias são as obras, artigos publicados, trabalhos que tiram suas ideias das fontes primárias, como as leis, por exemplo, para auxiliar no conhecimento, como é o caso da lei em estudo que se trata de um conhecimento novo, pouco tempo em vigor e depende da análise dos estudiosos do direito para o êxito do presente.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 A EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E AS ALTERAÇÕES ORIUNDAS DA LEI 13.546/2017: A COMPARAÇÃO DA REDAÇÃO ANTERIOR DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO COM OS NOVOS PRECEITOS DA LEI 13.546/2017**

A Lei 13.546/2017 expôs uma inovação em relação ao montante da pena fixada em caso de crimes no trânsito, enfatizando o homicídio culposo e lesão corporal culposa e os requisitos para a sua consecução, conforme será descrito adiante. "Art. 291. [...]§ 4º O juiz fixará a pena-base segundo as diretrizes previstas no art. 59 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), dando especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime." (BRASIL, LEI 13546/2017, 2017, acesso em 01 de mai.2018).

Nesse sentido, percebe-se a obtenção dos critérios definidos no Código Penal que o magistrado deverá considerar no momento de fixação da pena nos crimes de trânsito.

Embora o parágrafo citado tenha tipificado apenas a culpabilidade, as

circunstâncias e as consequências do crime, as demais circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal (BRASIL, 1940, acesso em 01 mai.2018) devem ser analisadas pelo magistrado, mas esses três requisitos possuem maior relevância quando se trata da fixação da pena-base de um crime no trânsito, com natureza hegemônica.

A pena-base é justamente a percepção das circunstâncias judiciais que o magistrado vai analisar com base na sua discricionariedade, constituindo a primeira decisão em que vai haver a incidência das agravantes e atenuantes previstas na legislação penal.

Em relação à culpabilidade do agente, temos que:

Significa que ninguém será penalmente punido, se não houver agido com dolo ou culpa, dando mostras de que a responsabilização não será objetiva, mas subjetiva (*nullum crimen sine culpa*). Trata-se de conquista do direito penal moderno, voltado à ideia de que a liberdade é a regra, sendo exceção a prisão ou a restrição de direitos. (NUCCI, 2016, p.80).

A culpabilidade do agente, nesse caso, está ligada à intenção do agente em produzir ou não a conduta criminosa. E a culpabilidade prevê a repreensão social da conduta do agente que precisa receber a punição devida, perspectiva subjetiva do crime.

Assim como fora proferido pelo autor, a liberdade é a regra, pois se trata de um dos principais direitos conferidos pela Constituição Federal e só será restringida nas hipóteses legais, como no caso da presença da culpabilidade na ação.

Já as circunstâncias do crime:

São os elementos acidentais não participantes da estrutura do tipo, embora envolvendo o delito. Quando expressamente gravadas na lei, as circunstâncias são chamadas de legais (agravantes e atenuantes, por exemplo). Quando genericamente previstas, devendo ser formadas pela análise e pelo discernimento do juiz, são chamadas de judiciais. Um crime pode ser praticado, por exemplo, em local ermo, com premeditação, para dificultar a sua descoberta e a apuração do culpado, constituindo circunstância gravosa. (NUCCI, 2016, p. 450).

As circunstâncias legais agravantes aumentam a pena na condenação do réu e as atenuantes diminuem a pena, ambas ocorrem na fase de dosimetria da pena, após a fixação da pena-base pelo juiz dispostas expressamente na lei penal. Nesse sentido, devem ser observados os limites

dispostos na lei, não podendo o juiz fixar a pena inferior ao previsto.

No que concerne às circunstâncias genéricas, diz respeito àquelas que atribuem ao juiz por meio da interpretação e análise do caso concreto, o manejo da sua discricionariedade para a fixação da pena-base.

Em se tratando das consequências do crime: “Envolvem o conjunto de efeitos danosos provocados pelo crime, em desfavor da vítima, de seus familiares ou da coletividade.” (MASSON, 2016, p.730).

Ao analisar as consequências de um crime não pode ser considerado o destino natural do delito, como no caso de um homicídio em que a vítima vem a falecer, mas sim a ascensão de situações que agravem o crime por meio de circunstâncias sobrenaturais.

Entrando no estudo sobre as mudanças ocorridas no caso de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor devido à embriaguez, temos a seguinte diferenciação de como era atribuída a pena pelo Código de Trânsito Brasileiro e como atualmente está regulamentada pela Lei 13.546/2017:

Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. (BRASIL, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, 1997, acesso em 01 mai.2018).

[...]

§ 2º Se o agente conduz veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou participa, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente: (Revogado pela Lei nº 13. 281, de 2016).

Penas - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. (Revogado pela Lei nº 13.281, de 2016).

[...]

§ 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. (incluído pela Lei 13.546/2017). (BRASIL, 2017, acesso em 01 mai.2018).

Depreende-se que o crime por dirigir embriagado encontra-se em vigor e passível de penalização, inclusive com o uso da Lei Seca para aferir o nível de

álcool no sangue do motorista. O que foi alterado é a fixação de um aumento de pena no caso de homicídio culposo por embriaguez de 05 (cinco) a 08 (oito) anos, já a previsão legal nesse caso havia sido revogada.

Quanto mais perto da culpabilidade no sentido de total reprovação social, circunstâncias desfavoráveis e consequências do crime que não decorrem naturalmente da ordem cronológica da ação, maior será o montante fixado na pena-base, aproximando-se dos oito anos, não podendo ser fixado abaixo dos cinco anos ainda que estes requisitos sejam plenamente favoráveis. Além do mais, não é possível o arbitramento de fiança pelo Delegado na hipótese supracitada, já que havia essa permissão no caso da prática de crime no trânsito.

Sobre a lesão corporal na direção de veículo automotor por embriaguez ao volante:

Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, BRASIL, 1997, acesso em 01 mai.2018).

[...]

§ 2º A pena privativa de liberdade é de reclusão de dois a cinco anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo, se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima. (incluído pela Lei 13.546/2017). (BRASIL, 2017, acesso em 01 mai.2018).

Anterior à Lei 13.546/2017, a pena de lesão corporal culposa no trânsito possuía um aumento de um terço em caso da sua ocorrência por embriaguez ao volante cuja disposição foi revogada. Ainda, não havia a previsão de lesão corporal grave ou gravíssima, mas tão somente lesão corporal pura e simples. Agora, a pena foi para 02 (dois) a 05 (cinco) anos que será fixada conforme o grau de dano apurado no caso concreto, segundo a lei.

### 3.2 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS COM A EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

A embriaguez ao volante tem sido um fato com intenso debate jurídico e revela a demanda do legislador em tornar cada vez mais severa a prática de crimes na direção de veículo automotor sob o efeito do álcool através da nova abordagem penal trazida pela Lei 13.546/2017, sendo aplicado o Código Penal naquilo que não for de encontro com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

Em vista dos argumentos já expostos, depreende-se a importância da equiparação deste estudo aos princípios que regem a matéria. Serão pronunciados os princípios da não autoincriminação e da proporcionalidade que têm respaldo constitucional atinente à embriaguez ao volante.

As normas que vigoram na legislação brasileira aperfeiçoam a sua prática jurídica e social, tendo em vista a implicação direta dos princípios que disciplinam o seu conteúdo, trazendo maior segurança jurídica e proteção dos direitos fundamentais. Nesses termos, os princípios constituem verdadeiras normas com força obrigatória de adesão e reconhecimento do seu aspecto regimental.

De início, o princípio da não autoincriminação possui o seguinte entendimento:

[...] O privilégio ou princípio (a garantia) da não autoincriminação (Nemo tenetur se detegere ou Nemo tenetur se ipsum accusare ou Nemo tenetur se ipsum prodere) significa que ninguém é obrigado a se autoincriminar ou a produzir prova contra si mesmo (nem o suspeito ou indiciado, nem o acusado, nem a testemunha etc.). Nenhum indivíduo pode ser obrigado, por qualquer autoridade ou mesmo por um particular, a fornecer involuntariamente qualquer tipo de informação ou declaração ou dado ou objeto ou prova que o incrimine direta ou indiretamente. (GOMES, 2010, acesso em 30 de mai.2018).

A não autoincriminação permite que o indivíduo permaneça em silêncio quando for interrogado, o qual é um direito constitucional a faculdade de não revelar os fatos e controvérsias. Também, não é obrigado a produzir prova contra si, como é o caso do bafômetro.

O bafômetro é um instrumento utilizado para aferir a quantidade de álcool presente no sangue do motorista para saber se ele tem ou não condições de dirigir, para não colocar em risco a segurança do tráfego de

veículos e pessoas. Contudo, mesmo diante das alterações que tem sofrido a lei, realizar este teste não é obrigatório, pela aplicação do princípio em análise.

No entanto, o estado de embriaguez do motorista pode ser tão elevado reduzindo a sua capacidade de dirigir e mesmo sem o teste, é possível que lhe seja imposta uma multa, assim como pode ocorrer a apreensão do veículo, pois a lei preza a preservação de um trânsito estável.

No caso de a pessoa fazer uso de algum medicamento indispensável para a sua saúde e houver apontamento de alterações no teste, cabe recurso administrativo da multa posta, o que se entende pela observância do princípio do contraditório.

Prosseguindo, mister se faz assinalar o princípio da proporcionalidade em razão das mudanças trazidas pela lei.

Não temos dúvidas de que vão surgir entendimentos no sentido de que na qualificadora do homicídio culposo bastaria se comprovar a ingestão da substância, o que, por óbvio, tornaria muito mais viável a responsabilização penal do agente. Se uma testemunha confirmasse o uso de bebida alcoólica, por exemplo, já restaria caracterizada a qualificadora. Data máxima vênia, mas não é essa a nossa visão. Parece-nos que o legislador se equivocou na redação do dispositivo movido por uma ânsia punitivista que fere não apenas os princípios da legalidade e da proporcionalidade, mas também a própria segurança jurídica. [...] Na linha de Rogério Sanches, entendemos que a distinção feita pelo legislador não tem cabimento, sendo indispensável, em qualquer caso, a constatação da alteração da capacidade psicomotora do agente (Resolução do CONTRAN 432/13). (LEITÃO, 2018, acesso em 30 de mai.2018).

O princípio da proporcionalidade dispõe que toda atividade legislativa do Estado deve ser proporcional ao atingimento do bem que se pretende proteger e com base na legalidade, não pode contrariar o que já se encontra disposto na Constituição Federal, que é norma de atendimento obrigatório.

Sobre as novas disposições legais, observa-se que no crime de homicídio culposo, basta que haja influência de álcool ou outra substância que indique dependência e o de lesão corporal culposa o agente precisa estar com a capacidade adulterada para que configure a qualificadora do crime.

O entendimento sobre essa disposição tem sido, embora se compreenda a intenção positiva do legislador em trazer uma real punição para resguardar a

vida e o bem-estar da coletividade no trânsito, houve uma desproporcionalidade na normatização da matéria legal, pois na lesão corporal culposa atribui-se a conduta um rigor maior de comprovação do estado de embriaguez ou drogas do motorista se comparada com a do homicídio culposo.

Desta feita, o entendimento doutrinário aludido estima pelo exame comprobatório da alteração da capacidade nos dois crimes, em atendimento à legalidade e a proporcionalidade legislativa e impositiva.

### 3.3 OS ASPECTOS NORTEADORES DO HOMICÍDIO CULPOSO E LESÃO CORPORAL CULPOSA

Cabe presumir que o homicídio culposo e a lesão corporal culposa são dois institutos de Direito Penal, cujo entendimento é extraído para se adequar às normas do Código de Trânsito Brasileiro decursivos de embriaguez ao volante, que compõem a especificidade do fim deste trabalho.

Sobre o que vem a ser a culpa, “é o comportamento voluntário desatencioso, voltado a um determinado objetivo, lícito ou ilícito, embora produza resultado ilícito, não desejado, mas previsível, que podia ter sido evitado.” (NUCCI, 2016, p. 222).

Nesse sentido, a culpa é o elemento que caracteriza os sinais de embriaguez ao volante, em que há pressuposição de que o agente não tinha vontade direta em praticar a conduta lesiva, mas não tomou os cuidados necessários para que esta ação fosse evitada, agindo com risco de causar dano a alguém com o seu estado reduzido de capacidade psicomotora.

O homicídio culposo é aquele então praticado sem que o agente queira matar a vítima, como ocorre no doloso, mas a sua imprudência ou negligência no trânsito perpetua a ação danosa o qual será imposta a pena correspondente, ante a interrupção do direito à vida da vítima.

A lesão corporal constitui a expressão de uma ofensa ao direito à integridade física de outrem, da mesma forma protegido pela Constituição Federal.

Ofender significa lesar ou fazer mal a alguém. O objeto da conduta é a integridade corporal (inteireza do corpo humano) ou a saúde (normalidade das funções orgânicas, físicas e mentais do ser humano). Lembremos que se trata de uma ofensa física voltada à integridade ou à saúde do corpo humano, não se admitindo, neste tipo penal, qualquer ofensa moral. Para a sua configuração é preciso que a vítima sofra algum dano ao seu corpo, alterando-se interna ou externamente, podendo, ainda, abranger qualquer modificação prejudicial à sua saúde, transfigurando-se determinada função orgânica ou causando-lhe abalos psíquicos comprometedores. Não é necessária a emanção de sangue ou a existência de qualquer tipo de dor. Tratando-se de saúde, não se deve levar em consideração somente a pessoa saudável, vale dizer, tornar enfermo quem não estava, mas ainda o fato de o agente ter agravado o estado de saúde de quem já se encontrava doente. (NUCCI, 2016, p. 630/631).

A lesão pode ser tanto corporal quanto à saúde de terceiros. A ofensa moral não se aplica, pois é um instrumento de natureza subjetiva, não sendo viável no caso de embriaguez ao volante que atinge diretamente a plenitude física.

Esta conduta pode ter como resultado a conjunção de problemas de saúde que anteriormente ao acidente não existiam, provocando restrições a sua vida pessoal e profissional, o que caracteriza além da imposição penal pela conduta praticada, a aplicação de danos morais e materiais na esfera cível para indenização pelo abalo psicológico e sofrimento que intercorreram, bem como os gastos em exames e medicamentos que necessitar.

Será decidida de forma proporcional para não caracterizar enriquecimento ilícito da vítima, sendo verificado no feito concreto pelo juiz o arbitramento de um justo valor.

Oportuno se faz apresentar o julgamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o crime de embriaguez ao volante e a lesão corporal culposa.

PENAL. CRIME DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ (ART. 306, CTB). LESÕES CORPORAIS CULPOSAS (ART. 303, CTB). PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INVIÁVEL. CRIMES AUTÔNOMOS E BENS JURÍDICOS DIVERSOS. REGIME PRISIONAL. REINCIDÊNCIA. Os crimes de embriaguez ao volante e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor são delitos autônomos, tutelam bens jurídicos diversos e se consumaram em momentos distintos, não se considerando o primeiro como ato preparatório para a prática do segundo. Inviável a aplicação do princípio da consunção. A reincidência do acusado é motivação idônea para imposição do

regime prisional inicial semiaberto (art. 33, § 2º, 'c', Código Penal, c/c Súmula n. 719/STF). Apelação desprovida. (BRASIL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2018, p. 02, acesso em 30 de mai.2018).

O bem jurídico tutelado pelo crime de embriaguez ao volante não condiz com o de lesão corporal culposa, pois aquele protege a estabilidade no trânsito e a incolumidade das pessoas no tráfego, proporcionando bem-estar a todos, e este, como falado, protege a integridade física.

Dois crimes distintos, sendo entendimento do Tribunal a decisão pela independência dos crimes de embriaguez ao volante e a lesão corporal culposa com a estipulação de penas individualizadas e cumulativas.

De acordo com o princípio da consunção, ou da absorção, o fato mais amplo e grave consome, absorve os demais fatos menos amplos e graves, os quais atuam como meio normal de preparação ou execução daquele, ou ainda como seu mero exaurimento. Por tal razão, aplica-se somente a lei que o tipifica: *lex consumens derogat legi consumptae*. A lei consuntiva prefere a lei consumida. (MASSON, 2016, p. 153).

Assim, conforme a análise deduzida do julgamento, o crime de embriaguez ao volante não foi considerado como um meio que o motorista utilizou para proceder à lesão corporal culposa. Então, não cabe a alegação do princípio da consunção para que o crime posterior de lesão absorva o crime com pena menos grave, o da embriaguez, para favorecer o agente.

#### 3.4 A ANÁLISE DOS QUESTIONAMENTOS SOBRE A LEI 13.546/2017

A intenção do legislador, a priori, é plausível por pensar na gravidade de uma pena imposta a quem cometer crimes na direção de veículo automotor em razão da embriaguez, mas deixou em aberto a forma como deverá se proceder com a análise dessa embriaguez, para então, decidir de forma justa e legal sobre a incidência ou não da penalidade específica delimitada.

Ao pensarmos a seguinte situação: Uma pessoa ingeriu dois goles de cerveja, e estava em ampla discussão com a colega passageira, que estava provocando com diversos insultos. Nesse sentido, em razão da calorosa discussão, desatentou-se do veículo e veio a colidir em um poste, resultado na fatalidade da passageira. Agora vos pergunto,

seria coerente aplicar uma pena, como base legal da razão do acidente, a ingestão de bebida alcoólica? Ora, é puramente subjetivo alegar que o motivo de acidente foi o consumo de dois goles de cerveja, tendo em vista que não foi configurado o direito de comprovar que sua capacidade psicomotora estava alterada, ferindo o princípio do contraditório de ampla defesa. Dessa forma, a alteração se faz eficiente desde que não seja de cunho genérico, devendo ser analisado cada caso com suas peculiaridades. Deve-se analisar o contexto fático do delito, bem como a existência do nexo de causalidade com o resultado obtido. Essa alteração refletirá também nos casos de “dolo eventual” e “culpa consciente”, uma vez que tende a impor limites quanto ao pré-julgamento de “dolo eventual”, principalmente nos casos de homicídios no trânsito por embriaguez. Assim, para ser aplicado o “dolo eventual” nos delitos de trânsito, será necessário um número maior de elementos comprobatórios, não se apegando apenas ao fato do motorista estar embriagado, trazendo maior possibilidade argumentativa para esses casos. (CARVALHO, 2018, acesso em 12 de out.2018).

Segundo o autor, pequenas doses de bebida alcoólica, por exemplo, poderia ter o condão de ocasionar um acidente de trânsito por razão da embriaguez, já que existem pessoas que são mais vulneráveis à embriaguez do que outras, a ponto de alterar a capacidade de entendimento e percepção do agente, como diz a lei.

Acontece que existem pessoas que não se embriagam com poucas doses e ainda assim, é possível a ocorrência de um acidente, pois o motivo pode ser outro e ainda, ínfimo se comparado com a previsão penal hodierna com a Lei 13546/2017.

O que tem gerado críticas porque fere o direito ao contraditório, uma vez que o agente de trânsito analisa o ocorrido, superficialmente, e pode registrar como motivo a embriaguez o que pode trazer prejuízos no momento da imposição de pena, lesionando o seu direito constitucional ao contraditório e a ampla defesa.

Tais direitos garantem que a todos é estendida a oportunidade legal de se defender das alegações estipuladas com base no complexo de leis que regem o país, ou seja, deve ser por meios legais a produção de provas. Além disso, fere a presunção de inocência a imposição de uma conduta ao motorista que pode ser diferente da realidade dos fatos, não podendo assim ser considerado culpado, antes do momento do trânsito em julgado da decisão que decreta a sua culpabilidade no caso concreto, após todo o procedimento penal

probatório e instrutivo.

Dessa forma, o nexo causal é indispensável para a caracterização do delito, devendo ser observado se a conduta praticada prevista na lei possui correlação com o resultado atingido no universo fático e é essa análise que permite averiguar se o agente deve responder por dolo eventual, quando o agente prevê a possibilidade da sua conduta produzir resultados danosos, mas não se importa com isso; ou dotado por culpa consciente, ou seja, o agente até percebe que sua conduta pode gerar um resultado que lesionará um bem da vida, mas acredita que com seus esforços o mesmo não irá ocorrer. Logo, a ausência da relevância dessa diferenciação também representa uma falha legislativa.

[...] há que se refletir sobre a criação de leis penalizadoras e suas reais eficácias. De nada adianta termos leis punitivas se as mesmas não evitam a ação criminosa, não é? Afinal, por que punir, senão para prevenir (prevenção geral) uma conduta proibitiva? [...] No que tange ao bem jurídico tutelado pelo art. 302 do CTB, ou seja, a vida, plausível e pertinente são as iniciativas legislativas que assegurem sua proteção integral, sendo, todavia, mais adequado se ter a noção de que a valorização da vida é mais uma norma social que jurídica, valendo ter a educação no trânsito como uma luz guia a evitar penalidades - e jamais deixar-se dominar pelo medo da conduta irresponsável de beber e dirigir. A educação no trânsito, portanto, deve balisar a cautela e o respeito a vida de todos, acima da punição desmedida do Estado, impertinente e sabidamente inútil a evitar-se condutas criminosas. (TREVISOL, 2018, acesso em 13 de out.2018).

A essência da alteração legislativa em comento consiste em simplesmente aumentar a pena para que o motorista pense melhor antes de dirigir alcoolizado e não venha provocar assim, insegurança no trânsito, diante do aumento do número de mortes em virtude da imprudência e negligência cometidas.

Acontece que não se entende pela eficácia de uma norma jurídica mais grave quando não se tem a consciência concreta de que o ato de embriaguez ao volante irá provocar desastres no trânsito atingindo pessoas inocentes e destruindo famílias.

Revela-se necessário uma educação no trânsito com participação mais ativa do Estado no combate à diminuição dessa criminalidade, pois somente

mudar a legislação não produzirá efeitos satisfativos esperados, nem retirar o medo e fazer com que o agente tenha a consciência da seriedade da sua conduta.

Assim, defende-se a necessidade do aprendizado sobre o respeito ao bem da vida de outrem, o que demanda um trabalho mais árduo, mas pressupõe um passo mais eficiente no combate à insegurança no trânsito que meras previsões legais de agravamento de penas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que objetivos propostos foram alcançados ao demonstrar as consequências legais inovadoras que a lei 13.546/2017 trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro. Dessarte, a atividade legiferante proporcionou uma fixação de pena no caso de homicídio culposo em decorrência do estado de embriaguez do motorista, de forma qualificada, impedindo assim, que haja o favorecimento, diante da gravidade desse crime, da fixação de fiança pelo Delegado de Polícia. Acrescentou ainda o tipo penal da lesão corporal culposa em razão do mesmo estado, com a análise no caso concreto se foi de natureza grave ou gravíssimo, sendo possível a realização da prisão em flagrante, conforme os termos legais.

Trata-se de hipóteses legais que se referem à ausência de intenção na conduta do agente em tirar a vida da vítima ou lesioná-la, uma vez que simplesmente assume o risco de que nada acontecerá em virtude do seu estado alterado por conta da bebida alcoólica, que constituiu o objeto de estudo do presente. Contudo, não é necessário que haja qualquer consequência da embriaguez para que seja atribuída a sanção devida, tendo em vista a continuidade legislativa da sua previsão como crime igualmente previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

Além disso, é importante destacar as determinantes do homicídio culposo e lesão corporal culposa que serão relevantes no momento da aplicação da pena, podendo afirmar que aquele compreende a existência da

morte da vítima devido à embriaguez no volante, ainda que não tenha tido a intenção de matar, com pena de cinco a oito anos, e esta, caracteriza-se de acordo com a inviabilidade ou perda dos movimentos da vítima, podendo ser grave ou gravíssima cuja pena varia entre dois a cinco anos, cuja fixação será decidida pelo juiz conforme o caso concreto, segundo a lei em questão.

Há ainda críticas a respeito da mudança da lei, configurando um verdadeiro retrocesso legislativo ao prever hipóteses que vão a contraposição aos princípios constitucionais, como o da proporcionalidade e legalidade, já que, analisando o texto legal, apenas o fato de detectar uma modificação da capacidade psicomotora em razão da embriaguez seria viável para aplicação da pena maior, sendo detectadas como falhas legislativas na sua regulamentação. O que os especialistas têm entendido que apenas a letra da lei alterada não deve ser aplicada, mas sim, ser interpretada com base nos demais ditames do ordenamento, para que uma prova testemunhal, por exemplo, não seja suficiente para incriminar o agente nos delitos em comento, o que revela o impacto jurídico e social com o advento desta lei.

Assim, a matéria em referência hodierna na legislação tem como expectativa o aumento das penas em razão da prática de homicídio culposo e lesão corporal culposa quando em razão de embriaguez ao volante, para que consequentemente haja diminuição no número de mortes ocasionadas no trânsito em razão da embriaguez, mas ainda não possui entendimentos unânimes sobre a sua real aplicabilidade e efetividade por se tratar de uma alteração que entrara em vigor neste ano.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marina de. **Metodologia Científica**: Para o Curso de Direito. São Paulo: ATLAS, 2001.

BRASIL. Código Penal, de 07 de dezembro de 1940. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 13.546/2017, de 19 de dezembro de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículo automotor. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13546.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro, de 23 de setembro de 1997. Institui o **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 set. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Penal. Crime De Trânsito. Embriaguez (Art. 306, Ctb). Lesões Corporais Culposas (Art. 303, Ctb). Princípio Da Consunção. Inviável. Crimes Autônomos E Bens Jurídicos Diversos. Regime Prisional. Reincidência**. Relator Ministro Ribeiro Dantas, Recorrente Juvecir de Sena Lopes, Recorrido Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, DF, 20 mar. 2018. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1689851&num\\_registro=201602565874&data=20180326&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1689851&num_registro=201602565874&data=20180326&formato=PDF)>. Acesso em: 30 mai. 2018.

CARVALHO, Aline de Alencar Porto. **Embriaguez ao volante: alterações trazidas pela Lei 13.546/2017**. 2018. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10539/Embriaguez-ao-volante-alteracoes-trazidas-pela-Lei-13546-17>>. Acesso em: 12 out. 2018.

GOMES, Luiz Flávio. **Princípio da não autoincriminação: significado, conteúdo, base jurídica e âmbito de incidência**. 2010. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2066298/principio-da-nao-auto-incriminacao-significado-conteudo-base-juridica-e-ambito-de-incidencia>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITÃO, Joaquim Leitão Júnior. As repercussões jurídicas práticas trazidas pela Lei nº 13.546/17 – que alterou o Código de Trânsito Brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5304, 8 jan. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/63212/as-repercussoes-juridicas-praticas-trazidas-pela-lei-n-13-546-17-que-alterou-o-codigo-de-transito-brasileiro>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquematizado: Parte Geral**. 10. ed. São Paulo: Método, 2016.

MATTAR, 2001 apud OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para realização de pesquisas em administração. Goiás, 2011, p. 22.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TREVISOL, Elias. **O Novo Crime do Código de Trânsito Brasileiro**. 2018. Disponível em: < <https://egtrevisol.jusbrasil.com.br/artigos/546023641/o-novo-crime-do-codigo-de-transito-brasileiro>>. Acesso em: 13 out. 2018.

## APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS EXTRAÍDAS DA LEI Nº 11.340/2006: LEI MARIA DA PENHA

Jussara Lourrainy Frederico Lan<sup>4</sup>

Sinara Severo Neres<sup>5</sup>

### RESUMO

A regulamentação da Lei Maria da Penha é oriunda de uma forte luta da mulher pelo respeito aos seus direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna vigente no âmbito de uma relação doméstica e familiar. E, a previsão das medidas protetivas de urgência é justamente o reflexo da eficácia desta lei para que o agressor seja punido pelas lesões causadas à vítima, seja de ordem física, sexual, patrimonial ou moral que aflige a sua integridade causando transtorno, por vezes, irreparáveis. Como se trata de uma violação direta à dignidade da pessoa humana, a jurisprudência tem estendido o alcance da aplicabilidade destas medidas a vítimas que não sejam biologicamente mulher, mas que socialmente pertençam ao sexo feminino ou que seja decorrente de uma relação íntima entre homens, o que revela um expressivo avanço jurídico no combate à violência nesse contexto exposto. A ação do Estado e da sociedade em conjunto corrobora com a obtenção de resultados vantajosos para que haja a efetivação da lei, mas ainda há um longo caminho a percorrer diante do cenário crescente de violência e da persistência machista arraigada na cultura do país, necessitando de uma reeducação intensa pela igualdade e respeito às diferenças existentes. Para atingir o objetivo estipulado no presente, foi utilizada a técnica da pesquisa bibliográfica, exploratória e fontes secundárias permitindo-se a integração do conteúdo a fins de estudo sobre as medidas protetivas da Lei em referência.

**Palavras-Chave:** Violência doméstica e familiar. Dignidade da pessoa humana. Direitos fundamentais.

### ABSTRACT

The regulation of the Maria da Penha Law comes from a strong struggle of the woman for the respect to her fundamental rights guaranteed by the Magnum Letter in force of a domestic and familiar relation. And, the prediction of the urgent protective measures is precisely the reflection of the effectiveness of this law for the aggressor to be punished for the injuries caused to the victim, whether of a physical, sexual, patrimonial or moral order that afflicts their integrity causing irreparable disorder. Since this is a direct violation of the dignity of the human person, the jurisprudence has extended the reach of the applicability of these measures to victims who are not biologically female but who socially belong to the female sex or who are due to an intimate relationship between men, which reveals a significant legal advance in the fight against violence in this exposed context. The action of the State and society as a whole corroborate the achievement of effective results in order for the law to be enforced, but there is still a long way to go through before the growing scene of violence and the macho persistence rooted in the culture of the country, needing an intense re-education by the equality and respect for existing differences. To reach the goal stipulated in the present, was used the technique of the bibliographic, exploratory research and secondary sources allowing the integration of the content for purposes of study about the protective measures of the Law in reference.

**Keywords:** Domestic and family violence. Human person dignity . Fundamental rights.

---

<sup>4</sup> Graduanda Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES–MULTIVIX.

<sup>5</sup> Bacharel em Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX; Pós-Graduada em Direito Constitucional e Administrativo e em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX

## 1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar é uma questão antiga na humanidade que se desmembra na idealização de pensamentos retrógrados de superioridade do homem sobre a mulher o qual vigora até os dias atuais. Por longos anos, as mulheres sofreram sem que houvesse qualquer aparato legal e específico que fosse eficaz no combate a estas lesões em seus direitos fundamentais.

A Lei Maria da Penha trouxe importantes conceitos e punições no contexto das agressões ocorridas no âmbito de uma relação doméstica ou familiar, após anos de impunidade frente a um dos maiores desrespeitos à dignidade da pessoa humana. Tais agressões operam-se no meio de um envolvimento íntimo e de afeto entre autor e vítima, o qual importa no atingimento direto ou indireto da sua integridade física e moral.

Este tipo de violência alcança, atualmente, não só a mulher em si, em razão da sua natureza biológica, mas também, aquelas que se apresentam a sociedade como mulher de fato, tomam medicamentos para alterar o sexo, modificam a identidade, fazem cirurgias específicas ou simplesmente se relacionam em união homoafetiva, composta por homens. Isso porque, o objetivo da lei consiste em repreender a violência doméstica ou familiar, independente de quem seja autor ou vítima, já que àquele pode ser igualmente homem ou mulher.

Qualquer modalidade de agressão encontra-se abarcada por esta lei seja moral, física, psicológica, patrimonial, que advém contra a parte mais vulnerável da relação e que não tem condições de se proteger sozinha. Nesse momento é que entra a intervenção estatal no âmbito deste relacionamento para que, ultrapassando o direito à intimidade, seja resguardado o bem mais precioso com disposição na Constituição Federal, o direito à vida.

Esta proteção se perfaz nas medidas protetivas de urgência que são as destinadas ao agressor para que pratique determinadas condutas e as que visam proteger a vítima e seus filhos, a depender do caso concreto. Podem ser citadas, com base na lei (BRASIL, 2006) aquelas que visam mantê-lo afastado

da vítima, do seu lar, convívio social, proibição de contato físico, pagamento de um auxílio alimentar; ou que a mulher seja norteadada a programas de proteção, afastada do seu lar com seus filhos, respectivamente, podendo juiz fixar ainda qualquer outra medida que seja operativa no resguardo, de forma completa, dos direitos da vítima ou que sejam reparados os danos materiais sofridos, evitando assim, a prática de novos atos lesivos.

Nesse sentido, é possível afirmar que o objetivo do presente diz respeito à apresentação das medidas protetivas, de acordo com os critérios legais, que resultará na análise da sua eficácia prática no combate à violência doméstica e familiar.

Além do mais, permite-se levantar a seguinte problemática: Qual a principal crítica sobre o procedimento que a vítima deve tomar diante da agressão suportada? Qual a efetividade atual da Lei Maria da Penha diante do constante crescimento da violência?

Portanto, o procedimento, conforme os preceitos legais se inicia com o direcionamento da vítima a alguma Delegacia especializada, ou na ausência desta, qualquer Delegacia comum e, após a lavratura do boletim, deverá ser norteadado ao juiz para designar as medidas protetivas de urgência viáveis. Contudo, por diversas vezes esse método se mostra lento e ineficaz, gerando a reincidência da própria agressão ou levando a morte da vítima. Desse modo, o que se busca com o presente trabalho é averiguar a eficácia das medidas protetivas que se apresentam como primeira forma de proteção à mulher.

Nesse sentido, o estudo se dividirá em tópicos específicos, a iniciar pelos aspectos históricos da que culminaram na criação da Lei n 11.340/2006; os aspectos gerais, como destinatários e características da lei; o estudo das medidas protetivas; a prisão preventiva; e, a análise da eficácia das medidas protetivas contidas na Lei objeto do estudo, a fim de compreender o escopo destas.

Por fim, far-se-á uma busca com a pesquisa bibliográfica, exploratória, através de fontes secundárias, pois será fundamental o estudo de grandes doutrinas que se debruçam sobre o tema e legislação infraconstitucional.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para que a pesquisa científica proposta neste trabalho alcance sua finalidade necessário se faz a escolha de meios, entendido como instrumentos, dentre os distintos métodos científicos proporcionados pela metodologia da pesquisa. Nesse sentido, Oliveira (2002, pg. 47) ensina que:

Trata-se do estudo, com critérios metodológicos, das relações existentes entre causa e efeito de um fenômeno qualquer no qual o estudioso se propõe a demonstrar a verdade dos fatos e suas aplicações práticas. É uma forma de conhecimento sistemático, dos fenômenos da natureza, dos fenômenos sociais, dos fenômenos biológicos, matemáticos, físicos e químicos, para se chegar a um conjunto de conclusões verdadeiras, lógicas, exatas, demonstráveis por meio da pesquisa e dos testes.

Após apresentado o método escolhido, tendo em vista ser substancialmente teórico, os meios para concluir o trabalho possuirão formas distintas, sendo utilizados diversos instrumentos para a coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica, estudos publicados na internet, artigos doutrinários e as normas legais que permeiam a própria Lei Maria da Penha.

A pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2003, pg. 183), “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc”.

Assim, a fonte de pesquisa pode ser classificada como secundária, pois se trata de um levantamento da bibliografia já publicada. Nesse sentido, Campello, Cendón, e Kremer (2003, pg. 31) externam que: “fontes secundárias têm justamente a função de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias. As fontes secundárias apresentam informação filtrada e organizada de acordo com o arranjo definido, dependendo as sua finalidade”.

Além disso, a presente pesquisa se classifica como exploratória, pois segundo Gil (1999, pg. 43) “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Anteriormente à apresentação legislativa e doutrinária, importante se faz demonstrar o panorama histórico, para demonstrar o momento em que a sociedade brasileira requereu do Poder Público uma resposta à proteção da mulher em seu âmbito familiar, quando de sua violação física e psíquica pelo seu companheiro.

Isto posto, vale lembrar que o método de raciocínio utilizado, dialético, parte do princípio de que a sociedade e natureza se desenvolvem, relacionando-se com as leis impostas aos cidadãos, sendo estes dependentes da legislação para a garantia da proteção de seus direitos básicos, como a proteção à vida, ao corpo e à família.

Serão ponderados os aspectos social, legislativo e doutrinário para que o estudo seja completo, tendo em vista uma possível supressão não de direitos, mas sim da utilização dos instrumentos proporcionados pela legislação para o resguardo daqueles que os suscitam.

### **3 DAS ESPECIFICIDADES DA LEI 11.340/2006**

#### **3.1 DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI MARIA DA PENHA**

A Lei Maria da Penha somente foi regulamentada no ano de 2006, após décadas sem existir qualquer forma de proteção ampla e completa dos direitos fundamentais assegurados hodiernamente pela Carta Magna de 1988. Havia o resguardo pelos mandamentos constitucionais, mas que não eram suficientes, já que necessitava de uma lei específica para tratar da vulnerabilidade da mulher diante dos atos desumanos e brutais praticados pelo homem na relação doméstica e familiar.

Nesses termos, como resposta do Poder Público aos anseios da população por proteção a direitos básicos, em 07 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006) foi promulgada a Lei nº 11.340 que, segundo seu preâmbulo:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana

para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Maria da Penha Fernandes Alves se apresentou na história da humanidade como uma mulher, farmacêutica, aposentada, que após sofrer diversas agressões de seu então marido, resolveu denunciar o que vivia.

Assim, Romero (2018) afirma por meio de publicação online que:

A lei sobre violência doméstica ganhou o nome da biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após levar um tiro de espingarda do marido, enquanto dormia, em 29 de maio de 1983. Apesar da barbárie desse e de outros abusos, o caso tramitou lentamente na Justiça – o que repercutiu negativamente na imprensa mundial. Em 2001, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos devido à negligência com que tratava a violência contra a mulher. Só em outubro de 2002 o agressor, enfim, foi preso. Pegou pena de dez anos, cumpriu dois e hoje está livre. A maior vitória de Maria da Penha viria em 2006, com a promulgação da lei.

Em análise às informações citadas, os Direitos Humanos são imprescindíveis para que haja a ratificação dos direitos estendidos a todos, sem qualquer distinção social, raça, cor diante da intervenção direta do princípio da dignidade da pessoa humana, que garante o respeito à integridade e aos demais direitos que compõem o conjunto associável à existência digna pertencente ao ser humano.

E, a adesão do Brasil à aplicabilidade na legislação brasileira dos Direitos Humanos foi determinante para que houvesse a devida regulamentação da Lei Maria da Penha, uma vez que até então, pairava a impunidade no país relacionado aos crimes contra a mulher.

Como não havia dispositivos legais que amparassem a mulher e em agrupamento com a ascensão do machismo e superioridade masculina, nada se fazia quando uma mulher sofria repressão nos seus direitos fundamentais. Fora que, diante do descaso e do medo, a maioria dos casos não chegavam ao conhecimento das autoridades públicas.

Somente após longos anos que finalmente o agressor da farmacêutica foi preso, embora tivesse praticado diversos atos que demonstrava total

desrespeito a integridade física e moral da mulher, não foram suficientes para que mobilizassem o Brasil no tempo devido visando coibir tais práticas e evitar que o pior acontecesse, já que todas as atrocidades cometidas levaram à retirada dos movimentos das pernas da vítima.

A normatização da lei em comento compreendeu uma punição imposta ao Brasil diante da conduta omissiva em proteger a mulher, foi quando houve a reunião de diversas entidades para pressionar o Governo ao cumprimento da determinação internacional, para que assim, pudesse ser formulado o complexo de direitos e punições a serem fixados.

Ainda, em análise ao exposto acima, houve a determinação da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher com vistas a receber maior amparo do Estado, em que possui rito próprio, não podendo ser confundido com o Juizado Especial Cível e Criminal, já que não pode ser aplicado aos casos envolvendo Lei Maria da Penha porque além da sua integridade física, protege-se o seu psicológico e aspectos emocionais, cujos resultados sofridos com a violência não são passíveis de mensuração.

Desta forma, após o trâmite lento para punir o agressor de Maria da Penha, o país volta seus olhos para a promulgação da Lei nº 11.340/2006, que objetiva não só a punição daqueles que praticam a violência doméstica contra seu parceiro, mas sim visa prevenir para que o direito à integridade física não seja violado.

### 3.2 DOS ASPECTOS GERAIS DA LEI 11.340/2006

Dentre os aspectos gerais relacionados ao assunto em discussão, serão analisados os destinatários da norma, a quem se aplica a imposição penal vinculada à Lei Maria da Penha, bem como os tipos de violência que a lei traz que podem ser praticadas contra a vítima.

Os primeiros artigos da lei em comento (BRASIL, 2006) tratam de explicitar o destinatário das normas contidas na legislação infraconstitucional em estudo, bem como seu escopo, assim positivando:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

A Lei, inicialmente, adveio para proteger a mulher em face dos atos praticados pelo homem, no âmbito da relação doméstica e familiar que violar os direitos fundamentais a ela pertencentes.

Contudo, o Direito deve andar ao lado da evolução social e do aparecimento de novas situações que merecem igual resguardo, como o caso das transexuais, que são aquelas que nasceram homem, biologicamente falando, mas que por decisão própria alterou seu sexo, seja por mudanças cirúrgicas ou simplesmente mudança em sua identidade, transformando-se definitivamente em mulher.

O autor Rodas (2017), em uma publicação online, traz que: “As proteções da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) resguardam quem exerce o papel social de mulher, seja biológica, transgênero, transexual ou homem homossexual”.

Dessa forma, vigora o entendimento que a lei deve ser estendida às mesmas para que haja a completa aplicabilidade das normas de proteção, uma vez que também tem sofrido com o aumento do tipo de violência em análise.

Além disso, para que o estudo seja completo, importante se faz compreender as características trazidas pela legislação em comento, para que sua aplicação seja correta e, por conseguinte, para que alcance os objetivos almejados. Assim, Bessa (2015) por meio de publicação online apresenta o que seria a violência doméstica e familiar.

Por violência doméstica e familiar entende-se, aquela que ocorre no seio familiar, que envolve os membros do núcleo familiar, seja formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa).

Pelo exposto, pode-se concluir que não é somente o homem que pratica a conduta delituosa. O que a lei exige é que ocorra no contexto familiar, e da mesma forma, não é imprescindível que a vítima seja esposa, por exemplo, sendo extensível às namoradas e relacionamentos passados, quando o agressor não aceita o fim do relacionamento e manifesta os atos adversos.

Para melhor compreensão, o artigo 5º da Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), assim dispõe sobre os ambientes em que podem ocorrer tais agressões:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Aproveita-se para apontar o artigo seguinte, que determina o status constitucional de proteção às mulheres quando ocorre a violação doméstica, assim sendo: “Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.” (BRASIL, 2006).

Ademais, as formas de violência contra a mulher também são explicitadas em artigo da legislação em voga, podendo ser extraído do estudo dos incisos, do artigo 7º desta lei (BRASIL, 2006), a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Percebe-se que o conteúdo do referido artigo traz em seus incisos a proteção que qualquer sujeito de direitos deve possuir, uma vez que tais direitos fundamentais são garantidos pela Constituição Federal de 1988 em seu rol de cláusulas pétreas contidas em seu

artigo 5º.

### 3.3 DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Certo é que a Lei nº 11.340/2006 advém de grandes conquistas da sociedade para conter a agressão contra a mulher no âmbito familiar, torna-se notório que tal papel deve ser desempenhado pelo Poder Público, através de seus agentes, como a polícia, juízes e Ministério Público.

O artigo 3º (BRASIL, 2006) da lei em estudo aponta os direitos constitucionalmente garantidos, mencionados anteriormente, apontando os responsáveis para que tal proteção seja efetivada. Neste sentido, assegura às mulheres a existência de garantia real de direitos básicos à dignidade humana, imputando tal responsabilidade às políticas públicas, à família e à sociedade.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Pode-se conceber que a violência contra a mulher gera altos índices de mortalidade, principalmente nas localidades onde não ocorre um fácil acesso à justiça. A oferta de políticas públicas deve ser propiciada juntamente ao acesso à justiça, tendo em vista que apenas lograrão êxito as medidas prestadas à sociedade de modo amplo.

Assim, antes de definir quais seriam as medidas protetivas, o legislador (BRASIL, 2006) optou por apresentar a assistência à mulher que se encontra em situação de violência doméstica ou familiar, em seu título III, apresentando as medidas integradas de prevenção (capítulo I), a assistência à mulher em situação de violação doméstica e familiar (capítulo II) e o atendimento pela autoridade policial, quando se está na iminência ou na prática dos atos de

violência (capítulo III).

Para que sejam tomadas as medidas de proteção à mulher, importante será a observação de procedimento legalmente estabelecido para tanto, consoante o artigo 12 da Lei nº 11.340/2006. Além disso, a novel forma de proteção advinda da Lei Maria da Penha destoa da lógica prisional apresentada pelo sistema penal, uma vez que aduz Ávila (2007, pg. 06): “a lei cria novas medidas cautelares intermediárias, que permitem uma resposta mais efetiva e menos violenta do Estado, para situações que, a princípio, não seriam hipótese de decretação da prisão preventiva”.

As medidas protetivas possuem o condão de afastar o agressor da vítima. Assim, quando esta pugna pela proteção jurídica de seus direitos básicos, cabe ao juiz a determinação de meios de proteção diante da urgência do caso apresentado. Salienta-se que o pleito para a aplicação de medidas protetivas, ao juiz competente, para que decida em 48 (quarenta e oito) horas, pode ser realizado pela autoridade policial, Ministério Público, Defensoria Pública e pela própria vítima, sem a necessidade de advogado (BRASIL, 2006).

Dias (2007, pg. 79) corrobora ao breve estudo realizado, assim lecionando:

Deter o agressor e garantir a segurança pessoal e patrimonial da vítima e sua prole está a cargo tanto da polícia como do juiz e do próprio Ministério Público. Todos precisam agir de modo imediato e eficiente. A Lei traz providências que não se limitam às medidas protetivas de urgência previstas nos artigos 22 a 24. Encontram-se espalhadas em toda Lei diversas medidas também voltada à proteção da vítima que cabem ser chamadas de protetivas.

Consoante ao exposto entende-se que a aplicação de uma medida prevista nos artigos da Lei Maria da Penha não descarta a possibilidade da utilização de outros meios coercitivos a fim de inibir o agressor perante aquela vítima. A fragilidade da mulher, que diversas vezes se inibe perante seu agressor, não pode se sobressair quando há a iminência de violação de seus direitos.

Nesta tela, importa ressaltar as limitações da Lei nº 11.340/2006 no tocante à eficácia das medidas protetivas, uma vez que se torna impossível assegurar à vítima a proteção de seus direitos quando, concomitantemente a tal violação, não se encontra o amparo estatal com as políticas públicas.

Em casos de violação física, psicológica ou moral, a tomada de medidas protetivas deve ser de maneira urgente, a fim de cessar a agressão praticada no seio familiar, o que apenas pela leitura do procedimento trazido pela Lei Maria da Penha, averigua-se o mínimo de quatro dias para a tomada de medidas de proteção.

Em vista do exposto, Porto (2009, pg. 95) assim predispõe:

Há dificuldades estruturais do Estado em implementá-las. E, nesse ponto, é bom ter presente que impor medidas que não poderão ser fiscalizadas ou implementadas com um mínimo de eficácia é sempre um contributo para o desprestígio da Justiça. De nada adianta o juiz justificar-se intimamente com escusas do tipo: 'isso é problema da polícia, do poder executivo, etc.', pois, na visão social, todos os órgãos – polícia, Poder Judiciário, advogados, Ministério Público – estão entre as imbricados e compreendem o grande sistema de justiça, de modo que as falhas em quaisquer dessas engrenagens depõem contra o todo sistêmico.

O sistema deve agir com a única finalidade de proteção à mulher, ou ao indivíduo vulnerável na relação amorosa, que se encontra sobre violência doméstica. O avanço social com a promulgação da lei em estudo positiva a problemática da violência em tela, buscando a conscientização de autoridades, poderes públicos e da sociedade.

Entretanto, o que se observa na realidade brasileira é a demora na aplicação das medidas de proteção, a ausência de delegacias especializadas, bem como a culpabilidade da própria vítima sobre o ocorrido. Com isso, as mulheres vitimizadas que poderiam buscar o amparo jurisdicional, por diversas vezes se calam na certeza da ineficácia de sua proteção.

### 3.4 DA PRISÃO PREVENTIVA

Após a apresentação da possibilidade da determinação, pelo juiz competente, de medidas preventivas para a proteção da mulher vulnerável na

relação amorosa, consoante estabelecido pela Lei Maria da Penha, o presente trabalho se volta à aplicação de uma dos diversos instrumentos indicados, assim sendo, a prisão preventiva do agressor.

A prisão preventiva, de acordo com a epígrafe discorrida por Prado (2007), em publicação online, constitui-se em:

(...) uma providência cautelar, pois objetiva resguardar a eficácia das medidas protetivas de urgência, as quais, por sua vez, conforme já assinalado anteriormente, não estão vocacionadas a assegurar o resultado final do processo penal, ou seja, a aplicação da pena dentro dos limites máximos de contenção do poder punitivo, mas se confundem com o próprio fim da intervenção estatal, por meio do processo penal: a realização, na medida de suas possibilidades, dos direitos fundamentais do acusado e, agora, após longo período de exclusão, também da vítima.

Essa prisão revela a viabilização para conquistar a efetividade das medidas de urgências fixadas pelo órgão competente, cujo intuito primordial consiste na proteção da vítima e seus direitos fundamentais, necessária assim, para que as condutas agressivas sejam cessadas.

Dessa forma, o Código de Processo Penal (BRASIL, 1941) indica os requisitos necessários para a prisão preventiva, que se soma aos indícios suficientes de autoria e materialidade.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.  
Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

Trata-se de requisitos que pressupõem a ideia de que o agente é considerado uma ameaça à segurança jurídica, às testemunhas e a própria vítima, bem como se possui expectativa de fuga, e que não cumpriria as medidas de proteção devido ao seu comportamento. Situações em que o agente possui residência fixa, exerce uma profissão e não possui maus antecedentes, podem se ajuntar aos demais fatores quando favoráveis expostos no artigo acima para que receba sua liberdade provisória.

Soma-se ao disposto no Código de Processo Penal de 1941 a legislação infraconstitucional principal objeto deste estudo, qual seja, a Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), que apresenta em seu artigo 20, *in verbis*:

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

No decorrer do Inquérito Policial pode ser decretada a prisão pelo juiz diante de um flagrante de violência e também durante o tramitar do processo penal, quando o agente não cumpre as medidas protetivas impostas e acaba externando um risco à vida da vítima.

Nesse sentido, a importância do estudo da prisão preventiva quando da aplicação das medidas protetivas na Lei Maria da Penha se apresenta no instante em que ocorre, de um lado, a privação da liberdade do agressor, e, de outro, a proteção da mulher.

Ainda, importa salientar que em um Estado Democrático de Direito ocorre a garantia dos direitos básicos, entretanto, o que se vê em casos concretos nos quais são decretados a prisão preventiva, é o sopesamento de direitos, uma vez que a liberdade física do agressor é limitada quando se choca à proteção física da vítima.

Assim, vislumbra-se o caráter excepcional da aplicação da medida provisória que se consiste na prisão preventiva, devendo ser decretado outras medidas antes que se restrinja a liberdade de ir e vir de um sujeito de direitos. Ademais, a prisão preventiva não deve ser visualizada como antecipação da punição, pois deve ser garantido o contraditório e demais princípios norteadores do processo penal.

### 3.5 DA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

É cediço que a Lei Maria da Penha adveio para combater a impunidade que sobrepesava a sociedade diante das violências física, emocional,

psicológica, patrimonial e sexual que atingem diariamente milhares de mulheres, já que até então, não havia qualquer lei específica que protegessem, definitivamente, os seus direitos fundamentais.

Por mais que tenha sido regulamentada após a imposição da Convenção Internacional de Direitos Humanos, a forma abordada pelo legislador é realmente louvável, aparentemente, porque é cediço que somente o texto de uma lei não enseja a suficiência de garantia do respeito e da segurança, que constitui a busca incansável do grupo das minorias, reconhecidos como vulneráveis perante a legislação brasileira.

Com isso, após mais de dez anos de a lei estar presente no ordenamento jurídico, levantaram-se algumas críticas em relação a sua real eficácia, tendo em vista o crescente número registrado de violência contra a mulher na relação doméstica e familiar e inclusive, os casos de agressão que não são levados ao conhecimento do Poder Público.

Diante do manifesto, o endereço eletrônico Estadão, por Soares (2017) em publicação online, disponibilizou os seguintes dados:

A cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física. (Fonte: Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha) [...]. Somente em 2015, a Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180, realizou 749.024 atendimentos, ou 1 atendimento a cada 42 segundos. Desde 2005, são quase 5 milhões de atendimentos. (Dados divulgados pelo Ligue 180); [...]. 2 em cada 3 universitárias brasileiras disseram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. (Fonte: Pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, do Instituto Avon, de 2015). [...]. Outra pesquisa do Instituto Locomotiva, dessa vez de 2016, aferiu que 2% dos homens admitem espontaneamente ter cometido violência sexual contra uma mulher, mas diante de uma lista de situações, 18% reconhecem terem sido violentos. Quase um quinto dos 100 milhões de homens brasileiros. (Fonte: Pesquisa “Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil”, de 2016). – A quase totalidade da população (96%) acredita que é preciso ensinar os homens a respeitar as mulheres e não as mulheres a terem medo.

Esses dados revelam como tem crescido a violência contra a mulher mesmo após a publicação da Lei Maria da Penha.

Pode-se afirmar alguns apontamentos que revelam esse crescimento, a começar pela criação das Delegacias Especializadas, uma vez que são

insuficientes em vários lugares do país, o que acaba constringendo a mulher, que por vezes movida pelo medo e descaso do Estado, deixa de procurar uma delegacia comum por não poder receber o atendimento especial e por uma equipe capacitada para atendê-la, diante dessa situação específica, o qual gera a incerteza de que estará integralmente protegida.

Questiona-se ainda, a precariedade da eficácia das medidas protetivas, como por exemplo, a determinação da distância entre o agressor e a vítima, que na prática não ocorre como deveria, e que tem levado a morte por completo desrespeito ao que fora decidido pela Autoridade Pública e consequentemente, aos direitos da mulher.

Tem-se percebido a demora na resolução dos processos envolvendo a Lei Maria da Penha o que acaba trazendo consequências desastrosas para a vítima, aumentando na sociedade o sentimento de impunidade. Fora que não vem sendo garantida a imposição de pensão alimentícia, o que é um atraso nas decisões judiciais, diante dos casos que a mulher é totalmente submissa financeiramente ao seu agressor, dificultando não só a realização da denúncia e prosseguimento do processo penal, por não ter condições econômicas possíveis para sustentar seus filhos.

Dessa forma, o principal motivo que tem aumentado essa violência é a ausência de educação por parte dos homens que não sabem respeitar a mulher e seus direitos, e consideram-se superiores tanto fisicamente, como sexualmente a ponto de não considerar a sua dignidade e igualdade perante todos.

Em continuidade, há um Projeto de Lei 07/2016 que pretende conceder autoridade aos Delegados de Polícia que providenciem a determinação de medidas protetivas em favor da mulher, uma vez que, de acordo com a lei, somente o juiz tem a competência para fixá-las.

Dessa forma, o endereço eletrônico G1 Globo, trouxe as seguintes informações a respeito da intenção deste Projeto, por Mazui (2017) em publicação online:

[...] Presidente da ADPF, Carlos Eduardo Sobral classifica, na nota divulgada pela entidade, como um “grande avanço” a mudança na

legislação. "Com essa alteração na Lei Maria da Penha, o Delegado de Polícia que primeiro tiver contato com a situação de risco poderá decidir, de imediato, pela adição das medidas necessárias para proteção e salvaguarda da mulher e demais vítimas da violência doméstica. É grande avanço que, efetivamente, salvará muitas vidas", diz o texto. Sobral destaca na mensagem que a Lei Maria da Pena está em vigor há 11 anos e necessita de "aperfeiçoamento", na linha do que o projeto aprovado pelo Senado prevê. A nota explica que, pela legislação atual, após a vítima fazer a denúncia na delegacia, corre um prazo de quatro dias para a concessão de medidas protetivas – 48 horas para o delegado encaminhar o pedido ao juiz, que tem mais 48 horas para decidir. [...]

A vítima da violência espera uma resposta efêmera para que tenha sua integridade física e moral resguardada, e o prazo que precisa aguardar até uma decisão judicial, como exposto, 48 horas, pode extirpar tanto a proteção desse direito como produzir o impedimento da cessação da agressão sofrida.

A fim de informação a respeito da tramitação do Projeto de Lei, este já fora aprovado, e encontra-se aguardando a sanção para começar a valer em todo o território nacional, o que demonstra uma iniciativa legislativa em aprimorar a aplicabilidade da lei para proporcionar maior segurança à vítima e buscar a eficácia da Lei Maria da Penha diante do atual quadro social de violência doméstica e familiar.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os objetivos propostos foram atingidos considerando o esclarecimento a respeito dos principais pontos da matéria selecionada no presente. A começar, a referida lei inaugurou a órbita jurídica brasileira após a imposição da Convenção Interamericana de Direitos Humanos determinar que o Brasil regulamentasse uma lei exclusiva para atender à proteção dos direitos das mulheres vítima de agressão doméstica e familiar, a partir do caso da farmacêutica Maria da Penha que mobilizou os Direitos Humanos em seu favor devido às atrocidades que vinha enfrentando por conta da violência provocada por seu marido, que a deixou paraplégica.

Além disso, em um Estado Democrático de Direito expecta-se que os direitos fundamentais sejam respeitados e garantidos e apesar de que já existia proteção genérica na Constituição Federal de 1988, não havia medidas que

pudessem protegê-las e nem mesmo na legislação penal, medidas coercitivas e penalidades aplicáveis ao agressor. Então, a Lei Maria da Penha fora regulamentada e trouxe as medidas protetivas e a possibilidade de prisão cautelar visando o resguardo do princípio da dignidade da pessoa humana.

Igualmente, para que pudesse atingir o maior número de vítimas possíveis, foi estendida a sua aplicabilidade àquelas que não são biologicamente mulher, mas transformaram-se e vivem como mulheres, como as transexuais e, o violentador, pode ser homem ou mulher, sendo ordenado apenas que as violências sejam provenientes da relação afetiva, doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha possui um procedimento próprio para que a vítima denuncie o seu agressor previstos na Lei 11.340/2006, em que a partir da queixa, o Delegado de Polícia envia ao Juiz para que o mesmo providencie a fixação das medidas protetivas viável diante da análise das circunstâncias do caso concreto, como o afastamento do lar, proibição de aproximação da vítima, fixação de pensão alimentícia, caso seja necessário, dentre outros.

Além do mais, a problemática proposta para o trabalho fora concluída visto que paira uma crítica a respeito da efetividade de tal procedimento diante da demora em determinar as medidas de proteção, o que ocasiona a permanência das agressões até que uma decisão seja fixada, diante disso, foi aprovado o Projeto de Lei que intenta conceder ao delegado poderes para fixá-las antes do envio da denúncia ao órgão julgador, o que espera que seja eficaz no tocante ao resguardo dos direitos da vítima, uma vez que a competência por ora é apenas do órgão julgador para determiná-las, o que de fato, oportuniza a impunidade.

Ainda, os resultados obtidos com as pesquisas não tem sido satisfatórios diante de uma série de irregularidades de interpretação da própria lei e no momento da sua aplicabilidade. Como o baixo número de prisões efetuadas; práticas forenses insustentáveis que têm fixado as mesmas medidas protetivas, não levando em consideração as particularidades de cada situação, ínfimas Delegacias Especializadas que são capazes de proporcionar um atendimento aprimorado e específico para a vítima, o que conduz ao entendimento de que

ainda existe um longo caminho a percorrer para que se conquiste a plenitude da preservação dos direitos humanos das vítimas de violência doméstica e familiar. Assim, a sociedade espera que a atividade conjunta dos Poderes viabilize, na ordem prática, a proteção dessas vítimas.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Lei Maria da Penha: uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres.** 2007. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13477-13478-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BESSA, Romeu. **A Lei Maria da Penha e a Prisão Preventiva de Ofício.** 2015. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/romeubessa/artigos/a-lei-maria-da-penha-e-a-prisao-preventiva-de-oficio-1032>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

BRASIL. Código de Processo Penal, 03 de outubro de 1941. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 13 out. 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 08 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 24 mai. 2018.

CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Meriguerite. **Fontes de Informação para pesquisadores profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARCONI, Marina de Andrade Marconi; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAZUI, Guilherme. **Associação dos Delegados da PF defende que Temer sancione mudanças na Lei Maria da Penha**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/associacao-dos-delegados-da-pf-defende-que-temer-sancione-mudancas-na-lei-maria-da-penha.ghtml>>. Acesso em: 23 set. 2018.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: análise crítica e sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- PRADO, Fabiana Lemes Zamalloa do. **A prisão preventiva na Lei Maria da Penha**. 2007. Disponível em: <<http://www.direitopenalvirtual.com.br/artigos/a-prisao-preventiva-na-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- RODAS, Sérgio. **Lei Maria da Penha protege também mulher transgênero ou transexual e homem gay**. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/lei-maria-penha-protege-tambem-mulher-transgenero-homem-gay>>. Acesso em: 09 out. 2018.
- ROMERO, Luiz. **Quem inspirou a Lei Maria da Penha?** 2018. Disponível em: <<https://mundoestranho.abril.com.br/cotidiano/quem-inspirou-a-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 31 mai. 2018.
- SOARES, Nana. **Em números: a violência contra a mulher brasileira**. 2017. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>>. Acesso em: 09 out. 2018.

## O INSTITUTO DA ADOÇÃO FRENTE ÀS NOVAS ORIENTAÇÕES DA LEI 13.509/2017

Juliana Rotta Moura<sup>6</sup>

Sinara Severo Neres<sup>7</sup>

### RESUMO

A Lei 13.509/2017 trouxe inovações para estimular às famílias a se interessarem mais sobre a Adoção, já que não é uma tarefa simples criar um menor que possui forte ligação sanguínea com outra pessoa, e carrega uma carga genética que influencia diretamente no seu desenvolvimento. O interessante desta lei também, é que estimula à adoção daqueles que são os que menos chamam a atenção das pessoas que visitam os abrigos, como os mais velhos, menores que possuem algum problema grave de saúde ou com deficiência e ainda, caso não desejem a adoção, que sejam cativados pelo Programa de Apadrinhamento, estipulado por esta lei, com o fito de que o menor receba o carinho de uma família por determinados períodos ou datas comemorativas, e a guarda assim, permanece com a instituição. Além do mais, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido de forma inovadora nos casos de “adoção à brasileira”, com o intuito de se ativer às regras que são mais benéficas à criança ou adolescente em relação às próprias decisões dos pais biológicos e dos que decidiram perceber a guarda informal. Dessa forma, expressam-se as vertentes apontadas por meio da técnica de Metodologia Científica, compreendendo a pesquisa exploratória, bibliográfica e com fontes secundárias.

**Palavras-Chave:** Acolhimento institucional. Programa de Apadrinhamento. Adoção à brasileira. Direitos das crianças e dos Adolescentes.

### ABSTRACT

The Law 13.509/2017 brought in innovations to encourage families to become more interested in Adoption since it is not a simple task to create a child who has a strong blood connection with another person and carries a genetic load that directly influences their development. The interesting of this law also, is that stimulates the simple adoption of those are the ones that least attract the attention of people who visit shelters, such as the elderly, the minors who have a serious health problem or a disability, and also, if they do not wish adoption, to be captivated by the Sponsorship Program stipulated by this law, in order that the child receives the affection of a family for certain periods or commemorative dates, and the guard thus stays with the institution. Moreover, the Superior Court of Justice has decided in an innovative way in cases of "adoption to the Brazilian", in order to comply with the rules that are most beneficial to the child or adolescent in relation to the decisions of biological parents and those who decided to notice the informal guard. In this way, the aspects indicated by the technique of Scientific Methodology, including the exploratory, bibliographic research and with secondary sources.

**Keywords:** Institutional welcoming. Sponsorship Program. Brazilian adoption. Rights of children and adolescents.

## 1 INTRODUÇÃO

A adoção representa um procedimento antigo na humanidade, já que sempre apareceram oportunidades de uma família criar uma criança ou

---

<sup>6</sup> Graduanda Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX.

<sup>7</sup> Bacharel Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX; Pós-Graduada em Direito Constitucional e Administrativo pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX; Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia/ES-MULTIVIX.

adolescente que não lhe pertencia biologicamente. Embora já existisse sua regulamentação na legislação brasileira desde o Código de 1916, a lei teve que se adequar aos novos anseios sociais, inclusive visando a facilitação deste procedimento social tão importante para garantir, concretamente, a observância dos direitos dos menores que desejam um lar para receber afeto, amor e construir caráter, personalidade e a aprender os valores essenciais.

Pode-se afirmar que a adoção é um glorioso ato de amor que transforma a existência de uma criança ou adolescente que não possuía uma família ou foi afastado da mesma diante do sofrimento e maus tratos sofridos, a fim de que seja experimentada a importância de tê-la, em vista do seu bom desenvolvimento físico e mental.

A disposição legislativa da Adoção no ordenamento possuía um trâmite procedimental muito burocrático e cheio de regras específicas, que direcionava a desistência das famílias pelo ato por conta da demora em conseguir a guarda permanente do menor principalmente, as crianças especiais, que possuíam irmãos ou as mais velhas. A partir da nova Lei 13.509/2017, aligeirou-se o processo e reduziram-se os prazos processuais objetivando a acesso à Adoção de forma a garantir os interesses do menor, atendendo somente às suas prioridades para receber um lar adequado.

Essa mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil prevê grandes resultados com a instituição do Programa de Apadrinhamento devidamente incluído pela Lei 13.509/2017 para que os menores que são retardatários nos processos de Adoção, submetidos também ao acolhimento institucional ou familiar, prioritariamente, recebam padrinhos ou madrinhas, embora não haja transferência de guarda, há a compleição de um vínculo amoroso que possibilita ao menor usufruir de um carinho externado por uma família, passando por momentos e datas importantes juntos.

Além de dispor sobre a Adoção internacional regras menos severas e a diminuição do prazo do estágio de convivência, para viabilizar a concessão definitiva da Adoção de feição mais célere.

Outro instituto importante diz respeito à adoção à brasileira, que vem

sido reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça quando os pais biológicos entregam seus filhos sem que haja a observância das regras procedimentais, a depender do caso concreto.

Nesse sentido, o objetivo principal do presente trabalho consiste em ponderar sobre o instituto da Adoção com base nas novas orientações trazidas pela Lei 13.509/2017 que coadjuva este procedimento de forma a privilegiar a criança ou adolescente, impelindo às famílias ao maior interesse por esta causa social.

Além do mais, a adoção é uma ferramenta jurídica que movimenta as relações sociais para encorajar a transmissão de amor e carinho de uma família por alguém que necessita, e este entendimento desperta as seguintes indagações: Se o bebê ainda estiver no ventre materno, pode ser realizado o procedimento de adoção? Quem pode aderir ao Programa de Apadrinhamento como padrinho ou madrinha? Qual a prioridade de adoção que foi atribuída pela nova lei?

Nesse sentido, se o bebê ainda estiver no ventre materno e a mãe manifestar a ausência de sentimento em permanecer com o mesmo diante de situações como insuficiência financeira, a gestante deve ser direcionada a autoridades públicas e judiciárias para que a criança, após o nascimento, seja colocada à adoção. É a concretização de um direito que lhe pertence, devendo o Estado garantir os suprimentos básicos até a entrega do bebê.

Como fora citado, o Programa de Apadrinhamento também se trata de uma importante garantia legal, podendo ser padrinho ou madrinha qualquer pessoa física ou jurídica que expresse o interesse de se aproximar de uma criança ou adolescente. Com vistas a equilibrar a Adoção, foram colocados em prioridade os menores que possuem mais dificuldade em serem adotados em função das suas características físicas, problemas de saúde ou quando possuem irmãos, por exemplo, a fim de proporcioná-los a realização do sonho de também ter uma família.

Assim, em análises aos entendimentos iniciais prolatados, serão estudados os tópicos seguintes a começar pelo histórico da Adoção na legislação brasileira; as feições do Programa de Apadrinhamento como uma

novidade legislativa para buscar maior proximidade dos menores com uma família, sem manter relação de guarda; os principais pontos da Adoção prescritos pela hodierna lei 13.509/2017; e o exame das decisões excepcionais do Superior Tribunal de Justiça que visam o acolhimento do princípio do melhor interesse em face da chamada adoção à brasileira.

Portanto, as técnicas da Metodologia Científica a serem utilizadas compreendem a pesquisa exploratória, bibliográfica e as fontes secundárias.

## **2 METODOLOGIA**

A Lei 13.509/2017 exhibe importantes dispositivos para simplificar a Adoção e proporcionar maior interesse por parte das famílias que desejam aderir a esta ação. Para completar este entendimento, é preciso que determinadas regras de metodologia científica sejam substancializadas para adequá-lo às normas prescritas. Diante disso, a pesquisa exploratória será aplicada como uma das espécies de classificação da pesquisa.

Bervian, Cervo e Silva, (2007, p. 61) ensinam que a pesquisa exploratória: “[...] se restringe por definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo, portanto ela seria um passo inicial para o projeto de pesquisa.”. Os objetivos foram delimitados para direcionar o estudo, como a análise dos aspectos históricos do instituto da Adoção; as feições do Programa de Apadrinhamento conforme as regras legais, demonstrar os pontos cruciais da Adoção de acordo com os ditames da nova lei e, enfim, as decisões do Superior Tribunal de Justiça no tocante à “adoção à brasileira” em conformidade com os casos reais.

Ainda, será relevante o auxílio da natureza uma pesquisa bibliográfica, que conforme Lakatos e Marconi (2011, p. 43/44): “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”.

Todo o material selecionado será importante para fins deste estudo, sendo necessário destacar que, como se trata de um tema muito recente no

ordenamento, não existe um esgotamento do assunto por parte dos autores, mas também não deixa de ser um ilustre instituto de Direito susceptível a estudo.

Por fim, as fontes secundárias, nos dizeres de Andrade (2001, p. 43). “[...] são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas.” Isso quer dizer que as doutrinas, artigos e publicações eletrônicas serão indispensáveis para este estudo.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 O INSTITUTO DA ADOÇÃO FRENTE ÀS NOVAS ORIENTAÇÕES DA LEI 13.509/2017: DOS APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA ADOÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A família sempre foi um dos institutos mais importantes da sociedade e traz esse conceito de longas datas estendendo-se até à legislação atual. Não importa de que ordem ou natureza é composta, ela é indispensável para o crescimento da criança e a providência do ensinamento devido direcionando-a ao caminho do bem e o respeito no seio social. O que importa para o Estado é o acolhimento dos direitos do menor, pois o seu cuidado reflete o futuro do país.

É impreterível saber os escalonamentos históricos que sofreu a Adoção na legislação brasileira para perceber o quanto este mecanismo de promoção ao apoio dos menores que não possuem um lar, desenvolveu-se e foi ganhando importância jurídica e disposição específica a partir de cada exigência vivida. Dessa forma, parte-se dos principais eventos do Código Civil de 1916 que o regulamentou, de acordo com os ensinamentos de Dias (2016, pg. 787/788).

O instituto da adoção é um dos mais antigos de que se tem notícia. Afinal, sempre existiram filhos não desejados, cujos pais não querem ou não podem assumir. Também há crianças que são afastadas do convívio familiar. Conclusão: há legiões de crianças abandonadas,

jogadas no lixo, maltratadas, violadas e violentadas, que escancaram essa realidade. A sorte é que milhões de pessoas desejam realizar o sonho de ter filhos. O Código Civil de 1916 chamava de *simples* a adoção tanto de maiores como de menores de idade. Só podia adotar quem não tivesse filhos. A adoção era levada a efeito por *escritura pública* e o vínculo de parentesco estabelecia-se somente entre o adotante e o adotado.

O Código previa a adoção de pessoas maiores e menores de idade e, como não havia estabelecido legalmente a igualdade, havia distinção entre os filhos legítimos e os que eram adotados. Atualmente não existe o requisito da inexistência de filhos a fim de que seja proferida à adoção, até porque todas as ações legais e jurisprudenciais tem se voltado a garantir o que for mais satisfatório à criança ou adolescente para prover a Adoção e obter assim, uma família, que consiste no súpero desejo desses menores que estão em casas de abrigo.

Existem muitas crianças que são abandonadas, submetidas ao trabalho escravo infantil, exploração sexual nos seus próprios lares, falta de amor e cuidado que reflete no seu psicológico e se expressa através de reações agressivas e depressivas. Ao lado do dever do Estado em protegê-los, estão àqueles que criam elos afetivos com essas menores e que demonstram interesse em lutar pela sua guarda e oferecem um novo ensejo de serem felizes.

O Código de 1916 representou um grande avanço na época, conforme aludido pela autora, mostrando interesse em dispor sobre os requisitos essenciais para ser providenciada a Adoção, embora evidentemente restrita e com limitação quanto ao parentesco, pois era firmado somente entre as partes envolvidas na adoção, ou seja, não existia relação familiar legal entre os demais familiares da família adotante com o adotado, e segundo o Senado Federal (2013) em publicação online, informa que:

Em 1927, surgiu o primeiro Código de Menores do país, mas que não tratava da adoção, ainda aos cuidados do Código Civil de 1916, cujas regras permaneceram inalteradas até a Lei 3.133/1957, que modificou alguns critérios: os adotantes deveriam ter mais de 30 anos, e não mais de 50; o adotando deveria ser 16 anos mais novo que o adotante, e não 18; e os adotantes poderiam já ter filhos (legítimos, legitimados ou reconhecidos). Por essa lei, a adoção passa a ser irrevogável, mas possui sérias restrições de direitos, pois os

adotantes que viessem a ter filhos biológicos após a adoção poderiam afastar o adotado da sucessão legítima. “Esse preconceito odioso só caiu em 1977, por meio da Lei 6.515 (Lei do Divórcio). Depois de 61 anos, finalmente o adotivo passou a gozar dos mesmos direitos do filho consanguíneo”, explica o advogado e professor de Direito Eduardo Barbosa, em seu artigo “A evolução da adoção no Brasil”. Em 1965 [...] inovou ao mandar cancelar o registro original de nascimento do adotando, eliminando do “histórico de vida” quaisquer informações relativas aos pais biológicos.

Ressalta-se que o preconceito era aparente nas regulamentações que sobrevinham no país. Nesse sentido, o Código de Menores, por exemplo, não disponibilizou nenhuma regra especial sobre a Adoção, em que por tempos somente o Código de 1916 prescrevia sobre o instituto. Com a Lei em 1957 houve a reflexão de alguns direitos, mas ainda havia diferença entre àqueles que eram adotados e os filhos biológicos do casal, como se pode observar no momento da sucessão, em que se excluía os adotados.

Somente uma família tradicional poderia adotar, hoje é bem extensa a probabilidade de adoção alcançando os casais homossexuais e pessoas solteiras. Em continuidade ao pensamento do autor, somente com a Lei do Divórcio começou a haver tratamento igualitário entre os filhos, independente de laços sanguíneos ou não.

Em 1965 foi estipulada uma regra louvável ao retirar da certidão de nascimento do adotado os registros dos pais biológicos, e agora sim, passava a ser como o filho legítimo do casal adotante, conforme afirmado pelo autor.

Além do mais, entende Gonçalves (2011, p. 105/106) que:

A intenção do legislador foi adaptar o referido diploma ao art. 227, § 6º, da Constituição, que proclama terem os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Essa regra foi reproduzida *ipsis litteris* no art. 1.596 do novo Código Civil. Não mais podem, portanto, os filhos ser chamados, discriminatoriamente, de legítimos, ilegítimos ou adotivos.

Até que chegou o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 que trouxe outras regras com base nos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e cessou de vez com os termos discriminatórios entre os filhos, com a garantia constitucional do princípio da igualdade. Por fim, a Lei 13.509/2017 abrangeu ainda dispositivos que serão analisados no presente

favorecendo e entusiasmando as famílias a aderirem à adoção.

### 3.2 DAS FEIÇÕES LEGAIS DO PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

Os menores que vivem nos abrigos devido ao abandono dos pais, insuficiência de condições financeiras para mantê-los ou mesmo que sofreram algum tipo de violência ou exploração não entendem o significado de amor e carinho.

Muitos são colocados em situações desumanas e quando recolhidos, representam certa resistência para conviver novamente em uma família, o que define o auxílio do Estado por meio do oferecimento de assistência social e psicológica com o intuito de recuperá-lo.

O comportamento de uma criança ou adolescente é espelho da realidade que vive, mas acontece que nem sempre este tipo de transtorno direciona a um problema maior, pois na verdade, o que todos querem é ter um lar. E por diversas perspicácias, muitos não conseguem realizar este sonho e ao menos terem um parâmetro de família.

Em função disso, a Lei previu o Programa de Apadrinhamento, em que a criança ou adolescente não percebem a adoção, contudo é escolhido por uma pessoa que deseja apadrinhá-lo e assim, passar por alguns momentos com o menor, como datas comemorativas, para ele sentir esse sentimento que envolve uma família. Nesse contexto, Ortega (2017) em publicação online, relata que:

As crianças ou adolescentes têm encontros com seus “padrinhos”, fazem passeios, frequentam a casa, participam de aniversários, datas especiais, como Dia das Crianças, Natal, Ano Novo etc. A intenção do programa de apadrinhamento é fazer com que a criança ou adolescente receba afeto e possa conhecer como funciona uma saudável vida em família, com carinho e amor.

A importância deste Programa se descreve a conservar os direitos da criança e do adolescente para que seu interesse seja observado em detrimento dos demais direitos e princípios, da mesma maneira que a sua proteção está acima de qualquer outra ação estatal.

E assim, prescreve a Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017) que:

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

§ 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

Inserir-se no rol de possibilidade de participação do Programa o menor que está em acolhimento institucional ou familiar, ou seja, medidas que resguardam o menor contra as graves situações vividas antes do recolhimento pelo Estado.

Com o Apadrinhamento, a criança ou adolescente vive a ocasião de contentamento em uma família para aprender o necessário tendo em vista o seu desenvolvimento, como frequentar o meio social e respeitar as pessoas, assim como desfrutar de bons estágios em família e, só de saber que existe alguém fora do abrigo que o ama e firma compromisso com ele, já consiste em um grande passo para enfrentamento das dificuldades vividas.

Cada instituição ou abrigo pode estipular suas próprias regras sobre a condução, desde que o padrinho ou madrinha tenha idade acima dos dezoito anos, que representa o início da capacidade integral atingida, conforme o Código Civil (BRASIL, 2002). Cumpre apontar que a responsabilidade persiste, como um pai ou uma mãe que cuida do seu próprio filho, providenciando todo o apoio independente do lugar que o menor estiver.

Nesses termos, o Programa é destinado para aqueles que não fruem do propósito de adotar uma criança ou adolescente, mas estimula ao apadrinhamento, já que o menor continua sob a guarda da instituição e assim pode ter laços familiares que determinam o seu progresso. E a Lei 13.509/2017 (BRASIL, 2017) traz a seguinte disposição:

Art. 19-B.

[...]

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade

de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

§ 5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.

§ 6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente.

Não são todas as crianças que podem estar introduzidas no programa, porque o objetivo da lei é sempre proporcionar a Adoção. Contudo, nem sempre isso é possível, por isso a prioridade deve ser para os menores que detêm chances reduzidas para Adoção, como os que possuem algum distúrbio físico ou mental, que possuem irmãos nos abrigos constituindo igualmente precedência no sistema da Adoção.

Não compõe somente uma atribuição do Estado, mas podem ser promovidas por organizações da sociedade civil, ou seja, entidades que possuem natureza privada e defendem o interesse público, como o incentivo ao Programa que asseguram os direitos das crianças ou adolescentes que permanecem em abrigos ou instituições específicas.

E finalmente, sempre que houver atentado às regras delimitadas no Programa, a autoridade judiciária deve ser comunicada para tomar as providências cabíveis, devido à responsabilidade que está sobre os padrinhos.

### 3.3 DOS PRINCIPAIS PONTOS DA ADOÇÃO COM A NOVA LEI 13.509/2017

A Lei foi preparada para aligeirar o decurso da Adoção e tornar mais atrativo para as famílias que almejam adotar uma criança ou adolescente, quebrando o juízo de métodos burocráticos até então existentes que levavam a frustração, já que havia inúmeras regras que desestimulavam a viabilidade deste procedimento.

Uma das mudanças a serem observadas consiste no prazo para o menor permanecer no acolhimento familiar ou institucional, a saber:

Art. 2º.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária

competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (BRASIL, LEI 13.509/2017)

[...]

Art. 19.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (revogado). (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

O acolhimento institucional é quando a criança ou adolescente permanece em abrigos por se tornar insustentável sua continuidade com a família consanguínea, e familiar, porque presume que o menor fique por tempo provisório em um lar, recuado do seu originário, para cuidar dos seus interesses e o preparar ao retorno familiar.

A intenção não é retirá-lo do seio familiar, mas sim, fazer um tratamento em apartado tanto dos pais ou responsáveis, quanto do menor para tornar viável o novo convívio, se possível. Caso não o seja, após todo o esforço do Estado em restabelecer o equilíbrio, é colocado no Programa de Adoção.

A Lei aprecia a constância dos relacionamentos entre os membros de uma família, assim como as atitudes estatais na prática são voltadas a possibilitar esta intenção legal. Contudo, nem sempre o pai ou responsável está habilitado à mudança ou deseja restabelecer o convívio com seus filhos, não se importando com as consequências de suas ações negativas perante sua prole. Então, entra a proteção estatal concedendo a garantia do respeito aos seus direitos, quando não possuem uma família apta a garantir.

Há duas previsões legais colocadas acima que determinam o tempo que a criança ou adolescente ficará sob o resguardo em acolhimento institucional ou familiar, uma em vigor e outra revogada.

É possível perceber a diferença no tempo que previa o ECA, prazo de até dois anos e a nova redação, prazo de um ano e meio, em regra. Para o

legislador, não é exequível que o menor fique por tanto tempo em acolhimento, pois o objetivo é que seja encaminhado à Adoção ou diante das suas individualidades, seja disponibilizado no Programa de Apadrinhamento, mas frisa-se que a precedência é sempre a Adoção.

Outra questão a ser analisada é sobre o estágio de convivência. Esta regra diz respeito ao tempo que o adotante e adotado permanecerão juntos para que seja decidido se realmente a família vai requer a Adoção.

Nesse sentido, Nucci (2016, pg. 180) afirma que:

É o período no qual adotante e adotando convivem como se família fossem, sob o mesmo teto, em intimidade de pais e filhos, já devendo o adotante sustentar, zelar, proteger e educar o adotando. É um período de teste para se aquilatar grau de afinidade entre ambos os lados e se, realmente, fortalecem-se os laços de afetividade, que são fundamentais para a família. De fato é um estágio indispensável, sob qualquer prisma, pouco importando a idade da criança ou adolescente.

É uma medida obrigatória, pois somente haverá certeza da viabilidade da Adoção com a convivência sob o mesmo teto entre eles, a partir dos ensinamentos e momentos vividos como se já fosse uma família constituída legalmente, sendo irrelevante a idade do menor.

Ainda, têm-se as seguintes prescrições legais:

Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso." (BRASIL, LEI 13.509/2017)

[...]

Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso. (revogado). (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

Houve também uma mudança no prazo quanto ao cumprimento do estágio de convivência, já que anterior à lei estava previsto no estatuto o prazo a ser fixado pelo juiz, e diante da quantidade de processos a serem decididos com urgência e prioridade processual, não havia uma participação ativa do Judiciário e perdurava por tempo excessivo sem a decisão efetiva pela Adoção ou não, criando por vezes, expectativas não concretizadas no menor.

Agora, com o prazo de até noventa dias depreende-se uma maior

preocupação pelo menor e seu bem-estar durante o estágio, que a partir do acompanhamento da Justiça especializada e a preparação dos relatórios sobre a convivência entre adotante e adotado, é que o juiz deferirá ou não a sua concessão.

Ainda, o artigo 50 traz o seguinte posicionamento a respeito da Adoção internacional, que ganhou maior disponibilidade também com a nova lei.

Art. 50.

§ 10. Consultados os cadastros e verificada a ausência de pretendentes habilitados residentes no País com perfil compatível e interesse manifesto pela adoção de criança ou adolescente inscrito nos cadastros existentes, será realizado o encaminhamento da criança ou adolescente à adoção internacional. (BRASIL, LEI 13.509/2017).

§ 10. A adoção internacional somente será deferida se, após consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantido pela Justiça da Infância e da Juventude na comarca, bem como aos cadastros estadual e nacional referidos no § 5º deste artigo, não for encontrado interessado com residência permanente no Brasil. (revogado). (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

[...]

§ 15. Será assegurada prioridade no cadastro a pessoas interessadas em adotar criança ou adolescente com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde, além de grupo de irmãos. (BRASIL, LEI 13.509/2017).

Os critérios destinados à Adoção Internacional tornou-se tão importante quanto em relação à Adoção brasileira. A lei anterior disponibilizava maior rigor referente a sua viabilidade, dificultando a Adoção dos casais estrangeiros pelas crianças ou adolescentes do país.

Contudo, tem sido cada vez maior a procura por menores brasileiros para adoção, e como são milhares deles que necessitam de um lar, não sendo compatível o número com a procura por adoção no país, foi importante a definição que em caso de não haver interessados no Brasil ou que não atendam aos critérios estabelecidos pela lei, os menores sejam colocados à disposição da Adoção internacional. Assim, estimula-se igualmente este tipo de Adoção, não constituindo uma hipótese remanescente como era regulamentado, sendo decidido pelo juiz após os relatórios emitidos pela Justiça especializada, como acontece na Adoção brasileira.

### 3.4 DO INSTITUTO DA ADOÇÃO À BRASILEIRA

A adoção à brasileira trata-se da adoção, já incitada pela nova ordem social e prática forense, que defere a guarda à família sem a análise dos formalismos que a lei dispõe para a consolidação do ato.

Refere-se a situações delicadas que infelizmente estão presentes no cotidiano, quando, em regra, a mãe biológica entrega seu filho para outra pessoa cuidar, parente ou não, por não ter condições para a criação do menor. É claro que podem ocorrer outras situações, como crianças que são encontradas no lixo, ou que demonstra indícios de tráfico infantil, por isso que a legislação não ampara essa prática, devendo cada caso passar pela análise minuciosa da justiça.

Acontece que existem algumas exigências legais que devem ser consideradas quando se requer a Adoção e também o procedimento de registro da criança, o qual o simples fato de criar um filho que não é dos pais, biologicamente, sem a atenção a estes requisitos, não é abarcado pela licitude legal.

A autora Dias (2009) por meio de uma publicação online manifesta-se nos seguintes termos a respeito desse instituto:

[...] adoção à brasileira [...] é de tal ordem a relevância que se empresta ao afeto que se pode dizer agora que a filiação se define não pela verdade biológica, nem a verdade legal ou a verdade jurídica, mas pela verdade do coração. Há filiação onde houver um vínculo de afetividade. Aliás, essa palavra está referida uma única vez no Código Civil, exatamente quando fala da proteção à pessoa dos filhos, ao dizer que a guarda deve ser deferida levando em conta a relação de afinidade e afetividade (1.584, parágrafo único). Assim, a sacralização da nefasta lista vai de encontro a tudo que vem sendo construído para realçar a afetividade como o elemento identificador dos vínculos familiares. Quando se trilha o caminho que busca enlaçar no próprio conceito de família o afeto, desprezando-lo totalmente afronta não só a norma constitucional que consagra o princípio da proteção integral, mas também o princípio maior que serve de fundamento ao Estado Democrático de Direito: o respeito à dignidade de crianças e adolescentes.

Conforme a autora, a adoção à brasileira é um ato que emana amor além do vínculo genético e embora não tenha previsão legal, corresponde aos princípios garantidores da dignidade da pessoa humana referente aos menores de idade.

Como os princípios inspiram a proteção absoluta em contraposição a qualquer situação que venha cercear os seus direitos, a lei deve ser interpretada juntamente com os mesmos para atribuir, na prática, os direitos das crianças e dos adolescentes frente às intempéries que vivem e não são abrangidas pela letra da lei. Além do mais, o Estado é responsável pela garantia da preservação dos seus interesses sendo relevante a sua análise diante do julgamento de caso de adoção à brasileira.

Diante desse cenário crescente no país, o STJ (BRASIL, 2018) se manifestou e publicou no seu endereço eletrônico de Notícias, casos que foram deferidos e indeferidos de adoção à brasileira, em que será analisada nesse momento uma situação favorável ao reconhecimento da adoção e outra, não. Como se trata de situações protegidas pelo segredo de justiça, não foi divulgado o teor processual e o nome dos envolvidos, a saber:

O Superior Tribunal de Justiça publicou, neste domingo (4/2), precedentes da corte sobre a validade da chamada “adoção à brasileira”, que consiste na entrega de crianças, pelos pais biológicos, para que outras pessoas possam criá-las, sem seguir exigências legais. Os números dos processos não foram divulgados, por estarem em segredo judicial. Em outubro de 2016, por exemplo, o tribunal permitiu que um casal ficasse com irmãos gêmeos, adotados à brasileira, aos nove meses de idade. A princípio, o marido alegou que seria pai biológico das crianças, frutos de relacionamento extraconjugal passageiro, e que sua esposa estaria disposta a adotá-las. Um exame de DNA, no entanto, concluiu que o adotante não era o pai biológico dos gêmeos. Segundo os autos, a mãe biológica manifestou expressamente sua concordância com a adoção, e foi constatado que o pai e o avô das crianças, na família de origem, abusavam sexualmente das crianças mais velhas com a conivência da mãe biológica. Diante dessa situação, o relator do processo, ministro Raul Araújo, defendeu a permanência dos gêmeos com os pais adotivos.

O STJ deferiu a permanência da guarda com os pais adotivos por constatar que as crianças eram abusadas sexualmente pelo pai e avô biológico e ainda, com a concordância da mãe com tais atos. Mesmo que o pai adotante tenha se equivocado a respeito da paternidade, alegando relacionamento fora

do casamento que gerou as crianças, o exame de DNA concluiu pela não existência da ordem biológica.

Contudo, em razão da situação caótica de manifesto descumprimento dos direitos da criança e do adolescente, da sua proteção à integridade física e moral, o relator decidiu por reconhecer a adoção à brasileira em favor dos menores. Certamente, se devolvesse a guarda a mãe biológica, o dano seria imensurável, e conduzi-las a um abrigo depois de certo tempo de convivência sem que houvesse outras restrições ao exercício desse direito, não seria uma decisão coerente e justa.

Há também o caso de negativa do STJ (BRASIL, 2018) a esta adoção concluindo que a criança deveria quedar-se no abrigo, afastando da família que a tinha adotado à brasileira.

[...] Apesar de algumas decisões favoráveis à família adotante, muitas vezes as crianças não permanecem com aqueles que as adotaram à brasileira. Em agosto de 2017, a 4ª Turma do STJ decidiu que uma criança, entregue pela mãe biológica a terceiros, logo após o nascimento, deveria ser encaminhada a abrigo, mesmo tendo convivido com a nova família por dez meses. O caso envolvia a suspeita de tráfico infantil. O relator do processo, ministro Marco Buzzi, afirmou que “é notória a irregularidade na conduta dos impetrantes, ao afrontar a legislação regulamentadora da matéria sobre a proteção de crianças e adolescentes, bem assim às políticas públicas implementadas, com amparo do Conselho Nacional de Justiça, visando coibir práticas como esta”. Em seu voto, o ministro também justificou a decisão de encaminhar a criança, nascida em julho de 2016, para a instituição. “Dada a pouca idade da criança e em razão de os elos não terem perdurado por período tão significativo a ponto de formar para a menor vínculo indissolúvel, prudente e razoável a manutenção do abrigamento”, esclareceu.

Nesse caso, o Tribunal detectou indícios de tráfico infantil envolvido na adoção à brasileira, que é muito comum nas situações de adoção por vias contrárias à lei, e, além disso, não existia tempo suficiente de convivência entre o adotante e adotado que pudesse provocar transtornos ao menor ou apego sentimental de forma a prejudicá-lo, decidindo então pela concessão de amparo estatal com permanência em abrigo institucional.

Trata-se de uma decisão que visou privilegiar o bem-estar do menor e sua saúde física e psicológica em função da inexistência de segurança

revelada pelo adotante nas suas condutas, que não foram informadas pelo Tribunal de forma pública.

Portanto, embora haja cadastro e fila de espera para adoção, o Tribunal Superior decidiu por ponderar caso a caso para efetivar os direitos da criança e do adolescente que necessitam de um lar e amor para o seu pleno desenvolvimento como ser humano em contraposição aos ditames legais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto evidenciado no presente, foram atingidos os objetivos delimitados ao trazer a Adoção como um antigo instrumento de Direito, vez que sempre existiu na história e a cada época vivida foi sofrendo alterações legislativas para se amoldar às pretensões sociais e jurídicas, passando pelo Código Civil de 1916 com o estabelecimento da relação somente entre adotante e adotado, excluindo a relação de parentesco com os demais familiares daquele, idade avançada para conseguir adotar, levando em consideração se já possui filhos biológicos ou não, conforme fora estudado, avançando na regulamentação das demais leis chegando à Constituição Federal de 1988 com a definição dos direitos individuais.

Dentre as mudanças significativas que sofreu a legislação, destaca-se a atribuição da igualdade de tratamento entre filhos biológicos ou não com extensão ao Código Civil de 2002 e agora com a nova Lei 13.509/2017, critérios facilitadores para o estabelecimento da Adoção internacional; instituição do Programa de Apadrinhamento visando que os menores sob a responsabilidade de um abrigo recebam carinho e amor por meio de uma família, participando de datas comemorativas e eventos especiais, podendo ser pessoa física ou jurídica, convivendo fora do âmbito institucional sem outorgar a guarda; além do estágio de convivência, que consiste no período imprescindível para que adotante e adotado tenham uma experiência de familiaridade juntos a fim de ter plena indubitabilidade da adoção definitiva.

Em se tratando da resposta à problemática levantada, pode-se dizer que se o bebê ainda não nasceu e a mãe já possui pleno conceito de que não deseja ficar com a criança, principalmente quando se trata de assunto financeiro, ela já pode demonstrar este sentimento e assim será instruída a procurar a Justiça da Infância e Juventude que tomará as providências cabíveis, como o direcionamento à assistência, conforme a Lei 13.509/2017.

Além disso, uma das novidades prenunciadas na lei é o Programa de Apadrinhamento que não permite que somente que pessoas físicas busquem serem padrinhos ou madrinhas dos menores em abrigo que sofrem dificuldades para conquistarem a Adoção, podendo igualmente, ser concedido a pessoas jurídicas, já que a guarda não é transferida, somente são desencadeados os atos necessários para que se tenha uma relação de afeto a partir da convivência de pequenos momentos, mas que são determinantes no crescimento da criança ou adolescente porque para eles é importante saber que tem alguém, externo ao abrigo, que o ama e quer estar por perto.

Por isso, a nova lei dispôs sobre as prioridades no momento da Adoção para que seja incentivada àqueles que possuem complicações na saúde, crianças com deficiências ou quaisquer limitações físicas e mentais, e também, quando possuem irmãos, para priorizar a Adoção concomitante mantendo o elo já existente, uma vez que, normalmente, são os casos mais difíceis de alcançarem o tão sonhado lar.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça revelou-se inclinado ao atendimento das novas exigências práticas ao reconhecer a adoção à brasileira, ainda que não siga a fidelidade do aparato das normas que delimitam o instituto, e em que pese já tenha proferido decisão em desfavor desta Adoção, foi em virtude da proteção à criança e ao adolescente que depende da proteção do Estado para o seu desenvolvimento.

## 5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marina de. **Metodologia Científica**: Para o Curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2001.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. Código Civil, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 nov. 2017. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **História da Adoção no mundo**. 2013. Disponível em: < <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/historia-da-adocao-no-mundo.aspx>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Julgados sobre adoção à brasileira buscam preservar o melhor interesse da criança**. 2018. Disponível em: < [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Julgados-sobre-ado%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-brasileira-buscam-preservar-o-melhor-interesse-da-crian%C3%A7a](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Julgados-sobre-ado%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-brasileira-buscam-preservar-o-melhor-interesse-da-crian%C3%A7a)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Adoção e a espera do amor**. 2009. Disponível em: < [http://mariaberenice.com.br/uploads/1\\_-\\_ado%E7%E3o\\_e\\_a\\_espera\\_do\\_amor.pdf](http://mariaberenice.com.br/uploads/1_-_ado%E7%E3o_e_a_espera_do_amor.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de Família**: sinopse jurídica. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: em busca da Constituição Federal das Crianças e dos Adolescentes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ORTEGA, Flávia Teixeira. **Nova Lei 13.509/2017 dispõe sobre o Programa de Apadrinhamento**. 2017. Disponível em: <  
<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/525776822/nova-lei-13509-2017-dispoe-sobre-o-programa-de-apadrinhamento>>. Acesso em> 02 jun. 2018.

## A INVIABILIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Henrick Medeiros Leite<sup>8</sup>  
Sinara Severo Neres<sup>9</sup>

### RESUMO

O menor está protegido pela inimputabilidade, o qual afasta qualquer possibilidade de ser atribuída uma punição de natureza penal, pois o mesmo pratica ato infracional e não crime, independente da natureza e do bem jurídico atingido, sendo atualmente regido pelo ECA. Tem sido discutida sobre a atenuação da maioria para 16 anos e este trabalho abordará a sua inviabilidade, o qual defenderá o respeito e a proteção completa dos direitos da criança e do adolescente, demonstrando que o dilema da violência paira na ausência de um posicionamento efetivo do Estado em diminuir a criminalidade, atingindo a raiz desse mal social, não constituindo uma solução positiva a imposição do encarceramento, diante da insuficiência do sistema prisional e da maior vulnerabilidade do menor se tornar um reincidente. Resta comprovado que os países que adotaram a atenuação da maioria não obtiveram diminuição nos índices da delinquência, e ações do Governo voltadas à educação, geração de empregos para os jovens desestimulando o acesso fácil de obtenção de renda proveniente do tráfico de drogas, melhoramento na introdução do menor infrator na sociedade, seriam eficazes no combate à violência, pois não se trata de uma questão de segurança pública, mas de respeito dos direitos constitucionais da criança e do adolescente, o que configura a pretensão deste trabalho, por isso, será abordado ainda a intenção legislativa pela Reforma do ECA ao invés de decidir pela redução da maioria. Assim, a pesquisa será bibliográfica, exploratória, com manejo de fontes secundárias com o intuito de esmiuçar os objetivos traçados.

**Palavras-Chave:** Vulnerabilidade. Medidas socioeducativas. Reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### ABSTRACT

The minor is protected by the unimputability, which put away any possibility of being attributed a punishment of a criminal nature, because the same practices an infraction act and not a crime, independent of the nature and the legal good attained, being currently governed by the ECA. It has been discussed about the attenuation of the majority to 16 years old and this study will approach its inviability, which will defend the respect and the complete protection of the child and adolescent rights, demonstrating that the dilemma of the violence hovers in the absence of an effective positioning of the State to decrease the criminality, reaching the root of this social evil, not constituting a positive solution to the imposition of imprisonment, in view of the inadequacy of the prison system and the biggest vulnerability of the minor become a repeat offender. It remains to be seen that the countries that have adopted the majority attenuation didn't get decrease in the delinquency rates, and Government actions focused on education, job creation for the youth, discouraging easy access income proveniente of the drug traffic, improvement in the introduction of minor offenders in society, would be effective in combating violence, because it is not a matter of public safety, but, respect for the constitutional rights of children and adolescents, which constitutes the pretension of this study, therefore, will be addressed the legislative intention by ECA reform, rather than deciding to reduce the age of majority. So, the research will be bibliographic, exploratory, with management of secondary sources in order to scrutinize the outlined goals.

**Keywords:** Vulnerability. Educational measures. Reform the Statute the Child and Adolescent.

<sup>8</sup> Graduando Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia-ES/MULTIVIX.

<sup>9</sup> Bacharel em Direito - Faculdade Capixaba de Nova Venécia-ES/MULTIVIX; Pós-Graduada em Direito Constitucional e Administrativo pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia-ES/MULTIVIX; Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia-ES/MULTIVIX

## 1 INTRODUÇÃO

A maioria penal encontra-se delimitada na Constituição Federal de 1988 que traduz o entendimento de que a inimputabilidade é extensível aos menores de idade até completarem 18 anos. Isso quer dizer que enquanto não atingir a maioria, o adolescente não tem capacidade de discernir suas vontades e os atos decorridos de suas ações, seja lícita ou ilícita, compreendendo a aplicação do critério biológico.

Em outros termos, os menores de 18 anos estão acobertados pelo critério biológico, que dentre outras considerações, pressupõe que a menoridade é um pressuposto de presunção absoluta de inimputabilidade, não podendo existir qualquer situação que torne um menor de idade capaz de entender e decidir pela licitude ou ilicitude dos seus atos.

Nesse sentido, a lei dispõe que o menor não pratica delitos ou crimes, mas apenas atos infracionais e, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas de natureza socioeducativa que não tem a função precípua de impor sanções, sendo eminentemente de cunho educativo e de repreensão das condutas. Na prática de um ato mais crítico, pode ser atribuída a pena de internação ao infrator, contudo, constitui uma medida de natureza excepcional sendo aplicada somente quando não houver outra forma de impor a disciplina.

E, nesse ponto, nasceu o posicionamento de reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente ao invés de reduzir a maioria penal, até porque, a questão da violência, que se tornou um problema social, está baseada na inércia do Estado no planejamento e execução de políticas públicas, assim como investimentos necessários para oferecer uma educação básica de qualidade. O aumento da criminalidade não pode ser resolvido com redução da maioria até porque o atual cenário do sistema prisional brasileiro não tem estrutura suficiente para receber mais detentos o que geraria grave violação dos direitos humanos e constitucionais.

Diante do contexto atual de violência que se encontra o país tem se discutido no Congresso Nacional a partir de projetos de lei em andamento a viabilidade da diminuição da maioria de 18 anos para 16 anos diante do

cometimento de crimes de natureza grave, como os crimes hediondos, que afrontam diretamente o bem jurídico resguardado pela lei e os direitos humanos que envolvem a vítima.

Há também a corrente que entende pela necessidade da redução da maioria penal, não ponderando pelos investimentos em educação e emprego para os jovens, mas sim na criminalização das condutas ilícitas praticadas com a penalização condigna.

Isto posto, acentua-se o exame dos seguintes pontos a serem confrontados: A realização de uma reforma no Estatuto da Criança e do Adolescente é mais viável que a redução da maioria penal? O índice de criminalidade diminuiu em países que adotaram a redução da maioria penal? Quais seriam as principais ações do Governo eficazes no combate à criminalidade?

Consoante os motivos delineados para a consecução deste trabalho, há uma sequência de ideias e debates defendidos sejam a favor ou contra essa redução. Contudo, sabe-se que diversos países que diminuíram a sua maioria penal apresentaram dados que revelam o não atingimento do objetivo primordial pretendido, a atenuação da violência. E, o Brasil não possui uma sistemática prisional adequada para receber os menores infratores de forma que eles consigam ser ressocializados, em razão da carência de assistência governamental que possibilite o respeito dos direitos fundamentais do preso e dos discursos da ausência de verbas que autorize a manutenção das prisões.

Após os argumentos iniciais expostos, pode-se estabelecer o objetivo basilar do presente estudo compreendendo a análise da inviabilidade da redução da maioria penal a partir de argumentos jurídicos e do atual sistema político e financeiro do país, bem como as ações cabíveis que seriam eficientes no combate à criminalidade e a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, pretende-se conceituar o instituto da inimizabilidade em consonância com o estudo das medidas socioeducativas renunciadas no Estatuto da Criança e do Adolescente; analisar os posicionamentos contrários

e favoráveis à redução da maioria penal; trazer os aspectos relevantes sobre a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente; e, abordar o posicionamento da Organização das Nações Unidas em relação à redução da maioria penal e a ratificação pelo Brasil da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1990.

Destarte, a metodologia da pesquisa empregada será a pesquisa bibliográfica, exploratória, com o uso de fontes secundárias, a partir de uma seleção das informações provenientes de obras e artigos que expõem o conteúdo característico do assunto em evidência.

## **2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa exploratória permite que o estudo seja desenvolvido a partir de conteúdos bibliográficos, materiais já preparados e dispostos para pesquisa proporcionando um melhor conhecimento sobre o assunto.

Nesse sentido, exprime Gil (1999, p. 43) o seguinte posicionamento a respeito da finalidade da pesquisa exploratória:

Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

A diminuição da maioria penal de 18 anos para 16 anos, conforme o projeto de lei em discussão no Senado Federal trata-se de um assunto amplamente discutidos nos âmbitos jurídicos, políticos, religiosos e sociais na prática de crimes graves, como os hediondos, a ser explorado no presente.

A técnica de coleta de dados, dentre alternativas no estudo da metodologia científica, será a pesquisa bibliográfica. E, nesse sentido, expressa Vergara (1998, p. 44) a seguinte pontificação:

A pesquisa bibliográfica em livros, dicionários, revistas especializadas, jornais, teses e dissertações com dados pertinentes ao assunto. Além de serem feitas consultas a algumas bibliotecas, pretende-se pesquisar no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo e, do levantadas as diretrizes e os programas de governo do listado do Santo, mensagens de leis, decretos, portarias e outros documentos.

Como a inviabilidade da redução da maioria penal convém ser estudada por meio de uma pesquisa exploratória, corresponderá ainda a uma pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, o estudo será retirado de obras, doutrinas, páginas da internet de autores que tratam sobre o assunto, de forma que alcance o intuito aspirado, demonstrando a inviabilidade da redução da maioria penal.

As fontes para coleta de dados compõem-se das primárias e secundárias. Para a execução do trabalho serão manuseadas as fontes secundárias, pois são fontes já preparadas pelos autores que estudaram as matérias necessárias para o aprimoramento do trabalho.

Conforme esse entendimento, Kauark, Manhães e Medeiros (2010, pg. 60) prolatam que: “as fontes secundárias são as obras nas quais as informações já foram elaboradas, como livros, apostilas, teses e monografias. Nesse sentido, existem procedimentos necessários para a organização do levantamento de dados”.

O levantamento de dados será necessário, pois o estudo está direcionado à disposição de informações importantes na defesa da proposição destacada assente na obtenção de medidas diversas das expostas nos projetos de lei que defendem a redução da maioria penal.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 DA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS MERIÓRIOS REFERENTES À INVIABILIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL**

##### **3.1.1 Do conceito da inimputabilidade em consonância com o estudo das medidas socioeducativas prenunciadas no estatuto da criança e do adolescente**

O Estatuto da Criança e do Adolescente conjectura as medidas socioeducativas que se destinam aos menores que cometem atos infracionais cuja determinação judicial da medida a ser cumprida depende da natureza e

intensidade da conduta praticada, podendo ser tanto um crime, que atinge maiores proporções de ofensa ao bem jurídico protegido pela lei, quanto uma contravenção penal, que possui menor violação do bem.

Estas medidas possuem cunho eminentemente educativo e são aplicadas a fim de que o menor possa, após a comprovação da autoria do delito e da materialidade, ser punido de acordo com as consequências provocadas com o ato e a capacidade do menor para que as medidas atendam aos objetivos propostos, respeitando os direitos fundamentais da criança e adolescente e impedir que venham cometer novos atos contrários à lei.

Dessa forma, Masson (2016, pg. 560) orienta que:

Em relação aos menores de dezoito anos de idade adotou-se o sistema biológico para a constatação da inimputabilidade. Independentemente da inteligência, da perspicácia e do desenvolvimento mental os menores são tratados como inimputáveis. Tais pessoas podem até ter concluído curso superior ou já trabalharem com carteira assinada (CTPS). A presunção de inimputabilidade é absoluta decorrente do art. 228 da Constituição Federal Brasileira e do art. 27 do Código Penal e não se admite prova em contrário.

Para que sejam fixadas as medidas devidas, a Constituição Federal e o Código Penal preveem que o menor de dezoito anos é inimputável, ou seja, não possui propensão de entendimento da natureza ilícita do ato, já que o mesmo não possui consciência do que é certo e errado. Por isso, foi adotado o critério biológico.

Nesse sentido, os inimputáveis possuem presunção absoluta da ausência de capacidade de discernimento. Não há qualquer condição que possa sobrevir ao menor que afaste a inimputabilidade antes dos 18 anos de idade. Nem mesmo a emancipação, que produz efeitos civis, pode retirar esta presunção imposta sobre o menor.

Em se tratando das medidas socioeducativas há delimitação no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que preconiza o seguinte:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:  
I - advertência;  
II - obrigação de reparar o dano;  
III - prestação de serviços à comunidade;  
IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semiliberdade;  
VI - internação em estabelecimento educacional.

A advertência é a medida mais branda prevista, sendo aplicada no caso de menor infração à lei, a ser aferida pelo magistrado, cuja intenção consiste em reprimir o menor de modo que entenda o erro cometido e não prossiga nesse tipo de comportamento.

Contudo, deve estar evidente a prova que o menor é o autor do delito e que há vestígios materiais do ocorrido, oportunizando em todos os casos o contraditório e a ampla defesa, pois são direitos constitucionais que devem obrigatoriamente ser observados.

Já a prestação de serviços à comunidade é desenvolvida em estabelecimentos públicos de qualquer esfera da Administração Pública sem o recebimento de vencimentos. Não pode haver a realização do trabalho no período que o menor precisa frequentar a escola regular.

A liberdade assistida, como o próprio nome já diz, depende da assistência de alguma autoridade indicada pelo juiz para acompanhar as atividades diárias do menor, seu relacionamento com familiares e verificar se há assiduidade na escola com vistas a auxiliá-lo na inserção no mercado de trabalho, e se for detentor da idade de 14 anos, somente como menor aprendiz ou outro tipo de trabalho permitido pela lei a partir dos 16 anos de idade.

Verifica-se que a liberdade conferida é possível para aqueles que estão principiando no universo do crime ou contravenção penal, sendo uma importante medida para oportuniza-lo a obter um acompanhamento próximo a família, no meio da sua comunidade e com profissionais capacitados para realizar a fiscalização e orientação, sem que restrinja a sua liberdade de locomoção. A inserção em regime de semiliberdade permite o desenvolvimento de atividades extras, mesmo que não haja a autorização do juiz, devendo ser submetido à frequência escolar e se predispor à profissionalização com o intuito de se afastar da prática de atos infracionais e ter uma vida pautada nos critérios morais, em respeito à lei.

Finalmente, a internação em estabelecimento educacional é fixada de acordo com as seguintes condições, de acordo com os ditames legais provenientes da Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990), a partir de documento online:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

A internação é aplicada quando há prática de atos mais graves e que se faz necessário impor uma penalidade mais severa, que equivale à privação da liberdade do menor, no caso de grave ameaça ou violência à pessoa, pois infringe o bem mais precioso tutelado pela Carta Magna que é a vida; no caso de reincidência criminal no cometimento de crimes que são considerados graves, já que contrariam de forma danosa os direitos individuais da vítima provocando efeitos negativos materiais e morais e, no caso de mesmo ter sido imposta outra medida moderada, o menor tenha praticado uma conduta posterior que deve receber uma medida devida.

Nesses termos, deve ser estabelecido em um tempo razoável, pois as medidas socioeducativas não possuem o caráter precípua de punição sendo a internação uma medida extraordinária para não prejudicar o desenvolvimento da criança e do adolescente.

### 3.1.2 OS POSICIONAMENTOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Em suma, o presente trabalho não visa esgotar as opiniões que tratam sobre a redução da maioridade penal, até porque sua dimensão é colossal. Precisamente, serão discutidos os principais posicionamentos sobre a redução em que se dividem entre os que são a favor da urgência desta medida a ser aplicada no Brasil e outros que são favoráveis à adoção de técnicas sociais e educacionais para frear a crescente violência entre os jovens.

Essas ideias que circundam a questão do menor voltam-se a atual situação do país que tem sido gradativo o aliciamento de jovens ao universo criminoso, o qual oferece mais vantagens e proveitos financeiros e imediatos, como no tráfico de drogas, a exemplo, que é o setor criminal que mais os atrai.

A princípio, o argumento precípua contrário à redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos de idade está apoiado na desigualdade social que é demasiada no país. De acordo com o enquadramento desse entendimento, Greco (2015), por meio de artigo publicado na Internet, aduz que:

Para que pudéssemos discutir corretamente a redução da maioridade penal, teríamos que proporcionar, a todos os adolescentes, as mesmas condições sociais. Se, ainda assim, mesmo com o Estado cumprindo com suas funções sociais, os atos infracionais não diminuíssem, talvez fosse a hora de se repensar o limite da maioridade penal. Como dissemos anteriormente, grande parte dos atos infracionais ou é relacionada às drogas (consumo ou tráfico), ou a crimes contra o patrimônio. Se um Estado cumprisse com suas funções sociais, proporcionando uma vida digna àqueles que pertencem às classes sociais mais baixas, com toda certeza, diminuiríamos consideravelmente os crimes contra o patrimônio praticados por adolescentes infratores. A desigualdade social, na verdade, é a mola propulsora desse tipo de criminalidade. No entanto, é mais conveniente ao Estado punir, seletivamente, o miserável (porque será ele que continuará a frequentar nossos cárceres), do que implementar políticas públicas dignas de um Estado Democrático de Direito.

A redução da maioridade penal atingiria imediatamente àqueles que estão nas classes sociais mais baixas do país, conforme exposto pelo autor. Sabe-se que as operações policiais são mais frequentes nas periferias. Claro que jovens ricos se envolvem no tráfico de drogas, mas conseguem pagar pela sua liberdade, são dificilmente detectadas as suas ações nesse meio.

Somente seria operativa a redução da maioridade penal se fossem oferecidas as mesmas condições para todos, sem distinção alguma. Apenas após a tomada de todas as medidas sociais possíveis e se o problema não fosse solucionado é que o Estado teria que enfrentar a redução e estabelecer a prisão para os jovens envolvidos em crimes.

Essas medidas sociais compreendem o acesso igualitário à boa educação, programas voltados à preparação dos jovens no mercado de trabalho, e mais, oferecimento de vagas para que conquistem seu trabalho

honestamente. O Brasil é marcado por um nível de desemprego altíssimo, essencialmente entre os jovens, o que conduz à alternativa contrária aos bons costumes e à lei para conseguir sua renda. A realidade é que o Estado prefere ser punitivo a se preocupar em criar medidas que desestimule o acesso ao crime, conforme bem colocado pelo autor, o qual inclina para o crescimento da desigualdade social.

Em relação à corrente contrária, será apontada a tese de defesa da necessidade da redução da maioridade penal a partir do posicionamento de Capez (2014) em disposição online:

Mesmo considerando-se aspectos da realidade educacional e a omissão do Estado em prover a orientação adequada para os jovens, ainda assim, a redução da maioridade penal é medida justa. Até porque, se ponderarmos esses fatores, aquele que praticou um crime com 18, 20, 21 anos, o fez porque não teve oportunidade, também, de emprego, estudo etc. Por isso, tal argumento não pode ser levado em consideração para afastar a redução da maioridade penal. O intuito, portanto, da redução da maioridade é o de reparar tão graves injustiças, de propiciar a punição na proporção do crime praticado. [...] É extremamente injusto que, após cometer tão bárbaro crime, seja liberado compulsoriamente aos 21 anos, nos termos do ECA, ao passo que um indivíduo de 18 anos que tenha coparticipado do crime possa ficar segregado por até 30 anos em estabelecimento carcerário. E o que é pior: aos 21 anos, quando for liberado, esse indivíduo estará novamente no seio da sociedade, voltando-se, outra vez, contra a população indefesa e aterrorizada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a pena máxima de três anos a ser cumprida por meio de internação e, após o cumprimento, o menor além de ficar livre, a medida imposta não caracteriza a reincidência criminal, ou seja, fica com a ficha limpa caso venha cometer outro ato infracional ou crime após atingir a maioridade.

Se o jovem completa 21 anos, a sua liberdade deve ser prioridade e imediatamente realizada, mesmo que tenha cometido um crime que causa temor e com intensa gravidade. Porque não se releva a gravidade do ato infracional e sim a idade, conforme o critério biológico.

O autor não entende que as medidas sociais providenciadas pelo Estado mudariam realmente o cenário de violência entre os adolescentes para que constituísse justificativa de não redução da maioridade penal. O que se espera

é a cessação do sentimento de impunidade que prepondera sobre a população que fica a deriva de novos crimes a serem praticados pelo mesmo menor que cumpriu uma medida socioeducativa não reparando efetivamente, os danos causados com sua ação.

### 3.1.3 OS ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A REFORMA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A proposta de reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo teor preparado no ano de 2002, sofreu uma série de mudança ao longo dos anos, já conta com a aprovação da Câmara dos Deputados, pendência de aprovação no Senado Federal e possui uma série de processos apensados para deliberar sobre a reforma.

O projeto de lei sofreu algumas propostas pelo relator que alteraram as disposições iniciais, conforme a citação seguinte retirada de endereço eletrônico da Câmara Notícias (2017):

Entre as alterações propostas pelo relator – em substitutivo ao Projeto de Lei 7197/02, do Senado, e outros 52 apensados –, está o aumento para até dez anos do período de internação de menores em regime especial de atendimento socioeducativo, desde que a conduta infracional envolva morte. Nesse caso, Machado propõe gradações para o período máximo de internação, conforme a idade do infrator: entre 12 anos completos e 14 anos incompletos de idade: 3 anos; entre 14 anos completos e 16 anos incompletos de idade: 5 anos; entre 16 anos completos e 17 anos incompletos de idade: 7 anos; e entre 17 anos completos e 18 anos incompletos de idade: 10 anos. O texto estabelece ainda que a autoridade judiciária deverá determinar o tempo máximo de internação a que o adolescente será submetido conforme cada caso. Essa decisão, pelo texto, deverá ser reavaliada, por decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. Machado propõe ainda que a internação será cumprida em estabelecimento específico ou em ala especial, assegurada a separação dos demais internos e que, após completar 18 anos, o internado cumprirá a medida em estabelecimento separado dos demais. Outro ponto destacado pelo relator é a destinação de, no mínimo, 20% dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Quando o ato do menor resultar na morte da vítima, de acordo com a idade sofrerá com o aumento da pena, proporcionalmente. Nesse sentido, altera a previsão do ECA que dispõe a pena máxima de internação de até três

anos, chegando no limite de dez anos de cumprimento.

Diferentemente da alegação pela redução da maioria penal, não colocaria o menor em um encarceramento falido do sistema prisional brasileiro que não promove a ressocialização, o qual deveria ser tentado. Continuará com a internação para que o menor cumprisse a pena com outros na mesma faixa etária.

Ainda, propõe a permissão ao juiz para decidir, conforme o caso concreto, o tempo extremo de pena que o menor seja submetido. Serão analisadas as contingências do crime, a forma como foi praticado, a periculosidade do menor, e outros. O juiz tomará uma decisão que sucederá à revisão no período de seis meses para inspecionar como tem sido o comportamento do menor e sem ter surtido efeito a internação.

O Fundo Penitenciário Nacional tem como objetivo reunir receita para ser empregada no complexo prisional do Brasil, na edificação de novos presídios, reformas, modernização, além de controlar as despesas e fornecer assistência psicológica e jurídica aos presos. Outra medida prevista seria a transferência de 20% da arrecadação destinada ao Funpen para o auxílio socioeducativo direcionado ao menor infrator.

Velleda (2018) dispõe em publicação online que: “Além do aumento do período de internação, o texto alternativo do deputado paranaense propõe outras mudanças, como a que garante ao jovem o direito de ser acompanhado por um advogado ou defensor público desde a primeira oitiva, algo que não consta na legislação atual”.

Seguindo a apreciação das propostas, destaca-se o acompanhamento por advogado ou defensor público, na hipótese de o menor não possuir condições financeiras para o patrocínio de uma defesa particular, a partir do momento que é chamado a prestar oitiva no Ministério Público, o qual não há previsão no atual texto do ECA.

Como toda mudança legislativa, há entendimento que dispõe de uma posição contrária à reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme Brito (2017), com exposição em endereço eletrônico:

Romero José da Silva, integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), afirmou que a entidade mantém posição contrária à redução da idade penal e ao aumento do tempo de internação. Silva considera retrocesso qualquer tentativa de eliminar os direitos garantidos pelo ECA. “O Conanda não volta atrás e não faz nenhuma discussão em favor da redução da maioridade penal, nem no aumento do tempo de detenção”, declarou. [...] Segundo Silva, o Brasil tem hoje pouco mais de 22 mil adolescentes e jovens cumprindo medida de internação a um custo total de R\$ 5 bilhões. “Estamos falando de uma média de cada adolescente internado custando em torno de R\$ 13 mil, estamos falando de um custo caro, que vai de encontro à pauta do governo de corte de gastos”, argumentou.

Sob esse ponto de vista, tendo em conta os gastos que o Governo terá para se adequar à mudança legislativa, seja a reforma do Estatuto que visa aumentar a pena de internação ao menor ou se for aprovado o projeto de lei que busca a diminuição da maioridade penal, tende a ser contrário o posicionamento do Conanda, que cuida das diretrizes e concretizações dos direitos da criança e do adolescente relacionados aos direitos humanos.

Assim, tem se pautado cuidadosamente no aprimoramento de cada medida proposta na reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente para que se chegue a um resultado justo e traga conforto e paz social sem que para isso, seja necessária a redução da maioridade penal.

#### 3.1.4 AS DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM RELAÇÃO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E A RATIFICAÇÃO PELO BRASIL DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA DE 1990

A envoltura das discussões relacionadas à criança e ao adolescente recebe intensa intervenção dos Direitos Humanos, visto que não se admite qualquer restrição ou supressão de algum direito ou garantia prevista na Constituição Federal que contrarie a ideia basilar de proteção a estes menores que necessitam de um resguardo do Estado de maneira profusa e global.

Nesse entendimento, a ONU – Organização das Nações Unidas entende pela não redução da maioridade penal, por justamente não constituir o melhor caminho a seguir em busca do combate a violência e também, não constitui uma solução ao aliciamento dos jovens ao universo criminoso, bem como o

oferecimento de resposta a esses atos contrários ao que prescreve a lei, uma punição mais intensa da forma como é submetida uma pessoa adulta, não condiz com os princípios constitucionais e abstrações propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e os Direitos Humanos.

Nesse sentido, ressalta tal posicionamento por meio de uma publicação online no endereço eletrônico das Nações Unidas (2017) em que defende o seguinte arbítrio:

Atualmente, a juventude, em especial negra e pobre nas periferias das grandes cidades, é quem mais sofre os efeitos da violência: a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado. São mais de 60 jovens negros vítimas fatais da violência por dia no Brasil”, ressaltou a agência da ONU. [...] “Uma população que sofre com um ciclo de sucessivas violações de direitos não pode ser apontada como a responsável pelas estatísticas alarmantes de violência”. [...] “Hoje, adolescentes a partir de 12 anos já são responsabilizados por atos cometidos contra a lei, com medidas socioeducativas e a privação da liberdade. As infrações cometidas por adolescentes e jovens, para além de uma questão de segurança pública, precisam ser tratadas como um indicador de restrição do desenvolvimento social”, apontou o Fundo de População. De acordo com o organismo das Nações Unidas, é necessário fortalecer o sistema de justiça especializado para a adolescência, garantindo tanto a responsabilização plena dos jovens por seus atos infracionais, quanto a sua ressocialização. Enfatizando que a redução da maioridade penal não resolverá o problema da violência, o UNFPA conclui que “crianças e adolescentes não precisam de encarceramento; precisam de acesso a direitos fundamentais, à cidadania e à justiça. E precisam de proteção, inclusive contra medidas punitivas reservadas à população adulta”.

É certo que os Direitos Humanos apontados por aqueles que argumentam em prol da redução da maioridade penal estão voltados a atender os direitos e interesses da vítima que é colocada em situação de infringência e violação de algum bem jurídico que lhe pertence, que possui proteção pela lei.

Já no caso das entidades e órgãos que defendem pela não atenuação da idade penal, idealizam a absorção dos ideais dos Direitos Humanos na legislação brasileira revertida à proteção dos direitos do menor infrator, por considerar que o motivo que leva o jovem a praticar determinados crimes diz respeito a sua condição social e deficiência estatal na concessão dos direitos sociais que carecem o menor, e dessa forma, busca em meios alternativos o acesso aos bens de utilidade básica que necessita para sua sobrevivência e sustento de sua família.

Outro ponto de importante destaque concerne ao inequívoco discurso que a redução da maioria no âmbito penal, com o conseqüente aumento da pena imposta ou menor irá incidir com maior força sobre os jovens que são pobres, pois é cediço que no Brasil somente os menos favorecidos compreendem os que realmente suportam altas penas e repressão estatal, como os jovens residentes de periferias.

Além disso, a ONU sustenta que já existem medidas que visam coibir a prática infracional entre os jovens menores de 16 anos, cuja previsão está esgotada no ECA, e recebem a punição conforme o grau e conseqüências de seus atos no sistema fático.

Por fim, o jovem infrator deve responder por suas condutas, mas ao mesmo tempo deve o Estado firmar o compromisso e exercitá-lo para garantir a ressocialização do menor, que precisa de acesso à educação, saúde, oportunidade de emprego e não de encarceramento, o que, sem dúvida, a limitação na sua mobilidade não proporcionará os resultados positivos que se espera, já que o mesmo consiste no vindouro desenvolvimento do país.

Em relação à Convenção dos Direitos da Criança assinada pelo Brasil no ano de 1990, Decreto nº 99.710 (BRASIL, 1990), em disposição online, podem ser feitas as consecutivas reflexões:

Reconhecendo que as Nações Unidas proclamaram e acordaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos que toda pessoa possui todos os direitos e liberdades neles enunciados, sem distinção de qualquer natureza, seja de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição;

Recordando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;

Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão;

Considerando que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo

com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade;

[...]

Tendo em conta que, conforme assinalado na Declaração dos Direitos da Criança, "a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento";

[...]

Artigo 1

Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

Inicialmente, por mais que a Convenção Internacional trate sobre os direitos da criança em si, caracteriza-se uma criança o menor de 18 anos, a depender da limitação da idade penal atribuída prioritariamente por cada país que conglutinou expressamente com suas prescrições, conforme traz o artigo acima citado.

Como o Brasil possui idade penal delimitada aos 18 anos, então, são crianças todos os jovens com idade inferior a esta, sendo, portanto, abarcados pelos preceitos que dela demandam, aplicáveis sem qualquer discriminação relacionada à raça, cor, aspectos sociais e econômicos, garantindo assim, o exercício amplo e irrestrito das condições impostas a fim de propiciar a obtenção dos direitos fundamentais imprescindíveis a sua sobrevivência.

Dessa forma, o Brasil firmara o compromisso de concretizar a prestação dos serviços essenciais que devem ser dispostos aos infantes e as suas famílias, para proporcionar um desenvolvimento saudável, nos aspectos físico e mental, em um ambiente que detém o acesso aos elementos indispensáveis à subsistência, o que fundamenta o próprio caráter evidente de um Estado Democrático de Direito, a partir de programas que atendam universalmente esses indivíduos que dependam da ação positiva dos órgãos públicos.

Assim, por essas razões principais, como a Convenção está focalizada em cuidar das crianças e garantir que seus direitos sejam atendidos, tal entendimento sobre a redução da maioridade penal não condiz com suas expectativas e atribuições dispostas, por considerar que uma atuação do Estado seja ideal para alcançar os objetivos almejados no que diz respeito ao combate da violência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988, reiterada pela lei penal, traz o critério biológico a ser aplicado aos menores de 18 anos. Isso significa que os mesmos não possuem desenvolvimento mental suficiente para que lhe sejam imputadas penas definidas pelo Código Penal em razão da sua plena inimputabilidade e, a partir dessa premissa, é que foram definidas as medidas alternativas à prisão pautadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, tendo como exemplos a advertência e prestação de serviços ao meio social e, em último caso, a internação com período máximo de duração equivalente a três anos, por não constituir um intento penal e sim, educacional, ao menor infrator.

Isto posto, o Estatuto da Criança e do Adolescente consiste em um retorno legislativo que carecia o país por não dispor sobre a proteção dos direitos pertencentes à criança e ao adolescente. Trata-se de um notório desígnio em satisfazer, como forma de aplicação aos mandamentos constitucionais, o acesso aos componentes elementares que necessitam para que tenha um pleno crescimento e desenvolvimento salutar, proporcionado por um Estado provedor dos direitos individuais e sociais.

Também, trouxe a regulamentação das medidas impostas aos menores que trespassem os valores legais e proteção dos bens jurídicos definidos. Contudo, tendo em vista o número crescente de atos de violência e criminalidade entre os jovens, há uma proposta de lei em tramitação no Congresso Nacional que visa a realização de uma reforma no Estatuto da Criança e do Adolescente como resposta mais favorável ao reexame dos dispositivos elencados a respeito das punições, ao invés de ser tomado um parâmetro demasiado e prejudicial que tem sido reconhecido por parte de especialistas pertinente à aprovação da redução da maioria penal, que igualmente encontra-se em tramitação.

Diante desses conceitos apresentados, tem sido discutida no Congresso Nacional a possibilidade da redução da maioria penal de 18 anos para 16 anos de idade, graças ao preocupante aumento da criminalidade entre os jovens e as consequências desastrosas que tem trazido à coletividade o que

acarreta uma verdadeira instabilidade social.

Acontece que não padece de concordância pela Organização das Nações Unidas e da própria essência da Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1990, aprovada pelo Brasil, que lutam pela observância dos direitos essenciais que devem ser garantidos ao menor e a sua família e testifica a ideologia de que o Estado invista em projetos que visam recuperar os jovens que vivem no crime, buscando, portanto, a ressocialização e não a imputação de uma prisão.

Logo, defende-se por meio dessas ideias trazidas no presente trabalho pela viabilidade de uma reforma no Estatuto da Criança e do Adolescente para que haja um rigor de tratamento no cometimento de crimes mais graves, sem que seja reduzida a maioria penal, que alude extrema medida desnecessária e ineficaz a fim de lidar com esses menores infratores, para que assim, haja completo respeito aos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Portanto, o Estado deve se preocupar em realizar um trabalho intenso de educar os jovens e proporcionar o acesso aos direitos vitais, bem como a ressocialização em caso de violação à lei. Além disso, diante da insuficiência prisional para acolher os detentos que por ventura pratiquem crimes graves a partir dos 16 anos e das precárias condições que se encontra o sistema prisional brasileiro, inevitavelmente alcançaria resultados negativos com a saída desses jovens das prisões, representado assim, um retrocesso legislativo e social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 06 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 nov. 1990. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1990-1994/D99710.htm)>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 06 mai. 2018.

BRITO, Débora. **Conselheiros de direitos humanos criticam propostas de revisão do ECA**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/conselheiros-de-direitos-humanos-criticam-propostas-de-revisao-do>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

CÂMARA NOTÍCIAS. **Relator de projeto sobre revisão do ECA aumenta para até dez anos período de internação de menores**. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/547100-RELATOR-DE-PROJETO-SOBRE-REVISAO-DO-ECA-AUMENTA-PARA-ATE-DEZ-ANOS-PERIOD-DE-INTERNACAO-DE-MENORES.html>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

CAPEZ, Fernando. **Redução da maioria penal: uma necessidade indiscutível**. 2014. Disponível em: <<https://www.fernandocapez.com.br/o-promotor/atualidades-juridicas/reducao-da-maioridade-penal-uma-necessidade-indiscutivel/>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRECO, Rogério. **Reflexões sobre a redução da maioria penal**. 2015. Disponível em: <<https://rogeriogreco.jusbrasil.com.br/artigos/178724226/reflexoes-sobre-a-reducao-da-maioridade-penal>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa Um guia prático**. Bahia: Via Litterarum, 2010.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquemático**. 10. ed. São Paulo: Método, 2016.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agência da ONU se posiciona contra redução da maioria penal no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-se-posiciona-contr-reducao-da-maioridade-penal-no-brasil/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

VELLEDA, Luciano. **Mudanças no ECA, como aumento da pena, podem ir à votação este ano**. 2018. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/02/mudancas-no-eca-como-o>>

aumento-da-pena-para-adolescentes-podem-ser-votadas-este-ano>. Acesso em: 26 mai. 2018.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisas em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

## Universo Acadêmico

### Apresentação

A revista Universo Acadêmico publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas aos cursos oferecidos de graduação, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

### Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

#### 1 Texto

- 1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos, dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;
- 1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);
- 1.3 Os trabalhos e artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal; resumos de dissertação e monografia, duas laudas e resenhas e/ou relatos, não devem ultrapassar quatro laudas;
- 1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;
- 1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:
  - Título;
  - Nome(s) do(s) autor(es)
  - Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
  - Introdução;
  - Corpo do trabalho;
  - Resultado e/ou conclusões;
  - Referências bibliográficas.

#### 2 Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas deverão ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, obedecendo Normas Técnicas.

#### 3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, acrescida da (s) página (s) de onde foi retirada a citação.

#### Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da Multivix, que se encontra a disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que conta do texto na primeira vez em que ocorre.

### **Considerações Finais**

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.